

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CLAUDETE LAMPERT GRUGINSKIE

**UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUJEITO POLÍTICO:
olhares dos estudantes engajados em movimentos sociais**

Porto Alegre
2015

CLAUDETE LAMPERT GRUGINSKIE

**UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUJEITO POLÍTICO:
olhares dos estudantes engajados em movimentos sociais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Elly Herz Genro

Linha de Pesquisa: Universidade: Teoria e Prática

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Lampert Gruginskie, Claudete
UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUJEITO POLÍTICO: olhares
dos estudantes engajados em movimentos sociais /
Claudete Lampert Gruginskie. -- 2015.
238 f.

Orientadora: Maria Elly Herz Genro.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Universidade Pública. 2. Sujeito Político. 3.
Movimentos Sociais. I. Herz Genro, Maria Elly,
orient. II. Título.

CLAUDETE LAMPERT GRUGINSKIE

**UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUJEITO POLÍTICO:
olhares dos estudantes engajados em movimentos sociais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Prof^a. Dr^a. Célia Elizabete Caregnato (UFRGS)

Prof. Dr. Jaime José Zitkoski (UFRGS)

Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes (UNIPAMA)

Prof^a. Dr^a. Maria Elly Herz Genro (Orientadora)

Porto Alegre, 10 de novembro de 2015.

À Isabel, meu amor maior, pelo carinho de sempre e pela durante a escrita desta dissertação.

*“Que [a universidade] se pinte de negro,
que se pinte de mulato.
Não só entre os alunos,
mas também entre os professores.
Que se pinte de operários e de camponeses,
que se pinte de povo,
porque a universidade não é patrimônio de
ninguém,
ela pertence ao povo”.*

Ernesto Che Guevara

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas especiais presentes em minha vida e que cotidianamente me fazem crer, ter esperança e fé na vida. Fazem-me acreditar que olhares, pensamentos e ações podem ser transformadores e mover o mundo. Agradeço especialmente:

À minha família, pelo apoio e compreensão sempre, com especial carinho à mana Carine pelo auxílio na revisão da dissertação e seu entusiasmo motivador, é presença em todos os momentos;

À Isabel, meu amor maior, que teve a paciência carinhosa para muito além de sua pouca idade, compreendendo ausências, esperando paciente e me motivando sempre;

Ao Gilson, Natasha e Saulo, pessoas especiais que a vida me deu de presente e com quem pude também contar durante a realização do mestrado;

À minha querida orientadora prof^a. Maria Elly Genro, pelo acolhimento, por seu entusiasmo, carisma contagiante, revisão e sugestões à dissertação, e pelo carinho e firmeza com que conduziu a orientação;

Ao amigo e colega Bernardo, com quem dialoguei ao longo de toda a pesquisa, pela amizade, parceria, companheirismo, pela atenção paciente, pelas excelentes sugestões e revisão da dissertação;

A amiga e colega Aline, agradeço pela alegria de partilhar esta caminhada que juntas iniciamos. Agradeço pelo apoio, carinho, amizade e por dividir angústias e realizações.

Aos professores: Célia Elizabete Caregnato, Jaime José Zitkoski e Lúcio Jorge Hammes, integrantes da banca de defesa da dissertação, por aceitarem o convite e contribuírem com a qualificação da pesquisa;

Aos colegas e amigos do mestrado e do grupo InovAval, especialmente: Edvânia, Eliane (Negrita), Gilnei, Raquel, Priscila, Jorge, Pâmela, Flávio, Rambo, Lisiane, Michele, Fernanda, Conceição, Maria Alexandra, Lúcia, Nilson, Roseli, Camila, Gregório e tantos outros, agradeço pelas grandes reflexões, debates, trocas, interações e alegrias;

Aos sujeitos da pesquisa, pela disponibilidade e entusiasmo com que dialogaram, e por sua presença e ação na universidade e na sociedade;

Agradeço aos colegas e amigos da Secretaria de Avaliação Institucional: prof. Daltro e prof^a. Cláudia, Ronise, Manuela, Gilberto, Jordário, Nara e bolsistas: Ana Danielle, Amanda, José Roberto, Felipe e Adriano e, em especial, à Fernanda e Flávia, minhas amigas/colegas do Departamento de Regulação, pelo apoio, motivação, paciência e incentivo durante a realização do mestrado;

Aos amigos e amigas que, de perto ou de longe, sempre manifestaram seu carinho e apoio e compreenderam as ausências;

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente à Faced, pelos espaços de debates e proposições na perspectiva contra-hegemônica, visibilizando sujeitos, lutas e promovendo ações;

À linha de pesquisa Universidade Teoria e Prática pelo acolhimento deste projeto e por sua atuação em prol de uma educação transformadora;

A todos e todas que celebram comigo esta alegria e conquista.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo explicitar os olhares de universidade pública que emergem na perspectiva dos estudantes universitários engajados em movimentos sociais (MS), bem como as experiências marcantes na universidade para a potencialização dos sujeitos políticos. Com este estudo, buscamos reconhecer e visibilizar grupos e ações que se colocam na perspectiva de uma sociedade mais justa e humana, reconhecendo o possível espaço de transformação social produzido a partir das inter-relações desses estudantes com a universidade. Partimos do pressuposto que as percepções trazidas por esses estudantes sobre a realidade, considerando suas experiências nos movimentos sociais, traduzidas e apropriadas pela universidade, podem contribuir na construção de conhecimento contra-hegemônico. Para tanto, destacamos a universidade como espaço político e as representações, experiências e práticas dos sujeitos que contribuem no fortalecimento de uma universidade pública comprometida com a formação humanista, inclusiva, democrática. Conduzimos a pesquisa de acordo com uma abordagem qualitativa fundamentada em Maria Cecília de Souza Minayo. Para compor o material empírico, utilizamos a técnica de entrevista semiestruturada com estudantes universitários ligados aos movimentos sociais negro, de mulheres, indígena e LGBT. Analisamos os dados obtidos com base no Método de Interpretação de Sentidos proposto por Romeu Gomes. Estruturamos a discussão a partir de três eixos temáticos, que correspondem às categorias básicas da pesquisa: sujeito político; movimento social; e universidade pública. Em cada um dos eixos, articulamos o material empírico às contribuições teóricas de autores como Boaventura de Sousa Santos, Hannah Arendt, Maria da Glória Gohn, Nancy Fraser e Chantal Mouffe. Como resultados, é possível afirmar que, segundo os olhares dos sujeitos, a universidade se constitui em espaço de potencialização da formação política, desenvolvida também em outros âmbitos, pela sua capacidade de aprofundamento do conhecimento teórico, base da formação acadêmica. Esse processo, por sua vez, também se beneficia das experiências de participações, reflexões, debates e ações políticas articuladas no movimento social. Ainda, a universidade, para além do trabalho teórico do conhecimento, constitui-se ela própria como espaço de ação política. Portanto, os olhares e experiências desses estudantes, aliados ao conhecimento teórico e experiências acadêmicas potencializam a constituição do sujeito político, desde que sejam rompidos os espaços de resistências e invisibilidades, historicamente arraigados em suas estruturas. A universidade tem a possibilidade de fortalecer identidades ou desconstituí-las. As fragilidades da universidade pública se revelam através do acesso ainda restrito, formação marcadamente eurocêntrica e resistências em contrapor-se a paradigmas hegemônicos. As potencialidades se apresentam nas ações de alguns sujeitos e grupos que se propõem a diálogos e ações em uma perspectiva contra-hegemônica de sociedade, assim como em novas políticas que acenam para uma democratização do acesso e diálogos com a diversidade. Dentre os desafios destacamos a democratização plena do acesso buscando tornar a universidade pública e popular, a adequação de currículos a uma perspectiva de conhecimento-emancipação e fortalecimento dos diálogos entre a universidade e o MS. A possibilidade de transformação da realidade resulta da construção de uma consciência social e política emergente no processo de formação do sujeito político. Os estudantes ligados aos movimentos sociais presentes na universidade pública se constituem em uma referência do próprio movimento, trazendo suas questões históricas e lutas cotidianas. Acreditamos que destacar os olhares e percepções destes estudantes contribui para a construção de uma universidade pública na perspectiva contra-hegemônica.

Palavras-chaves: Universidade Pública; Sujeito Político; Movimentos Sociais.

RESUMEN

Esta disertación tiene por objetivo explicitar las miradas acerca de la universidad pública que emergen en la perspectiva de los estudiantes universitarios engajados en movimientos sociales, así como las experiencias significativas en la universidad para la potencialización de sujetos políticos. Con este estudio, buscamos reconocer y visibilizar grupos y acciones que se colocan en la perspectiva de una sociedad más justa y humana, reconociendo el posible espacio de transformación social producido a partir de las interrelaciones de esos estudiantes con la universidad. Presuponemos que las percepciones traídas por esos estudiantes acerca de la realidad, considerando sus experiencias en los movimientos sociales, traducidas y apropiadas por la universidad, pueden contribuir en la construcción de conocimiento contra-hegemónico. Para tanto, destacamos la universidad como espacio político y las representaciones, experiencias y prácticas de los sujetos que contribuyen en el fortalecimiento de una universidad pública comprometida con la formación humanista, inclusiva, democrática. Conducimos la investigación en acuerdo con un abordaje cualitativo fundamentado en Maria Cecília de Souza Minayo. Para componer el material empírico, utilizamos la técnica de entrevista semiestructurada con estudiantes universitarios conectados a los movimientos sociales negro, de mujeres, indígena y LGBT. Analizamos los datos obtenidos en base al Método de Interpretación de Sentidos propuesto por Romeu Gomes. Estructuramos la discusión a partir de tres ejes temáticos, que corresponden a las categorías básicas de la investigación: sujeto político; movimiento social; y universidad pública. En cada uno de los ejes, articulamos el material empírico a las contribuciones teóricas de autores como Boaventura de Sousa Santos, Hannah Arendt, Maria da Glória Gohn, Nancy Fraser e Chantal Mouffe. Como resultados, es posible afirmar que, según las miradas de los sujetos, la universidad se constituye en espacio de potencialización de la formación política, desarrollada también en otros ámbitos, por su capacidad de ahondamiento del conocimiento teórico, base de formación académica. Ese proceso, por su turno, también se beneficia de las experiencias de participaciones, reflexiones, debates y acciones políticas articuladas en el movimiento social. Aún, la universidad, más allá del trabajo teórico del conocimiento, constituyese ella misma como espacio de acción política. Por lo tanto, las miradas y experiencias de esos estudiantes, aliados al conocimiento teórico y experiencias académicas potencializan la constitución del sujeto político, desde que sean rompidos los espacios de resistencias e invisibilidades, históricamente arraigados en sus estructuras. La universidad tiene la posibilidad de fortalecer identidades o desconstituirlas. Las fragilidades de la universidad pública se revelan a través del acceso todavía restringido, de la formación marcadamente eurocéntrica y de resistencias en contraponerse a paradigmas hegemónicos. Las potencialidades se presentan en las acciones de algunos sujetos y grupos que se proponen a diálogos y acciones en una perspectiva contra-hegemónica de sociedad, así como en nuevas políticas que se ponen hacia una democratización del acceso y diálogos con la diversidad. Entre los desafíos destacamos la democratización plena del acceso buscando tornar la universidad pública y popular, la adecuación de currículos a una perspectiva de conocimiento-emancipación y fortalecimiento de los diálogos entre la universidad y el MS. La posibilidad de transformación de la realidad resulta de la construcción de una conciencia social y política emergente en el proceso de formación del sujeto político. Los estudiantes conectados a los movimientos sociales presentes en la universidad pública se constituyen en una referencia del propio movimiento, trayendo sus cuestiones históricas y luchas cotidianas. Acreditamos que destacar las miradas y percepciones de estos estudiantes contribuye para la construcción de una universidad pública en la perspectiva contra-hegemónica.

Palabras-clave: Universidad Pública; Sujeto Político; Movimientos Sociales.

ABSTRACT

This thesis aims to explain the views on public university that emerge from the perspective of university students engaged in social movements as well as the remarkable experiences in the university for the potentiation of political subjects. With this study, we seek to recognize and to bring visibility to groups and actions with the prospect of a more just and humane society, recognizing the possible social space of change produced from the inter-relationships between these students and the university. It assumes that perceptions brought by these students about reality, considering their experiences in social movements, translated and appropriated by university, can contribute to build counter-hegemonic knowledge. In order to do so, we highlight the university as a political force and the representations, experiences and practices of the subjects that contribute in the strengthening of a public university committed to democratic, inclusive, humanistic education. We conduct the search according to a qualitative approach based on Maria Cecilia de Souza Minayo. To compose the empirical material, we used semi-structured interview technique with universities students connected to four social movements: black, women's, indigenous and LGBT. We analyzed the data obtained following the method of interpretation of meanings proposed by Romeo Gomes. We structured the discussion from three axes which correspond to the basic categories of this research: political subject; social movement; and public university. In each axis, we articulated the empirical material to theoretical contributions of authors such as Boaventura de Sousa Santos, Hannah Arendt, Maria da Glória Gohn, Nancy Fraser and Chantal Mouffe. As a result, we can say that, according to the views of the subjects, the university constitutes a space of potentiation of the political education also developed in other areas by strengthening their ability to deepen their theoretical knowledge, the basis of academic training. This process, in its turn, also benefits from the experiences of participation, reflections, debates and political actions articulated inside social movements. Besides, the university, beyond its theoretical work, is itself a space of political action. Thus, the views and experiences of these students, together with the theoretical knowledge and academic experiences, empower the constitution of the political subject, provided they break resistances and invisibilities historically rooted in the academic structures. The university has the possibility of strengthening identities or deconstructing them. The weaknesses of the public university lie at the still restricted access, distinctly eurocentric training and resistance to counter hegemonic paradigms. The potentialities are present in the actions of some individuals and groups that propose dialogues and actions in a counter-hegemonic perspective of society, as well as new politics that democratize access and dialogue with diversity. Among the challenges, we highlight the full democratization of access, seeking to make the university public and popular university; the adjustment of curricula to a perspective of knowledge-emancipation; and the strengthening of the dialogue between the university and the MS. The possibility of changing reality results from the construction of social consciousness and emerging politics in the education of the political subject. Students linked to social movements present in the public university become references of the very movement, bringing its historical issues and daily struggles. We believe that to highlight the views and perceptions of these students contributes to the construction of a public university in the counter-hegemonic perspective.

Keywords: Public University; Political Subject; Social Movements.

ABREVIATURAS

- Abeh** – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura
- Andifes** – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
- Antra** – Associação Nacional de travestis e Transexuais do Brasil
- CAF** – Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (UFRGS)
- Capes** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- Chist** – Centro Acadêmico dos Estudantes de História (UFRGS)
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- Conen** – Coordenação Nacional de Entidades Negras
- Consun** – Conselho Universitário (UFRGS)
- CPERS** – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação
- Dacom** – Diretório Acadêmico da Comunicação (UFRGS)
- Deds** – Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (UFRGS)
- Enem** – Exame Nacional do Ensino Médio
- EUA** – Estados Unidos da América
- Faced** – Faculdade de Educação (UFRGS)
- FSM** – Fórum Social Mundial
- Geerge** – Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero
- Iterra** – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
- Iafra** – Instituto África-América
- IES** – Instituição de Educação Superior
- Inep** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LGBT** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
- MMC** – Movimento de Mulheres Camponesas
- MNU** – Movimento Negro Unificado
- MEC** – Ministério da Educação
- Mercosul** – Mercado Comum do Sul
- MS** – Movimentos Sociais
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- Neab** – Núcleo de Estudos Afrobrasileiros, Indígenas e Africanos

Niem – Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (UFRGS)

NMS – Novos Movimentos Sociais

ONG – Organização não governamental

Paap – Programa de Atividades de Aperfeiçoamento Pedagógico

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PEC – Programa de Educação Continuada

PEC-G – Programa de Estudantes Convênio de Graduação

PET – Programa de Educação Tutorial

PNE – Plano Nacional de Educação

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PPGEdu – Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRGS)

Prouni – Programa Universidade para Todos

Raai – Relatório de Autoavaliação Institucional

Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU – Restaurante Universitário

Seppir – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Tramse – Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (UFRGS)

Somos – Grupo Somos: Comunicação, Saúde e Sexualidade

Uergs – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

UPMS – Universidade Popular dos Movimentos Sociais

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Eixos e categorias da pesquisa.....	41
Quadro 2 – Sujeitos da pesquisa.....	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS	19
1.2 MOTIVAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	20
1.3 A RELEVÂNCIA DO TEMA: OLHARES E DIÁLOGOS COM A REALIDADE	22
2 CONSTRUINDO A PESQUISA: PERSPECTIVA METODOLÓGICA	35
2.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O LÓCUS DA PESQUISA	38
2.2 FONTES	40
2.3 SUJEITOS ENVOLVIDOS	41
2.4 MÉTODOS DE ANÁLISE	45
3 SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E UNIVERSIDADE: PENSANDO O SUJEITO POLÍTICO.....	47
3.1 A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	48
3.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS	52
3.3 POLÍTICA: PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO E PRÁTICA DA LIBERDADE	60
3.4 SUJEITO POLÍTICO: AS VOZES DOS SUJEITOS DA PESQUISA	70
3.5 UNIVERSIDADE PÚBLICA E MOVIMENTO SOCIAL: ESPAÇOS DE FORMAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO	73
3.6 MOTIVAÇÕES DOS SUJEITOS PARA A PARTICIPAÇÃO: MOVIMENTOS SOCIAIS E UNIVERSIDADE	80
4 MOVIMENTOS SOCIAIS E UNIVERSIDADE: CONSTRUINDO IDENTIDADES E RECONHECIMENTO	87
4.1 MOVIMENTO NEGRO	98
4.2 MOVIMENTOS DE MULHERES	102
4.3 MOVIMENTO LGBT	108
4.4 MOVIMENTO INDÍGENA	114
4.5 IDENTIDADE E RECONHECIMENTO DAS LUTAS DO MOVIMENTO SOCIAL NA UNIVERSIDADE E NA SOCIEDADE: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS	118
4.5.1 <i>Identidade: “a dor e a delícia de ser o que se é”</i>	119
4.5.2 <i>Reconhecimento: presenças e lutas que transformam</i>	127
5 A UNIVERSIDADE COMO BEM PÚBLICO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA CONTEMPORÂNEA.....	138
5.1 CRISE DA UNIVERSIDADE, PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI	138
5.2 A UNIVERSIDADE COMO BEM PÚBLICO: PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO PARA POTENCIALIZAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO.....	145
5.3 FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS.....	154
5.4 UNIVERSIDADE PÚBLICA E POTENCIALIZAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO	166
6 UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUJEITO POLÍTICO EM MOVIMENTO: OLHARES E EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS.....	171
6.1 UNIVERSIDADE PÚBLICA E MOVIMENTO SOCIAL: EXPERIÊNCIAS EM INTER-RELAÇÃO..	173
6.2 MOVIMENTO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES QUE REVIGORAM AS EXPERIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E POTENCIALIZAM O SUJEITO POLÍTICO	184
6.3 FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO	190
6.4 EXPERIÊNCIAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: ELEMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA A FORMAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO.....	195
6.5 UNIVERSIDADE PÚBLICA E MOVIMENTO SOCIAL: INTERLOCUÇÕES POSSÍVEIS	201
6.6 ENTRE “ALQUIMIAS” E ESPERANÇAS: CONSIDERAÇÕES DOS SUJEITOS SOBRE A PESQUISA	208
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	212
8 REFERÊNCIAS	225
APÊNDICE A	236
APÊNDICE B	238

1 INTRODUÇÃO

Para que a universidade pública assuma seu caráter de bem público, e de fato seja patrimônio do povo, precisa representar a diversidade desse povo, considerar suas diferentes cores e matizes. A forma como ela produz conhecimento e oferta formação caracteriza sua função e a aproxima de um ou de outro modelo de sociedade. Se o modelo desejado é aquele que contempla a diversidade cabe à universidade pública guiar-se pela intencionalidade de construir uma sociedade mais justa e humana, à revelia da avalanche que no sistema capitalista impulsiona a exacerbação do individualismo. Neste sentido é preciso que a universidade tenha a ousadia e o compromisso de se pintar com as diferentes cores que compõem o povo, e que o reinventa.

Com esta pesquisa, buscamos analisar os olhares dos estudantes ligados a Movimentos Sociais (MS) sobre a universidade pública na perspectiva de uma formação política, entendendo estes como olhares e saberes que buscam e propõem uma formação humanista e transformadora, tendo como contexto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As questões que serviram de base para esta análise se concentraram nas percepções de suas experiências na universidade e no movimento social em inter-relação. Destacamos as percepções acerca do papel da universidade pública na sua relação com a sociedade e em que sentido ela pode potencializar a constituição de um sujeito político. Desta forma, buscamos destacar a importância de uma universidade pública que problematize as contradições do modelo capitalista e contribua para a construção de uma sociedade na perspectiva contra-hegemônica.

Neste sentido, compreendemos a universidade como um espaço de formação política e consciência social. Propomos como objetivo geral explicitar os olhares de universidade pública que emergem na perspectiva dos estudantes universitários engajados em movimentos sociais, bem como as experiências marcantes na universidade para a potencialização dos sujeitos políticos. Buscamos com isso dar testemunho de lutas e conquistas vivenciadas por sujeitos políticos como os investigados nesta pesquisa.

Como fundamentação para este estudo, revisamos produções teóricas comprometidas com a transformação social na perspectiva contra-hegemônica, bem como documentos institucionais que evidenciam as políticas institucionais da Universidade. Procuramos valorizar entre as referências, aquelas que destacam as lutas dos movimentos sociais pelo reconhecimento. Através de uma abordagem qualitativa, buscamos identificar atores e práticas político-institucionais inclusivas e transformadoras, bem como os possíveis desdobramentos,

interlocuções entre movimentos sociais e universidade para a educação superior e para os agentes sociais incluídos neste processo. Esta pesquisa traz como pressuposto axiológico a universidade como bem público, que, para além do conhecimento técnico, se constitui em um espaço de formação política e de implementação e fortalecimento das políticas de reconhecimento, fazendo-se assim vetor de transformação social. Nesse contexto, captamos as percepções dos sujeitos engajados em movimentos sociais a forma como suas experiências políticas mais amplas se articulam com a experiência da universidade, na perspectiva da universidade como bem e espaço público.

Para dar conta deste debate, propomos a análise a partir de três eixos temáticos: sujeito político; movimento social; e universidade pública. Nestes eixos, articulo as contribuições teóricas dos autores de referência para demarcar os sentidos e caminhos na minha aproximação com a realidade investigada. A organização da dissertação em eixos busca uma melhor compreensão das categorias básicas deste trabalho.

Os eixos são construídos a partir de uma revisão bibliográfica, exposta ao longo dos capítulos, pela qual formulo um entendimento acerca destas categorias. São elas que orientam meu olhar sobre a realidade. Assim, apresento agora as principais definições que, emergindo de minha leitura da teoria, sustentam os eixos temáticos, e cujas bases serão aprofundadas nos capítulos que seguem.

Movimentos Sociais são organizações sociais nas quais os participantes se identificam com as lutas, reivindicações, e compondo um coletivo levam suas percepções e compreensões aos espaços ocupados. O MS, conforme Gohn (2012, p. 14), “[...] é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural”. Os MS aqui identificados (de mulheres, negros, indígenas e LGBT¹) vão além da definição marxista de luta social, com viés econômico, na perspectiva de luta de classes definidas pela posição ocupada na cadeia de produção. Buscam o reconhecimento social de suas lutas e suas causas, que se fundam substantivamente em caracteres identitários. Na perspectiva de autores como Maria da Glória Gohn e Boaventura de Sousa Santos, enquadram-se na categoria de novos movimentos sociais (NMS). Esses grupos buscam igualdade de direitos e justiça social. Por fim, os MS se reconhecem como sujeitos políticos. São, portanto, a possibilidade de visibilização das lutas e da busca por reconhecimento e transformação social. Para Arroyo

¹ Conforme Facchini, LGBT é “uma sigla que designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Em alguns locais no Brasil, o T, que representa a presença de travestis e transexuais no movimento, também diz respeito à transgêneros, ou seja, pessoas cuja identidade de gênero não se alinha de modo contínuo ao sexo que foi designado no nascimento (*crossdressers*, *drag queens*, transformistas, entre outros)” (FACCHINI, 2015).

(2003, p. 42), “os ‘novos’ atores sociais reinterpretam normas, valores, lógicas, saberes, padrões culturais. Criam novos significados”.

Sujeito político é aquele que se considera parte da sociedade e, portanto, acredita que suas ações podem interferir nos destinos e caminhos que a sociedade assume. Em Gohn (2012), sujeito se refere ao caráter protagonista e ativista de indivíduos e grupos sociais. Dussel (2007) destaca o povo como categoria política de onde emana um poder que ele denomina “*potentia*”. Estas definições estão ainda de acordo com Arendt (2013) para quem a política de estabelece como relação e liberdade de agir, e com Santos (2012b) para quem a política pressupõe “visão de conjunto”. Podemos aferir que o sujeito político se envolve nas questões sociais de diferentes formas e ações. Compreende a política muito além das questões partidárias e/ou políticas institucionais, mas percebe a política como constitutiva de sua própria vida e formação humana, levando-o para a ação social das mais diferentes formas, inclusive nos coletivos identitários.

A *universidade pública* é apresentada aqui como espaço público de construção de conhecimento com força de transformação social. Santos (2010a) reconhece a universidade pública como um bem público com características e funções específicas, como espaço de construção de conhecimento e formação humana, assim como de debate e diálogos, um “espaço público privilegiado de discussão aberta e crítica” (SANTOS, 2010a, p. 111). A ideia de público, afirma Genro (2000) vai além do espaço coletivo, de participação, mas é indicativo de um espaço de intervenção possível, definindo políticas e direcionamentos. O público em Chauí (2001) é definido como espaço social de interesse coletivo, constituindo a cidadania. Para muito além de um conhecimento técnico, a universidade pública deve reconhecer sua função social e seu papel político de construção de conhecimento com ênfase na formação humana e na consciência social. Deve se constituir em espaço democrático a formar sujeitos políticos capazes de romper paradigmas. É essencial que ela tenha como premissa o atendimento das necessidades do público e não os interesses privados, mais especificamente, do capital. Para Fiori a universidade deve “ligar-se às raízes populares”, à realidade cultural atendendo aos problemas e conflitos de seu meio histórico, ao “escutar as exigências do povo na ultrapassagem crítica da situação vivida e buscar solucioná-las” (FIORI, 1991, p. 49). O exercício da função social da universidade envolve garantir a presença e a voz dos diferentes públicos que compõem a sociedade. A universidade pública não pode se eximir de seu importante papel formador de seres humanos, não apenas de bons profissionais. Trata-se de uma formação humana, crítica, que aqui consideramos ter como componente fundamental a formação política, que desperte reflexões acerca do ser e estar no

mundo; de seu papel enquanto indivíduos, conscientes dos desafios e possibilidades de intervenção enquanto sujeitos sociais; de um posicionar-se e exercer o direito à cidadania.

Articular estes três grandes eixos temáticos: sujeito político; movimento social; e universidade pública foi um desafio, considerando a densidade e representatividade de cada um, assim como sua importância estratégica. Entendemos que a articulação entre os eixos potencializa cada um e o conjunto, contribuindo no processo de transformação de uma sociedade que, ainda embrionariamente, apresenta sinais de rupturas e avanços no que se refere à democratização, inclusão social e reconhecimento das diferenças, construção de cidadania.

1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS

Apresentamos como problema de pesquisa, a ser abordado a partir dos estudantes, considerando sua experiência de participação nos movimentos sociais, a seguinte questão: Que olhares de universidade pública emergem na perspectiva dos estudantes universitários engajados em movimentos sociais e que experiências são marcantes na Universidade para a potencialização desses sujeitos políticos?

A partir deste problema, algumas questões serviram de base para a investigação:

- Qual a ideia de universidade pública na perspectiva dos estudantes engajados em movimentos sociais? Em que sentido esta experiência política contribui para repensar a universidade no fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão?
- Como a experiência destes estudantes na universidade pública contribui para a potencialização do sujeito político, incidindo em sua ação no movimento social e no fortalecimento do sujeito político?
- Em que medida esses estudantes percebem a contribuição destes movimentos sociais para fortalecer a universidade como bem público?

Para dar conta deste problema, propus o seguinte objetivo geral:

- Explicitar os olhares de universidade pública que emergem na perspectiva dos estudantes universitários engajados em movimentos sociais, bem como as experiências marcantes na Universidade para a potencialização dos sujeitos políticos.

Como objetivos específicos para detalhar a investigação e dar conta do objetivo geral, estabeleci as seguintes metas:

- Analisar as concepções de universidade pública para os estudantes e suas perspectivas no fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão como processos de intensificação na relação universidade e sociedade.
- Compreender as experiências dos estudantes na universidade e as mútuas influências entre universidade e movimentos sociais, identificando o significado e a forma de participação dos estudantes nas experiências universitárias.
- Analisar as contribuições das experiências dos sujeitos nos movimentos sociais, para revigorar a ideia de universidade como bem público e, conseqüentemente, como espaço de formação do sujeito político identificado com práticas políticas emancipatórias.

1.2 MOTIVAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

A opção pelo tema universidade pública e sujeito político: olhares dos estudantes engajados em movimentos sociais deve-se, em grande medida, à minha trajetória acadêmica e profissional na área da educação, bem como a meu interesse pela política. Meu interesse e envolvimento com a educação é de longa data, como estudante e docente, assim como minha crença no seu poder de transformação social, que, para além dos espaços formais, se constitui em espaços múltiplos e diversos, como nos movimentos sociais, organizações e outros em uma perspectiva de formação humana e integral. Acompanho também as lutas pela valorização da educação pública nas últimas décadas. Com esta dissertação, meu desejo é contribuir cada vez mais e melhor na luta por uma educação pública de qualidade social.

Minha trajetória de vida foi determinante na escolha do tema. Sou formada em História com Especialização em História Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Fui professora de História e alfabetizadora em escola pública estadual. Como professora de História, atuei também na Educação de Jovens e Adultos, com experiências bastante significativas. Trabalhei no Setor Pedagógico da 3ª Coordenadoria Regional de Educação, em 2001 e 2002. Como professora estadual, participei do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS), em atividades de formação e mobilizações. Nessa caminhada, reconheci a vinculação ao partido político (Partido dos Trabalhadores) e o apoio aos movimentos sociais e suas lutas como importantes para a construção de uma sociedade mais justa e humanitária. Compreendo que articular a participação nos movimentos sociais à universidade pública pode potencializar a formação de um sujeito político, pois os espaços formais se mostram muitas vezes limitados e fechados em

si mesmos e, por outro lado, a universidade pode se apresentar como espaço de diálogos e construção de saberes significativos aos movimentos sociais. Este diálogo me parece importante para a construção de uma universidade e sociedade na perspectiva contra-hegemônica.

Além destas razões, gostaria de destacar que, quando estive na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2005, muito feliz por poder fazer a matrícula do meu enteado, aprovado no vestibular para o curso de Física, fiquei surpreendida ao ver escrito nos muros da universidade algo semelhante a: “negro só se for na cozinha do RU²” e “Negro, volta para a senzala”. Foi difícil crer que, em pleno século XXI, essas concepções, de total desrespeito ao ser humano, ainda estivessem presentes, especialmente na universidade pública, espaço onde os direitos humanos e a consciência social deveriam estar maximizadas. Fiquei por muito tempo intrigada, acometida por inúmeros questionamentos: que conhecimento está sendo construído na universidade? Onde está o limite entre democracia, liberdade de pensamento e afronta e desrespeito aos direitos humanos? Estava sendo construída uma consciência social e política na universidade ou apenas conhecimento técnico?

Contribuí, também, para a definição do tema minha participação nas disciplinas ofertadas para alunos especiais no Programa de Educação Continuada (PEC) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFRGS) pela professora Maria Elly e pelo professor Jaime Zitkoski me aproximaram ainda mais das leituras de Boaventura de Sousa Santos e Hannah Arendt. Passei a me dedicar às leituras e reflexões acerca do papel social da universidade, bem como às reflexões acerca das epistemologias do sul e da possibilidade de construção de uma Ecologia de Saberes para um conhecimento emancipação (SANTOS, 2008), liberto dos paradigmas hegemônicos como alternativas de superação da concepção moderna de universidade, onde o conhecimento técnico, disciplinar é supervalorizado em relação à formação humanista e política. A participação no seminário “Outras economias: universidade e educação popular no século 21”, com Teresa Cunha, foi um momento de encontros, reencontros, partilhas, arte, poesia, vivências, conhecimento emancipação. Pela primeira vez estudei o “xitique”, uma prática de economia solidária que acontece em Moçambique, um conhecimento com o qual jamais tive contato em anos de estudo. Um novo olhar sobre a África se agrega aos olhares já experimentados, assim como uma forma diferenciada de construir o conhecimento. Portanto, novos olhares geram novos saberes. Estes olhares precisam se tornar presença na universidade, precisam se tornar “credíveis” e válidos

² RU refere-se ao restaurante universitário.

(SANTOS, 2008, p. 16). Enfim, debatemos conhecimentos e saberes até então ignorados pela academia. Passei a refletir sobre estas questões considerando meu tema de pesquisa “formação política na universidade”.

1.3 A RELEVÂNCIA DO TEMA: OLHARES E DIÁLOGOS COM A REALIDADE

A pesquisa se justifica, ainda, pela necessidade de reafirmar o papel social da universidade pública como bem público, como espaço de formação política e emancipação social para construção da cidadania, tendo como enfoque a percepção dos estudantes engajados em movimentos sociais. Este estudo busca reconhecer e visibilizar grupos e ações que se colocam na perspectiva de uma sociedade mais justa e humana, reconhecendo o possível espaço de transformação social e universitária, produzido a partir das interlocuções destes grupos com a universidade. Considero necessário conhecer o quanto percebem de formação humanista e política na universidade, e em que espaços identificam essa formação. Entendemos que as experiências trazidas por esses estudantes podem ser traduzidas e apropriadas pela universidade como conhecimento contra-hegemônico.

As experiências na educação, bem como o contexto social e político com suas emergências e urgências, encaminharam à reflexão acerca da necessidade de outros olhares sobre a universidade pública e os saberes nela produzidos. Daí o tema da pesquisa – Universidade Pública e Sujeito Político: olhares dos estudantes engajados em movimentos sociais. Os olhares aqui abordados são de estudantes que têm alguma atuação política e/ou articulação com movimentos sociais considerados “novos”. A opção por estes grupos, especificamente, se deve ao ingresso de estudantes negros e indígenas a partir da política de cotas; à presença de estudantes negras nas turmas que eu frequentei e à sua vinculação ao movimento; ao contato com uma estudante integrante do grupo LGBT e sua defesa de dissertação bastante significativa (GUSTAFSON, 2013); à existência de grupos feministas na universidade, identificados por meio das redes sociais, sites, amigos e colegas.

Como um exemplo de instância voltada para esses grupos, apontamos a existência do Fórum de Ações Afirmativas na UFRGS, que reúne para o debate diferentes segmentos da universidade e constitui-se como uma

[...] frente ampla que reúne Movimento Estudantil, Movimento Social, Movimento Negro e outros segmentos organizados com o objetivo de repensar as Ações Afirmativas, implementadas na UFRGS em 2007, em regime experimental, visando a manutenção e ampliação das cotas e ampliação da permanência estudantil para esses alunos (FÓRUM DE AÇÕES AFIRMATIVAS UFRGS, 2011).

Partindo destas motivações iniciais, fortaleci minha convicção no estudo do tema a partir da compreensão acerca do papel social da educação, em especial a educação pública. A educação se torna força de transformação social à medida que pensada e promovida com tal objetivo. Bombassaro (2013, p. 7) afirma que: “tomada conceitualmente, a educação é um processo transgeracional de transmissão, conservação e transformação de conceitos e valores que caracterizam toda produção simbólica material e imaterial dos seres humanos”. Assim, a educação pública, enquanto processo formal de produção de conhecimento e constituição de cidadania tem a função de constituir sujeitos individuais e coletivos, atores críticos da realidade social, na busca da reflexão e ação para transformação social e para construção de uma sociedade mais justa e humana.

Os três eixos – sujeito político; movimento social; e universidade pública – formam a base desta discussão, que busca alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico, que se distancia das questões humanas mais caras. O contexto sócio-político atual nos mostra que o avanço e fortalecimento do sistema capitalista globalizado motivaram a supervalorização do consumo e nas relações o fortalecimento do individualismo e a busca do lucro como único fim. As práticas políticas seguiam este pensamento e orientações. Para Genro (2000),

As questões que dizem respeito aos direitos, às representações de interesses e às informações, são respondidas, dentro da visão mercadológica, pelo consumo privado e pelos meios de comunicação de massa, desconstituindo valores democráticos que digam respeito aos interesses públicos. Submete-se, assim, o debate contemporâneo aos aspectos meramente econômicos, identificando desenvolvimento econômico com desenvolvimento social. (GENRO, 2000, p. 31).

Os meios de comunicação contribuíram significativamente para a disseminação desses valores e o mercado passa a ser o fim último não apenas do sistema privado, mas também a direcionar as políticas públicas. Genro destaca este poder do mercado em todas as esferas: “a lógica do mercado submete a política e as demais esferas da vida às regras do comércio e da publicidade, do espetáculo e da corrupção, negando a possível construção das relações sociais como exercício de cidadania permanente [...]” (GENRO, 2000, p. 31).

Milton Santos (2012) também faz referência ao caráter nefasto da globalização do final do século XX. O autor afirma que “os últimos anos do século XX testemunharam grandes mudanças em toda a face da Terra. O mundo torna-se unificado – em virtude das novas condições técnicas, base sólida para uma ação humana mundializada. Esta, entretanto, impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa” (SANTOS, 2012a, p. 36).

Vivemos hoje um fascismo social, afirma Santos (2008) resultado da crise do contrato social da modernidade. O contrato social garante a legitimidade do poder público, estabelece normas e regramentos. Diferente do fascismo instituído nas décadas de 1930 e 1940, protagonizado pelo poder estatal, a exemplo do estado totalitário protagonizado por Hitler, o novo fascismo é alargado, se espalha por setores e grupos sociais, tem vieses econômico, religioso, étnico e também político. O fascismo social, definido por Boaventura representa a dominação de um grupo social sobre outro. Vivemos indícios de fascismo social em atitudes individuais e coletivas, um fascismo fortalecido pela crise do capitalismo atual, em que a busca ou reinvenção de direitos gera, por outro lado, resistências. Vivemos diferentes formas de fascismo, como *apartheid* social, onde o luxo e ostentação convivem lado a lado com a miséria e exclusão. O fascismo de estado paralelo ocorre quando não há coerência entre o direito escrito e a ação prática do estado. O fascismo paraestatal representa a apropriação privada do espaço público e ocorre com os processos de privatização e eu diria, também, como os processos de terceirização. Estas e outras formas de fascismo tornam a sociedade fragilizada (SANTOS, 2008).

O fascismo social passa, também, pelo não reconhecimento de algumas minorias ou grupos que foram feitos minoria, como afirma Santos (2008) em um processo que suprime direitos de grupos étnicos e de gênero, por exemplo, os NMS aqui abordados. Os inúmeros litígios sociais demonstram uma sociedade marcada pelas cicatrizes de um sistema que exclui, discrimina e invisibiliza grupos sociais e indivíduos. A universidade pública se prestou durante muito tempo a reproduzir este modelo, ignorando em certa medida as questões sociais. O reconhecimento destas lutas e o envolvimento neste processo mostram a possibilidade de ação da universidade na instituição de novos debates e proposição de ações que possam romper com estes paradigmas.

Santos (2012b) destaca o poder tirano do dinheiro e da informação, constituindo-se em bases do sistema produtivo, fomentando a competitividade e o surgimento de “novos totalitarismos”, alimentando o fascismo social. Afirma o autor que,

A competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala. Tem as mesmas origens a produção, na base mesma da vida social, de uma violência estrutural, facilmente visível nas formas de agir dos Estados, das empresas e dos indivíduos. A perversidade sistêmica é um dos seus corolários (SANTOS, 2012b, p. 36).

A competitividade se constitui na espinha dorsal do sistema, impondo suas lógicas e concepções que atendem aos interesses do mercado, o que dita as regras, especialmente nos países do sul, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

A universidade pública pode aprofundar ou se contrapor a estes paradigmas, quiçá rompê-los. A busca de novos paradigmas passa por um processo de politização da sociedade, de tomada de consciência social e política, e alteridade³ que levam a justiça social. Precisamos pensar em caminhos que levam a outro modelo, alternativo e de resistência ao modelo hegemônico.

A universidade tem um papel fundamental no pensar e fazer de novas políticas, inovar na ruptura e constituição de novos paradigmas. O conhecimento construído na universidade precisa dar conta da formação de um sujeito com excelente formação técnica, mas também com uma formação política e humanista, para utilização deste conhecimento de forma ética, considerando as questões ambientais, os direitos humanos, a justiça social, ou seja, a formação em seu sentido integral, buscando a formação de um ser humano pleno. Por formação técnica enfatizamos a preparação técnico-operacional cuja única finalidade seria a preparação profissional com a adequação social “que habilite todo profissional a inserir-se, azeitadamente, na cadeia da produção econômica” (SEVERINO, 2010, p. 33). Severino (2011, p. 20) fundamenta esta afirmativa, para quem, “educação ética e política” podem construir uma percepção “crítica do mundo”, portanto ciência e técnica produzem uma “prática pedagógica consciente se articuladas com uma intencionalidade política. Neste sentido, a presença dos MS na universidade e em todos os setores da educação aponta para novos paradigmas, novas perspectivas de construção de conhecimento. Conforme afirma Arroyo (2003, p. 43), os movimentos sociais “nos advertem que o conhecimento socialmente construído é muito mais diversificado do que as áreas curriculares pensam. Eles nos recolocam questões complexas no campo da sociologia do conhecimento. No campo da construção e apreensão do conhecimento”. O conhecimento que buscamos deve nos conduzir ao *bem viver*⁴, a construção de uma vida plena de significados em todas as suas dimensões

³ “Alteridade (ou outridade) é a concepção que parte do pressuposto básico de que todo o homem social interage e interdepende do outro [...]. Relação de sociabilidade e diferença entre o indivíduo em conjunto e a unidade, onde os dois sentidos interdependem na lógica de que para constituir uma individualidade é necessário um coletivo. Dessa forma eu apenas existo a partir do outro, da visão do outro, o que me permite também compreender o mundo a partir de um olhar diferenciado, partindo tanto do diferente quanto de mim mesmo, sensibilizado que estou pela experiência do contato”. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Alteridade>>. Acesso em: 06 set. 2015.

⁴ Caregnato e Genro (2015) definem bem viver como uma expressão “inspirada na ética dos povos indígenas originários da América Latina e expõe a finalidade de ruptura com lógicas ocidentais de supervalorização do que se chamou de desenvolvimento, do consumo e de utilitarismos. Ela enfatiza a necessidade de realização de vida

(ética, estética, social, política, econômica). Um equilíbrio necessário para garantir a vida humana e todas as outras formas de vida (vegetal e animal) do planeta.

Quando nos debruçamos sobre a construção do conhecimento na universidade, Chauí (2001), em *Escritos Sobre a Universidade*, destaca que esta não foi sempre assim, e revela sua surpresa ao palestrar na universidade e perceber que os estudantes a veem como espaço de profissionalização e competição revelando sua vocação para o mercado acreditando que sempre teria sido assim. Ela destaca que ao lerem os textos do livro perceberão que em outros tempos a universidade esteve bem menos preocupada com as questões do mercado e os debates em torno dela envolviam muito mais as questões da cultura e outras como a liberdade, a justiça social, a igualdade e o significado do conhecimento no momento em que o país lutava pela democracia.

Entendemos que este debate precisa ser resgatado e fortalecido na universidade, e está sendo, ainda que timidamente, e em especial nas universidades pública com a implementação de novas políticas, como a de cotas, fortalecendo debates em torno da inclusão, reconhecimento das diferenças, justiça social. Estas questões estão ligadas ao processo de redemocratização do país e, em especial, ao debate em torno da democratização das universidades públicas brasileiras fortalecido há pouco mais de uma década.

A democratização dos espaços públicos se constitui em uma das bandeiras de luta do MS, basta ver o quanto o MS se envolveu na implantação da política de cotas na universidade pública, por exemplo. Estas são lutas históricas e sua efetivação demarca o reconhecimento e ampliação de direitos de grupos invisibilizados e minorias. Este debate precisa estar presente na universidade, se quisermos afirmar o exercício da cidadania como a efetivação de processos democráticos nas instituições públicas, que vem a ser uma face da constituição própria da democracia.

Ao trazer o conceito de democracia, Chauí, colabora na definição do conceito de política atrelando o conceito à

“invenção da política” pelos gregos e romanos, isto é, a passagem do poder despótico privado (fundado na vontade pessoal e arbitrária do governante como *despótes*, isto é, como pai ou chefe da família) ao poder propriamente político como discussão, deliberação e decisão coletivas realizadas em público, sob o direito e as leis (CHAUÍ, 2001, p. 10).

A democracia passa a ser a “forma geral” da sociedade não sendo apenas identificada

com o regime político ligado à forma de governo. Determina, dentre outras coisas a legitimidade do conflito, assim como sua necessidade; se define pelos princípios da isonomia, representando a igualdade perante a lei, e da isegoria, significando o igual direito de expor e discutir opiniões em público. Caracteriza-se por ser aberta a mudanças, com alternância no poder, o que significa que ele pertence à sociedade; e especialmente por representar

[...] a única forma sociopolítica na qual o caráter popular do poder e das lutas tende a evidenciar-se nas sociedades de classes, na medida em os direitos só ampliam seu alcance ou só surgem como novos pela ação das classes populares contra a cristalização jurídico-política que favorece a classe dominante. Em outras palavras, a marca da democracia moderna, permitindo a passagem de democracia liberal para democracia social, encontra-se no fato de que somente as classes populares e os excluídos (as “minorias”) sentem a exigência de reivindicar direitos e criar novos direitos (CHAUÍ, 2001, p. 11).

Uma das dificuldades da sociedade brasileira, afirma Chauí, está em instituir e conservar a cidadania. A cidadania implica o direito à liberdade de participação e de luta pela busca de direitos. Para a autora,

A cidadania se constitui pela e na criação de espaços sociais de luta (os movimentos sociais, os movimentos populares, os movimentos sindicais) e pela instituição de formas políticas de expressão permanente (partidos políticos, Estado de Direito, políticas econômicas e sociais) que criem, reconheçam e garantam a liberdade e igualdade dos cidadãos, declaradas sob a forma dos direitos. Em outras palavras, desde sua fundação, a democracia é inseparável da ideia de espaço público. Ou melhor, é com ela que nasce a ideia e a instituição do espaço público, à distância do espaço privado da família, da economia e da religião (CHAUÍ, 2001, p. 12-13).

A relação direta entre democracia e espaço público está evidente no texto. O público define espaços sociais, de interesses coletivos. A dificuldade em instituir a democracia no Brasil decorre de sua herança autoritária, da hegemonia neoliberal, ou seja, o espaço público encontra dificuldade de se constituir efetivamente (CHAUÍ, 2001, p. 13).

A sociedade brasileira, afirma Chauí (2001) é caracterizada por sua herança colonial e escravista, formada por uma estrutura patriarcal e hierarquizada em que as relações sociais são marcadas pelas relações de poder e as diferenças vistas como desigualdades. Os espaços privados predominam sobre os públicos e o outro não é visto e reconhecido como sujeito de direitos. Portanto, a desigualdade é marca da opressão.

Esta herança está impregnada em nossa sociedade impondo resistência a qualquer tipo de mudança. Construindo barreiras e entraves aos avanços democráticos e às políticas sociais de distribuição de renda. Prova disto está nas grandes campanhas feitas nas universidades contra a política de cotas. Ainda que tenhamos que reconhecer os avanços que, apesar das resistências, ocorreram na última década, precisamos também vislumbrar os grandes desafios

que ainda estão pela frente no sentido de romper paradigmas tradicionais e construir um paradigma contra-hegemônico.

As premissas do neoliberalismo, o Estado mínimo e a busca desenfreada do lucro, que tem por consequência a exclusão e injustiça social, fortes nas últimas décadas do século XX e, de certa forma, freadas na primeira década do século XXI no Brasil, voltam a aparecer com força total, reavivadas por um congresso bastante conservador e neoliberal. Além disso, as manifestações conservadoras ensejando retrocessos nos direitos sociais e nas regras do funcionamento político do país, que presenciamos no país nos últimos meses nos preocupam e trazem questionamentos quanto ao papel da formação que as instituições educativas operam em nossa sociedade. Estes fatos também mostram o quanto o debate sobre a presença de outros olhares na universidade é importante. A consciência social e política orientam os rumos de uma sociedade. O entendimento de que a universidade se constitui em espaço formador de consciência foi (e segue sendo) amplamente defendido por intelectuais como Anísio Teixeira, que acreditou na possibilidade e necessidade de uma universidade autônoma, democrática e progressista e⁵,

Nesse sentido, era preciso construir uma universidade que se constituísse como o cerne da própria consciência do povo brasileiro. Consciência preparada e alargada pela cultura nacional (TEIXEIRA, 1988). Para Anísio Teixeira (1988), a universidade deveria ser a própria consciência nacional. Assim, seria preciso legitimar-se como instituição formadora e propagadora do saber na sociedade, cabendo à instituição, incumbida da preparação intelectual dos agentes dentro de uma perspectiva progressiva, livre e autônoma, auxiliar o sentimento democrático e moderno de toda a sociedade (BERTOLLETTI, 2012, p. 17).

E a universidade, como espaço de formação de consciência social e política, tem importante papel neste debate, fortalecido pela presença e atuação dos movimentos sociais. Quando o MS se coloca como agente político de transformação, suas concepções e práticas podem contribuir para a democratização e ampliação da função social da universidade.

Não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, as políticas neoliberais geraram um aumento das desigualdades provocando exclusão social. Nessa arena, porém, também verificamos um avanço nas lutas que se contrapõem a este modelo. Conforme Gohn (2013, p. 96), na América Latina é possível perceber “uma rearticulação de lutas e movimentos sociais que se opõem ao modelo econômico vigente e a situação de desemprego e miséria que as políticas neoliberais têm gerado nas últimas décadas”.

⁵ A obra referida pela autora é: TEIXEIRA, Anísio. **Educação e Universidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1988.

Em entrevista à agência de notícias Carta Maior, o ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica fala de Darcy Ribeiro e de sua concepção quanto ao papel da universidade. O ex-presidente do Uruguai faz críticas à formação universitária contemporânea por estar atrelada ao modelo de desenvolvimento capitalista.

Acho que Darcy era um prisioneiro de sua própria fé, de seu próprio entusiasmo. Não tenho dúvida de que a educação é um componente imprescindível para uma sociedade melhor, mas com isso não chega. A formação universitária de caráter contemporâneo sofre e, em grande medida, está embebida de capitalismo por todos os lados, e tende a reproduzir quadros intelectuais, acadêmicos, que afinal acabam sendo funcionais para o próprio capitalismo. Não gera necessariamente quadros para uma sociedade diferente ou para que lutem por uma sociedade diferente. Isto acho que não se podia ver na época de Darcy (MUJICA, 2013).

O texto tece uma crítica à formação universitária que reproduz o modelo capitalista, servindo suas necessidades e atendendo seus princípios. Se contestamos este modelo por suas consequências, precisamos por outro lado construir alternativas e estas passam pela formação universitária que para além de problematizar este modelo, construa e proponha novos paradigmas. Considerando a perversidade da realidade produzida por este modelo, precisamos destacar os movimentos que vêm fazendo um contraponto a este modelo e que, com algum sucesso, conseguem barrar, ainda que timidamente, o seu avanço. A universidade pública, por seu caráter de busca do bem coletivo, do bem público, em sintonia com as lutas dos movimentos sociais organizados, pode contribuir significativamente para a construção de paradigmas contra-hegemônicos. Suas experiências, concepções e práticas possibilitam a construção de novas aprendizagens que, incorporadas à teoria e prática universitária, inclusive de gestão e formas democráticas de participação e construção de conhecimento.

Os movimentos sociais reconhecidamente se constituem em contraponto a esta lógica, pois articulando ações coletivas buscam estabelecer um novo debate em torno do que possa ser realmente significativo para a sociedade. Apontam novos valores e possibilidades de articulação. Conforme Genro (2000),

Na contraposição a esse paradigma sistêmico, de consumo capitalista, fundamentado na desigualdade, no desperdício e na destruição do meio ambiente, se reconfiguram novos paradigmas, produzidos por diversos movimentos sociais e instituições, buscando a revitalização das energias de auto/realização articuladas com projetos coletivos que objetivem a satisfação das necessidades humanas fundamentais. Pensar o consumo em tal ótica significa privilegiar o humano em detrimento dos interesses da acumulação, exercitando diferentes formas de consumo onde o mercado não seja a única instituição organizadora; possibilitar a outras instituições a efetivação de práticas solidárias, com diferentes necessidades humanas em diferentes contextos culturais, atravessadas não somente pelo desejo de objetos mas pelo desejo de intersubjetividade. É indispensável que o desejo de ter não consuma o ser e não anule as possibilidades de construção de uma sociedade fraterna (GENRO, 2000, p. 34-35).

A constatação a partir das teorizações aqui expostas de que um novo paradigma possa ser construído aponta uma possibilidade de estabelecer novas políticas, valores e conceitos que não tenham a perspectiva capitalista como fundamento e única possibilidade de existência e desenvolvimento. Genro (2000), destaca a transição paradigmática que estamos vivendo, entre o paradigma da modernidade em crise e um novo paradigma.

O mundo globalizado que se configura no final do século XX, afirmam Gohn e Bringel (2012), rearticula novas formas de dominação, com novas ações dos agentes econômicos e novas políticas de Estado, em que este passa a ser gestor e não mais promotor de serviços. Este novo cenário é moldado pela complexidade e pelas sutilezas aportadas pelos processos que embute a globalização, demarca novas formas de organização e mobilização, um ativismo internacional com novas temáticas e propostas de ação. Entre essas novas dinâmicas, destacam os autores, ocorre

Uma renovação dos atores sociais (que compartilham e dão sentidos diferentes à cena da mobilização social e da ação coletiva), que se diferenciam das gerações de militantes dos anos 1960-1980 (socializadas com experiências e influências diversas: das esquerdas, da oposição aos regimes políticos locais, especialmente aos regimes militares, da atuação da Igreja cristã na América Latina nas décadas de 1970 e parte de 1980, e do cenário sócio-econômico de profundos contrastes e injustiças sociais). O reencaixe temático das lutas e movimentos levou também ao reposicionamento de sujeitos políticos relevantes (como é o caso, por exemplo, dos indígenas na região andina, de um ativismo rural cada vez mais proativo em diferentes regiões do mundo, e de movimentos de luta em defesa da diversidade cultural, sexual etc.) (GOHN; BRINGEL, 2012, p. 8-9).

Os cenários internacional e regional passam por mudanças significativas na última década. Segundo Gohn e Bringel (2012), essas mudanças configuram uma crise econômica e disputas de hegemonia, nas quais a América Latina se posiciona com mais autonomia no cenário global e o Brasil aumenta sua relação com os latino-americanos.

Este cenário mostra a importância de trazer os MS e seus integrantes, para o debate na academia, considerando que estes têm importância fundamental para as transformações sociais na sociedade contemporânea. Nesse sentido, tenho presente a perspectiva de que “[...] os movimentos sociais continuam sendo atores centrais (ainda que logicamente não exclusivos nem portadores da ‘melhor’ ou ‘única’ mensagem transformador) dos processos e dinâmicas de protestos e lutas por mudanças e justiça social no mundo contemporâneo” (GOHN; BRINGEL, 2012, p. 11).

O que se observa diante deste cenário é o surgimento de novos paradigmas, que rompam com concepções mercadológicas globalizantes. Santos (2010a) aponta, neste contexto, a necessidade de um novo paradigma também para a educação superior, que possa

dar conta destas mudanças que vêm ocorrendo na sociedade, ainda que de forma incipiente, com ênfase na cultura de redes, um processo solidário de transnacionalização da educação superior, e no conhecimento pluriversitário, caracteristicamente transdisciplinar, contextualizado e heterogêneo, dialogando com a diversidade de conhecimentos e formas de produzi-lo. Este conhecimento se contrapõe ao conhecimento universitário, caracteristicamente disciplinar e descontextualizado, em que ocorre a plena distinção entre conhecimento científico e os demais conhecimentos (SANTOS, 2010a). A aplicação do conhecimento pluriversitário, ainda que muitas vezes concretizado na parceria universidade-indústria, também tem sido em espaços e grupos não voltados ao mercado, com caráter solidário e cooperativo, constituindo-se por meio de “[...] parcerias entre pesquisadores e sindicatos, organizações não-governamentais, movimentos sociais, grupos sociais especialmente vulneráveis [...] comunidades populares, grupos de cidadãos críticos e ativos” (SANTOS, 2010a, p. 43).

Podemos afirmar que um novo paradigma também se constitui a partir de novas políticas públicas implantadas pelos governos de esquerda que na última década governam países da América Latina, muitas delas implementadas a partir das lutas dos MS que, em certa medida, apoiam estes governos. A universidade se constitui neste cenário como espaço de implementação de muitas destas políticas, como a política de cotas, a implantação do nome social e a própria ampliação da universidade pública abrindo espaços para sujeitos até então excluídos deste espaço.

A universidade pública tem papel fundamental no desenvolvimento econômico, social e político de uma nação, assim como no processo de fortalecimento da democracia e construção de uma sociedade com justiça social. Igualmente importante é a reflexão acerca da função social da universidade, acerca do conhecimento nela construído, dos atores que nela circulam – o que pensam sobre seu papel e a própria universidade, como se percebem enquanto sujeitos políticos. Pensar a universidade pública, seu papel social e seus desafios no contexto da globalização numa perspectiva de emancipação são um desafio para pesquisadores. Esse olhar sobre a universidade aponta para uma formação política e humanística. A pesquisa buscou compreender de que forma nossos estudantes engajados em movimentos fazem a leitura do papel social da universidade pública na perspectiva da potencialização do sujeito político, e como cada um se insere nesse processo. Ao mesmo tempo reafirma o importante papel que os movimentos sociais exercem na sociedade e as grandes transformações geradas a partir de suas lutas. A inter-relação universidade e

movimentos sociais potencializa a formação de um sujeito político reafirmando a função social da universidade pública.

Partindo desta introdução, o texto do projeto se desdobra em quatro outros capítulos:

No *Capítulo 2 – Construindo a pesquisa: perspectiva metodológica*, apresentamos a análise qualitativa como opção metodológica utilizada para a realização da pesquisa. Destacamos os sujeitos envolvidos e método de análise utilizado.

No *Capítulo 3 – Sociedade contemporânea e universidade: pensando o sujeito político*, destacamos a formação do sujeito político como elemento fundamental na construção da cidadania e a universidade como um espaço historicamente considerado de formação deste sujeito. Consideramos, também, a influência do processo de globalização neoliberal e suas consequências para a educação superior. Fazemos um breve resgate histórico acerca do acesso à educação e à universidade no Brasil, juntamente com uma contextualização das mudanças ocorridas na última década que, associadas a mudanças políticas no país, levaram à ampliação e à abertura da universidade. Destacamos a política como processo de emancipação e prática da liberdade, enfatizando a importância de uma formação política como forma de resistência e construção de saberes contra-hegemônicos na universidade. Como conclusões preliminares podemos afirmar que a formação política potencializa o sujeito, preparando-o para uma vida social ativa e engajada, a ter postura capaz de rearticular os sentidos encontrados em suas experiências de acordo com um paradigma de transformação. A formação política potencializa o sujeito, preparando-o para uma vida social ativa e engajada, a ter postura capaz de rearticular os sentidos encontrados em suas experiências de acordo com um paradigma de transformação. A participação social resulta do desejo e da necessidade de construir novas formas de atuação e organização da luta social e se entrelaça com o processo de politização construído ao longo da vida através da participação em espaços e organizações diversas, como a universidade e o MS.

No *Capítulo 4 – Movimentos Sociais e Universidade: construindo identidades e reconhecimento*, é dedicado a um breve estudo dos movimentos sociais. Destaco os grupos sociais presentes na universidade, que são objeto do meu estudo, e faço um breve relato sobre a constituição destes movimentos, bem como identificarei grupos e sujeitos desses movimentos presentes na UFRGS. No final do capítulo, destaco os aspectos empíricos em: Reconhecimento das lutas do movimento social na universidade e na sociedade – percepções dos sujeitos. Como resultado, podemos afirmar que, cada sujeito sente-se parte do movimento, contribuindo para a constituição do “sujeito coletivo”. Na universidade, a identidade construída no MS em torno a lutas comuns pode se fortalecer com o encontro de

seus pares na busca por reconhecimento social, assim como pode ser desconstituída quando obrigada a se formatar a estrutura. O reconhecimento é percebido como forma de empoderamento e engrandecimento pessoal dos sujeitos e do MS. O reconhecimento do MS é percebido em certa medida na universidade pela presença dos sujeitos em movimento e grupos de pesquisa. Na sociedade o reconhecimento é notado em algumas ações, porém ainda invisibilizado e pouco reconhecido.

O *Capítulo 5 – A universidade como bem público: perspectivas e desafios da universidade pública contemporânea*, resgata a trajetória da universidade brasileira nas últimas décadas, em meio às pressões econômicas internacionais, tratando da crise por que passa a universidade, bem como as possíveis alternativas. Aborda, também, transformações que ocorreram no cenário universitário nacional, que sinalizam para a constituição de novos paradigmas que potencializam uma universidade como bem público. Como resultado podemos destacar que: considerando o caráter público da universidade, os estudantes atribuem a ela responsabilidades e de democratização do acesso e inclusão social. A capacidade de potencializar o sujeito político se revela no diálogo com a sociedade em uma concepção de universidade aberta, democrática, inclusiva, que respeite as individualidades e possa se colocar também como agente de transformação social. Os sujeitos da pesquisa revelam que as fragilidades e desafios da universidade pública se apresentam na manutenção de estruturas tradicionais adequadas ao modelo de desenvolvimento capitalista, tendo por consequências, dentre outras a reprodução de uma formação marcada pelo modelo eurocêntrico, o acesso ainda restrito e certa acomodação de alguns integrantes da comunidade universitária. Potencialidades e possibilidades de mudanças são vislumbradas em ações pontuais de alguns sujeitos e grupos dentro da universidade que constroem ações e diálogos, propondo mudanças que buscam romper paradigmas, destacando o papel do professor como protagonista neste processo; em novas políticas que acenam para democratização do acesso; em espaços acadêmicos como os das ações afirmativas; na proposição de reformas curriculares tornando os currículos abertos à formação de uma consciência social e política sem prejuízo da formação técnica-profissional; na ampliação do diálogo entre a universidade e a sociedade, em especial os MS.

O *Capítulo 6 – Universidade pública e sujeito político em movimento: olhares e experiências dos sujeitos* é dedicado à articulação das percepções dos sujeitos quanto aos elementos dos três eixos, destacando suas experiências em inter-relação com a universidade pública e o movimento social, assim como as contribuições do MS que revigoram as experiências da universidade pública e potencializam o sujeito político. O capítulo destaca as

interlocuções possíveis entre universidade pública e movimentos sociais. Como resultados podem destacar que a presença do MS na universidade possibilita a troca de experiências significativas, contribuindo para a construção e o fortalecimento de espaços de manifestação e diálogo, fortalecendo a identidade dos indivíduos, dos coletivos e da instituição como agentes políticos. As lutas e experiências do MS em diálogo com a universidade contribuíram para a implantação de políticas importantes como as ações afirmativas, o nome social, a criação de novos cursos. A extensão foi apontada como espaço de maior interação entre universidade e MS. Por outro lado, ficou evidente, a necessidade de ampliar estes diálogos e fortalecer as lutas por reformas estruturais que promovam democratização e valorizem as diversidades. A formação universitária se constitui em possibilidade de empoderamento pessoal e coletivo, pelo conhecimento teórico e as experiências possíveis nos espaços acadêmicos. No entanto, ainda está marcada pelos paradigmas eurocêntricos. Apontam como desafios a construção de novos paradigmas que ampliem os diálogos com a sociedade assim como a importância e necessidade de se trabalhar na formação de professores para novas práticas, reafirmando o papel social da universidade e do ensino no processo de transformação social. Criar e fortalecer espaços de interlocução entre universidade e MS potencializa tanto a universidade quanto para o MS para a inserção e intervenção social.

Nas *Considerações finais*, busco mostrar como os fenômenos desenvolvidos nas esferas/momentos da participação nos movimentos sociais, da constituição do sujeito político e da inserção na universidade pública podem se agregar no fortalecimento da universidade pública como espaço de potencialização do sujeito político a partir de sua interação com os movimentos sociais. Busco, também, trazer os questionamentos que suscitaram da pesquisa na intenção de promover uma reflexão acerca do papel social da universidade pública e seus desafios e emergências. Buscamos também, apresentar algumas limitações e desafios que esta pesquisa suscitou. Por fim apresento as perspectivas sociais, políticas e educativas a partir do que encontramos em relação ao tema proposto no sentido de finalizar, mas também desafiar outros debates e reflexões acerca do papel social da universidade pública, seus sujeitos e desafios emergentes.

Os capítulos foram construídos com uma apresentação inicial, seguida do referencial teórico e ao final, em cada categoria sinalizada, apresentamos as falas dos sujeitos e síntese interpretativa destacando os núcleos de sentido.

2 CONSTRUINDO A PESQUISA: PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Construir os caminhos da pesquisa é desafiador. Desenhar por onde andar durante o processo, como fazer, definir sujeitos e fontes pode gerar angústias e incertezas. Afinal, os caminhos da pesquisa são decisivos no processo de produção do conhecimento. A abordagem proposta para a pesquisa pressupõe as teorias de fundamentação alinhadas, os autores de referência identificados e linhas de ação bem definidas.

A abordagem qualitativa, proposta para esta pesquisa, é a mais adequada, considerando o objetivo proposto. Para Minayo (2012), a pesquisa qualitativa propõe um modelo de análise da realidade que a pesquisa quantitativa não daria conta, pois trata de realidades que não podem e nem devem ser quantificadas. Para Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2012, p. 21).

Tratamos aqui da formação do sujeito político na universidade, tendo como objeto as concepções e visões dos estudantes envolvidos em movimentos sociais, em suas percepções da política e do papel social da universidade pública. Partindo de uma visão da universidade como instituição com uma função social crítica, buscamos detectar, com base nas considerações desses estudantes, presenças ou ausências de elementos constitutivos do espaço público e característicos do debate político contemporâneo.

Esta pesquisa é caracterizada como estudo exploratório, pelo seu caráter de descoberta dos processos aqui propostos, considerando que

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (GIL, 2008, p. 27).

Este trabalho se situa sobre interfaces, sobre compreensões identitárias e políticas, e exige uma heurística delicada que deve considerar os posicionamentos colocados pelos sujeitos em movimentos, associadas aos elementos fornecidos pela teoria. É necessário, portanto, um trabalho delicado de posicionamento e reposicionamento conforme os sujeitos se apresentam e apresentam suas trajetórias e perspectivas. Colocar a abordagem desde essa perspectiva teórica implica em uma abertura e uma sensibilidade para aquilo que “ainda não é”, para o novo em constituição, e ao mesmo tempo para as ausências.

Ao explorar a participação de estudantes de diferentes movimentos sociais, apresentando suas compreensões sobre formação e subjetividade política, busco articular entendimentos sobre como a universidade vem ou não cumprindo e pode cumprir uma parte fundamental de sua função social: uma formação consistente do sujeito político como cidadão potente, rebelde competente (SANTOS, 2012b), consciente de seu papel social e da diversidade existente em uma sociedade que necessita passar por uma aceleração evolutiva. Trato de buscar elementos que ensejam e caracterizam a proposição de uma universidade pública comprometida com a formação humanista, inclusiva, democrática.

Toda pesquisa é uma aventura para o pesquisador, que se embrenha em espaços pouco explorados na busca de significados e sentidos, para evidenciar ou mesmo articular novos saberes. A pesquisa requer uma organização prévia, e se apresenta em fases bem definidas. Conforme Minayo (2012), são três as etapas da pesquisa: *fase exploratória*, *trabalho de campo*, e *análise e tratamento do material empírico e documental*.

A *fase exploratória* é quando o objeto da pesquisa é definido e o projeto de pesquisa é construído. Nesta fase são definidos os objetivos e descritos os instrumentos de trabalho e cronograma da pesquisa. Buscamos um aprofundamento teórico acerca do papel social da universidade pública, buscando presenças e ausências de elementos que caracterizam avanços e que conservam estruturas, compreendendo as crises e alternativas possíveis. Busquei, também, perceber quem são e onde estão sujeitos que, articulados a movimentos sociais, movem processos de transformação na universidade e desta interação fazem surgir transformações na sociedade. Na perspectiva de encontrar tais olhares e saberes, identificamos estudantes articulados aos movimentos sociais em estudo: negros, indígenas, mulheres e LGBTs. Conhecendo, assim, grupos presentes em nossa universidade, a UFRGS.

A segunda fase é o *trabalho de campo*, quando se leva à prática de pesquisa o planejamento elaborado com base nos referenciais teóricos e metodológicos. Envolve a busca e coleta do material empírico, a ser analisado: documentos referentes aos movimentos sociais identificados e entrevistas. Conforme Minayo (2012, p. 61), o trabalho de campo é a fase em

que ocorre a aproximação do pesquisador com os sujeitos/objetos da pesquisa, possibilitando “a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os ‘atores’ que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social”.

A pesquisa de campo requer uma atitude de investigação curiosa e desinibida. É o momento do confronto entre a teoria e a realidade empírica. Minayo define da seguinte maneira o papel do pesquisador:

Todo pesquisador precisa ser um curioso, um perguntador. E essa qualidade deve ser exercida o tempo todo no trabalho de campo, pois este será tanto melhor e mais frutuoso quanto mais o pesquisador for capaz de confrontar suas teorias e suas hipóteses com a realidade empírica. Assim, o pesquisador não deve ser um formalista que se apegue à letra de seu projeto e nem um empirista para quem a realidade é o que ele vê, “a olho nu”, ou seja, sem o auxílio de contextualização e de conceitos. Nem um nem outro, sozinho, contém a verdade (MINAYO, 2012, p. 62).

Buscamos manter, durante o trabalho de campo, esta atitude curiosa. Sem nos eximir do rigor científico, não mantivemos uma atitude formalista, ao contrário, estabelecemos um diálogo com os sujeitos, demonstrando o entusiasmo com que nos lançamos a esta pesquisa.

Diante da constatação da presença dos grupos aqui estudados, quais sejam, negros, mulheres, indígenas e LGBT na universidade, encontramos a disposição em lançar um olhar atento sobre eles buscando suas percepções acerca da função social da universidade pública, de sua própria constituição enquanto sujeitos políticos e as possibilidades de construção de uma educação universitária na perspectiva contra-hegemônica, fortalecendo a inter-relação entre universidade e movimento social com consequências positivas para o estudante, universidade e sociedade.

A terceira e última fase da pesquisa consiste na *análise e tratamento do material empírico e documental*. É este o momento da interpretação de dados e de sua articulação com os conceitos e fundamentos teóricos que embasam a pesquisa. Juntamente com a coleta de dados (entrevistas e documentos) fizemos um aprofundamento teórico trabalhando os eixos básicos do projeto: Sujeito Político, Movimento Social e Universidade Pública, articulando o referencial teórico e as falas dos entrevistados, constituindo uma síntese textual.

Portanto, buscamos nos referenciais teóricos desta pesquisa, além da inspiração, a possibilidade de descortinar conhecimentos, descobrir sujeitos e movimentos. A pesquisa propõe uma investigação para além da ação militante, buscando a intencionalidade da construção do conhecimento e as consequências das opções assumidas.

2.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O LÓCUS DA PESQUISA

A UFRGS é um dos critérios de delimitação dos sujeitos abordados na pesquisa. Ela é relevante, entre outras razões, por ser nosso espaço de estudos e trabalho, e por ser uma universidade grande e tradicional, de referência em nosso estado e em nosso país, o que torna interessante investigar nela a presença desse novo e desse em movimento que os sujeitos representam.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi criada em 1934 com a publicação do Decreto Estadual nº 5.758/1934, a partir da união de diversas faculdades, com a denominação Universidade de Porto Alegre, conforme indica seu histórico:

As unidades isoladas Escola de Engenharia, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito, constituem os pilares básicos da Universidade de Porto Alegre que, sob a influência do positivismo imprimiram a identidade diferenciada do ensino superior gaúcho, voltado à pesquisa científica e técnica (UFRGS 2014a).

E importante destacar que a história da UFRGS tem início bem antes desta data, com a fundação, em 1895, da Escola de Farmácia e Química, e logo após a Escola de Engenharia, consideradas marco inicial da educação superior no Estado: “Assim iniciava também a educação superior no Rio Grande do Sul. Ainda no século XIX, foram fundadas a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e a Faculdade de Direito que, em 1900, marcou o início dos cursos humanísticos no Estado” (UFRGS, 2014a).

O percurso que marca a história da universidade teve mais um ponto forte em 1947 quando passou a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul, a URGS, com a anexação das Faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas e Farmácia de Santa Maria. Estas unidades, posteriormente foram desintegradas passando a constituir a Universidade de Pelotas e Universidade de Santa Maria.

Foi em dezembro de 1950 que a UFRGS foi federalizada:

Em dezembro de 1950, a Universidade foi federalizada, passando à esfera administrativa da União. Desde então, a UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul passou a ocupar posição de destaque no cenário nacional como um dos maiores orçamentos do Estado do Rio Grande do Sul e como a primeira em publicações e a segunda em produção científica, entre as federais, considerando o número de professores (UFRGS, 2014a).

A UFRGS cresceu significativamente ao longo do século XX. No início do século XXI, a partir das novas políticas para o ensino superior público instituídas pelo governo federal, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a política de cotas, foram criados novos cursos, ampliando a oferta em turno noturno e democratizou-se o acesso à universidade com as ações afirmativas que possibilitaram o ingresso de alunos indígenas, negros e egressos de escolas públicas.

A universidade oferta atualmente, conforme Relatório de Autoavaliação Institucional (Raai) de 2014, 89 opções de cursos, com ingresso via Vestibular. Os alunos da graduação em 2014/2 totalizaram 31.588, sendo 7.158 alunos cotistas de graduação, ingressantes pelo processo de ações afirmativas. Na pós-graduação estavam matriculados 11.315 (UFRGS, 2015a).

Quanto ao ingresso via ações afirmativas, em 2014 permaneceu a oferta de 30% das vagas. Considerando a Lei 12.712/2012, a UFRGS aprovou alterações na Decisão 268/2012, dentre elas,

As modificações estabeleceram ainda para 2015 o percentual de 40% de reserva de vagas e em 2016, 50%, ano em que será plenamente atendida a legislação federal no que tange à política nacional de ações afirmativas. Esta modificação já inclui a ocorrência dos dois sistemas de ingresso, o Concurso Vestibular e o SISU, sendo o percentual de cotas aplicado igualmente em ambos. Note-se que o quantitativo de vagas ofertadas ao programa de ações afirmativas em 2014 totalizou 1.690, e o número de candidatos inscritos foi de 18.193, sendo 98% das vagas ocupadas com candidatos classificados, considerando-se todas as modalidades que constituem as ações afirmativas. Relacionando ao ingresso pelo Acesso Universal, foram disponibilizadas 3.771 vagas e inscritos 23.851 candidatos, o que demonstra a grande procura pelas vagas das ações afirmativas (UFRGS, 2015a, p. 24).

Cabe salientar que são criadas anualmente 10 vagas “destinadas somente a estudantes indígenas que são selecionados por processo seletivo específico, cujos cursos são escolhidos em conjunto com as Comunidades Indígenas” (UFRGS, 2015a, p. 24-25).

O quadro de servidores da UFRGS é composto atualmente por 2.707 docentes, 2.695 servidores técnico-administrativos e 2.213 funcionários terceirizados (UFRGS, 2015a).

A universidade oferta diversos programas acadêmicos de apoio ao discente e de formação docente como, o Programa de Educação Tutorial (PET), o Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), além do Programa de Mobilidade Acadêmica Nacional Andifes e o “Programa de Apoio à Graduação da UFRGS (PAG), [...] Programa de Atividades de Aperfeiçoamento Pedagógico (Paap) e Seminário de Docência no Ensino Superior” (UFRGS, 2015a, p. 18).

A UFRGS passa por processos de implementação das Ações Afirmativas e do nome social, por exemplo, e tem neles oportunidades de aprendizagem. Neste espaço também de constituem grupos de estudos e pesquisas em torno de raça e gênero, como o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (Niem) e o Coletivo Negração. Inúmeras atividades acontecem relativas às temáticas dos movimentos em destaque nesta pesquisa. Por outro lado, este também pode se constituir em espaço de ausências e invisibilidade, o que buscamos investigar.

2.2 FONTES

Como fontes principais de dados empíricos, utilizamos as entrevistas com estudantes articulados aos movimentos sociais identificados. Documentos serviram como fontes de apoio com as quais ardei a representação do contexto em que as falas dos sujeitos estão sendo enunciadas. Neste grupo de fontes incluem-se sites e artigos, relatórios institucionais e legislações referentes aos movimentos sociais em questão e à universidade. A abertura com relação ao uso de documentos dos movimentos sociais permitiu que fossem também incluídos na análise fontes documentais e autores que ao logo da pesquisa foram sendo descobertos e se apresentaram como relevantes para a temática da pesquisa.

A entrevista, segundo Minayo (2012, p. 64), pode ser considerada a estratégia mais usada na pesquisa de campo: “[...] ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo”.

Minayo (1998) afirma, ainda, que as características do roteiro na perspectiva qualitativa se diferenciam

Visando a apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa, o roteiro contém poucas questões. Instrumento para orientar uma ‘conversa com finalidade’, que é a entrevista, ele deve ser o facilitador de abertura, de ampliação e aprofundamento da comunicação (MINAYO, 1998, p. 99).

Existem diversas configurações de entrevistas. Utilizamos em nossa pesquisa o modelo de entrevista semiestruturada, “em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2012, p. 64). Na entrevista, algumas questões foram apresentadas aos sujeitos, conforme roteiro exposto no Apêndice A. As entrevistas foram gravadas e as falas, transcritas para análise. Os trechos mais significativos foram destacados em texto literal na composição da dissertação.

Em uma análise vertical, com as falas de cada sujeito, buscamos as ideias que aparecem em cada manifestação. Na análise horizontal verificamos as semelhanças e diferenças nas percepções dos sujeitos acerca das ideias destacadas, buscando articulações com o referencial teórico. A análise das entrevistas será descrita na seção a seguir.

Tendo como referência as questões propostas, destacamos no quadro 1 as categorias que serviram de base para a compreensão dos três grandes eixos: Movimento Social, Sujeito Político e Universidade Pública, e para o desenvolvimento dos capítulos.

Quadro 1 – Eixos e categorias da pesquisa

Eixos	Categorias
Movimento social	<ul style="list-style-type: none"> > Identidade – MS > Inter-relação Universidade e MS > Reconhecimento > Experiências universitárias e sujeito político
Sujeito político	<ul style="list-style-type: none"> > Formação política > Sujeito político > Participação social > Formação universitária > Experiências de Ensino, Pesquisa e Extensão
Universidade pública	<ul style="list-style-type: none"> > Universidade x MS– interlocuções possíveis > Fragilidades da universidade pública e perspectivas de superação/potencialidades > Universidade pública x potencialização do sujeito político

Fonte: Elaboração própria (2015).

2.3 SUJEITOS ENVOLVIDOS

Os sujeitos envolvidos na pesquisa são oito estudantes e egressos da UFRGS que têm articulação com os movimentos negro, de mulheres, indígena e LGBT. Com eles buscamos estabelecer uma relação de sujeitos construtores de conhecimento, que me levaram a responder os questionamentos propostos e possibilitaram chegar ao objeto desta pesquisa. A participação se deu por meio de entrevista semiestruturada.

Os sujeitos são estudantes e egressos da pós-graduação (sete estudantes) e um de graduação. A maior parte dos sujeitos está ligada à área de Educação, havendo também conexões com as áreas de Artes Visuais, Economia, Ciência Política e Ciências Sociais, conforme mostra o quadro abaixo. A idade dos participantes esteve entre 22 e 62 anos. Para

preservar os sujeitos, atribuí a cada um deles um pseudônimo, com o qual apresento suas falas ao analisá-las nessa dissertação.

Os nomes utilizados para identificar os sujeitos da pesquisa se referem a personagens históricos considerados referência na luta social:

Rose – Roseli Celeste Nunes da Silva, conhecida como Rose, foi símbolo da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Participou do movimento de ocupação da fazenda Annoni no RS, primeira ocupação do Movimento. Rose Foi atropelada e morta em 31 de março de 1987 quando participava uma manifestação do MST em Sarandi. Sua história inspirou os filmes “Terra para Rose” e “O sonho de Rose”, de Tetê Moraes. O filho *Tiaraju*, primeiro bebê nascido em um acampamento de Trabalhadores Rurais Sem Terra cursou medicina em Cuba e recentemente retornou ao Brasil⁶.

Martin – Martin Luther King Jr. foi pastor e ativista político nos Estados Unidos. Lutava pela não violência e amor ao próximo ao mesmo tempo em se empenhava na luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos da América (EUA). Recebeu o prêmio Nobel da paz em 1964 por sua luta pela igualdade e pela não violência. Foi assassinado em 04 de abril de 1968⁷.

Pagu – Patrícia Rehder Galvão, a Pagu, foi escritora brasileira e também poeta, desenhista, tradutora e jornalista. Participou do movimento modernista. Militante comunista foi a primeira mulher presa política no Brasil, o que ocorreu durante o governo de Getúlio Vargas⁸.

Dandara – Dandara dos Palmares era companheira de Zumbi dos Palmares e também líder do Quilombo. É considerada uma referência dentro do Movimento Negro e Movimento Feminista por sua luta em defesa do Quilombo, pois “Dandara é a mais representativa liderança feminina na República de Palmares. Participou de todas as batalhas, de todas as lutas, de tudo que lá foi criado, organizado, vivido e sofrido” (TINOCO, 2014).

Angela – Angela Yvonne Davis nascida no estado do Alabama em 1944, considerado um dos estados mais racistas dos Estados Unidos. Professora e filósofa socialista, atingiu destaque em 1970 por sua militância pelos direitos da mulher e pelo fim da discriminação racial, integrou o Partido Comunista, e foi ativista do movimento *Panteras Negras*. Foi,

⁶ Sarandi - Primeira criança nascida na Fazenda Annoni volta ao Brasil. Joel de Brito, 2012. Disponível em: <<http://www.diariors.com.br/site/altas-horas/281-sarandi-primeira-crian%C3%A7a-nascida-na-fazenda-annoni-volta-ao-brasil.html>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Martin_Luther_King_Jr>. Acesso em: 16 abr. 2015.

⁸ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pagu>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

também, personagem de um dos mais famosos e polêmicos julgamentos da história recente dos Estados Unidos⁹.

Jean – Jean Wyllys de Matos Santos é jornalista e deputado federal brasileiro. Eleito pelos internautas como o melhor deputado em 2012 e foi reeleito como deputado federal em 2014. É considerado um dos parlamentares mais atuantes do congresso brasileiro na defesa dos direitos humanos e em especial das lutas e direitos LGBT¹⁰.

Brenda Lee – Transexual brasileira e militante dos direitos humanos. Quando nasceu, no interior de Pernambuco, se chamava Cícero Caetano Leonardo. Ficou conhecida, inicialmente por Caetana. Foi para São Paulo onde dedicou atenção aos portadores do vírus HIV, criando uma casa de apoio, com seu nome e também conhecida como “Palácio das Princesas”. Em 1996, Brenda foi brutalmente assassinada. Ela era considerada o “anjo da guarda” das travestis e tinha como objetivo ajudar a todos, doentes ou não, que eram discriminados pela sociedade. O trabalho de Brenda tornou um referencial e um marco importante¹¹.

O Quadro 2 relaciona os pseudônimos dos sujeitos com os movimentos sociais e sua formação.

⁹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Angela_Davis>. Acesso em: 29 jun. de 2015.

¹⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_Wyllys>. Acesso em: 25 jun. de 2015.

¹¹ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Brenda_Lee>. Acesso em: 11 jul. 2015.

Quadro 2 – Sujeitos da pesquisa

Sujeito (Pseudônimo)	MS	Vínculo UFRGS	Organização/Instituição de que participa
Dandara	Movimento negro	Estudante de doutorado – Educação	Iafra - Instituto África-América
Martin	Movimento negro	Estudante de mestrado – Economia	Diversos movimentos negros e gestão UFRGS
Pagu	Movimento de mulheres	Estudante de doutorado – Ciência Política	Niem - Núcleo Indisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero
Sepé	Movimento indígena	Egresso mestrado – Educação	Instituto Federal Indígena
Angela	Movimento negro e de mulheres	Estudante de graduação e pesquisadora – Ciências Sociais	Coletivo Negração; GT Comunidades Tradicionais Quilombolas da Defensoria Pública da União
Rose	Movimento de mulheres	Estudante de doutorado – Educação	MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
Brenda Lee	LGBT	Egressa mestrado – Educação	Antra – Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil; Abeh – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura; Igualdade RS; Coordena uma rede de professores transexuais e travestis no Brasil
Jean	LGBT	Estudante de mestrado – Artes Visuais	ONG Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade

Fonte: Elaboração própria (2015).

As falas dos sujeitos nas entrevistas fortaleceram minha certeza na relevância do tema. Percebi que suas vozes fizeram e fazem a diferença dentro da universidade, por sua história, trajetória, concepções e engajamentos. As perspectivas trazidas nos relatos compõem o ambiente político de instituição da diversidade que começa a permear as salas de aula e outros espaços da universidade provocando reflexões. Essas proposições ficarão evidentes ao longo dos próximos capítulos, em que os próprios sujeitos falarão através dessa dissertação.

2.4 MÉTODO DE ANÁLISE

Buscamos explorar o conteúdo das entrevistas e documentos por meio de uma análise qualitativa. Ao adotar essa perspectiva, levamos em conta a posição de que:

Os pesquisadores que buscam a compreensão dos significados no contexto da fala, em geral, negam e criticam a análise de frequência das falas e palavras como critério de objetividade e cientificidade e tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda (MINAYO et al. 2006, p. 307 apud GOMES, 2012, p. 84).

A análise dos dados está sempre embebida das percepções do pesquisador, seus conceitos e sensibilidades. Portanto, a subjetividade é característica inerente à forma de análise a que me proponho. Para Moraes (1999, p. 3): “não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui numa interpretação”. A interpretação dos dados, conforme Moraes (1999), representa a compreensão do conteúdo da mensagem por meio da inferência e interpretação do autor. Esse é o momento em que o autor procura compreender o conteúdo manifesto, assim como o conteúdo latente da pesquisa. Minha proposta tem a proposição de analisar os dados a partir de uma fundamentação teórica definida *a priori*. Por outro lado esta definição não restringe que novas teorizações, complementares, possam surgir ao longo da pesquisa.

Considerando os objetivos e as características desta pesquisa, uma análise quantitativa não teria sentido. A temática requer uma abordagem qualitativa, uma interpretação do sentido das falas, representações e escritas. Assim, a análise qualitativa do conteúdo dos dados coletados se deu na perspectiva do Método de Interpretação de Sentidos, caracterizado como

um caminho de análise de significados dentro de uma perspectiva das correntes compreensivas das ciências sociais que analisa: (a) palavras; (b) ações; (c) conjunto de inter-ações; (d) grupos; (e) instituições; (f) conjunturas, dentre outros corpos analíticos (GOMES et al. 2005, p. 202).

Para a interpretação do material de pesquisa, o autor sugere: leitura compreensiva do material selecionado; a exploração do material; e finalmente a elaboração da síntese interpretativa. Em síntese, o Método de Interpretação de Sentidos é apresentado como

[...] uma tentativa de avançarmos mais na interpretação, caminhando além dos conteúdos de textos na direção de seus contextos e revelando as lógicas e as explicações mais abrangentes presentes numa determinada cultura acerca de um determinado tema. Nesse método, é de fundamental importância que estabeleçamos confrontos entre: dimensão subjetiva e posicionamentos de grupos; texto e subtexto; texto e contexto; falas e ações mais amplas; cognição e sentimento, dentre outros aspectos (GOMES, 2012, p. 105).

Nesta perspectiva, com base nas três grandes categorias, identificadas como eixos:

Movimentos Sociais, Sujeito Político e Universidade Pública, destacamos as principais categorias (identificadas no Apêndice A), que serviram de base para a investigação, e que serão abordadas nos capítulos que seguem. Destacamos as percepções dos estudantes acerca das questões propostas em cada um dos três eixos. As respostas foram dispostas em uma planilha, onde realizamos a análise em uma perspectiva de leitura vertical, destacando as ideias emergentes em cada uma das falas. De cada resposta buscamos a articulação com as demais em uma leitura horizontal na perspectiva de contextualização e síntese interpretativa, buscando os núcleos de sentido e articulando as falas aos fundamentos teóricos da pesquisa.

Optamos por apresentar as falas dos sujeitos ao final de cada eixo, por considerarmos esta forma mais adequada às características da dissertação. Procuramos, dessa maneira, destacar as próprias falas dos sujeitos e evidenciar a relação entre a teoria e os depoimentos dos sujeitos na interpretação da realidade explorada.

Foi possível apreender desta experiência, que a metodologia utilizada não poderia ser outra dada à característica da pesquisa. Nossa busca nos olhares e percepções dos sujeitos só poderia ser apreendida por questões abertas, que permitiram o diálogo com os sujeitos e apreensão de suas compreensões e, também, de suas emoções. A análise dos dados exigiu um tempo e um intenso e exaustivo trabalho de análise. No entanto, podemos afirmar que esta experiência foi extremamente significativa, considerando a densidade dos relatos e o conhecimento e relações que produzimos a partir deles.

3 SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E UNIVERSIDADE: PENSANDO O SUJEITO POLÍTICO

Apresentamos, neste capítulo, a universidade pública como espaço de formação política e construção de cidadania. Destaco a influência do processo de globalização neoliberal e suas consequências para a educação superior, seus desafios e perspectivas. Lanço um olhar sobre a educação superior no Brasil com um breve resgate histórico acerca do acesso à educação e à universidade no Brasil, destacando as mudanças políticas ocorridas na última década que levaram a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil. Destaco a política como processo de emancipação e prática da liberdade, enfatizando a importância de uma formação política como forma de resistência e construção de saberes contra-hegemônicos na universidade. Aponto, enfim, a formação do sujeito político como elemento fundamental na construção da cidadania e a universidade como um espaço historicamente considerado de formação desse sujeito. As falas dos sujeitos são trazidas ao final do capítulo, nas sessões: *Sujeito político: as vozes dos sujeitos da pesquisa; Universidade pública e Movimento Social: espaços de formação do sujeito político; Motivações dos sujeitos para a participação: Movimentos Sociais e Universidade.*

Somos sujeitos pensantes, sonhadores e sensíveis a uma realidade que pode ser o que ainda não é, fazendo acontecer o novo, o desejado, mas não realizado. O sujeito político pensa sua ação e atuação; busca conhecer sua realidade para transformá-la. Ele sabe que o coletivo empodera, potencializa. O sujeito político é mais que um bom técnico em sua área de atuação, mas reconhece e tem consciência que sua ação pode transformar. Entendemos que o sujeito político é um ser em construção. Este sujeito se forja em diferentes espaços de participação, como a universidade e os movimentos sociais.

Consideramos que este tema poderia e deveria estar mais presente nas discussões acadêmicas e fora da academia, nos espaços públicos, coletivos organizados. Percebemos que há uma fragilidade neste ponto, revelada pela inibição e supressão da subjetividade política, característica da globalização neoliberal e de uma cultura política conservadora, que limita a participação social, dando ênfase a formas representativas (que pouco representam) em detrimento da participação direta. Considerando que o político está ligado à *pólis*, ao lócus das vivências, ao enraizamento, a globalização desconstitui a estrutura dos lugares, o local perde parte de seu sentido simbólico, entramando tudo em um único pacote regido por uma agenda central/global. Nesse esquema, não há um espaço definido para a política, para a construção de políticas diferenciadas e para a emergência de identidades contra-hegemônicas

(ou mesmo não-hegemônicas). Os autores aqui destacados se ocuparam do tema e nos permitem uma reflexão teórica para melhor compreensão desta realidade. Juntamente com o debate do sujeito político se dá a discussão em torno da política e das políticas, agregados a discussão de espaço público, uma vez que estão fortemente ligados.

3.1 A GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O fortalecimento da globalização neoliberal ocorrido no final do século XX trouxe consequências dramáticas para as sociedades dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, ou seja, para o Sul, ou “o lado de baixo do equador”. Autores como Sader (2009) destacam o desserviço à sociedade contemporânea prestado pelo neoliberalismo¹². As reformas do Estado implantadas sob o sistema capitalista neoliberal propunham um Estado mínimo. A concentração de renda agravou desigualdades sociais e regionais. O Estado mínimo agudizou as deficiências dos serviços públicos que não foram privatizados, e até mesmo muitos serviços privados foram precarizados, pois a base de todo o processo é o lucro e, não necessariamente, a prestação de bons serviços. A educação superior foi preparada para se adequar ao novo sistema – cresceram enormemente as universidades privadas, enquanto o investimento nas instituições públicas foi precarizado. Os currículos dos cursos voltaram-se à formação técnica, de caráter utilitarista, buscando atender o mercado de trabalho. Neste contexto é importante a reflexão acerca do papel da educação superior e em especial a universidade pública. Leite e Genro (2011) propõem uma análise sobre essas mudanças ocorridas nas instituições de educação superior (IES), fruto do neoliberalismo do século XX e na perspectiva de um olhar crítico sobre um pós-neoliberalismo que se estrutura no século XXI. Nesse contexto, apresentam a educação fundamentada em competências e habilidades voltadas para o mercado, bem como a avaliação, acreditação e os rankings internacionais como evidências de um novo imperialismo sempre e quando têm por base referenciais de qualidade impostos pelos EUA e Europa.

¹² Neste novo modelo, segundo Sader (2009), “a desregulação – tema estratégico dessa nova etapa – não propiciou um novo ciclo expansivo, mas uma brutal e maciça transferência de capitais do setor produtivo para o especulativo. Liberado de suas travas, o capital migrou fortemente para o setor financeiro por intermédio da compra de papéis das dívidas dos Estados e da circulação nas bolsas de valores. Houve, ao mesmo tempo, enfraquecimento da capacidade reguladora dos Estados e retração das políticas sociais, em consequência da generalização dos endividamentos e das cartas-compromissos impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), com processos de privatização do patrimônio público e abertura e internacionalização das economias” (SADER, 2009, p. 59).

Este modelo fez crescer a desigualdade social no mundo, aumentando a distância entre ricos e pobres em cada país. Os interesses do capital se sobrepuseram os do trabalho e as multinacionais dominaram a ação política. Essa lógica intensifica a mercadorização da educação, que passou a ser dominada pelo setor privado, introduzindo reformas e modelos de avaliação que atendem ao mercado, resultando em uma educação superior voltada muito mais para a formação estritamente profissional, de caráter mercantil, em detrimento de uma formação cidadã, profissionalmente ética e politicamente compromissada. Este processo ocorreu em meio a resistências dos movimentos sociais, fóruns e associações que apontavam para a democracia participativa, a busca de um outro mundo possível não focado exclusivamente nas questões do mercado. Santos (2010a) considera que a fase neoliberal do capitalismo impacta em um fascismo social em que se acentuaram e naturalizaram as desigualdades e a exclusão social. Diminuem os espaços de participação e decisão coletiva e, entre eles, o papel dos sindicatos é minimizado. Aumenta significativamente a exclusão social em todos os continentes, porém verifica-se que a maior exclusão ocorre nos países periféricos e vê-se aumentar a desigualdade norte-sul.

Neste contexto, a educação superior sofre os efeitos do descompasso entre os avanços nas áreas de ciência e tecnologia e as “disfunções da globalização no campo social, econômico, político e ético” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 167). O domínio da economia de mercado em todas as áreas, inclusive na educação superior fez com que ela se afastasse de uma formação mais crítica, humanista e política, perdendo o foco de sua função social para dar espaço a uma formação mais técnica e funcional:

Com a expansão e o vasto domínio da economia de mercado, a educação superior foi levada a embaçar o viço de sua capacidade crítica, da autonomia de pensamento, do hábito da reflexão radical, da capacidade de compreensão global da história humana. As universidades estariam abdicando de sua função de intermediação entre o indivíduo, a sociedade civil e o Estado. Com efeito, as universidades de hoje perderam muito da utopia social dos anos de 1960 e de 1970, que lhes atribuía um papel central na democratização das sociedades e na diminuição das desigualdades. O que o pensamento dominante espera hoje da educação superior tem um foco muito mais centrado na função econômica e nas capacidades laborais. As principais demandas atuais têm um sentido muito mais imediatista, pragmático e individualista. A ortodoxia neoliberal e suas práticas levam as universidades a abandonar, ao menos em parte, sua tradicional vocação de construção do conhecimento e da formação como bens públicos, devendo elas passar a dotar o mercado, e não a sociedade, como referência central (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 167).

Percebemos na sutileza do neoliberalismo, o cerceamento das condições associado ao esmaecimento da vontade de produzir conhecimento como bem público. Essa realidade pode e deve ser questionada e subvertida, pois aderir à lógica capitalista representa aceitar e contribuir para a manutenção das desigualdades e injustiças sociais:

A lógica do saber como insumo central da produção nos mercados cada vez mais sofisticados acirra a contradição: aumenta as riquezas, mas também colabora para aumentar as massas de indivíduos pobres e, do ponto de vista da racionalidade capitalista, tidos como quase descartáveis, pois não conseguem produzir porque não sabem fazê-lo e apresentam baixa quantidade e qualidade de consumo. Mais do que isso, não têm os meios para aprender e continuar aprendendo, para dominar sistemas complexos de informação e manter-se sempre atualizados na mesma velocidade com que se alteram os conhecimentos, os interesses do capital e os perfis profissionais. [...] Se o conhecimento é central no novo paradigma econômico-produtivo e social-político, então também o é a universidade, dada sua relação intensiva com o conhecimento. Porém nem todo conhecimento é capaz de produzir riqueza material. Têm valor comercial e prestígio os conhecimentos relacionados com os processos de inovação tecnológica e produção industrial, portadores de maior sentido de competitividade. Como hoje predominam as pesquisas que colocam o mercado no centro de tudo, a pesquisa institucionalizada torna-se refém desses interesses, para alegria ou tristeza dos pesquisadores (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 168).

O que ocorre é a absorção da mesma lógica do mercado pela universidade, quando ela se ocupa com o desenvolvimento econômico, sob a lógica do mercado competitivo, se afastando de sua função social visando a promoção de um desenvolvimento sustentável, solidário e justo. Podemos afirmar, portanto, que no âmbito da educação superior, as novas dinâmicas da globalização neoliberal, se traduziram em sua relegação à iniciativa privada, reduzindo significativamente os investimentos estatais em universidades públicas. Para fazer frente a esse movimento do capitalismo global, Santos (2010a) aponta como alternativa a proposição de novas epistemologias, as epistemologias do sul, baseadas na ecologia de saberes e no conhecimento-emancipação, conceitos trabalhados nos capítulos que seguem. Conforme Santos (2008), precisamos transformar a ação conformista em ação rebelde que perturbe as relações sociais de dominação. O horizonte deve ser construir um contrato social novo, sob novos pressupostos inclusivos que abranjam o indivíduo, os grupos sociais e a natureza. Fazer reverberar um novo paradigma, contra-hegemônico (MORAES, 2010). Diante deste quadro, surgem pesquisas, debates e alternativas na tentativa de resistir a um modelo único de âmbito global.

No campo universitário, Santos (2010a) propõe uma ampla reforma buscando construir um novo modelo de universidade, resgatando o caráter social e político da educação superior. Essa construção se faria com base nos movimentos alternativos que fazem frente ao modelo neoliberal ao redor do mundo e propõem outros espaços de diálogo, como o Fórum Social Mundial (FSM) e a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS). Nesse contexto, novos debates perpassariam a universidade em um enfrentamento necessário, no sentido de sustar a mercadorização da educação superior e garantir a função social da universidade pública. As pautas de lutas dos movimentos sociais seriam visibilizadas e fortalecidas.

Seguindo esse raciocínio, é fundamental a constituição de uma grande rede internacional na luta por um pensamento contra-hegemônico que leve à construção de uma sociedade com justiça social, reconhecimento das diferenças, onde os direitos e garantias fundamentais estejam ao alcance de todos. Para tanto, espaços de formação e universidades não formais se constituem como referência e trazem propostas significativas de transformação social. A Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), por exemplo, surge como proposta de Boaventura de Sousa Santos no Fórum Social Mundial (FSM) de 2003 em Porto Alegre. A ideia se fortalece nos fóruns seguintes e, em 2005, tendo o apoio de mais de 60 movimentos e organizações sociais, se consolida a partir de uma reunião em Roma onde participaram 24 movimentos e organizações (SANTOS, 2008).

Considerando essa dificuldade das universidades em se transformarem rapidamente de tal forma a construir um conhecimento-emancipação, a criação da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), se apresenta como

[...] a tentativa de organizar nesse âmbito um encontro sistemático entre cientistas sociais e líderes dos movimentos, para que possamos realmente pensar com os movimentos, os dirigentes, os ativistas, em outros contextos que não os eruditos. Mas não se muda o mundo de uma vez, é importante fazer as duas coisas: trabalhar dentro da universidade convencional e criar instituições paralelas. Durante muito tempo vamos ter de trabalhar assim. Isso é característico de um tempo de transição: trabalhar o velho para renová-lo até o limite. A universidade tem um máximo de consciência possível, é preciso explorá-lo. E pode-se fazer ecologia de saberes dentro da universidade. Para mim, é a extensão universitária ao contrário: a extensão convencional é levar a universidade para fora, a ecologia de saberes é trazer outros conhecimentos para dentro da universidade, uma nova forma de pesquisa-ação [...] (SANTOS, 2007, p. 45-46).

A UPMS busca proporcionar a autoeducação dos ativistas e dirigentes dos movimentos sociais, cientistas sociais, investigadores e artistas que buscam a transformação social. Seu objetivo é “ser uma oficina permanente de interconhecimento onde se reforçam a densidade e a complexidade das redes de movimentos que combatem a globalização neoliberal” (SANTOS, 2008, p. 171). Assim, procura promover o conhecimento e a valorização crítica da diversidade dos saberes e práticas dos movimentos e organizações sociais, buscando ações coletivas. A proposta pedagógica está fundamentada na ecologia de saberes – saberes contra-hegemônicos, contextualizados, servindo a práticas transformadoras e que só podem acontecer próximo a essas práticas. Os protagonistas da ação são também protagonistas da construção do saber. A construção de um saber contra-hegemônico se fortalece na ecologia de saberes. Saberes que, por se confrontarem com o saber científico, desenvolvem-se através da sociologia das ausências, que torna presentes saberes suprimidos e marginalizados (SANTOS, 2008, p. 167). A novidade da UPMS em relação às demais

iniciativas está em seu caráter universal e a proposição de um diálogo global entre as diversas culturas políticas.

3.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS

No Brasil, podemos considerar que a educação superior teve avanços significativos na última década, essencialmente no que se refere ao acesso e a investimentos públicos no setor. Em breve retrospectiva, percebemos que o acesso à educação no Brasil ao longo da história foi privilégio de poucos. No período colonial, aqueles que buscavam um curso superior rumavam para fora do Brasil, em direção à Europa. No Brasil Império, pouco se ampliou o acesso à educação, que permaneceu restrita às camadas sociais mais ricas da sociedade brasileira: “no Brasil Império, cerca de 14 instituições de ensino superior foram criadas no país, iniciando-se a escassa abertura de oportunidades de acesso ao ensino superior a partir de 1808 [...]” (LEITE, 1990, p. 28). O modelo de educação superior implantado à época, afirma Paim (1981) era de orientação positivista e buscava essencialmente uma formação técnica e se constituía em centros isolados de ensino.

Para atender à defesa militar, criaram-se a Academia da Marinha, em 1808, e a Academia Real Militar, em 1810. A formação de médicos e cirurgiões foi também desde logo encetada, abrindo-se sucessivamente cursos de cirurgia e anatomia, logo ampliados, em 1813, no Rio de Janeiro e na Bahia, para constituir o ensino médico propriamente dito. As atividades econômicas foram igualmente contempladas: organizaram-se cursos de agricultura (1812) e de química, este compreendendo química industrial, geologia e mineralogia (1817). O sistema iria depois ser completado com a Academia de Artes (1826) e as Academias de direito (1827) (PAIM, 1981, p. 12).

As universidades brasileiras foram constituídas em uma visão tecnicista, buscando reduzir a formação acadêmica à preparação técnica- profissional, fundamentadas em um modelo napoleônico, surgiram “a partir das pragmáticas faculdades de Direito, de Medicina e de Engenharia, com a instalação do Império, nos inícios de 1800, faculdades criadas para preparar profissionais aptos a atender as demandas bem concretas de preparação de quadros para o funcionalismo do Império [...]” (SEVERINO, 2012, p. 23).

Com a proclamação da república, a educação básica é ampliada e os cursos superiores de expandem pelo Brasil, porém ainda timidamente, sendo seu acesso restrito às classes altas. As universidades foram criadas no Brasil somente no início do século XX. Diferentemente de Espanha e Inglaterra, Portugal impediu a implantação de universidades em suas colônias, adotando “uma política muito diversa, obstaculizando a implantação daquelas instituições de ensino. Essa política foi seguida tanto para as colônias do continente americano como para

aquelas da África ou da Ásia, onde também se retardou o surgimento das universidades (ROSSATO, 2005, p. 132).

Apesar das restrições e resistências, a preocupação com a educação superior pública no Brasil já se fazia presente no início do século XX, como mostra o Manifesto dos Pioneiros de 1932. Esse documento se constitui em importante referência, onde encontramos a preocupação com a instituição de uma universidade pública que atue para além da formação técnica profissional, preocupação primordial da formação superior no Império e na República. Está presente também a necessidade de expansão para além da formação da elite econômica e que de fato se ocupe de uma formação voltada para o ensino, pesquisa e extensão:

A educação superior ou universitária, a partir dos 18 anos, inteiramente gratuita, como as demais, deve tender, de fato, não somente à formação profissional e técnica, no seu máximo desenvolvimento, como à formação de pesquisadores, em todos os ramos de conhecimentos humanos. Ela deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a tríplice função que lhe cabe de elaboradora ou criadora de ciência (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes (AZEVEDO et al., 2010, p. 55-56).

O texto do manifesto mostra que as faculdades isoladas, que se ocupavam das questões profissionais, já não davam conta das demandas sociais pela educação superior da época. Entre elas, os ideais de formação política, social, moral, estética estão presentes no texto.

A organização de universidades é, pois, tanto mais necessária e urgente quanto mais pensarmos que só com essas instituições, a que cabe criar e difundir ideais políticos, sociais, morais e estéticos, é que podemos obter esse intensivo espírito comum, nas aspirações, nos ideais e nas lutas, esse “estado de ânimo nacional”, capaz de dar força, eficácia e coerência à ação dos homens, sejam quais forem as divergências que possa estabelecer entre eles a diversidade de pontos de vista na solução dos problemas brasileiros. É a universidade, no conjunto de suas instituições de alta cultura, propostas ao estudo científico dos grandes problemas nacionais, que nos dará os meios de combater a facilidade de tudo admitir; o ceticismo de nada escolher nem julgar; a falta de crítica, por falta de espírito de síntese; a indiferença ou a neutralidade no terreno das ideias; a ignorância “da mais humana de todas as operações intelectuais, que é a de tomar partido”, e a tendência e o espírito fácil de substituir os princípios (ainda que provisórios) pelo paradoxo e pelo humor, esses recursos desesperados (AZEVEDO et al., 2010, p. 57).

O documento questiona, ainda, as elites que se formam por diferenciação econômica e que desconsideram os interesses coletivos. Afirma que para combater um dos maiores problemas da democracia que é a educação das massas populares, estas devem ter acesso a ela.

Na segunda metade do século XX é que as universidades ganham impulso e muitas dessas instituições surgem pelo Brasil, mas com acesso ainda restrito a uma minoria. Portanto,

milhares de jovens foram excluídos da educação formal ao longo da história. Um dos momentos fortes da educação superior no Brasil foi a Reforma Universitária de 1968. A reforma que tinha como pressuposto a modernização e ampliação das instituições públicas acabou tendo como desdobramento a expansão do setor privado, buscando atender as demandas pelo acesso, afirma Martins (2009). Esta investida do setor privado, no entanto não garantiu a democratização do acesso à educação superior no Brasil. A reforma trouxe elementos inovadores como a abolição das cátedras e a institucionalização das carreiras acadêmicas, assim como uma política de pós-graduação, mas por outro lado o ensino privado é ele mesmo estruturado em forma de empresas, voltando-se para as demandas do mercado (MARTINS, 2009). O ensino privado até então se assemelhava em muito ao ensino público, que desde 1945 se expandia no Brasil. O processo de modernização da educação superior se articulava ao processo repressivo do regime militar ao movimento estudantil e a supressão das liberdades (MARTINS, 2009). O avanço das instituições privadas foi se dando nos anos seguintes de forma significativa. Portanto, percebemos que, ao longo do século as concepções filosóficas de educação como direito social forma se acomodando, dando espaço para educação privilégio. A década de 1990 foi um período de visível estagnação e precarização das universidades públicas, dando lugar à expansão das instituições privadas. Não houve ação do governo federal na criação e ampliação de universidades públicas:

É importante destacar que, desde meados dos anos 1990, o Estado vem incentivando e criando facilidades para a abertura e expansão de IES privadas. Em contrapartida, tem restringido o apoio à manutenção e expansão do setor público federal, que também não goza de autonomia administrativa e financeira sobre seu orçamento. As IES privadas se concentram principalmente na região Sudeste onde, entre outros fatores, é maior a demanda de alunos, de renda e de lucro. Entre 1994 e 2000, verifica-se aumento de 38% de IES no País, montante em que as privadas apresentaram crescimento de 58%, enquanto as públicas tiveram diminuição de 23% (TAKEGUCHI, 2013, p. 16).

Chegamos ao século XXI com um ensino básico universalizado. A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 representaram avanços nas concepções de educação como bem público. A LDB estabelece em seu artigo 1º que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996), além de estabelecer a União como principal responsável pela formação na educação superior e a regulamentação dos processos que a envolvem. No entanto, alguns limites ainda se impõem, conforme relatório do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 2013, a taxa líquida de matrícula na educação superior é de 14,9% entre os jovens

de 18 a 24, apesar do aumento significativo no ingresso à universidade ocorrido na última década.

Os grandes e recorrentes desafios são o da expansão da matrícula com democratização do acesso e da diferenciação da oferta de modo a garantir o atendimento das demandas da economia e da sociedade, a excelência da formação oferecida e uma equação adequada de financiamento da expansão (TAKEGUCHI, 2013, p. 3).

O acesso ao curso superior interfere diretamente na renda das famílias, na autoestima das pessoas e no desenvolvimento de um país. A possibilidade de dedicar-se à uma área de que gostaria de atuar, com formação adequada para tanto, possibilita uma realização pessoal e profissional, além de possibilitar uma sustentabilidade financeira que permita dar conta das necessidades básicas.

Constatamos que o acesso à educação superior ainda se apresenta como um grande desafio para o Estado e a sociedade brasileira. É preciso, ainda assim, considerar a mudança de postura que ocorre no Brasil no início deste século. Ela é fruto de decisões políticas trazidas pelo novo governo aliada às demandas sociais que se fazem traduzir em políticas do novo governo através de um processo de luta política. Desde 2003, medidas foram tomadas no sentido de ampliar as universidades públicas, bem como o acesso a elas. De 2003 a 2010 foram criadas 14 novas universidades federais no Brasil e as instituições já existentes ampliaram sua estrutura física, recursos humanos e oferta de cursos. O perfil da universidade, antes de acesso muito restrito, começa a mudar. A oferta de cursos noturnos, a democratização, as mudanças no acesso e as condições de permanência permitem o ingresso de pessoas das camadas populares. Programas do governo federal que ampliaram significativamente o acesso das camadas populares passaram pela inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas, negros e índios à universidade, como é o caso da política de Cotas, implantada pela Lei 12.712/2012, regulamentada na UFRGS pela Decisão 268/2012. O ingresso destes novos estudantes trouxe novos desafios para a universidade pública no sentido dar conta do novo que chega. A constituição dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neabs), tendo como desafio repensar os currículos no sentido de dar conta da diversidade “histórica, social, racial, étnica e cultural”, que vem constituindo os espaços acadêmicos (CARVALHO, 2003).

Sader (2013) atribui o sucesso dos governos Lula e Dilma no fortalecimento das instituições públicas à ruptura com o modelo neoliberal, por meio de políticas que se compõem, fundamentalmente, de três aspectos:

a) priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal; b) priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos; c) priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado (SADER, 2013, p. 138).

Sader (2009) caracteriza como modelo pós-neoliberal o que está sendo construído na América Latina na última década. O autor condiciona o futuro do modelo à resistência dos governos às políticas norte-americanas. Afirma que

O futuro da América Latina na primeira metade do século XXI depende do destino dos governos que atualmente protagonizam processos de integração regional, resistem às políticas do livre-comércio dos Estados Unidos, avançam na direção da construção de um modelo pós-neoliberal ou o flexibilizam, desenvolvendo políticas sociais contrapostas a seu debilitamento (SADER, 2009, p. 64).

Faz-se necessário destacar as contradições que atualmente perpassam o governo brasileiro que, com o intuito do ajuste fiscal, tem realizado cortes no orçamento da educação.

A nova regulamentação da Educação Superior proposta pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) no Brasil (INEP, 2009), destaca o papel estratégico da educação superior como política de Estado para o enfrentamento das desigualdades sociais:

Não basta o Estado assegurar o direito à educação como direito de todos. Para que a Educação Superior possa efetivamente cumprir o seu papel estratégico, novas exigências precisam ser consideradas. Esta nova realidade – a desigualdade diante do conhecimento – coloca os países desenvolvidos em posição privilegiada em face do hemisfério sul, e essa nova forma de desigualdade é o mais importante desafio a ser enfrentado por países, como o Brasil, que não queiram aceitar a divisão entre nações produtoras e consumidoras de conhecimento e tecnologia (INEP, 2009, p. 18).

A ampliação de oferta de vagas na educação superior, com a criação de novos cursos, novas universidades e novos *campi* universitários não resolveu os graves e históricos problemas da educação superior em nosso país. O acesso ainda permanece bastante restrito, conforme afirma relatório MEC/CNE:

[...] a educação superior continua sendo um segmento educacional voltado a uma minoria, haja vista os dados do último censo nacional de 2000. De uma população de 170 milhões de habitantes (86 milhões feminina e 84 milhões masculina), menos de 5%, isto é, 5.890.631 (2.689.726 homens e 3.200.905 mulheres) tiveram acesso ao ensino superior e, desse montante, apenas 5.485.710 tinham completado cursos de graduação e, somente, 302.043 tinham diplomas de pós-graduação (Mestres e Doutores) (TAKEGUCHI, 2013, p. 17).

No processo de tentativa de mitigar esse quadro, as políticas de educação superior no Brasil que mais geraram enfrentamentos e contestações na última década foram justamente as que representaram a inserção de novos públicos na universidade. Essas políticas, também

foram consideradas significativas em termos de avanços na educação superior no Brasil, sendo fundamentais para a busca de uma nova universidade.

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014 indica os caminhos para a educação do país para a próxima década. Podemos considerar positivas as proposições e esperamos que, de fato se cumpram. Em relação à educação superior destaco a meta 12 que estabelece a proposição de

elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014, anexo)

Muitos aspectos que caracterizam as mudanças em curso podem ser destacados, como a ampliação do acesso à educação superior e maior investimento na universidade pública neste século. Novas políticas, concretizadas através de programas e projetos para as universidades públicas como o Reuni, política de ações afirmativas e novas propostas curriculares de caráter interdisciplinar, representam novas políticas para a educação superior pública. São mudanças positivas, ainda que inúmeros desafios e resistências ocorram. Desafios e resistências que precisam ser identificados e superados a fim de que a universidade reafirme sua função de bem público. Podemos afirmar a positividade da política considerando a ampliação do acesso à universidade pública e diversidade étnica, cultural e social que passa a permear seus espaços.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi criado pelo governo federal em 2007 com o objetivo de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, Art. 1º).

O programa surge após longo período de visível estagnação e retrocesso da universidade pública e no bojo das novas políticas para a educação superior propostas pelo governo Lula. O Programa surge propondo, entre outras diretrizes, a ampliação de vagas, ocupação de vagas ociosas, e a reorganização e diversificação de cursos (BRASIL, 2007, Art. 2º).

Considerando a UFRGS como lócus da pesquisa, aponto alguns dados que servem como exemplo na concretização da política em uma realidade universitária a partir da ampliação de vagas e nomeação de novos servidores. Conforme relatório Reuni UFRGS/2012, foram criadas 485 vagas em cursos novos e 580 vagas em cursos já existentes

na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Juntamente com a ampliação de vagas discentes, foram nomeados novos servidores técnico-administrativos e docentes (UFRGS, 2012a).

A política de reserva de vagas, ou cotas, considera critérios sociais e raciais no ingresso de estudantes. A nova política ampliou o acesso à universidade pública aos estudantes egressos de escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos e indígenas a partir da promulgação da Lei nº 12.711/2012, que estabelece, em seu Art. 1º, que:

As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012, Art. 1º).

A implantação da política de cotas ampliou significativamente o acesso de estudantes de segmentos. Segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), a política possibilitou a oferta de aproximadamente 150 mil vagas para estudantes negros em instituições federais de ensino superior¹³. A política redirecionou as vagas das universidades públicas, daí seu caráter polêmico, de redistribuição, pois ao abrir espaços para novos públicos, mexeu com o que era, até então, basicamente reservado aos grupos tradicionais.

O preenchimento das vagas considera também o critério de renda (igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos *per capita*). Situando essa política em meu contexto de investigação, a UFRGS, a política de reserva de vagas é efetivada na UFRGS através do programa de ações afirmativas. O programa de ações afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituído pela Decisão nº 268/2012 de seu Conselho Universitário, estabelece como objetivos:

- I - estimular a qualificação, aperfeiçoamento e valorização do Ensino Público Fundamental e Médio através de políticas de estímulo ao acesso ao Ensino Superior Público de excelência de egressos desse sistema de ensino;
- II - ampliar o acesso em todos os cursos de graduação para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e para candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, mediante habilitação no Concurso Vestibular;
- III - promover a diversidade étnico-racial e social no ambiente universitário;
- IV - apoiar estudantes, docentes e técnico-administrativos para que promovam, nos diferentes âmbitos da vida universitária, a educação das relações étnico-raciais;
- V - desenvolver ações visando a apoiar a permanência, na Universidade, dos alunos referidos no Art. 1º, mediante condições de manutenção e de orientação para o adequado desenvolvimento e aprimoramento acadêmico-pedagógico (UFRGS, 2012b).

¹³ Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/lei-de-cotas-nas-universidades-completa-tres-anos>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

O inciso IV da decisão do Conselho Universitário (Consun) estabelece que se promova na universidade a educação das relações étnico-raciais. É importante destacar a importância desta decisão para a implementação da Lei 12.288/2010, que determina que o ensino da cultura afro-brasileira e africana se torna componente curricular obrigatório. A mesma lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, “destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010, Art. 1º). É importante destacar, no entanto, que alterações curriculares da educação, para o atendimento das questões étnico-raciais, embora estabelecida *de jure*, ainda é, *de facto*, ausência, ou semi-presença se considerarmos algumas disciplinas e ações propostas por alguns cursos no sentido de atender a estas questões.

Entende-se que a universidade pública tem papel diferenciado enquanto instituição de educação superior, pois “sua responsabilidade social como entidade de caráter público exige que ela se conduza acima dos interesses meramente mercantis, determinados pelo sistema econômico capitalista globalizado e se reconstitua na perspectiva dos direitos humanos” (GRUGINSKIE; SFREDO MIORANDO, 2014, p. 340).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRGS evidencia o comprometimento da universidade com o desenvolvimento regional e com a sociedade

Entendendo-se como universidade pública, que exerce importante liderança acadêmica na Região Sul do Brasil, bem como no contexto do Mercosul, a Universidade está intrinsecamente comprometida com o desenvolvimento regional, com o todo da nação brasileira, e, por meio dela, com a sociedade em geral. A UFRGS constitui-se como instituição republicana e democrática, consciente de sua responsabilidade como agente de inclusão social. Neste sentido, reafirma seu compromisso com os direitos humanos, com o respeito às diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros (UFRGS, 2010, p. 7).

É evidente no PDI da UFRGS a intenção da universidade em buscar excelência com inclusão social. Tanto que o termo “inclusão” aparece catorze vezes no texto do documento, fazendo referência a diferentes situações. Este compromisso evidenciado no texto é bastante positivo e se faz necessário que a práticas cotidianas revelem a efetivação destas proposições.

Reconhecemos as recentes políticas de inclusão como avanços, ainda que a luta pela justiça social seja permanente e a sociedade ainda careça de políticas e programas que possam fortalecê-la e ampliá-la.

Estes são indicativos de que as políticas de Estado e de governo, associadas às lutas e demandas da sociedade e dos movimentos sociais, são fundamentais para produzir transformações sociais. O restabelecimento de prioridades sociais enfraquece o

neoliberalismo, possibilitando o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento, o pós-neoliberal. A contribuição da universidade pública pode ser muito significativa, construindo uma educação emancipatória e contra-hegemônica. Políticas de reconhecimento e redistribuição, que serão tratados nos capítulos que seguem, se apresentam como horizontes dessa luta, tendo a universidade pública tanto como fim (reconhecimento e redistribuição na educação superior) quanto como meio (a ação universitária formulando e sustentando políticas de reconhecimento e redistribuição junto à sociedade). Este é um desafio, e na atualidade estas políticas passam por avanços e retrocessos, enfrentam limites e interesses contrários.

3.3 POLÍTICA: PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO E PRÁTICA DA LIBERDADE

Compreender o papel da política na atualidade é fundamental para uma melhor compreensão da realidade. As decisões políticas interferem em nossas vidas diretamente. A participação política se dá de diversas formas: diretamente nos governos populares, órgãos de direção, coordenação, conselhos, comissões ou indiretamente através do voto e também através de nossas posições, atitudes e ações cotidianas. Assim, diretamente ligada à política estão a participação, a vida pública, nossa relação com o social. A política muda a sociedade e, por consequência, a vida das pessoas. Compreender e aceitar que somos parte de uma sociedade e interferimos direta ou indiretamente em seu rumo nos traz benefícios e, também, responsabilidades.

Em Dussel (2014) encontramos a definição do conceito: “se, linguisticamente, ‘político’ vem de *pólis*, em grego, e cidade de ‘*civitas*’, em latim, assim também conceitualmente o político propriamente dito será para mim um campo prático que toma em conta a cidade” (DUSSEL, 2014, p. 12).

O conceito de política é explorado por Arendt (2013) que afirma remontar seu sentido à Grécia Antiga e às experiências de participação e liberdade experimentadas na pólis:

A pergunta sobre o sentido da política e a desconfiança em relação à política são muito antigas, tão antigas quanto a tradição da filosofia política. [...] e nasceram de experiências muito reais de filósofos com a pólis: significa como a forma de organização do convívio humano, que determinou, de forma tão exemplar e decisiva, aquilo que entendemos hoje por política que até mesmo nossa palavra para isso, em todos os idiomas europeus, deriva daí (ARENDRT, 2013, p. 45).

A autora afirma, ainda, que a política não pertence à essência humana, pois o homem é em si “a-político” (ARENDRT, 2013). Dessa maneira, a “política surge no entre-os-homens;

portanto, totalmente fora dos homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espaço e se estabelece como relação” (ARENDR, 2013, p. 23).

Milton Santos (2012) também faz referência à política como diretamente ligada ao coletivo. Afirma que “a política, por definição, é sempre ampla e supõe uma visão de conjunto. Ela apenas se realiza quando existe a consideração de todos e de tudo. Quem não tem visão de conjunto não chega a ser político” (SANTOS, 2012, p. 67).

Política está diretamente ligada à vida em sociedade, ao convívio entre seres humanos. O debate em torno do conceito de política, assim como em torno de seu verdadeiro sentido, tem perpassado os séculos. Conforme Arendt (2013), “todas essas justificações ou definições têm como objetivo classificar a política como um meio para um fim mais elevado” (ARENDR, 2013, p. 45).

Há que se considerar, no entanto, que, segundo a autora, desde a antiguidade, há uma desconfiança na prática da política como liberdade e que, no mundo moderno, a política é vista por um viés econômico – como meio de proteger os recursos materiais, a produtividade para a sobrevivência humana. Diante de tal realidade, a esperança em uma mudança para melhor seria simplesmente um milagre. Essa ideia de milagre não é proposta pelo viés religioso, ligada ao sobrenatural, mas entendida como o nascimento de algo novo. A operacionalização, materialização do milagre se dá através da ação. Para a autora,

A ação é absolutamente singular no sentido de pôr em marcha processos naturais, mas também no de marcar o começo de alguma coisa, começar algo novo, tomar a iniciativa ou, em termos kantianos, forjar a sua própria corrente. O milagre da liberdade é inerente à essa capacidade de começar, ela própria inerente ao fato de que todo ser humano, simplesmente por nascer em um mundo que já existia antes dele e seguirá existindo depois, é ele próprio um novo começo (ARENDR, 2008, p. 165-167).

A liberdade à qual a autora se refere não é simplesmente a do livre arbítrio, da escolha entre coisas dadas. Arendt segue afirmando que,

Se o significado da política é a liberdade, isso quer dizer que nessa esfera – e em nenhuma outra – nós temos efetivamente o direito de esperar milagres. Não por acreditarmos supersticiosamente em milagres, mas porque os seres humanos, saibam eles ou não, na medida em que são capazes de agir, estão aptos a realizar, e realizam mesmo, constantemente, o improvável e o imprevisível (ARENDR, 2008, p. 168).

Considerando o indivíduo um ser social, portanto completamente dependente de outros seres humanos, a política emerge como possibilidade de ordenação da vida humana como convivência entre os diferentes.

Celso Lafer (2003), ao estudar a obra de Arendt, aponta a natalidade – em contraposição à morte – como categoria central da política e um dos fundamentos da reflexão da filósofa, caracterizando a liberdade da criação das coisas novas, fazendo história. Por estar ligada ao coletivo, a política também se relaciona diretamente ao espaço público: o espaço da liberdade e da ação, o espaço do plural, da construção coletiva através do diálogo. O espaço público é também o espaço dos consensos, ainda que provisórios (GENRO, 2011), o que reafirma a importância do agir em conjunto.

Caregnato (2004, p. 93) caracteriza o espaço público em Arendt, afirmando este como “um lugar de realização de liberdade, da interação com outros, através da qual o indivíduo constrói sua identidade e suas utopias.” Ela destaca, ainda, ao se referir à autora, que esta construção coletiva tem a possibilidade de construir o novo e desafiar padrões garantindo a liberdade da comunidade (CAREGNATO, 2004, p. 93).

A existência de espaços públicos de participação é um dos elementos que conferem cidadania, associada à questão da vida em conjunto “civitas” (DUSSEL, 2014) e ao empoderamento do coletivo. É na comunidade que o poder político se legitima. Dussel considera o poder como inerente à comunidade política, ou seja, ao povo. Se este poder não se respaldar desta forma, então será ilegítimo e, portanto, totalitário. Afirma que, “O poder político não se toma [...] O poder é tido sempre e somente pela comunidade política, o povo. Ele o tem sempre, embora seja debilitado, acossado, intimidado, de maneira a não poder de expressar” (DUSSEL, 2007, p. 28-29). A constituição da cidadania é definida pela criação de espaços diversos de lutas sociais. Portanto articulada à democracia, que, por sua vez se apresenta inerente ao espaço público (CHAUÍ, 2001).

A importância do conceito se revela, inclusive pela citação no artigo 1º da Constituição Federal de 1988, a qual estabelece a cidadania como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (BRASIL, 1988).

A cidadania, no entanto, nem sempre foi considerada desta forma. Ela se apresentou como privilégio de poucos, por muito tempo. A ocupação dos espaços públicos e a consequente participação política no Brasil foi, historicamente determinada pelo poder econômico que determinou também as possibilidades de acesso à educação e aos espaços formalizados de cultura, que, ao longo da história foram privilégio de poucos. Portanto, a maioria da população esteve às margens de qualquer processo de participação política.

Desde o seu advento, a educação superior no País esteve voltada para os filhos das famílias da elite social e econômica. No Brasil Colônia, os jovens eram enviados para estudar nas universidades europeias, especialmente em Coimbra, Portugal. Com raras exceções, alguns jovens vindos de famílias menos favorecidas conseguiam

frequentar cursos superiores por meio do ingresso na vida religiosa e, portanto, com o apoio da Igreja. Por volta de 1808, com a chegada da Corte Portuguesa, registra-se a criação das primeiras escolas isoladas de educação superior no País, concebidas à luz do “modelo napoleônico”, centrado em cursos e faculdades, estruturados de forma independente e não propriamente a partir da concepção de universidade (TAKEGUCHI, 2013, p. 12).

A ausência de democracia, a falta de liberdade, as desigualdades e injustiças sociais foram denunciadas ao longo da história por indivíduos e movimentos organizados que travaram a luta pela liberdade e pelo direito à participação política e ao reconhecimento social no Brasil. Essa luta se faz com a constituição do sujeito político em um processo vinculado às experiências vividas e aos espaços de formação que acessa. Entendemos experiência a partir da concepção de Larrosa Bondía (2002) para quem

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. [...] Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara. Em primeiro lugar pelo excesso de informação. A informação não é experiência. E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência (LARROSA BONDÍA, 2002, p. 21).

A universidade pode se fortalecer como espaço privilegiado de debates e experiências de diálogos, de participação, de construção da cidadania, conhecimento-emancipação e democracia. Neste processo é imprescindível o debate acerca do papel social da universidade pública e seus espaços constitutivos de gestão, ensino, pesquisa e extensão em sua dimensão ética e política. A universidade tem um papel político fundamental, portanto é determinante a intencionalidade de suas proposições para a manutenção ou a transformação das estruturas sociais (RIBEIRO, 1969). Uma formação política resulta necessariamente do diálogo com a realidade, com as práticas sociais e leva a uma tomada de consciência e à ação transformadora (SEVERINO, 2011). Freire (1996) ressalta o papel importante da educação no processo de transformação social, pois, ainda que não seja a única, “a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do ‘status quo’ porque o dominante o decreta” (FREIRE, 1996, p. 112).

Zitkoski e Hammes (2014, p. 9) destacam a importância de uma formação na perspectiva cidadã: “formar na perspectiva da cidadania é, portanto, a afirmação do valor da educação como espaço público onde a construção do conhecimento está a serviço da produção de valores emancipatórios, libertadores, formadores de sujeitos históricos”.

Esta perspectiva de formação deve ser observada em todos os seus níveis, do ensino fundamental à universidade. Destacamos nesta pesquisa o papel da universidade neste

processo. A universidade seguindo seu curso espontâneo tende a manter as estruturas sociais, por isso na perspectiva de uma modernização reflexa, proposta por Ribeiro (1969) a universidade tende a operar esforços para superação de determinadas situações sociais de atraso. Esta política exige uma forte intencionalidade da universidade na proposição de mudanças, tanto em relação a si mesma quanto em relação à sociedade (RIBEIRO, 1969).

Ribeiro (1969) define a estrutura universitária como "[...] o conjunto e a integração dos órgãos através dos quais as universidades cumprem suas funções. Na análise destas estruturas, as estruturas da universidade a fazem propensa ao conservadorismo, afirma Ribeiro (1969), entretanto, existem "[...] certas conjunturas sócio-culturais nas quais se gera uma consciência crítica que leva a universidade a repensar-se e a propor-se mudanças profundas que permitam romper a estrutura cristalizada, eliminar seus conteúdos mais anacrônicos e alcançar uma forma nova e viável. São as crises estruturais" (RIBEIRO, 1969, p. 35), resultantes das divergências entre os interesses da sociedade e da universidade.

Ribeiro (1969, p. 32) entende como possível a tarefa da universidade de se colocar como "agente de aceleração do progresso global da nação", considerando que as instituições podem se colocar como agentes da manutenção da ordem estabelecida como também de transformação destas estruturas. Esta possibilidade justifica o esforço de colocar a universidade nesta condição de agente de transformação.

Desde as teorizações de Darcy Ribeiro (1969) às reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2010) acerca do papel social da universidade, de suas crises e possibilidades, percebe-se semelhanças e lutas inconclusas.

As opiniões ainda se dividem entre os que a querem conservadora e os que a querem inovadora e transformadora, assim como já apontava Ribeiro (1969 p. 35): "as opiniões se dividem, gerando duas espécies de descontentamento cada vez mais conflitivas: dos que querem reformar a universidade para torná-la cada vez mais acomodada e conservadora e daqueles que desejam vê-la transfigurada numa trincheira da luta revolucionária, ainda que seja a única barricada que se levante contra a ordem social global".

Este debate precisa estar vivo em todos os espaços da universidade. O que propomos através das reflexões propostas nesta pesquisa é potencializá-la enquanto espaço de lutas e transformações sociais, espaço do debate democrático, da inclusão, da diversidade, da cidadania. Para tanto, precisamos estar atentos aos processos formativos da universidade, aos conhecimentos construídos e suas intencionalidades para que constitua para além de uma perspectiva operacional, ou seja para a formação de mão de obra para o mercado (TÜNNERMANN BERNHEIM; CHAUI, 2008).

Nesta perspectiva, Severino (2012, p. 22), destaca que: “para além do preparo epistêmico e técnico, a formação universitária, tendo em vista garantir a formação integral do homem, precisa assegurar o desenvolvimento das sensibilidades política, ética e estética das pessoas”. O autor destaca, ainda a importância da formação ética e política dos professores na universidade. O autor afirma que:

A política remete a educar com diálogo, na práxis, na justiça e na liberdade. Nesse contexto, educação, ética e política se apresentam como agentes para o desenvolvimento de uma visão crítica do mundo, estabelecendo condições e possibilidades para a compreensão das exigências de uma formação que é técnica e política, mediatizada pela ética, viabilizadora de uma prática pedagógica consciente (SEVERINO, 2011, p. 20).

A visão crítica apontada pelos autores se desenvolve na formação do sujeito político, que pode e deve ser potencializada na universidade pública, para que ela possa dar conta de sua função social. Buscamos em Hannah Arendt e Chantal Mouffe a compreensão de sujeito político, o reconhecimento da política como constitutiva da vida em sociedade e as formas democráticas para sua efetivação.

Em Arendt, buscamos o conceito de política: a afirmação de política como liberdade e a liberdade de falar e se constituir enquanto sujeito individual e coletivo na sociedade. Para a autora, política e liberdade são sinônimas. É no debate, no convívio com os outros, que compreendemos o mundo e podemos atuar sobre ele. Para Arendt, “[...] política e liberdade são idênticas e sempre onde não existe esta espécie de liberdade, tampouco existe o espaço político no verdadeiro sentido” (ARENDR, 2013, p. 60). Compreendendo a universidade também, assim como o movimento social como espaços de formação ético-política, a autora é referência para o estudo.

Em sua obra *A Promessa da Política* (2008), Arendt afirma que política trata da coexistência humana. Ela é produto da pluralidade humana – organização de pessoas diferentes com interesses comuns. Afirma, ainda, que o espaço da política é verdadeiramente o espaço da liberdade, este é seu significado primeiro – política é um meio e liberdade é um fim. A centralidade da ação política deve ser a preocupação com o mundo. Dada a relação de dependência entre os seres humanos, a autora constata que a política é absolutamente necessária à vida humana. A identificação da universidade e dos movimentos sociais como espaços possíveis de constituição do sujeito político aponta a pertinência dos estudos da autora como referência esta pesquisa.

Em seus escritos sobre “O que é a política”, Arendt (2013), afirma que

Se alguém quiser ver e conhecer o mundo tal como ele é realmente, só poderá fazê-lo se entender o mundo como algo comum a muitos, que está entre eles, separando-os e unindo-os, que se mostra para cada um de maneira diferente e, por conseguinte, só se torna compreensível na medida em que muitos falarem sobre ele e trocarem suas opiniões, suas perspectivas uns com os outros e uns contra os outros. Só na liberdade do falar um com o outro nasce o mundo sobre o qual se fala, em sua objetividade visível de todos os lados (ARENDDT, 2013, p. 21).

Em Chantal Mouffe, encontramos o referencial de sujeito político na perspectiva de uma democracia pluralista em que os antagonismos se transformam em agonismos. O conflito é reconhecido como legítimo e parte do processo democrático. O opositor é visto como adversário e não como inimigo.

El antagonismo forma parte de lo que constituye lo político, en donde al desarrollarse un conflicto por cualquier oposición de ideales entre las partes se define al opositor como enemigo, y adquiere como fin único la eliminación de este. Para Mouffe el antagonismo debe ser transformado para que compatibilice con el pluralismo democrático y desarrolle una asociación política. *De esta manera, el conflicto debe relacionar un vínculo común entre las partes y reconocer al otro un como un adversario. A esta condición se le denomina agonismo* (ECHAÍZ, 2013, p. [2], grifos da autora).

A democracia pluralista definida por Mouffe pressupõe uma liberdade política e o aprofundamento do processo democrático. O que pressupõe uma nova hegemonia que possibilite a reafirmação constante da liberdade e igualdade, impossíveis de tê-los como definitivos em um sistema de constante evolução. Conforme esclarece Echaíz,

La propuesta política que Mouffe propone es un modelo de *democracia radical pluralista*, en donde su objetivo clave es defender el liberalismo político y el pluralismo para profundizar la revolución democrática. Este accionar significa luchar por la construcción de una nueva hegemonía, que permita la reformulación constante de los principios de libertad y de igualdad, ya que es imposible afirmar una concepción definitiva y sustantiva del bien común en un sistema de continua evolución social (ECHAÍZ, 2013, p. [1], grifos da autora).

A política é intrínseca à vida social, não há um espaço único onde ela possa existir. Ela permeia a diversidade de relações sociais. Para Mouffe (2001, p. 18), é preciso entender que “o político não é algo que tem uma localização específica, determinada, na sociedade e que todos os tipos de relações sociais podem tornar-se palco de conflitos políticos.”. A universidade como instituição da esfera pública, se apresenta como um desses espaços, onde a diversidade se faz representar. A democracia pluralista reconhece a diversidade como parte do processo político.

A política objetiva a criação da unidade em um contexto de conflito e diversidade; ela está sempre se ocupando da criação de um “nós” através da determinação de um “eles”. A novidade da política democrática não é superar esta distinção entre “nós/eles” mas estabelecê-la de uma diferente maneira. O ponto crucial aqui é como

estabelecer esta discriminação entre “nós/eles” de uma maneira que esta venha a ser compatível com a democracia pluralista (MOUFFE, 2001, p. 20).

Mouffe (2001) entende o “pluralismo agonista” como fundamental, como essência das relações políticas democráticas. Não podemos pretender a eliminação das paixões e conflitos, reservando-os à esfera privada, mas precisamos reconhecer que o confronto agonístico é condição para uma democracia construída no mútuo reconhecimento da legitimidade dos agentes e das instituições, ou seja, uma democracia genuína. Mouffe (2001) estabelece a distinção entre antagonismo e agonismo.

Daqui decorre a importância de se distinguir entre dois tipos de relações políticas: uma de antagonismo entre inimigos, e uma de agonismo entre adversários. Nós podemos dizer que o objetivo da política democrática é transformar o antagonismo em agonismo. Isto tem importantes conseqüências para a forma pela qual nós encaramos a política. Contrariamente ao modelo da “democracia deliberativa”, o modelo do “pluralismo agonista”, que estou advogando, afirma como tarefa primeira da democracia não a eliminação das paixões e também não o seu afastamento para a esfera privada, de modo que o consenso racional pudesse ser obtido, mas mobilizar estas paixões em direção à promoção de metas democráticas. Longe de ameaçar a democracia, a confrontação agonista é a própria condição de sua existência (MOUFFE, 2001, p. 21).

Nesta perspectiva, afirma Genro (2011, p. 143) é condição para uma democracia pluralista “transformar antagonismo e agonismo, ou seja, tornar legítimo o embate de ideias abrindo espaço para a negociação de consensos provisórios.”. A autora afirma, ainda que a educação tem papel importante neste processo “mas isso pressupõe formação de sujeitos que tenham propriedade, certa consistência no jogo argumentativo, na disputa política de diferentes significados e projetos sociais e políticos” (GENRO, 2011, p. 144).

Os espaços educativos, na medida em que se propõem democráticos e diversos, precisam garantir o diálogo político, a liberdade da diversidade de ideias e concepções, se constituindo efetivamente em espaço de cidadania democrática.

Essa compreensão de política permite reconhecer as exclusões a que historicamente foram submetidos grupos sociais subalternizados e feitos minorias. Permite também perceber a complexidade da estrutura social e reconhecer a legitimidade das diferentes bandeiras de luta e a multiplicidade de demandas que permeiam as relações sociais.

Uma perspectiva agonista da democracia reconhece a real natureza de suas fronteiras e também as formas de exclusão que ela contém, ao invés de tentar disfarçá-las sob o véu da racionalidade ou da moralidade. Estando consciente do fato de que a diferença é a condição de possibilidade para constituir unidade e totalidade, ao mesmo tempo em que gera seus limites, esta perspectiva agonista pode contribuir para subverter a sempre presente tentação que existe nas sociedades democráticas para tornar suas fronteiras algo “natural” e suas identidades algo “essencial”. Desta forma, ela será muito mais receptiva à multiplicidade de vozes que uma sociedade pluralista contém “e à complexidade da estrutura de poder que esta rede de

diferenças implica” do que o modelo da democracia deliberativa (MOUFFE, 2001, p. 22).

É possível estabelecer relações entre as ideias de outros autores e as autoras acima citadas. Em Genro (2011) e em Dussel (2007), encontramos a reflexão acerca da constituição do sujeito político. Para Genro, buscar uma democracia agonística é fazer frente ao modelo de democracia liberal onde, sabemos bem, a democracia se dá apenas para alguns. Uma democracia ainda restrita à representação que não atende a diversidade de nossa sociedade e não dá conta de uma política de reconhecimento e muito menos de redistribuição. É uma democracia frágil e direcionada. Esta limitação está regulamentada na Constituição Federal de 1988, que prevê o exercício do poder pelo povo, primariamente através de seus representantes e secundariamente de forma direta (BRASIL, 1988). Em Genro (2011), encontramos, por outro lado, a definição de democracia agonista:

O Modelo Agonístico de democracia pressupõe críticas à democracia liberal tomada como única possibilidade de desenvolvimento democrático. Além disso, propõe o reconhecimento do caráter paradoxal da democracia moderna, a saber – a existência de tensões entre a lógica da democracia e a lógica do liberalismo. Tais tensões não podem ser negadas, mas articuladas e negociadas (GENRO, 2011, p. 142).

Uma nova democracia requer ações e políticas que de fato promovam sua construção com novas práticas e intencionalidades que desconstruam a arraigada engrenagem hegemônica do modelo neoliberal globalizado. Para isso, um novo sujeito precisa se constituir, com uma perspectiva de justiça, democracia e de participação – um sujeito político potente. Genro (2011) define a identidade do sujeito político

Na perspectiva agonística, esta identidade pressupõe a identificação com a coisa pública e, dessa forma, é entendida como a própria cidadania. Se no liberalismo o cidadão é compreendido a partir de definições legais/formais, nesta outra perspectiva o cidadão pode ser mais do que um depositário passivo de direitos e deveres (GENRO, 2011, p. 143).

Esta identidade público-política do sujeito o transforma em agente social, que, mergulhado no tecido social atua em todos os espaços ocupados, sendo reconhecido em seus diálogos, posturas, interações, e definindo políticas.

Gohn (2012) define sujeito considerando esta uma categoria fundamental para definir o protagonismo de sujeitos e grupos sociais. A autora considera,

[...] “sujeito” uma categoria fundamental, que constitui e posiciona indivíduos na história dos processos sociais, culturais e políticos de uma sociedade. Ela confere protagonismo e ativismo aos indivíduos e grupos sociais, transformando-os de atores sociais, políticos e culturais em agentes de seu tempo, de sua história, de sua identidade, de seu papel como ser humano, político, social (GOHN, 2012, p. 113).

Em Dussel (2007), encontramos a perspectiva de poder enquanto comunidade reafirmando a política como espaço do coletivo. O autor usa o conceito de *potentia* para descrever o poder da comunidade como soberana e política:

Denominaremos, então, *potentia* ao poder que tem uma comunidade como uma faculdade ou capacidade que é inerente a um povo enquanto última instância da soberania, da autoridade, da governabilidade, do político. Este poder como *potentia*, que como uma rede se desdobra por todo o campo político, sendo cada ator político como um todo (usando as categorias de M. Castells), desenvolve-se em diversos níveis e esferas, constituindo, assim a essência e fundamento de *todo o político*. Poderíamos dizer que o político é o *desenvolvimento* do poder político em todos seus momentos (DUSSEL, 2007, p. 29).

Dussel (2007) considera o povo como uma categoria política, como um sujeito coletivo que reivindica direitos a partir de bandeiras de lutas comuns. Sujeitos coletivos que, reunidos a partir de suas identidades específicas, fazem desenham um caminho e buscam um ideal comum. O desafio é agregar as lutas destes grupos e constituir uma força harmônica, definida por Dussel como *hiperpotentia*. Para Caselas (2009),

Apesar de reconhecer um grau de ambigüidade à noção de povo como categoria política, Dussel assinala-o como ator coletivo imprescindível (sem lhe conferir um caráter substancial) para a universalização de uma reivindicação hegemônica. Como se constitui o povo? É pensado um princípio de universalização a partir dos pontos comuns dos movimentos que reivindicam direitos e que incorporam/traduzem entre si as suas demandas. Assim, as feministas, os indígenas, os marginais e os desocupados, a classe operária industrial, camponeses empobrecidos, ou movimentos mais geopolíticos, também os movimentos pacifistas, as mulheres dos países periféricos, em suma movimentos dos setores críticos da comunidade política, nacionais e transnacionais, constituindo um bloco a partir “de baixo”. Mas poderão esses movimentos díspares encontrarem uma linguagem comum ou, o que é mais difícil, uma forma institucionalizada de operacionalizar a sua vontade-de-viver distinguindo-a da vontade-de-poder? Como integrar esse plano de exterioridade em um todo harmônico unificado e coerente a que Dussel designa Hiperpotentia das vítimas em “estado de rebelião” (CASELAS, 2009, p. 81).

Como resposta a esses questionamentos, Caselas (2009), com base em Dussel propõe um “consenso crítico”, a construção de uma estrutura social que acolha as demandas propostas e esteja a serviço do povo.

Em Arendt, “A política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas” (ARENDR, 2013, p. 24). Para Mouffe, reconhecer a “moderna democracia” como pluralista e agonista é determinante para a política, pois requer a presença de identidades diversas e possibilidade de escolhas entre alternativas possíveis.

Conceber a moderna democracia como uma forma de pluralismo agonista traz importantes conseqüências para a política. Uma vez que seja reconhecido que este tipo de confrontação agonista constitui a especificidade da democracia pluralista,

nós podemos entender por que esta democracia requer a criação de identidades coletivas ao redor de posições diferenciadas bem como a possibilidade de escolha entre alternativas reais. Esta é precisamente a função da distinção entre esquerda/direita (MOUFFE, 2001, p. 22).

Arendt e Mouffe reconhecem a essencialidade da política para a vida em sociedade, estabelecendo o debate em torno do conceito e formas para compreendê-lo como constitutivo da sociedade democrática. O debate político impulsiona a democracia. Para Mouffe,

Existe hoje uma necessidade urgente de reestabelecer a centralidade da política e isto requer o esboço de novas fronteiras políticas capazes de dar um real impulso à democracia. Um dos principais desafios para a política democrática é começar oferecendo uma alternativa ao neoliberalismo. É a atual e não desafiada hegemonia do neoliberalismo que explica o porquê da esquerda ser incapaz de formular um projeto alternativo viável. A costumeira justificação para o dogma “não tem alternativa” é a globalização (MOUFFE, 2001, p. 22).

Estabelecer ou reestabelecer o debate político, como afirma a autora, implica em superar certos preconceitos que só têm servido para um afastamento cada vez maior da política, à manutenção da globalização neoliberal como um modelo hegemônico e, basicamente, a única via possível. Considerando o descrédito e afastamento da política, em meio aos preconceitos estabelecidos, cabe lembrar as advertências de Arendt de que estes “[...] não são juízos definitivos. Indicam que chegamos em uma situação na qual não sabemos – pelo menos ainda – nos mover politicamente. O perigo é coisa política desaparecer do mundo” (ARENDR, 2013, p. 25).

3.4 SUJEITO POLÍTICO: AS VOZES DOS SUJEITOS DA PESQUISA

O sujeito político que afirmamos aqui é capaz de pensar e tem autonomia para agir em conjunto, pelo bem coletivo, em uma perspectiva humanista de sociedade. Portanto, trata-se do sujeito – individual ou coletivo – que age considerando a política como processo e resultado da inter-relação entre pessoas e grupos (ARENDR, 2013). Apresentamos a seguir, as percepções dos sujeitos da pesquisa acerca do conceito de sujeito político.

Para Rose, o sujeito político é autônomo, é sujeito de ação na sociedade. Pode ser individual ou coletivo e busca a transformação social.

Rose: Um sujeito político, eu acho que é o que é autônomo, [...] que tem ação na sociedade. Então, esse sujeito político pode ser uma pessoa, um militante, um dirigente, assim como sujeito político também pode ser um movimento. Então, um sujeito político pode ser individual, como também pode ser coletivo, mas que tem essa perspectiva de transformação social. Que questiona os padrões sociais, a cultura patriarcal, que questiona a concentração de renda, que questiona o capitalismo, o patriarcado.

Brenda Lee destaca que sujeito político é quem “cutuca”, provoca e busca o melhor para o coletivo.

Brenda Lee: O sujeito político é aquele que vai atrás, [...] para manter, pra ter um diálogo, pra ter uma discussão, pra trazer a pauta da visibilidade pra dentro do movimento. Porque o sujeito político é aquele que tá sempre provocando e cutucando e fazendo aquele, digamos, o advocacy¹⁴, o controle social, a busca sempre do que é melhor não só pra vida do sujeito, mas pra vida dum coletivo. Então, é pensar nesse coletivo, né?

Jean afirma que o sujeito político conhece como se constituem as estruturas de poder e reconhece que, mais que ser parte, pode influenciar, provocar mudanças. Dar-se conta deste poder de provocar mudança também se constitui em ato político.

Jean: Acho que é o sujeito que se dá conta do seu papel, de qual sua posição dentro dessas estruturas de poder, estruturas políticas que se formam a todo tempo. [...] Eu acho que o sujeito político é tu conhecer..., saber se articular e perceber como se formam, como são essas cadeias de poder e como as coisas se estruturam. E saber qual é o teu papel e como tu podes não ser só uma parte disso, mas tu poder influenciar também nesse sistema, né? Poder trocar as peças de lugar de vez em quando, ou provocar umas trocas de lugar de vez em quando. [...] Da minha geração de primos, assim, eu fui o primeiro a entrar numa universidade, então, e numa universidade pública, também. [...] O significado político também de se dar conta de como eu quebrei um ciclo, sabe? Eu acho que isso é político também. Tem uma força política de se dar conta de como tu promove, quebra ciclos, cria, se recria, cria outras possibilidades também.

Para Dandara, o sujeito político está aberto ao diálogo, é movido por inquietudes e é sujeito de ação.

Dandara: Sujeito político é aquele que atua, que se incomoda, que traz as suas inquietudes, que dialoga com outros grupos, que está aberto a não falar só da sua bandeira ou da sua luta. É um sujeito que tá disposto a expandir essas diversidades, a estar presente também nesses diálogos e é um sujeito atuante. Acima de tudo, é um sujeito que não fica só construindo teoricamente. [...] pra mim, um sujeito político, ele é muito mais prático do que teoria.

Para Pagu, de acordo com a Ciência Política, o sujeito é quem tem a “capacidade de agir” e estar “presente no espaço público político”.

Pagu: É a capacidade da ação política. Porque a gente fica discutindo nas teorias feministas se pode haver o sujeito mulher, né? A Judith Butler, ela desconstrói isso, né? Não existe nem gênero, nem sujeito. Porque o sujeito é sujeitoado se for na linha do Michel Foucault. Então, o sujeito nunca se liberta. Então, cria um impasse. O sujeito pra Ciência Política é o que tem capacidade de agir ou agenciar; ter uma pauta; se fazer presente no espaço público político. Esse é o sujeito, né? Então, nem todos serão sujeitos. Tem que ter essa capacidade.

Sepé afirma que todos somos sujeitos políticos, mas depende do que cada um pensa. A forma de pensar define as ações de cada um. Acredita no poder da escola, na formação de um

¹⁴ “A prática do *advocacy* é uma atividade de extrema importância na busca de uma democracia justa e representativa, que fortalece a participação de diferentes atores sociais nos debates de interesse público. O *advocacy*, sem tradução literal para a língua portuguesa, consiste de um conjunto de ações que visam influenciar a formulação, aprovação e execução de políticas públicas junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e à sociedade, por meio do trabalho em redes e a mobilização da mídia”. Disponível em: <<http://www.dialogosocial.com.br/advocacy-s351-1.html>>. Acesso em: 08 set. 2015.

ser humano integral, capaz de tomar decisões favoráveis ao grupo, um coletivo que busque o bem de todos. Há coisas importantes que aprendemos fora da universidade.

Sepé: Todos nós somos políticos, só que depende pra quê, pra onde você pensa assim. Quando eu tô falando que tomei a opção de fazer da minha vida uma trajetória, se fosse pra fortalecer o meu povo, isso é uma decisão política. Pra mim, isso é ser político. Mas tem um outro que diz: “Não, pra mim ser político é passar a perna nos outros e viver bem”. Então não tão nem aí. E eu, eu acredito muito, numa escola, por exemplo, onde eu trabalho, que vá trabalhar com o ser humano. Isso tá na Constituição, né? Que é um ser humano como um ser humano integral, né? Que ele seja capaz de tomar suas decisões, que ele seja capaz de refletir sua vida, que ele seja capaz de refletir a sociedade em que ele vive, que ele seja capaz de tomar medidas que sejam favoráveis ao seu grupo. Eu trabalho muito com essa ideia.

Para Martin, o sujeito político é aquele que produz e interage com a política. Pensa que para além de um exercício individual, ela precisa ter uma consequência, ou seja, as ações “têm que ter consequência”. Não basta ter consciência é preciso fazer acontecer as mudanças estruturais. Para isso é preciso que os diversos movimentos superem as vaidades e em um diálogo multidisciplinar se unam em torno de uma pauta comum. Martin destaca, também a importância de uma avaliação que possa medir os resultados das ações implementadas, como por exemplo, a política de cotas, no combate ao preconceito e ao racismo, o quanto diminuiu.

Martin: Sujeito político não é apenas o cara que é bem informado, não é apenas o cara que tem um conhecimento e que usa o conhecimento para finalidades de agenda pessoal. O sujeito político é aquele que produz política, é aquele que interage com a política e pensa que a política pode ser uma consequência e não apenas um exercício individual, no plano denunciatório, no plano diagnóstico. Porque a política, ela tem que ter consequência, quer dizer, as ações tuas têm que ter consequência. [...] Porque o diagnóstico, a reflexão, ela tem que ter um produto na política real. O que nós podemos tá alterando pra melhor com as agendas nossas, senão fica no exercício, as pessoas são sujeito políticos com alto nível de conscientização, mas isso aí é muito pouco que nós somos muito pequenos assim pra alteração estrutural. [...] E ela tem que ser temporal, e ela tem que dialogar com as condições objetivas históricas dadas. E ela tem tempo pra começar e tem tempo pra terminar. Por que tu tens que avaliar os resultados. [...] E a força nossa de modificar o comportamento do Estado..

Para Rose, o sujeito político é autônomo, é sujeito de ação na sociedade. Pode ser individual ou coletivo e busca a transformação social. Brenda Lee destaca que sujeito político é quem “cutuca”, provoca e busca o melhor para o coletivo. Para Jean, o sujeito político conhece as estruturas de poder e tem consciência de seu papel social, podendo exercer influência e provocar mudanças. Para Dandara, o sujeito político está aberto ao diálogo, é movido por inquietudes e é sujeito de ação. Para Pagu, de acordo com a Ciência Política, o sujeito é quem tem a “capacidade de agir” e estar “presente no espaço público político”. Sepé afirma que todos somos sujeitos políticos, mas que nossas ações são definidas pelo nosso modo de pensar. Acredita no poder da escola na formação de um sujeito que busquem o melhor para o coletivo, mas adverte que muito de nossa formação ocorre fora da escola. Para Martin, o sujeito político é aquele que produz e interage com a política. Para além de um exercício individual produz políticas de consequência e em diálogo faz acontecer as mudanças estruturais. Sepé, Jean e Rose também destacam o caráter individual do sujeito político.

As falas afirmam que o sujeito político é sujeito de ação, é sujeito que se importa com as questões sociais, se percebe enquanto sujeito individual e coletivo, é sujeito de diálogos e práticas. Esta perspectiva se coloca em acordo aos autores aqui apresentados, como Arendt e Dussel. O sujeito político pressupõe ação e interação e se revela com consciência social e política, mas para além disso, sabe que a ação concreta é que muda as estruturas da sociedade, provoca rupturas e transformações, como destaca Martin. O sujeito político é identificado por sua capacidade de agir em conjunto e pelo conjunto. Portanto, o sujeito político está ligado ao espaço público, por essência um espaço político. Conforme Arendt (2013), política está ligada à organização da vida em sociedade (remonta à Grécia antiga), portanto, ao espaço público. O sujeito político questiona, se envolve e se percebe como parte do tecido social. Tem a capacidade de pensar e agir em conjunto, constituir sujeitos coletivos, buscando a transformação social.

Para Genro (2011 p. 143), a identidade de sujeito político se faz necessária para a construção de uma nova “hegemonia democrática”, o que pressupõe uma nova relação com a “coisa pública”, imprescindíveis para a constituição da cidadania.

As falas dos sujeitos revelam que o sujeito político é caracteristicamente ativo, com capacidade de dialogar e consciência social para propor transformações. Este sujeito se constitui de forma individual ou coletiva. O sujeito político está sempre em movimento, articulado há um coletivo, buscando dar conta de questões pontuais de determinados grupos ou questões da sociedade em geral. Consciente dos mecanismos que estruturam e movimentam a sociedade, dos interesses envolvidos e de seu papel social, o sujeito político, mais que expectador é ator no processo de transformação da sociedade, se colocando na posição de protagonista.

3.5 UNIVERSIDADE PÚBLICA E MOVIMENTO SOCIAL: ESPAÇOS DE FORMAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO

O debate em torno da constituição do sujeito político, de formas democráticas de participação e da política como essencial à vida em sociedade impulsiona a reflexão acerca do modelo hegemônico de sociedade, urgindo alternativas e novas formas de organização e participação. Nele, novos sujeitos sociais até então excluídos da vida política, que foram feitos minorias, como afirma Santos (2012a), lutam por reconhecimento e se colocam na cena política como agentes e sujeitos de transformação social. Esse debate leva ao enfrentamento

do modelo político-econômico imperante e suas formas de dominação social, como afirma Mouffe:

Se nós queremos impedir as conseqüências da globalização no sentido de impor um único modelo homogêneo de organização da sociedade, é urgente imaginar novas formas de associação nas quais o pluralismo poderia florescer e onde a capacidade de participação popular pudesse ser fortalecida [...] Permitindo-nos conceber novas formas de solidariedade baseadas no reconhecimento da interdependência, ela poderia prover uma das idéias centrais em torno das quais as forças democráticas podem ser organizadas e isto daria vida à luta pelo conflito agonista que venho defendendo aqui (MOUFFE, 2001, p. 25).

A universidade pública tem importante papel neste debate, como espaço de potencialização do sujeito político. Genro (2011), a partir da compreensão de Mouffe sobre a constituição do sujeito político, afirma que

Na perspectiva da democracia agonística, pensamos a formação do sujeito político como uma das possibilidades de tensionamento da lógica instrumental, produtora da fragmentação humana que pode estar presente em uma educação técnica, especializada e meramente profissional (GENRO, 2011, p. 150).

Daí a importância do papel da universidade pública, como instituição de educação humanista, na formação do sujeito político. Um sujeito livre, consciente de seu papel social e das possibilidades de atuação enquanto agente individual e coletivo. Essa consciência pode ser potencializada com a participação em outros espaços coletivos, democráticos e de luta social. Estas articulações podem se contrapor às insuficiências do modelo de desenvolvimento vigente. Para Genro (2011),

Frente ao contexto atual de globalização e desenvolvimento do liberalismo com sua concepção de uma sociedade centrada no individualismo, apostamos na educação como uma possibilidade de formação de um sujeito político capaz de pensar e atuar com sentido, sobre uma democracia substantiva (GENRO, 2011, p. 141).

A política está no centro da vida em sociedade, portanto a academia, como instituição à qual é atribuída a tarefa de pensar e propor alternativas para a convivência deve dela se ocupar. Arendt (2008) afirmava que para mudar uma instituição é preciso rever sua constituição, seus estatutos. Este processo ocorre porque onde quer que os seres humanos se juntem, criam um espaço que ao mesmo tempo os une e os separa.

A importância de uma formação política como elemento de potencialização do sujeito em movimento, do sujeito social e do estudante ficou evidente nas falas. Estar na universidade torna o sujeito do MS potencializado para o debate, para as proposições, pois agrega os conhecimentos teóricos encontrados na universidade, assim como as experiências vividas de

participação e diálogos. Por outro lado, a participação no MS foi reconhecida pelos sujeitos como importante espaço de formação política por meio da luta social.

Para Brenda Lee, a formação política possibilita outro olhar sobre a realidade, a partir do qual se torna ferramenta de luta. Tornar-se referência, assumindo posturas de luta e enfrentamento dos desafios.

Brenda Lee: Então, esse sujeito político no caso, não político-partidário, [...] mas político no sentido, assim, de ir em várias fontes, várias bases ao mesmo tempo [...]. Sempre no diálogo e sempre tentando pautar, né? [...] Mas, de outra forma, é tu ver que também tem uma certa cobrança também do movimento quando tu és uma pessoa, digamos, pública ou política – nesse sentindo mais político dessas coisas – de que o tempo inteiro as pessoas te cobram, né? E hoje eu vivo essa questão.[...] Mas é interessante, porque daí é um outro olhar, também. O olhar da gestão, que tu tens que estar preparada pra ouvir e pra correr atrás o tempo inteiro. Mas fora esse olhar da gestão, eu sempre fui dessa coisa assim de: “ah, vamos fazer, sei lá, um debate?”, então “vamos lá!”, entendeu? “Ah, a gente não tem o dinheiro”, “não, mas vamos lá”, entendeu? Porque não tem essa questão o tempo inteiro e muitas vezes a universidade, os grupos da universidade me chamam pra discutir. [...] Potencializando politicamente, entendeu?

Para Dandara, a formação política é fundamental. É preciso trazer para a universidade uma posição. As decisões políticas definem as transformações (ou não) da sociedade.

Dandara: Nossa, eu acho que a formação política, ela é muito importante. Ela é fundamental, né? Hoje em dia, não dá mais pra ficar em cima do muro, né? Ou somos de uma ideia de esquerda ou somos de uma ideia de direita, mas a gente precisa trazer essa opinião e posição pra dentro da universidade. E o movimento social negro, ele não é todo de direita e não é todo de esquerda. A gente precisa respeitar as especificidades de cada um e de cada uma. Então eu acho que, falando nas individualidades, acho que a formação política, ela é fundamental, principalmente no momento que estamos vivendo aí, novamente, né? As transformações sociais a partir da implementação ou da não implementação das políticas públicas.

Estar no MS, afirma Rose, permite outro olhar e outras expectativas em relação à universidade, o compromisso social de cada sujeito e busca de um conhecimento que contribua para a transformação social. Rose compreende a universidade como espaço onde se busca mais que uma profissão, mas como se pode contribuir com a transformação da sociedade.

Rose: Eu acho que a primeira questão é que eu não vou estudar pra mim ter um emprego e ganhar cinco mil, dez mil, vinte mil por mês... Eu acho que isso é o fundamental, que na maioria das vezes a gente ouve de colegas que não estão inseridos nos MS: que esse é o objetivo final, é trabalhar pra receber um bom salário. Então, estar no mestrado, estar no doutorado – esse é o objetivo. É pensar na carreira. E eu acho que, estando no MS, a gente está na universidade, mas a gente tem uma responsabilidade a mais, porque tu não estás na universidade só pra ganhar o conhecimento pessoal, mas como que tu vais contribuir pra sociedade com uma formação que você tem na universidade pública. Então, eu acho que é essa responsabilidade com a sociedade e pela transformação da sociedade. Como que esse conhecimento, essa experiência de estar na universidade pode contribuir para a transformação da sociedade. Então, a gente tem uma responsabilidade a mais estando na universidade. Então, eu acho que essa é a principal importância da formação política: que a gente vem pra universidade com um outro olhar, que, de repente, antes de estar no MS, eu não tinha. Eu também pensava em fazer doutorado, pensava em fazer mestrado, há muita distância, mas não era nessa perspectiva de transformação social. Eu acho que essa é a diferença, e a importância.

Para Jean, a universidade ainda está muito voltada ao saber técnico e pouco à formação política, porém há uma tendência à politização no ensino superior. Reconhece que a universidade está mais aberta, mais democrática. Algumas questões estão sendo discutidas, como o acesso, os sentidos. Os alunos mudaram, cada vez mais jovens, com novo espírito. As mudaram se intensificarão. A formação precisa estar conectada com a vida, mas a aproximação da academia à vida ainda é um desafio.

Jean: Eu acho que ainda a universidade, ela tá mais preocupada com a formação mais técnica, mesmo. Com o saber mais técnico e menos incentivo às reflexões políticas. Existe uma tendência macro do ensino superior de politização [...]. Eu acho que a universidade tá mais democrática, tá mais aberta, essas questões de acesso são mais discutidas, as questões de sentidos, também, mas eu não sei até que ponto essa filosofia, essa forma de trabalhar, ela capilariza tanto, né? Também não quero ser pessimista. Eu acho que as coisas tão mudando. A gente vê uma oxigenação [...]... Primeiro, o alunado mudou completamente; tá com uma cara completamente nova. Cada vez mais jovem. Cada vez mais mestres e doutores, doutoras se formando. E jovens, também. E são essas pessoas que estão ocupando os espaços na universidade. Pessoas que já vêm de uma trajetória facilitada de acesso, de democratização, de vaga, de... Então, já tem um novo espírito aí. Eu acho que as coisas vão mudar e melhorar cada vez mais. Mas atualmente, eu acho que a formação política, ela é secundária dentro da universidade. Filosófica, também, sabe? Eu acho que interessa a formação do “qual é o teu ofício, qual é o teu fazer?” ainda.[...] Acho que nem são todos os alunos e alunas que conseguem perceber na verdade o tipo de universidade que estão vivenciando hoje....[...] Talvez entra só no piloto automático e... [...] O fato de ter me aproximado de outras ideias, de ter uma formação política mesmo no movimento, eu acho que me deixa mais sensível e mais atento a esse funcionamento: à hierarquização, à questão dos poderes, e como as coisas se articulam, como os espaços são compartilhados, quem tem direito ao quê, como tu vês que às vezes um professor ou uma professora mais com uma intenção, como alguns não fazem nada pra se manter naquele lugar, sabe? Nem gostam, às vezes, dessa democratização, desses novos acessos. [...] Eu tô fazendo um mestrado, mas eu não posso me desconectar da minha vida. Não existe isso! Eu não posso fazer uma coisa asséptica e que também não vai aportar em lugar nenhum. Eu não quero fazer um trabalho pra manter o próprio sistema, ali. No mínimo, esse trabalho, ele tem que ter uma devolutiva social. Ele tem que ir pra rua. Ele tem que sair, ele tem que ter a ver com a vida. Essas aproximações de academia e vida, esse é o grande nó, ainda. A vida é só um tema de pesquisa...!

Pagu reconhece a formação política como fundamental. Destaca que esta formação, no seu caso iniciou com a militância contra a ditadura que ocorria fora e dentro da universidade, tanto do ponto de vista teórico quanto na luta e no debate. Afirma que esta formação também se dá em sala de aula, assim como em outros espaços como o centro acadêmico.

Pagu: Ah, foi fundamental. Acho que fez a diferença. A militância... Eu, na verdade, então, em 75, 76, que tava o auge da ditadura, mas nós, adolescentes, de rua, nós já conversávamos sobre isso – que nós éramos contra a ditadura! Nós éramos contra os americanos. [...] A universidade foi só o lugar onde foi mais ainda concretizada uma postura política de esquerda que não concorda com as desigualdades, não concorda com a posição das mulheres, que é injusto no mundo. [...] Mas, na época, se respirava muito marxismo nessa universidade.[...] Então, tu tinhas que fazer disputas de centro acadêmico, mas que não tinham nada a ver (risos). Mas a disputa ideológica era muito forte. Isso fazia tu ter que se forjar, tu ter que ler. Entendeu? Não precisava ler todo “O Capital”, mas a introdução, a crítica da política, tu tinhas que fazer. [...] Então, essa formação, até hoje – no final das contas – do jeito que eu penso, de forma dialética, não sei o quê, foi fundamental! Mas tá. Até o próprio Direito, também. Estudar na universidade. Claro que foi relevante. [...] A formação política, mas assim, essa formação não só do ponto de vista teórico, mas do ponto de vista de você conseguir reconhecer, assim, o quê que é estratégico, o quê que é tático. O quê que é “vou lutar agora”, o quê que é “vou lutar mais adiante”. O quê que eu vou conseguir agora, [...] o quê que eu me junto pra enfrentar – quem é o meu inimigo, né? E essa disputa ainda acontece. E eu acho que essa percepção vem por causa da formação política que eu tive. E continuo tendo. A gente sempre tem, né? Que a gente tá sempre se formando, na verdade. Ninguém tá pronto.

Sepé ingressa na universidade por acreditar que era possível construir outros caminhos para a escola indígena e para a universidade. Ele afirma ter buscado na universidade o fortalecimento da identidade indígena. Hoje muitos indígenas chegam à universidade e não querem mais voltar para as comunidades indígenas, não reconhecendo mais a importância daquela comunidade, o que é reforçado pela mídia.

Sepé: Eu só fui pra universidade porque eu acreditava, e acredito muito, que o que as escolas faziam com os indígenas, pra mim era errado. Então por isso que eu fui na universidade. E, quando eu faço isso, eu tô tentando mostrar que tem outros caminhos pra universidade. Pra nós enquanto indígena, pra nós enquanto escola. Isso lá nos anos 80, 78 eu começo a pensar isso. Eu era muito criança. Não sabia ler nem escrever. Que então você precisa primeiro a pergunta da identidade. Naquela época, a identidade indígena tava morrendo, ela tava sendo apagada. E como é que você fortalece isso? Então, a partir dessa concepção eu fui pra universidade, fui buscando conhecimento que pudesse fazer com que eu refletisse isso. [...] Agora, se eu vou pra universidade com outro objetivo que é de abandonar essa ideia e pensar que viver na cidade como branco, ser outro, meu objetivo é outro. Então de novo, retomando, quando o indígena veio pra universidade, se isso não tá claro pra ele... Eu já conheço muitos acadêmicos que já se formaram que não querem voltar pra comunidade indígena. [...] Eles acham que voltar pra comunidade indígena é dar passos pra trás. Porque eles ainda não entenderam a importância que aquela comunidade tem, que aquele povo tem, que ele tem lá dentro. A importância pra ele tá na sociedade, porque hoje em dia você, é bombardeado pela mídia, por tudo, né?

Martin afirma que a formação política foi e segue sendo importante em sua trajetória no movimento social e na universidade, pois se complementam, mesmo acontecendo em contextos e com pautas diferentes. Buscou e conseguiu fazer a interação “entre esses dois mundos” bastante próximos. Destaca a crença de que a universidade não atende aos anseios da sociedade, mas há que se diferenciar as expectativas individuais das pautas sociais e a forma que do ponto de vista individual, da construção do conhecimento acadêmico, científico, a universidade foi importante. Afirma que o conhecimento das vivências e o conhecimento científico precisam estar lado a lado.

Martin: Eu nunca fiz uma disputa de relevância com uma ou outra. Apesar dessas formações se darem em tempos diferentes, em contextos diferentes e pautas diferentes. [...] eu sempre tentei fazer, e consegui, muitas vezes, uma interação entre esses dois mundos que aparentemente são muito distantes, mas na verdade não são tão distantes assim. Que há uma crença, de que a universidade não interpreta o que a sociedade fala, o que a sociedade diz, o que a sociedade inspira. Isso do ponto de vista geral, do ponto de vista do macro, do ponto de vista da política. Mas do ponto de vista das formações individuais, a universidade, aí, ela não é constrangedora pro exercício de expectativa que tu traz. [...] tem que diferenciar pauta social geral das expectativas do sujeito. Então, enquanto sujeito, a universidade, o ambiente acadêmico, o ambiente científico, o ambiente de conhecimento foi extremamente importante. [...] E eu tenho crença nisso, o senso comum é importante, vivência é importante, práticas são importantes, mas isso não substitui a ciência. Pode andar ao lado, pode não qualificar a ciência. Mas a ciência sem dúvida qualifica o senso comum sem substituir. Aí, agora isso é uma questão de duas metrias, dos sujeitos, como que encadeiam isso.

Os sujeitos revelam, considerando o papel fundamental da política na sociedade, a importância de uma formação política, que pode se dar nos diferentes espaços, inclusive e especialmente na universidade pública e no MS. Para Dandara, as decisões políticas definem as transformações (ou não) da sociedade. Rose e Brenda Lee, destacam que a formação política possibilita um outro olhar sobre a realidade, tornar o sujeito referência, mas não só,

assumir posturas de luta e enfrentamento dos desafios. Dandara, afirma, ainda, a importância de trazer para a academia um posicionamento político. Para Pagu esta formação também se dá em sala de aula, assim como em outros espaços como o centro acadêmico. Para Rose o MS permite outro olhar e outras expectativas em relação à universidade, o compromisso social de cada sujeito e busca de um conhecimento que contribua para a transformação social. Jean e Rose destacam que a universidade está mais voltada para a formação técnica e pouco à formação política, porém, afirma Jean, há uma tendência a politização e destaca que a formação precisa estar conectada com a vida, mas a aproximação da academia à vida ainda é um desafio. Para Martin a formação política vivenciada no MS e na universidade é importante para potencializar as ações nestes espaços e fora deles. Ainda que em espaços distintos, os conhecimentos construídos são importantes e complementares, afirma, e o conhecimento acadêmico deve estar articulado ao conhecimento das vivências e práticas sociais.

A presença dos sujeitos em movimento na universidade é importante por trazer outros olhares, experiências e concepções de sociedade e de mundo. Os efeitos desta presença podem ser sentidos no processo de formação universitária, de modo geral, ainda que de maneira incipiente, que se tornam evidentes em práticas inovadoras de ensino e pesquisa trazidas pelos sujeitos. Ainda que alguns possam ser fortemente influenciados pela mídia e cooptados pelo modelo capitalista de sociedade, como afirma Rose, o sujeito em movimento ainda representa a possibilidade de rupturas com este modelo de sociedade e a construção de novos paradigmas.

A formação política é fundamental para compreender, se posicionar e atuar na sociedade. Ela se dá em diversos espaços, no espaço familiar e outros espaços políticos em que o sujeito participa, sendo o MS e a universidade espaços importantes. O conhecimento teórico, base da formação acadêmica, assim como as articulações, participações, reflexões e debates potencializam o sujeito político. Estas percepções estão de acordo com as proposições de Genro (2011, p. 146), ao afirmar que a universidade é atravessada pela pluralidade humana e que “essa compreensão nos permite tensionar os seus processos, suas práticas e o seu pensar no sentido da formação de sujeitos democráticos”.

A formação política acontece dentro da universidade, tanto no ensino como nos espaços que circundam a sala de aula, mas ainda em espaços específicos, afirmam os sujeitos. Portanto, o desafio é fortalecer este debate em todas as áreas da universidade pública. Pensar na formação política é trazer sentidos para a construção do conhecimento que levem em conta o sujeito inserido em um espaço social, que sendo sujeito de ação pode transformá-lo. A consciência de uma ação transformadora sobre a realidade pode ser possibilitada e facilitada

pela reflexão coletiva emergente no processo de formação. A universidade pública, por seu caráter “público”, ainda mais está comprometida com este debate e com as questões que desencadeiam uma justiça cognitiva e social (SANTOS, 2007), que pressupõe uma nova forma de relacionar conhecimentos, propondo o diálogo e o reconhecimento dos diferentes saberes. Uma formação política orientada pelo e para o pluralismo agonista (supõe reconhecimento) como modo de construção da justiça cognitiva. A redistribuição é a construção imediata da justiça social.

A formação política que leve a um olhar humanista sobre a realidade possibilita transformações em todas as áreas do conhecimento, pois mexe nas atitudes em relação ao conhecimento, em seu processo de produção e em suas consequências não somente nos espaços profissionais, mas também e principalmente nas disposições com que se constituem as profissões de formação superior na universidade.

As decisões políticas movem a sociedade, fazendo acontecer transformações ou permanências. A formação política ocorre nos mais diferentes espaços, a iniciar no espaço familiar e comunitário, sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, mas também, e muito fortemente, ela ocorre nos espaços educativos formais, ou seja escolas e universidades, conforme afirma Sá (2015),

A Educação tem um papel importantíssimo na formação política das pessoas, mas não é uma fonte infalível, mágica e incessantemente emancipadora. Não é a única forma de aprender política. Tampouco, História é a única matéria libertadora. Geografia, Filosofia, Sociologia, Artes, Matemática, Literatura, Ciências, em todas essas disciplinas é possível fortalecer a autonomia dos alunos. Existe a educação não formal, existem as associações de bairro, existem as mobilizações nas igrejas que distribuem recursos e materiais entre os que mais precisam. Tudo isso educa (SÁ, 2015).

A autora ainda faz uma crítica à forma como é tratado o chamado “analfabeto político”, sem considerar que este é fruto de uma ausência de debate político em todos os espaços, ou seja, ausência de uma cultura política. Podemos afirmar que os meios de comunicação de massa têm tido um papel importante na tarefa de deseducar politicamente. Por outro lado a ausência ou a limitação do debate nas escolas e universidades contribuem para a manutenção de um senso comum em acordo com seus interesses. Daí a necessidade já exposta acima de se pensar um novo senso comum na perspectiva de Teodoro (2011), que seja capaz de promover uma educação com o olhar para as políticas sociais que busque transformar a realidade.

Um novo senso comum passa pela compreensão apontada pelos sujeitos quanto à formação do sujeito político, que permita novos olhares e novas posturas diante da realidade.

A academia é percebida como um espaço potente para esta formação. Potencializar esta tendência de formação conectada com a vida ainda é um desafio. Está evidente que a formação política tanto nos espaços acadêmicos quanto nos MS potencializam o sujeito político.

A universidade pública ainda se volta essencialmente ao saber técnico, como forma de dar conta das demandas do mercado. O debate político, reivindicado por muitos, ainda enfrenta resistências. Mas este debate é necessário para que a universidade cumpra sua função social, como afirmam os sujeitos. No entanto, é animador que algumas discussões e avanços estejam ocorrendo como a abertura da universidade a novos sujeitos, com outras perspectivas, resultante da democratização do acesso. Igualmente importantes são algumas ações políticas que geraram mudanças na gestão, com novas estruturas, alguns currículos pautando reflexões acerca das temáticas trazidas aqui, fóruns e linhas de pesquisa.

3.6 MOTIVAÇÕES DOS SUJEITOS PARA A PARTICIPAÇÃO: MOVIMENTOS SOCIAIS E UNIVERSIDADE

A motivação a participar do MS geralmente tem origem nas vivências e práticas familiares e do entorno. Portanto, o ambiente onde vive, as leituras, as experiências, os olhares são determinantes para a formação de um sujeito social e político. A universidade representa um espaço social de busca de conhecimento e se constitui, também, em espaço de formação política e participação social.

Para Rose, a participação no MS se desenvolve na perspectiva de fazer algo diferente, buscando mudanças. Entende que o MS precisa ocupar todos os espaços da sociedade, inclusive a universidade. Na universidade ela busca a teoria, pois compreende a importância de aliar teoria e prática. Acredita que o MS deve ocupar todos os espaços, inclusive o espaço universitário. Considera importante a formação política para além da técnica, inclusive podendo retornar à universidade como professores e podendo oferecer uma formação mais qualificada, também com caráter político e que busque a transformação social.

Rose: No meu caso, eu acho que eu entrei no movimento nessa perspectiva de fazer algo diferente. Então, essa busca pela mudança – mas eu não tinha certeza de que tipo de mudança que eu queria, onde... Mas que o movimento foi o espaço que eu entrei e que eu encontrei esse espaço de mudar. [...] E pra universidade, eu penso que seja essa questão de compreender a necessidade da teoria e da prática do MS. Ele necessita de teoria, assim como necessita de prática, e por essa compreensão de que não há prática sem teoria e não há teoria sem prática. Então, é isso que me motivou a entrar na universidade, pra aprofundar alguns conhecimentos e a universidade é o espaço onde muitos conhecimentos estão concentrados, [...] mas eu acho que, também, essa questão de que o MS estar na universidade, também ele pode contribuir e que, também, tendo uma formação, um curso formal, depois a gente pode contribuir de outras formas na universidade. Por exemplo, um professor

que tem uma formação política ele vai contribuir de ,outra forma com os discentes do que um que não tem uma formação política e que só tem a formação universitária, acadêmica.[...] E que, como os MS compreendem essa questão da transformação social? O MS ele precisa estar em todos os espaços da sociedade e a universidade é um espaço que precisa ser ocupado. Então, eu acho que é isso que também motivou a estar na universidade: essa questão de ocupar espaço enquanto MS.

Para Brenda Lee, assumir a identidade e romper preconceitos levou-a a uma participação social, na busca de seus pares e fortalecer as lutas. A participação no MS possibilitou a compreensão de si mesmo e dos outros. A participação no MS levou-a a retornar à universidade buscando aprofundar os debates por meio da discussão teórica. A universidade possibilitou um "empoderamento acadêmico".

Brenda Lee: [...] eu tinha uma identidade não revelada. [...] a partir do momento que eu rompi com os meus preconceitos e com as minhas situações e vi que era possível eu assumir a minha identidade de gênero, então eu fui procurar os meus pares, ou seja, eu fui procurar as minhas bandeiras e as lutas pra poder sobreviver, né? Porque eu sabia que não ia ser fácil. [...] Então, eu procurei de certa forma me inserir dentro desse movimento pra poder também entender o que acontecia comigo, o que acontecia com outras pessoas. [...] Então, eu senti a necessidade de pautar e de me aprofundar pra poder também participar de outros debates. E da própria discussão da educação que é o foco, né? Então, hoje eu vejo que eu aprendi muito dentro da universidade depois, e aprendi a ser um outro sujeito, quer dizer, um sujeito que senta hoje num local e pode falar sobre qualquer coisa, principalmente desses nossos temas de educação, de sexualidade e gênero, mas já com um outro olhar, de poder sentar e discutir, [...] É a necessidade que eu tive de retornar pra universidade e não ser a primeira, ou aquela mestra trans, mas a necessidade de ser um sujeito de empoderamento também acadêmico, com discussão, com aprofundamento, né? Com conhecimento, né?

Para Jean, a motivação à universidade foi o desejo de conhecimento e no MS foi de reconhecer-se sujeito do MS identificado com suas causas e lutas e pelo desejo de contribuir fazer parte daquele coletivo constituído em comunidade.

Jean: Então, a vida também tem essas limitações e eu acho que quando a gente tá num espaço de ensino, tem uma concentração de referências e possibilidades – um mundo novo a se descobrir, talvez uma vida nova a se descobrir – que tá pra ser usado, pra ser acessado. Então, queria aumentar meu repertório de conhecimento, conhecer outras coisas, ter outras possibilidades profissionais e de conhecimento, enfim. E no movimento social, foi de me reconhecer enquanto parte dessa luta[...]. Primeiro, me identifiquei com a causa e quis influenciar nela de alguma forma, contribuir de alguma forma com isso, também [...] Eu acho que a gente se dá conta – me dei conta de um senso de comunidade, de um espírito de comunidade, de compartilhamento, de troca e do que é comum, também, né? De tu olhar pro outro e se enxergar. Saber que algumas demandas são compartilhadas. Eu acho que isso me mobilizou a começar a militância [...]

Dandara afirma que o ingresso na universidade se deu pelo desejo de conhecimento, de dialogar com autores. Por outro lado trazer as questões do MS para dialogar com a teoria.

Dandara: A universidade sempre foi esse desejo de caminhar, de aprender mais, de acessar autores, alguns pensamentos, de ver o que eles tavam trazendo,[...] E também, na questão do movimento negro, ver como que ocorrem esses diálogos. Porque eu tenho uma caminhada de mais de trinta anos de movimento negro e o quê que acontece? Essas políticas, essas especificidades, elas precisam estar com muita propriedade dentro da universidade. Senão, fica aquela lacuna. O aluno entra, ingressa ou por política pública ou não, mas ele não tem essa pertença. Então, ele não fala de negritude, ele não fala de gays, ele não fala de indígenas. Ele fala só a partir de um sistema capitalista que não o representa. Então, por isso que é importante ingressar na universidade, mas trazer também essas questões do movimento social pra teoria.

Para Pagu a motivação familiar foi fundamental, o desenvolvimento do espírito solidário. Experiência que levou-a a militância. Na universidade se aproxima do grupo de esquerda e passa a se envolver com as questões feministas. Neste processo de formação foi encontrando os caminhos. A motivação a participar do MS geralmente tem origem nas vivências e práticas familiares e do entorno. Portanto, o ambiente onde vive, as leituras, as experiências, os olhares são determinantes para a formação de um sujeito político.

Pagu: Tem um livro do Umberto Eco, “En qué creen los que no creen”, porque é um debate de um bispo com o Umberto Eco. E eu nunca esqueço que o bispo disse: “Puxa, um cristão católico tem que ir a Deus pra ser um comunista, pra ser solidário. E como é que os comunistas não precisam ir a Deus e são solidários?” (risos). Então, essas coisas são muito assim, daí que a gente vai se formando, também, né? Acho que a vida familiar, também. Minha mãe era muito generosa com as pessoas, né? [...] Então, acho que também esse elemento familiar...[...] Social, e do compartilhamento e da solidariedade. [...] Foi abrindo os horizontes [...].

Para Angela, o ingresso na universidade se deu por motivação familiar. A militância familiar, inicialmente provocou uma certa resistência (trauma) pelas atividades intensas, mas o desejo de participação a levou para o movimento estudantil e movimento negro e movimento de mulheres (ainda que não articulada).

Angela: Como os meus pais, eles têm graduação e tudo mais, o que entre os meus pares não é tão recorrente – tem muita gente que eu conheço que são os primeiros a ingressar na universidade – então, tem até uma certa carga de cobrança. Mas eu sempre pensei em fazer uma graduação e tudo mais, né? Porque eu fui bem incentivada pelos meus pais. [...] E lá em Bagé [...] eu já tava começando a me inserir no movimento estudantil, né? O movimento negro, eu tinha muita resistência, principalmente por conta da trajetória que eu tive com os meus pais. Então, para as crianças, por exemplo, não é interessante ir pra reunião, ou não é interessante participar de assembleias, não sei o quê. [...] e sempre disse assim: “passei no vestibular, não, vou passar, vou entrar na universidade, já vou começar a procurar o movimento estudantil, procurar o movimento pra eu fazer alguma coisa”. Porque eu nunca me vi, e não me vejo, de braços cruzados, sentada, enfim. [...] Enfim, a mim, hoje em dia, já me acostumei com isso, mas algum tempo atrás, ainda pensava: “nossa, o quê que eu tô fazendo aqui?”, né? E o movimento de mulheres, foi uma construção que aconteceu dentro da universidade, que eu também não sou organizada em nenhum grupo de mulheres, nenhum grupo feminista, nem nada, né? Nem como partido. Só o coletivo Negração mesmo, que é o movimento negro que a gente faz dentro da universidade. Mas, com o tempo, assim, eu fui entendendo meu processo, me empoderando, enfim, entendendo...[...]. Entendo o que é ser mulher, o que é ser mulher negra na sociedade de hoje. [...] Enfim, fui começando a ter acesso a diversas coisas e fui circulando, né? E esse foi o meu engajamento. Hoje em dia, a minha luta e a minha pauta principal, que é a que eu tenho maior afinidade é com a questão de raça e gênero, né? Raça, gênero e classe, principalmente.

Sepé afirma que manteve sua identidade indígena na universidade. Busca romper com o modelo positivista, com algumas lógicas que caracteriza a universidade. Propõe trocas entre o saber indígena e o saber acadêmico. Tem a preocupação em difundir um novo pensamento por onde passa, de buscar a humanização. No MS sempre teve o olhar voltado à educação.

Sepé: Fui muito atuante no movimento indígena. Trabalhei no movimento sem terra, no movimento dos atingidos por barragens. Mas o importante de tudo é que minha discussão no movimento sempre foi pela educação. Expressando que a educação seria capaz de humanizar as pessoas, muito nisso de humanizar as pessoas. Não numa forma de desenvolver, mas de humanizar. Pra mim, são duas coisas diferentes. [...] Então, aqui na UFRGS, eu não mudei em nenhum momento meu modo de pensar. [...] o mestrado [...] posso até dizer que não foi uma coisa pensada de forma acadêmica, porque senão é a universidade, ela é uma universidade e

tem dentro de si uma política muito positivista de desenvolvimento, é a partir dela que se você se desenvolve. Enfim, mas, pra educação, sempre foi fazer uma reflexão disso, no momento em que eu faço meu mestrado [...] de tentar trazer pra universidade uma ideia de que os indígenas também sabem pensar, fugir um pouco daquela lógica do século XIX, que índio não pensa [...]. Então, é mostrar que eles sabem pensar, que eles são capazes de possuir conhecimento e que eles têm conhecimento muito anterior, muito anterior do que a universidade, né? E que muitas vezes isso não aparece, né? Então eu ganho muito com isso. E aí eu faço uma troca, a universidade contribui comigo com algumas formas de pensar e eu trago pra universidade algumas formas de pensar indígena, né? Eu acho que isso é muito importante. Porque muitas vezes, muitas universidades que eu tenho circulado, elas desconhecem o aluno indígena como portador de conhecimento. Ele é mais um aluno que tá ali a serviço dum desenvolvimento, a serviço de um crescimento do país enquanto economia, mas não enquanto humanização. Então, por onde eu tenho passado, eu tenho pensado muito isso: em como que você é capaz de contribuir com esse novo pensamento, nessa linha do pensamento pós-moderno, que rompe com algumas lógicas, de que você tá numa sociedade ocidental onde tudo tem que tá definido, tudo tem que ter um conceito, [...]. O importante é você construir a partir do que você tá observando, a partir do que você tá vivendo, a partir disso. [...] Então é, a minha vinda pro mestrado, então teve muito essa troca, essa relação de construir esse novo.

Martin chegou à universidade motivado por questões materiais, ter um bom emprego, renda, e buscando mudar de vida. O curso superior tem esta finalidade, afirma. Ingressou na universidade pública, a única possibilidade para ele na época, e se preparar para uma disputa no mercado de trabalho “num padrão de desigualdade racial”. O curso superior representava uma ferramenta a mais nesta competição. A participação no MS foi motivada pela vinda a Porto Alegre e inserção em um grupo de debate sobre as questões raciais. Afirma ter sido “seduzido” por estas questões, e que já trazia um interesse pelas questões sociais e um nível de politização que o motivou para a formação, para a militância e ativismo. O contexto internacional também representou uma forte motivação para a luta, como a independência das colônias portuguesas na África. Estes foram aspectos significativos para a construção de uma “identidade racial e a identidade política”. Martin afirma, que os estudos universitários foram importantes possibilitando um nível de “conscientização e de informação sobre a história do negro e a questão racial.”. Porém destaca que não havia na universidade espaço para o debate racial. Portanto Martin trazia este debate por acreditar que devia fazê-lo. Por outro lado ainda percebe na universidade de hoje uma certa incapacidade em trabalhar estas questões. Martin, agora estudando economia, faz uma crítica à ausência de estudos econômicos sobre a discriminação racial e as questões de renda e emprego. Afirma que esta abertura ao debate se deu pela implantação das cotas, mas é um debate que está iniciando e vai permanecer. Destaca o protagonismo da UFRGS na implantação da política e o muito que ainda precisamos avançar neste debate.

Martin: Na universidade, foi movido pela questão material. Aliás, quando se faz um curso, alguém que é pobre e tu faz um curso superior, tu quer mudar de vida. Tu não quer ser um ativista. [...] Tu quer ter emprego, quer ter bom emprego, quer ter renda. E aqueles que não afirmam isso, ou tão sublimando uma real intenção ou tão deslocando a finalidade de uma formação superior. [...] Então eu vim motivado, do interior pra cá, primeiro lugar pra única possibilidade minha de estudar numa universidade pública. Trabalhar e estudar numa universidade pública, e concluir o curso. E te equipar pra disputa do mercado, num padrão de desigualdade racial, né? Quer dizer, sem um curso superior, a minha ferramenta de competição era bem menor. [...] A minha entrada no movimento se deu pelas condições objetivas que eu particularmente tive, de vir pra Porto Alegre e me inserir num grupo que discutia a questão racial. [...] E claro que, intrinsecamente, eu já tinha uma

formação, um gosto pelas humanidades, já tinha um conhecimento empírico da situação do país. Então eu tinha um nível de politização que me permitiu também ser sensível a um apelo de formação e de militância, de ativismo. E coincidiu assim... as duas coisas. [...] Então eu fui um dos fundadores do Movimento Negro Unificado em 81, e da Revista *Tiçõ* em 79, que era um grupo de jornalistas negros [...]. Então nós criamos uma nova vertente reflexiva sobre os novos contornos político-ideológicos do movimento negro. [...] Que aí foi, a, as três fontes assim de formação política que eu tive uma geração de negros tiveram: foram as lutas de libertação das colônias portuguesas, Angola, Guiné Bissau e Moçambique. Nós liamos nos Cadernos do Terceiro Mundo e tal e tal. O movimento negro americano, o Black Panther, época de 68, o Luther King e o movimento dos direitos civis todo [...] e esses eram nossos referenciais do ponto de vista de condição de negritude, de identidade racial e a identidade política. [...] E também a luta do Mandela, o *apartheid da África do Sul*. [...] E paralelamente pra mim, que era da Sociologia, eu comecei a construir meus marcos com estudos sobre relações raciais no Brasil iniciados pelo Florestan [...], o Abdias do Nascimento, os intelectuais negros [...]. Então, pela minha formação em Sociologia, isso aí me oportunizou tá operando com uma literatura que me permitiu tá num nível de conscientização e de informação sobre a história do negro e a questão racial. [...] Eu não trazia pra universidade muito, não, porque a universidade não tinha espaços pra uma discussão racial. Por que nós éramos poucos, percebe? Mas eu, desde lá, eu não tinha crença muito de que devia trazer. A crença que eu tenho hoje da incapacidade da universidade de tá trabalhando com essas coisas, talvez muito mais por intuição, vem desde lá. Mas de qualquer forma, eu tive a oportunidade de ter professores e colegas que eram do movimento social, do movimento político também que começavam a ter essa sensibilidade pra entender a questão do negro. Porque a questão do negro tu não trabalhava em sala de aula [...] Foi muito mais no movimento pelo tipo de literatura que nós dialogávamos. [...] Agora, nas disciplinas do mestrado profissional em Economia que eu procurava tá dialogando sempre em economia, economia do desenvolvimento, economia brasileira, mercado de trabalho – aí,[...] eu pautava uma visão que os colegas não tinham. Só agora que o momento, eu acho, que oportunizou isso.[...] E eu acho que foi, não há dúvida que foi a cota, sim, foi a cota que trouxe isso. [...] Isso aí é um debate que veio pra ficar, e recém tá iniciando. [...] E aí, isso aí impacta toda gestão da universidade. Nós UFRGS, eu fico muito feliz de a gente ter muita coisa pra fazer, mas nos antecipamos a uma realidade que outras universidades nem tão chegando ainda.

Os sujeitos afirmam que a motivação para a participação no MS se deu pela identificação com a categoria representada no MS e o desejo de ação política potencializada na associação (compondo e potencializando o sujeito político coletivo a partir das subjetividades políticas individuais). MS e universidade se constituem em espaços onde a história social se faz intencionalmente lizada a partir das experiências pessoais. Rose busca no MS contribuir para as mudanças sociais necessárias. Acredita que o MS deve ocupar os espaços, inclusive a universidade, onde busca a teoria e sua articulação com a prática na perspectiva de uma formação política, acreditando que esta formação poderá retornar à universidade através da docência. Pagu destaca a motivação familiar como importante para o desenvolvimento do espírito solidário e condução à militância. Para Brenda Lee, assumir a identidade e romper preconceitos levou-a a uma participação social, fortalecendo as lutas do MS. A participação no MS possibilitou a compreensão de si mesma e dos outros. Dandara e Brenda Lee afirmam que o ingresso na universidade foi motivado pelo desejo de conhecimento, levando a busca do aprofundamento teórico, ao diálogo com os autores, e trazendo as questões do movimento para dialogar com a teoria. Para Angela, o desejo de participação a levou para o movimento estudantil e movimento negro e movimento de mulheres (ainda que não articulada). Sepé afirma que mesmo no MS sempre uma preocupação com a educação e na universidade manteve sua identidade indígena e busca romper com algumas práticas positivistas que a

caracteriza, propondo a troca de saberes. Enquanto sujeito social e político assume esta postura de difundir o pensamento humanista em todos os espaços. Martin já trazia consigo a preocupação com as questões sociais e políticas levando-a para a militância e o ativismo. A participação no MS iniciou com sua inserção nos grupos de debates sobre as questões identitárias, passando a atuar em diferentes espaços de luta. Na universidade pública, única possibilidade para Martin, ele busca uma estabilidade financeira para melhorar de vida. Queria estar bem qualificado profissionalmente para disputa no mercado de trabalho em uma realidade de desigualdade racial.

Podemos aferir, a partir das falas, que as motivações que levam ao MS, vão além das questões de identidade racial, ou de gênero, elas perpassam por motivações políticas e ideológicas. Passam, também, pelo desejo e necessidade de construir novas formas de atuação e organização da luta social. Um processo de politização que vai sendo construído ao longo da vida, intensificado e fortalecido a partir da academia, do movimento MS e da participação em espaços e organizações diversas. Martin destaca que, as discussões acerca da desigualdade racial chegavam à universidade pelos estudantes e professores ligados ao MS. A abertura da Universidade às discussões raciais é recente, se deu a partir da política de cotas. A UFRGS é protagonista neste debate, que ainda precisa avançar bastante.

Percebe-se que tanto a universidade quanto os espaços que a circundam são importantes para a construção de novos paradigmas. As motivações nascem das percepções de mundo que vamos construindo, influenciadas pelas experiências que vivenciamos. As experiências e motivações familiares são importantes para definir os rumos a seguir, como pode-se perceber no relato de Angela e Pagu. A importância dada aos estudos e à participação social são evidentes nas falas dos sujeitos. A universidade, com seus espaços de participação e luta (movimento estudantil, por exemplo), como nos debates e ações de ensino, pesquisa e extensão, também representa uma importante motivação à participação social.

O movimento social traz a perspectiva de atuação no sentido de provocar mudanças. A participação no MS se dá também no sentido de reafirmar a identidade, o que está evidente na experiência de Brenda Lee. No MS o sujeito busca reconhecer-se entre os iguais e com eles, na luta coletiva, buscar políticas para dar conta das questões de discriminação, injustiça, e desigualdade que motivam o movimento. Buscam o reconhecimento das lutas.

A universidade, por sua vez, empodera o sujeito político que potencializa sua atuação social. A universidade permanece sendo um espaço privilegiado de construção do conhecimento, onde dialogam sujeitos, autores e práticas significativas. Portanto, um espaço sempre motivador para os sujeitos que buscam qualificar sua ação política. A universidade

pública tem a função, também, de preparar os profissionais para bem atuarem em suas respectivas áreas, como afirma Martin. Portanto, não há razão para condenar ou minimizar esta expectativa do indivíduo e da sociedade, ainda que defendamos aqui que as articulações entre uma formação técnica e uma boa formação política potencializam o sujeito para ação na sociedade, fortalecendo o caráter formador da academia (FREIRE, 1996). Concluimos que a participação no MS é elemento motivador ao ingresso na universidade, assim como o ingresso na universidade pode levar as articulações e motivações para a participação no MS. A presença do MS na universidade tensiona para o redirecionamento da construção do conhecimento, dando-lhe maior amplitude (ARROYO, 2003) e um caráter social, estratégico e com uma percepção de mundo não alinhada exclusivamente ao desenvolvimento do capital. A formação no MS articulada à formação universitária potencializam a construção do conhecimento acadêmico com caráter social, por seu aprofundamento teórico, suas experiências e diálogos.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS E UNIVERSIDADE: CONSTRUINDO IDENTIDADES E RECONHECIMENTO

Este capítulo é especialmente dedicado ao estudo dos movimentos sociais. A definição de movimentos sociais e o destaque aos novos movimentos sociais, que são objeto deste estudo. Destacaremos algumas organizações representativas dos movimentos sociais com os quais dialogamos nesta pesquisa. Buscamos, também, debater o processo de construção de identidade e o reconhecimento das lutas do movimento social na universidade e na sociedade a partir das percepções dos sujeitos e dos referenciais teóricos destacados.

Os movimentos sociais buscam reconhecimento e a concretização de suas bandeiras de luta. Neste contexto, a presença dos movimentos na universidade e o reconhecimento de suas lutas, segundo Fraser (2012), valoriza uma visão multicultural da sociedade e contribui para o enfrentamento da injustiça social que tornou as lutas destes grupos invisíveis por muito tempo.

A constituição e o fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil nas últimas décadas foram importante fator propulsor das lutas e conquistas sociais. Aqui, entende-se por movimento social toda organização e ação social que congrega um grupo específico de seres humanos na busca do reconhecimento social através de uma ação coletiva. Esta perspectiva se fundamenta na concepção de que

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações –; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações (GOHN, 2012, p. 14).

A luta política dos movimentos sociais pelo reconhecimento e busca de igualdade é determinante para as transformações sociais. Esta luta é histórica em nosso país e no mundo. As agendas dos movimentos sociais contemporâneos pautam ações que discutam novas formas de se fazer política, buscando e criando espaços na esfera pública para discussão e implementação de propostas alternativas de desenvolvimento que considerem as características presentes nas sociedades latino-americanas, invisibilizadas no projeto dominante de Estado-nação e desenvolvimento.

É importante constatar que o Brasil, da mesma forma que a maioria dos países da América Latina e Caribe, caracteriza-se como multirracial, multicultural, multirreligioso e pluriétnico. Uma grande marca dessa região é o colonialismo, a

partir da invasão europeia, com a exploração dos recursos naturais e o estabelecimento do trabalho escravizado – primeiro dos indígenas e depois dos africanos (RIBEIRO, 2014, p. 39).

A superação do colonialismo europeu vem se fazendo com muita luta social para desconstruir padrões de comportamento e desigualdades instituídas pela ocupação europeia. Reconhecer o papel social dos movimentos para a implantação de políticas e construção do conhecimento significa reafirmar suas lutas pela transformação da sociedade, na perspectiva de novas concepções de sociedade, de humanidade e de educação na medida em que “Apontam outra racionalidade, outros modelos societários e outras orientações culturais conflitantes com as normas e valores estabelecidos. Explicitam uma luta permanente, reprimida e silenciada pelo controle dos padrões socioculturais: a ética, o conhecimento, a memória, as normas e os significados [...]” (ARROYO, 2003, p. 42). É importante destacar que um novo colonialismo, manifesto pelo poder dos donos do grande capital (financeiro, terras, mídia), precisa ser problematizado e confrontado.

Ao mesmo tempo, os movimentos fazem o contraponto aos modelos estabelecidos e integradores, que determinam padrões, valores e regras no campo social e econômico (ARROYO, 2003) da sociedade ocidental. Ainda, “os 'novos' atores sociais reinterpretam normas, valores, lógicas, saberes, padrões culturais. Criam novos significados, trazendo à tona tensões que estão no cerne das sociedades contemporâneas onde a construção de identidades grupos se defronta com a impositiva identidade social global” (ARROYO, 2003, p. 42).

Arroyo sinaliza que a maioria dos coletivos se organiza por lutas como terra, serviços públicos e

[...] carregam uma esperança espontânea em um mundo de justiça, de liberdade, igualdade e dignidade. Uma esperança de uma outra ordem no campo e na cidade, na saúde e na educação, nas relações sociais e inter-raciais... Uma ordem regida por outros princípios, outros valores, mais generosos, mais igualitários. Os confrontos no campo da ética tocam em cheio a teoria pedagógica (ARROYO, 2003, p. 42).

Nesse contexto, os espaços de educação formal em todos os níveis precisam estar articulados às demandas e lutas destes grupos sociais. Atenta às demandas da cultura, ética e identidade, a educação fará mais do que preparar bons profissionais para o mercado de trabalho, “[...] e perceber o convite que os movimentos sociais nos fazem a abertura para as dimensões subjetivas, do irredutível papel dos indivíduos, dos grupos, de suas subjetividades e identidades, da memória, das suas crenças, sentimentos e emoções coletivas” (ARROYO, 2003, p. 43).

Afirma ainda que os movimentos sociais têm um modo próprio de tratar as questões sociais e mostram que o conhecimento é muito mais do que tem sido apresentado nas diferentes e específicas áreas. Assim, os movimentos sociais

[...] nos colocam o difícil diálogo entre os conhecimentos socialmente construídos sobre dimensões do viver humano muito mais conflituosa do que as áreas do conhecimento e os currículos por vezes supõem. Nos advertem que a diversidade de sujeitos sociais, de protagonistas da construção da história, da cidade, do campo, tem formas diversas de conhecer a cidade, o campo e a história da qual participam (ARROYO, 2003, p. 43).

Os currículos, construídos muitas vezes com um distanciamento da realidade, são incapazes, por si só, de dar conta da diversidade de questões que envolvem a vida em sociedade. Atêm-se ao academicismo burocratizado e invisibilizam sujeitos e práticas transformadoras, assim como “protagonistas que também produzem saberes. Outros saberes, outros valores e significados [...] outras lógicas não reconhecidas do pensar e do intervir. Lógicas tidas como marginais às lógicas do saber escolar, do pensar científico e do intervir político” (ARROYO, 2003, p. 43).

Os MS se constituem em espaços coletivos de reivindicação de direitos e lutas, constituindo-se a partir de identidades específicas (gênero, raça, condição social, entre outras) e com objetivos específicos e diversos. Dão origem a um novo sujeito:

O cidadão coletivo, presente nos movimentos sociais reivindica baseado em interesses da coletividade de diversas naturezas. Assim, temos grupos de mulheres que lutam por creches, grupos de favelados que lutam pela posse da terra, grupos de moradores pobres que lutam pelo acesso a algum tipo de moradia etc. Junto com as demandas populares – de forte conteúdo social [...] encontramos demandas advindas de grupos não tão explorados no plano da produção ou dos direitos humanos, vida, saúde, educação e moradia, mas igualmente expropriados no plano de seus direitos civis de liberdade, igualdade, justiça e legislação. Temos assim os grupos que lutam pelo exercício da cidadania dos negros, dos homossexuais, mulheres, pela paz, em defesa da ecologia etc. (GOHN, 1994, p. 16).

Streck e Adams (2012, p. 7) reconhecem o caráter diferenciado dos movimentos sociais que surgem na segunda metade do século XX, afirmando que eles rompem com paradigmas dominantes e buscam construir um projeto social transformador, “é possível, portanto, reconhecer nessa diversificação e complexificação dos movimentos sociais um processo diferenciado e não linear de novas ênfases, novas causas ou novas lutas”.

Por considerar os movimentos sociais como sujeitos coletivos com papel histórico importante e que fazem acontecer transformações sociais a partir de suas lutas e conquistas, é o olhar de sujeitos que se constituem em fração fundante e resultante do movimento, que trago nesta pesquisa, assim como suas contribuições e experiências em diálogo com a universidade. Nesta pesquisa, abordo o conceito de movimento social em acordo com a

corrente culturalista-identitária¹⁵. Superando a perspectiva marxista de movimento social como luta de classes,

Esta corrente construiu a chamada novidade dos “novos movimentos sociais” ao destacar que as novas ações abriam espaços sociais e culturais, eram compostas por sujeitos e temáticas que não estavam na cena pública ou não tinham visibilidade, como mulheres, jovens, índios, negros, etc. (GOHN, 2012, p. 29).

Boaventura de Sousa Santos (2013) também nos traz a reflexão acerta do tema, na perspectiva dos NMS, afirmando que as novas formas de opressão requerem novas reflexões, fazendo sua crítica à teoria marxista, que via, por exemplo, como possibilidade primordial de emancipação apenas a questão econômica traduzida em bem-estar, não visibilizando estas formas de opressão social. Considerando que,

[...] as novas formas de opressão são reveladas discursivamente nos processos sociais onde se forja a identidade das vítimas, não há uma pré-constituição estrutural dos grupos e movimentos de emancipação [...] mesmo que as novas opressões não devam fazer perder de vista as velhas opressões, a luta contra elas não pode ser feita em nome de um futuro melhor numa sociedade a construir (SANTOS, 2013, p. 254).

Trabalhamos aqui com os discursos dos sujeitos (em exercícios de enunciação da sociedade e de si) quanto de que a universidade é um lugar de enunciação do conhecimento e do mundo, onde a opressão pode ou não ser denunciada, conforme opções políticas que são muitas vezes ocultadas. Esta luta contra as novas formas de opressão (ou velhas opressões agora visibilizadas) devem ocorrer no presente e por um presente mais igual, não apenas na perspectiva de um futuro.

Com Gohn (1994), buscamos contextualizar o surgimento dos movimentos sociais, a partir das reflexões acerca das realidades em que se constituem. O desenvolvimento e consolidação do sistema capitalista faz surgir novas concepções de direitos. A educação, desde a consolidação do capitalismo, se constituiu como uma forma de controle social sob domínio das classes dominantes passando a ser vistas como mecanismo para “evitar desordens”. Nesta perspectiva cabia ao povo aprender o mínimo para atender as demandas do capital. Desta forma, se buscou construir um povo “obediente”, liberto de “crendices e superstições religiosas e místicas” (GOHN, 1994). Portanto, dentre as premissas do século XVIII estava a passividade, pois,

Não importava o povo como sujeito político – tal como preconizavam os ilustrados. O que interessava era que as massas se tornassem ordeiras no seu convívio social, no “seu devido lugar”. O essencial não era instruir, mas racionalizar a vida econômica,

¹⁵ Segundo Gohn, esta corrente abarca “o idealismo kantiano, o romantismo rousseauiano, as teorias utópicas e libertárias do século XIX, o individualismo nietzschiano, a abordagem da fenomenologia e as teorias da sociologia weberiana, a escola de Frankfurt e a teoria crítica de uma forma geral” (GOHN, 2012, p. 29).

a produção, o tempo das pessoas, o ritmo dos corpos, a disciplina das mentes. Ou seja, a única educação que interessava era a formação e produção da mercadoria para o trabalho (GOHN, 1994, p. 13-14).

Os resultados do desenvolvimento e fortalecimento do sistema capitalista todos conhecemos bem. Apesar dos grandes avanços tecnológicos, a sociedade se constitui como desigual e injusta. Assistimos à banalização da pobreza e a indiferença diante das injustiças, da fome, da discriminação social. Na concentração de renda e poder nas mãos de poucos, vemos

O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, as frustrações com os resultados do consumo insaciável de bens e produtos, o desrespeito à dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre do lucro capitalista etc., são todos elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais (GOHN, 1994, p. 15-16).

Este cenário faz surgir um novo sujeito histórico: os movimentos sociais que, na contramão do sistema, buscam alternativas ao sistema e sua própria desconstrução. Este sujeito coletivo se apresenta como contraponto ao sistema capitalista, levantando bandeiras de lutas diversas. Ele traz uma educação construída durante o processo, e, portanto, “autoconstruída” (GOHN, 1994). Esta educação nem sempre é reconhecida e, muitas vezes de modo proposital, estes saberes são desconsiderados ou desconstituídos. O fato é que as fontes e formas de saber presentes nos movimentos, afirma Gohn (1994, p. 51) se constitui em um forte instrumento das classes populares, gerando “mobilizações e inquietações que põem em risco o poder constituído”. O saber do movimento é então desqualificado na reafirmação de uma racionalidade baseada na eficiência” (GOHN, 1994, p. 51).

Por isso, a educação, tem papel fundamental na preservação dos movimentos. Ocupa “lugar central na acepção coletiva da cidadania”. A cidadania não se afirma com autoritarismos ou decretos, mas é uma construção que se dá pelas experiências vividas “no interior da prática social”, e “no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram” (GOHN, 1994, p. 16-17).

Através do exercício de cidadania, os movimentos sociais se fortalecem e, a partir das experiências vividas, projetam um futuro mais democrático, com o reconhecimento de suas identidades e de suas lutas. Esta força é encontrada na “fusão do passado e do presente”. Aprende-se muito neste processo, de certa forma contraditório, em que se avança e retrocede,

[...] elabora-se estratégias de conformismo e resistência, passividade e rebelião, segundo os agentes com os quais se defronta. Isso tudo porque ocorre a identificação

do processo de ocultamento das diferenças sociais existentes e, conseqüentemente, a identificação dos distintos interesses de classe presentes (GOHN, 1994, p. 19).

Gohn (1994) destaca a “dimensão educativa dos movimentos sociais”, e o processo pedagógico vivido internamente. Quanto às duas dimensões, a autora afirma que “a educativa é um processo cujos produtos são realimentadores de novos processos. A pedagógica são os instrumentos utilizados no processo” (GOHN, 1994, p. 19-20). O processo de formação que ocorre por dentro dos movimentos é bastante significativo e seus resultados percebidos nas ações e posicionamentos de seus integrantes, pela consciência social e identidade que constroem de forma coletiva, assim como constroem seus princípios norteadores e suas metodologias, considerando que “não há hábitos, comportamentos, rotinas ou procedimentos preestabelecidos. Há princípios norteadores, assimilados por todo o grupo, que constroem a metodologia da ação segundo as necessidades que a conjuntura lhes coloca. O importante é estar junto, a construção é coletiva” (GOHN, 1994, p. 19-20). Nesse processo ocorre a tomada de consciência que os impulsiona para a luta.

A consciência gerada no processo de participação num movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas de população, no presente e no passado. Os encontros e seminários contribuem para a formação desta visão que historiciza os problemas. Este conhecimento leva à identificação de uma dimensão importante no cotidiano das pessoas, a do ambiente construído, do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana (GOHN, 1994, p. 20).

Essa consciência, esse conhecimento e essa pedagogia, dentro da universidade, circulando nos espaços acadêmicos, administrativos, nas três dimensões – ensino, pesquisa e extensão – ampliam significativamente a possibilidade de formação e potencialização de um sujeito político na universidade. Possibilitam, também “uma grande articulação entre o chamado saber popular e o saber científico, técnico, codificado” (GOHN, 1994, p. 21). Para além das relações entre saberes,

O ponto fundamental de alteração que a prática cotidiana dos movimentos populares opera é na natureza das *relações sociais*. Não se trata de um processo apenas de aprendizagem individual, que resulta num processo de politização de seus participantes. Esta é uma de suas faces mais visíveis. Trata-se do desenvolvimento da consciência individual. Entretanto, o resultado mais importante é dado no plano coletivo. As práticas reivindicatórias dos movimentos passam por processos de transformação, na estrutura das máquinas burocráticas estatais e nos próprios movimentos sociais (GOHN, 1994, p. 52, grifos do original).

A desconstrução de preconceitos, como o machismo, o racismo e a homofobia e a criminalização das discriminações deles decorrentes se tornaram bandeiras de lutas dos movimentos sociais e se fortaleceram nas últimas décadas. Estas discriminações são históricas surgindo junto com o processo de ocupação e dominação do Brasil e América Latina. O

sistema capitalista mostrou neste continente uma de suas faces mais cruéis. No reencontro das sociedades com sua história, identificamos o final do século XX como momento marcante. Gohn (2013) afirma que “dentre as redes temáticas, os movimentos culturais identitários são os que mais cresceram a partir dos anos de 1990, assim como foram os que mais receberam a atenção das ONGs” (GOHN, 2013, p. 90).

As lutas pelo fim das violências racial e sexual, por igualdade de gênero, por mais democracia e inclusão social se estende à América Latina, onde os colonizadores impuseram, assim como no Brasil, sua dominação, propagando ideias e concepções de discriminação. Com uma violência que marca a história destes povos, promoveram um genocídio das populações que aqui viviam. É o que destaca Gargallo Celentani (2013), afirmando ainda que,

El sexismo y el racismo son básicamente un conjunto de ideas discriminadoras manejadas por las clases que se identificaron desde el principio de la colonización con los hombres conquistadores, religiosos y funcionarios reales que primero cometieron un genocidio contra los pueblos de Abya Yala¹⁶, luego se repartieron a las y los sobrevivientes como mano de obra gratuita o muy barata y, finalmente, convertidos en criollos, decidieron que los pueblos que han resistido la colonización así como los que la sufrieron no eran aptos para el progreso y el desarrollo (GARGALLO CELENTANI, 2013, p. 4).

Uma história de lutas e algumas conquistas ocorreram desde a ocupação, como o fortalecimento do MS e a ocupação dos espaços universitários a partir das políticas de inclusão, no entanto, ainda é forte a dependência econômica e a globalização neoliberal, mantendo populações reféns do sistema. Os avanços vislumbrados por alguns não chegaram até a maioria da população.

Destacamos neste estudo movimentos contrários à ordem global e que buscam reconhecimento para suas bandeiras de luta, e buscam impactar a sociedade com vistas à transformá-la. Permeando o contexto da universidade, trazem para dentro dela suas bandeiras de luta, provocando inquietações e mudanças.

O crescimento dos movimentos aqui destacados – de mulheres, negro, indígena, LGBT – ganhou força a partir da década de 1970 e,

No que pese a imensa variedade desses movimentos, quanto as demandas e as subjetivações de seus componentes, todos dividem uma mesma condição apesar de não se reduzirem a ela: demandam do Estado. O espaço que ocupam, a opinião que buscam formar e no sentido de angariar apoio para suas causas em causas da sociedade. Alguns desses movimentos tem tido razoável êxito em suas demandas. O movimento feminista no Brasil, por exemplo, nas últimas décadas teve uma

¹⁶ “Abya Yala é o nome dado ao continente hoje conhecido como América, em sua extensão do Alasca à Patagônia, pelo povo Kuna Panamá e da Colômbia antes da chegada de Cristóvão Colombo e os europeus. Literalmente significaria ‘terra em plena madurez’, ou ‘terra de sangue vital’”. Disponível em: <<http://www.diccionarioinformal.com.br/significado/abya%20yala/15592/>>. Acesso em: 12 set. 2015.

trajetória bastante interessante de acompanhar. Ultrapassando o regime militar e o preconceito no país, tanto da sociedade conservadora como das esquerdas, o movimento conseguiu ter um protagonismo importante na Constituinte de 1988, garantindo direitos fundamentais para a mulher; esteve presente no planejamento de políticas de saúde da mulher levadas a efeito pelo Ministério da Saúde; conseguiu espalhar conselhos e secretarias da mulher por todo o país; foi ator central das conferências nacionais e no governo federal conquistou uma secretaria especial com status de ministério (PINTO, 2012, p. 133-134).

Os NMS trazem novos debates e desafios que precisam de soluções e alternativas no presente e não no futuro, como afirma Santos (2013). É imprescindível ter presente que “a emancipação por que se luta visa transformar o cotidiano das vítimas da opressão aqui e agora e não num futuro longínquo. A emancipação ou começa hoje ou não começa nunca” (SANTOS, 2013, p. 254). A emancipação em Santos é definida pelo reconhecimento da igualdade e da diferença, pela libertação do colonialismo, e pela “ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social [...]” (SANTOS, 2013, p. 278-279). O reconhecimento desta nova categoria, NMS, nos leva ao debate acerca da identidade e cidadania. Na medida em que exercem cidadania na busca de políticas públicas, os NMS vencem uma distância em relação ao Estado que “é mais aparente do que real, pois as reivindicações globais-locais acabam sempre por se traduzir numa exigência feita ao Estado e nos termos em que o Estado se sinta na contingência política de ter de lhe dar resposta” (SANTOS, 2013, p. 258-259).

Os NMS se constroem também sobre as práticas de luta dos antigos MS e, por isso, surgem com maior força nos países onde os velhos movimentos sociais foram ou ainda são bastante fortes. Daí que “a novidade dos NMSs não reside na recusa da política, mas, ao contrário, no alargamento da política para além do marco liberal da distinção entre Estado e sociedade civil” (SANTOS, 2013, p. 260).

Os movimentos sociais de que tratamos aqui têm, à diferença dos antigos, uma forte relação de identidade pessoal, constituindo uma identidade coletiva que leva para a luta social, buscando reconhecimento e transformações. Para os autores “las nuevas formas de acción colectiva se piensa que están profundamente relacionadas con cuestiones de identidad individual y colectiva, de salud y sexualidad, con metas centradas en el desarrollo personal y el cambio de las formas de interacción” (GUSFIELD; LARAÑA RODRIGUEZ-CABELLO, 1994, p. XI). Portanto, a ideia de que se usa o espaço público, o social, como mediação para transformar as condições de uma realidade particular, da vida concreta do indivíduo, em um processo de encadeamento micro-macro-micro.

Os autores reconhecem o conceito de “identidade coletiva” como a melhor expressão dos movimentos sociais aqui estudados. Destacam suas concepções, percepções de mundo e

sociedade, constituindo-se em lutas que não têm o fator econômico como determinante, ainda que indiretamente, estas questões estejam vinculadas. O reconhecimento social e enquanto grupo de luta coletiva passa por questões de visibilização e luta por políticas sociais para estes grupos. Afirmam os autores que

El concepto “identidad colectiva” es uno de los que mejor expresa la capacidad de un movimiento para integrar la gran diversidad de orientaciones, actores y procesos sociales que concurren en los movimientos contemporáneos [...] este enfoque destaca el papel que desempeñan las ideas, valores y significados de los actores sociales para entender su participación en los movimientos sociales (GUSFIELD; LARAÑA RODRIGUEZ-CABELLO, 1994, p. XII).

A expressão “novos movimentos sociais” surge na Europa, considerando as mudanças nas estruturas, funcionamento e objetivos dos movimentos sociais, que passam não mais a ter as questões econômicas como bandeira de luta, mas outras questões identitárias, como gênero e raça. Estes NMSs se constituem como sujeitos ligados por um conjunto de crenças e valores e símbolos, assim como o sentimento tendo a questão do pertencimento a este grupo um significado e um sentido de vida (GUSFIELD; LARAÑA RODRIGUEZ-CABELLO, 1994). Por ter as questões simbólicas e culturais como centralidade em suas lutas, diferenciada em relação aos MS tradicionais, há uma carga de sentimentos relativos ao pertencimento dos sujeitos ao grupo. Nesses grupos, como em outros, os sujeitos se sentem fortalecidos. Porém, como esses NMSs surgem em defesa da identidade, ligam-se a uma questão de liberdade pessoal, de se assumir enquanto ser de direitos, tendo uma identidade específica (GUSFIELD; LARAÑA RODRIGUEZ-CABELLO, 1994).

A liberdade de constituição, exercício e expressão das identidades pessoais e coletivas foi, por séculos suprimida invisibilizada e/ou desconstituída por não interessar às formas de governamento da sociedade e para que os valores da sociedade capitalista ocidental pudessem prevalecer. A constituição destes movimentos representa um grande avanço na luta pela conquista da justiça social buscada pelos grupos sociais identitários, cujas fronteiras de luta não se limitam aos territórios ou classe social. São lutas globais, com ênfase em valores culturais e simbólicos.

Para dar conta das injustiças “culturais e simbólicas”, Fraser (2012) afirma o reconhecimento de grupos sociais invisibilizados e suas interlocuções e ações para a construção de uma sociedade mais justa e humana. Para Fraser (2012), o reconhecimento pressupõe que a injustiça social está ligada à categorização de um determinado grupo social como sendo de menor valor pelos modelos culturais dominantes, por exemplo: mulheres,

negros, indígenas e LGBTs, objetos deste estudo. O reconhecimento desses grupos sociais pressupõe uma concepção multicultural da sociedade.

O reconhecimento pressupõe, também, que estes grupos foram feitos minorias, conforme afirma Santos (2012a), e é, portanto, importante valorizar sua presença e reconhecer seus espaços legítimos de saberes e de luta social. Mas políticas de reconhecimento também se articulam de forma conflitiva com as de redistribuição:

As reivindicações ligadas à redistribuição exigem, em geral, a abolição dos dispositivos econômicos que constituem a base da especificidade dos grupos, e como consequência desse processo essas reivindicações tenderiam a promover a indiferenciação entre esses grupos. Ao contrário, as reivindicações ligadas ao reconhecimento, que se apoiam nas diferenças presumidas dos grupos, tendem a promover a diferenciação (quando não o fazem performativamente, antes de afirmar seu valor). Política de reconhecimento e política de redistribuição figuram, portanto, em tensão (FRASER, 2012, p. 2).

Esse debate requer atenção especial. É preciso superar as tensões existentes e afirmar que tanto as políticas de redistribuição são importantes na busca da justiça social do ponto de vista da vida material, como o reconhecimento é fundamental para a valorização da sociedade multicultural em que vivemos.

O reconhecimento de que trato aqui está diretamente ligado à identidade dos grupos estudados, portanto ao autorreconhecimento dos sujeitos políticos, que se veem como sujeitos individuais e reconhecem no outro (membro do MS) seu igual e no movimento social um sujeito coletivo também identificado com as lutas sociais coletivas.

No Brasil as questões relativas ao reconhecimento são mais recentes, enquanto as questões de redistribuição são mais antigas, e foram tratadas de maneira distinta, conforme Pinto (2008). Os debates acerca do reconhecimento ocorrem juntamente com discussões de gênero. Muitas destas questões se tornaram questão de justiça social (PINTO, 2008). Algumas questões ocorrem no Brasil relacionadas às duas categorias, redistribuição e reconhecimento, como é o caso das políticas de ações afirmativas:

A discussão atual no Brasil sobre políticas de ações afirmativas para alunos de escolas públicas e para afro-descendentes nas universidades públicas vem muito informada pela manutenção dessas duas noções. Interessante observar, nas duas políticas, que a primeira tende a ser mais aceita pelo establishment acadêmico, enquanto a segunda é arduamente defendida pelo movimento social. Tal postura parece estar calcada em um conjunto de características culturais e políticas. De caráter cultural, a não aceitação das cotas raciais está diretamente associada à idéia, vastamente difundida no Brasil, da democracia racial, em contraste com o regime de segregação adotado em época passada nos Estados Unidos (PINTO, 2008, p. 46).

No Brasil, onde o estado de bem-estar social não se consolida, as questões relativas à redistribuição são bastante fortes e a tendência é no sentido desses grupos sofrerem as ações mais que serem sujeitos do processo de redistribuição e reconhecimento, afirma Pinto (2008).

Nos MS reconhecemos uma tendência ao reconhecimento enquanto agentes políticos. São, portanto, a possibilidade de visibilização das lutas e da busca por reconhecimento com redistribuição (ou não) e transformação social.

Aliar uma visão socialista com uma concepção multicultural de sociedade parece ser a solução mais consciente. Construir uma sociedade justa, economicamente viável, considerando o multiculturalismo como um valor social e, portanto, valorizado e respeitado. O multiculturalismo, conforme Santos (2010b, p. 33) “generalizou-se como modo de designar as diferenças culturais em um contexto transacional e global” e pode ser associado a uma visão emancipatórias e contra-hegemônica de sociedade. Ligado a este conceito, é preciso destacar o conceito de interculturalidade, bastante discutido atualmente e está ligado ao reconhecimento das diferentes culturas, conforme Candau (2008) a perspectiva intercultural busca “promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. [...] A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade” (CANDAUI, 2008, p. 52). Em nossa investigação buscamos alternativas, em especial no que diz respeito à universidade, a partir da voz dos estudantes engajados em MS, contrários à ordem global e que buscam transformações sociais, no sentido de valorizar as diversidades e construir diálogos entre os diferentes saberes.

Apresentaremos brevemente algumas organizações representativas dos movimentos sociais com as quais trabalhamos nesta pesquisa, destacando aspectos constitutivos e/ou objetivos. Trazer presente as lutas de sujeitos coletivos invisibilizados, implica um grande esforço em não se constituir uma abordagem impositiva e/ou de caráter “libertador”, pois entendemos que, ainda que seja importante toda forma de debate e visibilização, a saída da situação de subalternidade ou invisibilidade depende da constituição de uma identidade coletiva forte, do autorreconhecimento enquanto sujeitos políticos e de fortalecimento de suas lutas.

4.1 MOVIMENTO NEGRO

*Um sorriso negro, um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego, fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade*

*Negro é uma cor de respeito
Negro é inspiração
Negro é silêncio, é luto
negro é...a solidão*

*Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino é amor
Negro também é saudade..
(um sorriso negro !)*

Dona Ivone Lara, Sorriso Negro

É possível reconhecer os negros em movimento desde a luta pelo fim da escravidão, durante o período colonial, quando revoltas, fugas e constituição dos quilombos representavam movimentos de resistência. Com o fim da escravidão no Brasil, em 1888, permanece a luta contra o racismo. Nas últimas décadas, o movimento negro, ou movimento Afrodescendente, afirma Gohn (2013, p. 108): “deixou de ser predominantemente movimento de manifestações culturais para ser também movimento de construção de identidade e luta contra a discriminação racial”. A autora identifica o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), criado na década de 1970, e mais recentemente, em 2000, a criação da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), como fortes marcos da luta dos negros. Numerosos grupos afrodescendentes têm surgido e muitas são as conquistas resultantes de suas lutas.

Conforme Souza (2009), atualmente, “várias são as bandeiras, grupos e entidades do movimento negro que se organizam para colocar em evidência a desconstituição do mito em todos os espaços sociais” (SOUZA, 2009, p. 69).

Moraes (2012) identifica a organização dos negros em Porto Alegre (cidade em que se encontra a UFRGS) desde a década de 1940. A autora faz referência ao surgimento no Brasil do Movimento Negro Unificado (MNU¹⁷), com muita força nas lutas por igualdade. Nesse sentido,

¹⁷ “Em 18 de Junho de 1978, surge na frente das escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, no dia 07 de Julho o Movimento Negro Unificado que naquele momento convoca os Negros e Negras e a população em geral a Reagir a Violência Racial a qual estávamos submetidos.” Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/areas-de->

Desde 1978 o Movimento Negro Unificado - MNU vem combatendo ao longo de sua história todas as manifestações preconceituosas e discriminatórias praticadas contra africanas em África e na diáspora. Neste momento de maturidade política o MNU se encontra na transição para uma organização de luta de libertação do povo negro (PINHEIRO, 2011).

A atuação do movimento negro foi importante para a implantação das ações afirmativas no Brasil, impulsionando a política de cotas nas universidades, o Programa Universidade Para Todos (Prouni) oferecia vagas gratuitas para alunos com deficiência, descendentes de negros e/ou de índios, e de baixa renda em universidades particulares (BRASIL, 2005), assim como a criação da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares¹⁸ são alguns exemplos citados por (GOHN, 2013) de programas do governo federal voltados às comunidades quilombolas e visando o combate à discriminação e às desigualdades. Conforme Souza (2009), as políticas de ações afirmativas estão sendo debatidas no Brasil, mas também consiste em um debate global:

Em pauta nacional e internacional, encontram-se Políticas de Ações Afirmativas. Estas estão permanentemente articuladas com o movimento negro e demais segmentos sociais. Esta ação trás à tona necessidade de incluir nesta proposta nacional, ações de reparações históricas e culturais, principalmente as relacionadas à comunidade negra (SOUZA, 2009, p. 59).

Na UFRGS, a política de ações afirmativas foi implantada em 2007, pela Decisão nº 134/2007 do Consun¹⁹.

O reconhecimento da luta e o autorreconhecimento enquanto sujeito identificado com esta luta e o orgulho do pertencimento fortalecem o movimento. A afirmação do movimento negro em suas lutas é destacada por Silva (2011):

O que precisamos e queremos, pois, são “negros” que se orgulhem do verdadeiro significado deste termo em nossa história: ter o orgulho de ser herdeiro de milhões tiveram suas vidas ceifadas ou lutaram até a morte para conquistarem a liberdade e os direitos que lhes foram negados exatamente por serem negros. Ter orgulho de

atuacao/questao-racial/afrobrasileiros-e-suas-lutas/10269-mnu-as-lutas-e-bandeiras-ainda-sao-as-mesmas-de-1978>. Acesso em: 12 set. 2015.

¹⁸ “O Instituto Afro Brasileiro de Ensino Superior é o mantenedor da Faculdade Zumbi dos Palmares e foi fundado em 2000 por acadêmicos, profissionais liberais, intelectuais e personalidades de diversas áreas do conhecimento. A Faculdade Zumbi dos Palmares, é uma instituição de ensino privada, sem fins lucrativos. Tem por missão a inclusão do negro no ensino superior, viabilizando a integração de negros e não negros em ambiente favorável à discussão da diversidade social, no contexto da realidade nacional e internacional.” Disponível em: <<http://www.zumbidospalmares.edu.br/index.php/institucional/quem-somos>>. Acesso em: 12 set. 2015.

¹⁹ Em seu artigo primeiro decide: Art. 1º - Fica instituído o Programa de Ações Afirmativas, através de Ingresso por Reserva de Vagas para acesso a todos os cursos de graduação e cursos técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, de candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e candidatos indígenas.

fazer parte da história de gente “negra”, como Zumbi, João Cândido, Malcolm X e Steve Biko; Dandara, Luiza Mahin ou Angela Davis (SILVA, 2011, p. 3).

Um exemplo de organização do movimento social negro na universidade é o Coletivo Negração, caracterizado como “Movimento Negro com a cara da juventude”. Foi criado em 2012 na UFRGS com o objetivo de lutar pelas causas da negritude. Conforme consta em seu site, é

[...] um coletivo recente na UFRGS, porém com perspectivas enormes e muita vontade de lutar pelas pautas da negritude, dentro e fora da universidade. O marco de nossa criação foi o "20 de setembro" em 2012 onde reivindicamos a errata – "Povo que não tem virtude acaba por *escravizar*" – ao hino racista do Rio Grande do Sul (COLETIVO NEGRAÇÃO, [201-?]).

A criação do Coletivo na UFRGS demonstra a intensidade das lutas do movimento negro pelo reconhecimento de suas causas e por uma produção de conhecimento na universidade que reconheça suas demandas.

O Coletivo debate temas sobre a produção de conhecimento voltada às demandas do povo negro e trabalhador; Ações Afirmativas – uma conquista do movimento negro e estudantil, mas que necessita de debate sobre a permanência e assistência dos estudantes ingressos pelo sistema de cotas; o combate ao racismo institucional que oprime negras e negros que frequentam nossa universidade (COLETIVO NEGRAÇÃO, 2014).

Esse Coletivo também se envolve com as causas feministas, como evidenciado pelas atividades propostas e textos constantes no site. Entende sua luta como importante, pois “as tarefas não são poucas, porém necessárias para uma transformação social, onde não haja racismo ou qualquer tipo de opressão” (COLETIVO NEGRAÇÃO, 2014).

Com a implantação da política de cotas, o ingresso de estudantes autodeclarados negros na universidade se amplia gradativamente. Ações voltadas para estas políticas passam a ocorrer na universidade.

Dandara, um dos sujeitos da pesquisa, é presidente do Instituto África-América (Iafra). Segundo ela, o Instituto foi criado no ano 2000 e tem como objetivo “realizar atividades culturais, educacionais e esportivas relacionadas com a comunidade negra”. Uma referência ao Iafra, foi feita por Furre (2006) em seu trabalho de conclusão de curso. Ela afirma que o Instituto foi criado pelos moradores do bairro Lomba do Pinheiro, de Porto Alegre. No instituto, os participantes “montam espetáculos, organizam desfiles com roupas afros, todos com manequins amadores negros, e estimulam o debate na comunidade, para que as escolas ‘consertem’ seu currículo, inserindo a história africana para que os jovens a conheçam” (FURRE, 2006, p. 31).

A ocupação das vagas pelos estudantes autodeclarados negros teve um aumento significativo nos últimos anos. Conforme Relatório da Coordenadoria de Acompanhamento do Programa Ações Afirmativas (CAF) da UFRGS para o período 2013/2014, a taxa de ocupação de vagas passou de 44% em 2008 para 77.9% em 2014, “[...] sendo uma das maiores taxas de ocupação de vagas das universidades brasileiras nessa modalidade de reserva. Esse aumento está associado ao considerável aumento do número de inscritos, que aumentou de 1.934 em 2012, para 3.188 em 2013 e 3.314, em 2014” (UFRGS, 2014b, p. 52).

O relatório também aponta que o aumento na taxa de ocupação de vagas, decorrente da política de cotas, está associado ao aumento do número de cursos que tiveram ocupação total das vagas disponibilizadas. Percebemos que a política de ações afirmativas tem motivado os estudantes a ingressar na universidade.

Ainda que mais da metade da população brasileira seja autodeclarada negra, representando o segundo país do mundo com maior população negra (o primeiro é a Nigéria), apenas 26% dos estudantes universitários são negros, apesar do aumento significativo promovido pela política de cotas. Temos uma população de 190,7 milhões de pessoas, destas 50,7 % são negros, tornando o Brasil o 2º país com a maior população negra do mundo. É o que aponta o artigo do portal Fórum, que destaca ainda que “apesar de ainda muito inferior, o acesso da população negra ao ensino superior aumentou 232% na comparação entre 2000 e 2010. Os dados constam no infográfico Retrato dos Negros no Brasil feito pela Rede Angola” (REDE ANGOLA, 2014).

O artigo destaca, ainda, que uma presença maior da população negra na universidade é resultado das políticas afirmativas implementadas na última década pelo governo federal. O artigo afirma que,

O aumento no acesso à formação universitária reflete as políticas afirmativas implementadas pelo governo nos últimos anos, em resposta às reivindicações históricas do movimento negro no país, mas os dados apontam o gargalo ainda existente: de cada cem formados, menos de três, ou 2,66%, são pretos, pardos ou negros (REDE ANGOLA, 2014).

As diferenças salariais entre a população branca e negra, também são apontadas no artigo, com destaque para a situação das mulheres negras, que é ainda mais grave, ou seja, “[...] para cada R\$100 reais ganhos por um branco, um homem negro, com a mesma formação e na mesma função, recebe R\$57,40. No caso de uma mulher negra, o salário cai para R\$38,5” (REDE ANGOLA, 2014).

As lutas empreendidas pelo movimento negro são importantes e necessárias para que tenhamos uma mudança de mentalidade, conforme afirma Gohn (2013),

[...] precisa-se alterar a cultura e a mentalidade sedimentada em grande maioria dos brasileiros em relação aos afrodescendentes. Não se trata apenas de apagar os crimes cometidos no passado escravocrata, trata-se também de fazer da igualdade um direito de fato e não virtual ou nas letras. O direito de não ser discriminado, de não ser humilhado ou ter de passar vergonha. O preconceito já é legislado como crime hediondo (GOHN, 2013, p. 112).

A mudança de mentalidade acontece com o debate em torno do tema, a implantação de políticas e ações que combatam a discriminação e busquem a justiça social, buscando direitos e/ou afirmando identidades, é o que afirma Gohn (2013),

A política se faz tanto com a reivindicação de direitos como pela afirmação de identidades. A primeira é sempre universalista. A segunda, se não for bem conduzida, poderá gerar a defesa de interesses particulares. Mas, se entendermos estas particularidades como singularidades de um grupo social, sairemos do campo dos particularismos para o da valorização das culturas, das especificidades de cada grupo étnico (GOHN, 2013, p. 112).

Buscamos aqui, visibilizar e fortalecer este debate, contribuindo para que avanços nesta política possam ocorrer na universidade e fora dela.

4.2 MOVIMENTOS DE MULHERES

*Uma gota de leite
me escorre entre os seios.
Uma mancha de sangue
me enfeita entre as pernas.
Meia palavra mordida
me foge da boca.
Vagos desejos insinuam esperanças.
Eu-mulher em rios vermelhos
inauguro a vida.
Em baixa voz
violento os tímpanos do mundo.
Antevejo.
Antecipo.
Antes-vivo.
Antes – agora – o que há de vir.
Eu fêmea-matriz.
Eu força-motriz.
Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo.*

Conceição Evaristo, Eu-Mulher

Acerca do movimento de mulheres, também identificado como movimento feminista, pode-se perceber que

A trajetória do movimento feminista brasileiro mostra que se trata de uma história permeada por disputas, conflitos e tendências ideológicas que impedem a observação do movimento como algo homogêneo e unificado. Afinal, as motivações e os objetivos dos grupos feministas que surgiram no País diferem nas suas percepções do feminismo e na articulação com questões específicas das mulheres (WOITOWICZ, 2008, p. 2).

Woitowicz, em seus estudos sobre o tema a partir análise de Pinto (2003), data o início do movimento no Brasil no século XIX, como desafiador à ordem conservadora da época, na qual as mulheres eram excluídas da vida pública, bem como do movimento revolucionário, para quem a luta feminista representava um desvio da luta proletária. Para Woitowicz (2008, p. 2), “devido a este aspecto, o movimento é caracterizado pela multiplicidade de manifestações e de pretensões, que transitam entre lutas gerais e específicas promovidas pelas mulheres”. O movimento feminista teve, portanto, motivações e bandeiras de luta diversas, assim como enfrentou resistências, preconceitos e disputas internas no movimento. Ainda conforme Woitowicz,

Para além destes impasses e dificuldades que acompanharam o processo de fortalecimento do feminismo, é preciso reconhecer a atuação de diversos grupos na luta pela superação das desigualdades entre homens e mulheres, que garantiram a legitimidade do movimento. Neste sentido, os anos 1970 registram uma série de conquistas relacionadas à participação das mulheres no meio social e ao comprometimento com as reivindicações e causas feministas (WOITOWICZ, 2008, p. 4).

As lutas das mulheres pelo reconhecimento em todos os espaços – rurais e urbanos, público e privado – resultaram em conquistas históricas, como o direito ao voto, licença maternidade e a garantia de representação nas disputas político-partidárias. O Núcleo Indisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (Niem) evidencia a presença de temáticas ligadas aos sujeitos da pesquisa relativos a essa categoria na UFRGS:

O Núcleo Indisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero/NIEM, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas conta com a participação de professoras/es, pesquisadoras/es, funcionárias/os e alunas/s [*sic*] de diversas áreas. [...] As principais linhas de estudo desse grupo de pesquisa são relações de gênero, cidadania, políticas públicas, socialização, cultura política, empoderamento, comportamento político, capital social, novas institucionalidades e mecanismos internacionais de promoção dos direitos humanos das mulheres (NIEM, [20--?]).

Outro movimento de mulheres ao qual é ligado um dos sujeitos da pesquisa é o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que é assim identificado:

Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país. Pertencemos à classe

trabalhadora, lutamos pela causa feminista e pela transformação da sociedade (MMC, 2015).

O MMC é um movimento de bastante destaque por sua história, trajetória e lutas por mais de vinte anos, que vão além da busca pelos direitos das mulheres camponesas, se fazendo presente em dezoito estados brasileiros, construindo a resistência “[...] no campo às consequências econômicas, políticas, sociais e culturais do projeto capitalista e patriarcal que intensifica a exploração de trabalhadoras e trabalhadores, aumentando a violência e a discriminação contra as mulheres” (MMC, 2015). Em sua trajetória reafirmam que

[...] a luta das mulheres pela igualdade de direitos e pelo fim de qualquer forma de violência, opressão e exploração praticada contra a mulher e a classe trabalhadora. Dessa forma, nos identificamos pela produção de alimentos saudáveis, pela construção de um projeto de agricultura ecológico e pela luta pela libertação da mulher (MMC, 2015).

O MMC carrega uma mística e simbologia que “[...] encontra sua razão de ser no desejo de justiça e felicidade que nos anima na luta, no trabalho de base. A terra, a água, o fogo e ar são elementos que dão significados à mística da vida” (MMC, 2015).

Trazer as questões de gênero como parte da construção do conhecimento na universidade pública é compreender este debate como importante para a democratização social, para a busca de igualdade de gênero. É, portanto, fundamental que ele se estabeleça na universidade de diferentes formas, seja no ensino, na pesquisa e na extensão.

Da mesma forma, este debate está atrelado às questões latino-americanas, pois esta é uma luta que, para além de seu caráter global, tem na América Latina, um significado especial. Na América Latina, as mulheres originárias sofreram duplamente a dominação europeia, porque violentadas para dar origem a uma nova população/cultura *criolla*, foram suprimidas como voz e força na constituição da ordem colonial.

Por serem mulheres, sofreram a ação do machismo arraigado na cultura ocidental junto com a subalternização que a natividade americana lhes atribuía. Nessa dinâmica,

El anonimato de las mujeres y el anonimato de los pueblos originarios, contruidos sobre la base de la universalidad de las ideas, las necesidades y las construcciones de los colectivos de hombres blancos, permiten la apropiación de los territorios y de la mano de obra indígena por unas clases dominantes que, a lo largo de la historia, manifestaron de varios modos su miedo y su repulsión hacia los cuerpos, las prácticas religiosas y las formas de vida comunitaria típicas de las comunidades indígenas (GARGALLO CELENTANI, 2013, p. 3).

A subalternização e invisibilização das mulheres latino-americanas impossibilitaram a articulação dessas lutas em MS e o reconhecimento dessas lutas históricas, até mesmo nas construções teóricas, que minimizaram o papel fundamental das mulheres em uma abordagem

sexista e racista, ainda que registros arqueológicos e históricos registrem sua forte presença. As concepções hegemônicas que se constituíram na sociedade em relação à percepção da mulher, atribuindo a elas um papel de subordinação e submissão, restrito às funções domésticas e de reprodução da vida material, trouxeram prejuízos às mulheres, motivando suas lutas contemporâneas pelo reconhecimento. Esta abordagem traz em si uma violência institucionalizada, à medida que nega ou invisibiliza o papel e a presença da mulher na esfera pública (GARGALLO CELENTANI, 2013).

Neste contexto, a universidade também reproduz as ideias hegemônicas de submissão da mulher, perpetuando e legitimando suas concepções. Para a autora, “en un contexto de colonialismo interno (es decir, de descolonización no cumplida), el androcentrismo de la cultura académica culmina en la construcción de ideas hegemónicas edificadas sobre cimientos teóricos excluyentes y manipuladores” (GARGALLO CELENTANI, 2013, p. 3).

A identidade da luta das mulheres no Brasil está fortemente ligada à luta das mulheres latino-americanas. Portanto, pensar no papel social da universidade no Brasil e na presença das mulheres e suas lutas neste espaço é também convergir com uma busca de reconhecimento que se alastra pela América Latina, por nossas similitudes e convergências.

Em uma perspectiva contra-hegemônica, as mulheres em movimento buscam seus espaços, inclusive na universidade, buscam a afirmação de seus direitos e a construção de novos paradigmas para a universidade e para a sociedade. Prá e Santos (2010) destacam a importância da constituição do movimento social feminista para a defesa dos direitos das mulheres e a luta contra todo tipo de discriminação. As origens do movimento feminista remontam à Revolução Francesa do século XVIII que trouxe mudanças na vida das mulheres, a partir do novo contrato social que instaurou direitos políticos, assim como o casamento civil e o divórcio. No Brasil, essas lutas se fazem presente ao final do século XIX e início do século XX. Para as autoras, o feminismo,

[...] enquanto um movimento de caráter sociopolítico procura defender e alcançar os direitos humanos das mulheres, questionando situações de exploração, discriminação e violência. Rejeita a ideia das diferenças biológicas determinarem a inferioridade das mulheres na hierarquia social. Em vista disso, o movimento concentra esforços para desnaturalizar e superar as relações hierárquicas entre mulheres e homens na luta pela equidade social, política, cultural e econômica entre pessoas de sexo diferentes, com o compromisso de enfrentar o autoritarismo e a estrutura patriarcal de poder (PRÁ; SANTOS, 2010, p. 111).

A perspectiva política do movimento é destacada pelas autoras, considerando a tomada de consciência e a decisão pela organização e luta. O feminismo, segundo Prá e Santos (2010)

se posiciona contra as práticas de violência contra as mulheres justificadas por questões religiosas, morais ou culturais.

O feminismo, ao lado de movimentos sociais étnicos, raciais, ecológicos e de homossexuais e lésbicas, para citar os de mais expressão, emerge no contexto de diferentes países modificando mentalidades e comportamentos. Portanto, os ideais feministas se relacionam com os de outras organizações sociais à medida que os problemas referentes à condição das mulheres acabam por interagir com outras questões como de classe, raça/etnia ou idade. Sobreposição de opressões como as enfrentadas por mulheres negras, lésbicas, pobres, incentivam não só frentes de lutas específicas dentro do feminismo, mas o articulam a outros movimentos voltados ao combate a todas as formas de discriminação e intolerância (PRÁ; SANTOS, 2010, p. 111-112).

Alguns debates existem acerca da denominação movimento feminista e movimento de mulheres, assim como em torno da expressão mulheres em movimento. Prá e Santos (2010) afirmam que elas têm distintos significados. Movimento feminista se refere aos grupos autodenominados feministas, enquanto o movimento de mulheres se refere aos grupos que atuam em diferentes espaços como sindicatos, partidos e outras organizações sociais que não atendem unicamente às pautas do movimento feminista. Por outro lado a “[...] a expressão mulheres em movimento tem sido usada no sentido de participação das mulheres nos movimentos sociais, bem como para designar os espaços novos que as mulheres estão ocupando, entre eles o do poder político (VIEZZER, 1989, p. 78 apud PRÁ; SANTOS, 2010, p. 112).

O movimento de mulheres no Brasil tem projeção internacional e é um dos movimentos mais bem articulados e de melhor performance no Brasil, de acordo com Carneiro (2003). A autora afirma ainda que muitas conquistas surgiram a partir das lutas do movimento. Um fato característico é a constituição de 1988 que destituiu o pátrio poder e contemplou aproximadamente 80% das reivindicações do movimento, “a luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado. A violência doméstica tida como algo da dimensão do privado alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas” (CARNEIRO, 2003, p. 2).

A participação política das mulheres inicia-se tardiamente no Brasil. O direito ao voto foi conquistado na década de 30, durante o governo de Getúlio Vargas e depois de muitas lutas. Mais recentemente, outras conquistas no campo da política demarcaram a participação da mulher, como a reserva de vagas nas legendas partidárias. Para Carneiro (2003, p. 3), “a desigualdade sofrida pelas mulheres em relação ao acesso ao poder foi enfrentada por diversas campanhas das quais resultaram a aprovação de projeto de lei, de iniciativa da então deputada Marta Suplicy, de reserva de 20% das legendas dos partidos para as candidatas mulheres”.

A luta das mulheres vem acontecendo nas mais diferentes áreas, além das já mencionadas, como na luta pela igualdade de salários. Conforme Gohn (2013), as mulheres são protagonistas em muitas lutas e diversas frentes como em redes associativas e organizações não governamentais (ONGs), assim como “nas associações de bairros e as associações comunitárias [...] são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares e de luta por melhores condições de vida e trabalho, e nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais” (GOHN, 2013, p. 92-93). No Brasil, as mulheres tiveram lugar de destaque na luta pela anistia, pela redemocratização, pelo direito ao trabalho com a exigência de creches para seus filhos, na busca pela independência financeira do universo masculino, bem como conquistando espaços e visibilidade nas políticas públicas. Para Carneiro (2003), são “memoráveis” as lutas e conquistas das mulheres,

Porém, em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, 2003, p. 3).

A autora reconhece as lutas feministas, mas por outro lado problematiza algumas posturas e silenciamentos do próprio movimento, especialmente voltadas para a questão das mulheres negras. Neste sentido podemos nos questionar se a passagem pela universidade pode servir para apontar silenciamentos e invisibilizações dentro dos próprios movimentos? A autora destaca a expressão “Enegrecendo o feminismo”, para demarcar a lutas das mulheres negras dentro do movimento, pautando uma agenda de combate as “desigualdades de gênero e intragênero”, que busca dar conta dessas questões e nas palavras de Carneiro (2003, p. 4): “afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil”.

A autora destaca ainda esta postura como a forma de politizar as desigualdades de gênero, transformando as mulheres em “novos sujeitos políticos”. Para Carneiro,

Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (CARNEIRO, 2003, p. 4).

Importante o debate em torno da diversidade e das desigualdades por dentro do movimento de mulheres. Este debate contribui para além das questões de gênero, ampliando as bandeiras de luta, visibilizando e fortalecendo outras pautas.

A autora faz referência ao documento que demarca a lutas das mulheres no Brasil, Plataforma Política Feminista, proposta pela Conferência Nacional de Mulheres realizada em 2002 em Brasília contribui significativamente na luta por uma sociedade democrática e justa, bem como “Sinaliza, claramente, para a urgência de instituição de um novo marco civilizatório no qual são colocados em questão a necessidade de avançar a democracia política [...]” (CARNEIRO, 2003, p. 11). O documento evidencia a posição do movimento em combater o neoliberalismo e a luta pela busca de políticas sociais de superação das desigualdades.

Consideramos importante fazer referência ao depoimento de Pagu. O movimento feminista foi marcante no Brasil na década de 1980, segundo Pagu, tendo ela própria atuado fortemente. Segundo ela, após um período de retração na década de 1990, ocorre atualmente um renascimento do movimento, na universidade representado pelos grupos de estudos e debates sobre o tema. No entanto, há a necessidade de avançar ainda mais neste debate. No movimento se encontram sentimentos pessoais e coletivos, construindo o protesto racial, movidos pelo inconformismo que leva a ação.

Pagu, uma das entrevistadas nesta pesquisa, faz um destaque a historicidade do movimento feminista, explicitando que este teve seu momento forte no Brasil na década de 1980, envolvendo-se na campanha pelo fim da ditadura e diretas já. Percebe um certo “descenso” em relação ao movimento a partir da década de 1990, podendo ser este fato atribuído ao excesso de democracia ou a redução da mesma ao voto. Alguns movimentos se tornaram ONGs e receberam auxílio estrangeiro, o que permitiu sua sobrevivência, enquanto outras sucumbiram. Percebe que atualmente há um “renascimento”, especialmente dentro da universidade e considera este como fruto da luta das décadas anteriores. Prova disso é a existência do NIEM, de grupos de estudos de gênero, os debates sobre o tema e a inúmeras atividades promovidas e disciplinas ofertadas na universidade. Reclama a ausência de uma linha de gênero na universidade.

4.3 MOVIMENTO LGBT

*Hoje não há mais “voto feminino”,
mas apenas voto, nem há mais “casamento inter-racial”,
mas apenas casamento.*

*Chegará o dia em não haverá mais “casamento gay”,
porque a distinção resultará tão irrelevante como
resultam hoje as anteriores e o preconceito que
explicava a oposição semântica terá
sido superado.*

Jean Wyllys

O movimento LGBT nasce no final dos anos 70 e a sigla agrega uma diversidade de sujeitos invisibilizados pela sociedade até então. Ele nasce no final da década de 1970 e se articula em torno de múltiplas questões, mas especialmente as relacionadas com gênero e sexualidade.

Pode-se perceber que há no sujeito político desse movimento uma diversidade de questões envolvidas, predominantemente relacionadas a gênero e a sexualidade. O movimento brasileiro nasce no final dos anos 1970, predominantemente formado por homens homossexuais. Mas logo nos primeiros anos de atividade, as lésbicas começam a se afirmar como sujeito político relativamente autônomo; e nos anos 1990, travestis e depois transexuais passam a participar de modo mais orgânico. No início dos anos 2000, são os e as bissexuais que começam a se fazer visíveis e a cobrar o reconhecimento do movimento (FACCHINI, 2015).

A autora nos mostra as diversidades internas do movimento, onde também há concepções, representações e pautas hegemônicas. Portanto as lutas por dentro do próprio movimento faz revelar novas pautas diante da necessidade do próprio movimento em reconhecer determinadas lutas.

Para compreender a trajetória do movimento LGBT, precisamos retomar alguns acontecimentos históricos que estão diretamente ligados às suas lutas e conquistas, não apenas no Brasil, mas em outros países também, considerando que esta é uma luta globalizada.

Para Facchini (2015), “homossexual” é uma categoria recente. A autora destacava que, conforme Foucault, o termo, utilizado para nomear pessoas que se relacionavam com outras do mesmo sexo, está ligada a um movimento que ocorreu no século XIX, ligado à categorização médica e psicológica, o qual buscava categorizar comportamentos sexuais. Portanto o conceito nasce ligado à uma patologia: “segundo a literatura, a própria criação da categoria ‘homossexual’ e sua associação à ideia de patologia estariam ligadas a uma estratégia política de dissociar a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo da ideia de crime ou fragilidade moral” (FACCHINI, 2015). Com o passar do tempo o conceito se popularizou, porém não sem conflitos locais quanto às classificações.

Um fato histórico marca a luta pelo fim da discriminação de orientação sexual. Foi em 1969, no bar *Stonewall Inn*, em Nova Iorque, que a população LGBT, cansada e revoltada com tanto preconceito e discriminação, se revoltou e por três dias e três noites resistiu ao

cerco policial. A ação representa um movimento de resistência à criminalização e à repressão da socialização homossexual. A luta passa a ser reconhecida internacionalmente e a data, 28 de junho, passa a ser marco na luta do movimento pelo respeito e reconhecimento (SALGADO; PIMENTA JR, 2015),

Podemos colocar a Revolta de Stonewall como o marco inicial do Movimento Homossexual moderno. O levante dos frequentadores do bar gay americano, cansados das agressões constantes e gratuitas da polícia de NY, está para a História do Movimento Homossexual como a “Queda da Bastilha” para a Revolução Francesa (SALGADO; PIMENTA JR, 2015).

Conforme o site “Agentes da Cidadania LGBT”, a homossexualidade é identificada pelos historiadores desde os surgimento do homem, sendo prática comum em algumas culturas e em determinados períodos, porém foi e ainda é considerada por outros grupos e culturas como imoral ou fora da normalidade. “Em alguns países, inclusive, o ato homossexual foi, ou ainda é, crime que pode levar à prisão ou mesmo a pena de morte.” (SALGADO; PIMENTA JR, 2015). No Brasil, o movimento LGBT nasce, formado especialmente por homossexuais, no final dos anos 1970. O site Identidade G²⁰ traz informações importantes sobre a história do movimento LGBT no Brasil,

Por aqui não há registros sobre movimentos LGBT antes da década de 1970. Nem poderia porque não havia abertura política. A ditadura predominava, a imprensa não tinha liberdade para se manifestar. Os homossexuais sofriam duplamente em comparação aos heterossexuais, pois estes, embora com a liberdade de expressão tolhida, podiam exercer a sexualidade livremente. Somente após o longo período repressivo e após a abertura política, iniciada em meados da década de 1970, os gays no Brasil começaram a sonhar com uma sociedade sexualmente menos repressora. O foco não era a cultura influenciada por outros países, mas sobretudo os movimentos da contracultura dos Estados Unidos e Inglaterra (NERY, 2011).

O texto afirma, ainda que esta luta foi ganhando visibilidade e força ao longo do tempo e, em 1978 surgiu o grupo "Somos: Grupo de Afirmação Homossexual". Mais conhecido como "Somos", considerado o primeiro grupo brasileiro de defesa dos direitos LGBT, que atuou até 1987 (NERY, 2011). O grupo teve como objetivo “tornar a homossexualidade um tema que pudesse ser discutido publicamente, torná-la visível à sociedade preconceituosa (NERY, 2011).

Outros grupos foram surgindo e a luta toma forma e se fortalece. O debate em torno do tema avançou bastante no Brasil e no mundo. No Brasil, esse desenvolvimento é

²⁰ Disponível em: <<http://www.identidadeg.com.br/2011/02/movimento-lgbt-brasileiro-um-passeio.html>>. Acesso em: 12 set. 2015.

especialmente perceptível na última década, quando o Estatuto da Diversidade Sexual²¹ começa a ser debatido e uma série de políticas de apoio ao movimento são implementadas. Entre elas, está a criação de Coordenadorias de Diversidade Sexual em diversos estados. No Rio Grande do Sul, a Coordenadoria se encontra junto à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, tendo dentre as atribuições: “estimular, apoiar e acompanhar diagnósticos sobre a situação da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros no Estado. [...] elaborar projetos ou programas voltados a esses grupos [...]” (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Reidel (2013) aponta os avanços no sentido de realizar as demandas históricas do Movimento que o estatuto apresenta, como “[...] o Direito à Identidade de Gênero, que reconhece que transexuais, bem como outras identidades, terão o direito à livre expressão de sua identidade de gênero,[...] alteração do nome e sexo de transexuais e demais identidades, que será averbada no livro de registro civil de pessoas naturais” (REIDEL, 2013, p. 26).

A pesquisadora e professora identifica, ainda, o papel da escola no processo de conscientização e reconhecimento das lutas do movimento LGBT. Ela reconhece a importância do debate sobre o tema e a necessidade de tratá-lo com respeito, no sentido de superar preconceitos e na defesa dos direitos humanos fundamentais.

A escola é um espaço onde a sexualidade se manifesta, e mais, onde se produzem comportamentos, onde se instigam ou superam preconceitos, onde se difundem conhecimentos e valores e, como papel formativo, a escola tem a responsabilidade de superar os preconceitos e de fomentar a defesa irrestrita dos direitos humanos. Diante do anseio de construirmos uma sociedade e uma escola mais justas, solidárias, livres de preconceitos e discriminação, é necessário identificar e enfrentar as dificuldades que temos tido para promover os direitos humanos e, especialmente, problematizar, desestabilizar e subverter a homofobia (REIDEL, 2013, p. 46).

Reidel (2013) destaca a importância de ações pedagógicas que contribuam para a difusão dos direitos humanos, pautando novos conteúdos e ações ligadas ao tema, bem como à diversidade sexual. A autora considera a escola

Dentro deste propósito de elaboração de ações pedagógicas que irão contribuir e garantir a efetiva inclusão de conteúdos relacionados aos direitos humanos dentro de um eixo interdisciplinar, tendo, nesse sentido, como pauta de trabalho as questões ligadas aos próprios direitos humanos e à diversidade sexual, faz-se necessário delinear que o objetivo principal é a inclusão e criação de um ambiente de respeito às diferenças, bem como o convívio e valorização dos grupos, independente da sua cultura, crença ou orientação sexual (REIDEL, 2013, p. 46).

²¹ Um projeto de iniciativa popular que busca legalizar a criminalização da homofobia e assegurar os direitos da população LGBT. Disponível em: <<http://www.estatutodiversidadesexual.com.br/>>. Acesso em: 12 set. 2015.

Assim como a escola tem papel fundamental nesse processo, mais ainda a universidade que, em seus processos formativos, tem a função social de fortalecer os debates e práticas em torno dos direitos humanos, cidadania, democracia e justiça social. A universidade adquire uma importância central por formar os professores que irão atuar nas escolas, assim como profissionais de todas as áreas que, em suas experiências, poderão contribuir na construção de uma sociedade mais justa e humana, ou colaborar com a perpetuação da discriminação e preconceitos.

Na universidade, a presença de estudantes ligados aos movimentos LGBT amplia o debate sobre as questões de gênero. A primeira mestra transexual da UFRGS defendeu sua dissertação em 2013 na Faculdade de Educação (Faced). Entre os diversos movimentos que lutam pelo reconhecimento dos transgêneros no Rio Grande do Sul, destacarei o movimento “Igualdade RS”, uma associação criada em 1999, presente na UFRGS e que se define desta forma: “A Igualdade RS é a Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, uma Organização Não-Governamental – ONG criada em 25 de maio de 1999 para atuar na defesa dos Direitos Humanos de travestis e transexuais, com ênfase na promoção da cidadania e campanhas de prevenção da área da saúde” (IGUALDADE RS, 2012).

Também ligada à luta pela defesa da liberdade sexual está a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra)²², “uma instituição brasileira voltada a suprir as necessidades da população de Travestis e Transexuais, assim como combater a transfobia”. Conforme informações da página, a Antra surge na cidade de Porto Alegre no ano 2000, mas já vinha sendo articulada desde 1993.

Outro exemplo de grupo organizado do movimento social LGBT é a organização não governamental (ONG) Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade, fundada na cidade de Porto Alegre, tem por missão “trabalhar por uma cultura de respeito às sexualidades através da educação da sociedade e afirmação de direitos” (SOMOS, 2014). Com mais de uma década, atua em diferentes áreas em perspectiva interdisciplinar. Conforme consta em seu site,

[...] é uma organização não-governamental (ONG) fundada em 10 de dezembro de 2001, situada em Porto Alegre/RS/Brasil, criada a partir da reunião de um grupo de militantes advindos/as das áreas de Luta contra a Aids e do Movimento LGBT local, com a proposta de desenvolver ações sociais com abordagens direcionadas à Comunicação e Saúde. Atualmente, as ações da organização têm foco interdisciplinar atuando nas temáticas de Direitos Sexuais, Direitos Reprodutivos e Direitos Humanos a partir das áreas de Educação, Saúde, Justiça, Comunicação e

²² Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Articula%C3%A7%C3%A3o_Nacional_de_Travestis_e_Transexuais>. Acesso em: 11 jul. 2015.

Arte, tendo como missão trabalhar por uma cultura de respeito às sexualidades através da educação da sociedade e afirmação de direitos (SOMOS, 2014).

A ONG desenvolve ações nas áreas da comunicação, arte, educação e saúde. Seus integrantes atuam em espaços de decisões e representações políticas como fóruns, conselhos e redes, nos diferentes âmbitos: municipal, estadual, nacional e internacional, com o objetivo de incidir nas políticas relativas aos temas em que se envolve (SOMOS, 2014).

Algumas conquistas estão ocorrendo na universidade por conta da presença destes estudantes e da busca de reconhecimento. Na UFRGS, por exemplo, podemos citar o reconhecimento do nome social na Universidade através da Decisão do Consun nº 506/2014, garantindo o direito aos estudantes transgêneros de serem reconhecidos da forma como se autoidentificam em seu meio social e na sua comunidade.

Matéria publicada em 2014, no jornal Zero Hora, destaca a implantação de políticas de incentivo à permanência de travestis e transexuais na universidade, como parte de sua função social. Afirma o artigo que,

Se a função da universidade pública é promover o desenvolvimento em todas as esferas da sociedade, um grupo específico começa a deixar as margens do ensino superior no Brasil. Mesmo sem dados precisos, estimativas mostram que são pouquíssimos os transexuais e as travestis que chegam à faculdade. Na tentativa de provocar mudanças nesse cenário, instituições de Santa Catarina têm investido em políticas que incentivam a permanência do grupo na graduação. Sequer mencionados em levantamentos sobre acesso à universidade no Brasil, travestis e transexuais são historicamente excluídos do ensino superior. Pesquisa da Articulação Nacional de Travestis (Antra) mostra que apenas 10% da população trans chegou ao emprego formal, enquanto a grande maioria ainda enfrenta obstáculos para deixar os subempregos ou voltar à sala de aula. Em um esforço para quebrar este ciclo vicioso, universidades de Santa Catarina, a exemplo do que ocorre no país, têm se voltado às demandas dos movimentos sociais e repensado a forma de tratar esse público (ROSA, 2014).

Esses desenvolvimentos parecem apontar que a presença de estudantes ligados ao movimento LGBT, contribui para a reflexão acerca desta temática em todos os níveis de formação e ação universitária. Essa presença rompe tabus, desconstrói preconceitos e fortalece a luta pela igualdade de gêneros e liberdade, e direito à cidadania.

Essa é uma luta urgente e necessária, pois, o preconceito ainda é forte na sociedade e na universidade pública também. Foi o que revelou uma pesquisa recente, realizada pelo Instituto de Psicologia da UFRGS, mostrando que “80% dos estudantes da UFRGS tem preconceito de gênero ou contra a diversidade sexual”. Os resultados apresentaram que em determinados grupos, o preconceito é mais evidente, dependendo do curso e perfil do estudante. Segundo o estudo, “homens, heterossexuais, pessoas que declaram ter religião, acadêmicos das faculdades de ciências exatas e aqueles que vêm de cidades com menos de

100 mil habitantes responderam de forma mais intolerante aos itens propostos” (MARTINS, 2015). Apenas 12,17% dos 8.184 alunos que responderam à pesquisa, demonstraram preconceito mínimo. Estes dados são preocupantes e precisam ser questionados em todas as instâncias e áreas de formação da universidade, especialmente na área das ciências exatas, onde o preconceito é mais forte.

4.4 MOVIMENTO INDÍGENA

*Que faço com a minha cara de índia?
 E meus cabelos
 E minhas rugas
 E minha história
 E meus segredos?
 Que faço com a minha cara de índia?
 E meus espíritos
 E minha força
 E meu Tupã
 E meus círculos?
 Que faço com a minha cara de índia?
 E meu sangue
 E minha consciência
 E minha luta
 E nossos filhos?
 Brasil, o que faço com a minha cara de índia?
 Não sou violência
 Ou estupro
 Eu sou história
 Eu sou cunhã
 Barriga brasileira
 Ventre sagrado
 Povo brasileiro.
 Ventre que gerou
 O povo brasileiro.
 Hoje está só...
 A barriga da mãe fecunda
 E os cânticos que outrora cantavam
 Hoje são gritos de guerra
 Contra o massacre do mundo.*

Eliane Potiguara, Brasil

A violência e brutalidade com que foram tratados os povos indígenas durante o processo de colonização tem reflexos até nossos dias. Além da violência física foram submetidos à violência simbólica pelo não reconhecimento e valorização de sua cultura e de seus costumes. Suas terras foram tomadas e ocupadas sob alegação de melhor aproveitamento do espaço, de que “se trataba de sumar tierras fértiles a la tenencia de la burguesía agraria y demostrar el atraso, la insignificancia económica, la intrínseca pobreza del trabajo comunitario, como lo pregonaba el liberalismo” (GARGALLO CELENTANI, 2013, p. 4-5).

Este processo de dominação submeteu a população indígena a mão de obra barata e à condição de camponeses sem terra, conforme Gargallo Celentani (2013, p. 4-5): “si se rebelaban, el aparato que se sostenía sobre el miedo y la repulsión acudía a la idea que el progreso sólo podía alcanzarse a través de la imposición del orden. Leyes y soldados se multiplicaron; se fundaron policías y escuelas que certificaban las habilidades de sus egresados”. Esta situação se assemelha em muito ao ocorrido com os escravos africanos no Brasil.

O resultado deste processo foi a “aculturação” e o “etnocídio” de muitos povos no continente americano. Alguns privilegiados poderiam ter acesso aos bens materiais e aos avanços da “modernidade”, e toda forma de resistência era duramente reprimida (GARGALLO CELENTANI, 2013).

Quando afirmamos que as lutas dos movimentos sociais aqui destacados são importantes e, por vezes, se entrelaçam é porque, de fato, assim ocorre. A luta dos povos indígenas, por exemplo, abarca uma luta interna que é a das mulheres indígenas. Estas sofreram duplamente a dominação e, muitas vezes, esta violência foi ocultada.

Después de años de diálogo y de haber recogido innumerables quejas acerca de lo poco que la academia o la política escuchan lo que las mujeres indígenas sostienen y reclaman, me queda claro que es muy difícil trazar una línea divisoria entre una activista de los derechos humanos de las mujeres y una feminista. Una parte muy importante de la reflexión de las feministas indígenas tiende a la elaboración de estrategias para la mejoría en las condiciones de vida de las mujeres. [...] Los elementos simbólicos del sexismo son pocas veces tocados en sus reflexiones, prefiriendo estudiar cómo detener a las autoridades que expresan ideas misóginas y ocultan su indiferencia hacia la violencia contra las mujeres, llegando a dejar impunes los delitos que se cometen contra ellas (GARGALLO CELENTANI, 2013, p. 7).

Para a autora há uma forte relação entre as lutas das mulheres indígenas e a luta pelos direitos e pela vida comunitária. O ativismo feminista indígena se confunde com a luta contra a sociedade capitalista e o conseqüente o individualismo e valores comerciais impostos (GARGALLO CELENTANI, 2013). Além disso, é importante destacar que a luta pelos direitos indígenas está presente além das fronteiras brasileiras, estendendo-se por toda a América Latina desde os tempos dos “descobrimientos”:

A lo largo de cinco siglos, las clases dominantes de América desplegaron una propaganda negativa acerca de los pueblos indígenas, a la vez que construían al 50% de sí mismas en seres subalternos, mujeres sin adscripción que no fuera la del padre o el marido. En el siglo XVI, los miembros de las élites que participaron en la conquista tacharon a los pueblos americanos de caníbales cuando se les resistían, tal y como en la misma época en Europa el clero y la aristocracia acusaban a las brujas de comerse a los niños; las brujas en su mayoría eran campesinas pobres que luchaban contra la privatización de las tierras en Europa, encabezando movimientos de protesta y no pagando las deudas (GARGALLO CELENTANI, 2013, p. 4).

No Brasil, o indígena sempre esteve fragilizado no ordenamento legal. O Estado tem-se mostrado pouco eficiente em encaminhar suas pautas e o reconhecimento de suas lutas pela sociedade em geral ainda é limitada. O movimento indígena e suas lutas pela demarcação de terras e reconhecimento dos povos enquanto sujeitos de direitos é intenso, mas, se comparado aos países vizinhos, o poder de agenda do movimento indígena brasileiro e sua representação nas estruturas políticas é ainda restrito. No entanto, é reconhecida a busca pelo acesso às universidades e outros espaços políticos e a luta pelo respeito à sua cultura e história. A ocupação portuguesa do Brasil, a escravidão e expulsão dos índios de suas terras fez surgir a luta deste povo pelo reconhecimento. Conforme Lopes (2014), os índios foram retirados de suas terras, escravizados e submetidos à religião e aos costumes dos europeus. A autora destaca que a Constituição de 1924 atribuía às províncias a tarefa civilizar e catequizar os índios.

Os índios já ocuparam a totalidade da população brasileira e atualmente se constituem em minorias devido ao genocídio sofrido no processo de colonização. Em termos de Estado, nunca foram considerados cidadãos plenos e em termos de nação seu papel foi ambíguo, constituindo em identidade originária, mas pouco reconhecida como tal, é o que afirma Gohn (1994) e destaca ainda que, muitos grupos vivem a ameaça de extinção e a luta cotidiana por direitos, como a demarcação de suas terras. Ao mesmo tempo, vivem o processo de aculturação que transforma sua identidade originária, desarticulando suas referências. As políticas governamentais não deram conta destas questões, apesar dos avanços ocorridos no final do século XIX.

Apesar dos avanços nas lutas e conquistas das últimas décadas, ainda não podemos considerar atingida a cidadania pelos povos indígenas, afirma Gohn (1994, p. 66): “[...] ainda não conseguiram um tratamento de igualdade, no próprio encaminhamento da questão. É como se fossem protetores, preceptores de indivíduos ainda não emancipados, frágeis e vulneráveis”. A autora destaca, ainda, que uma das questões não resolvidas é o processo de escolarização dos povos indígenas. De fato, ocorreram avanços nessa questão a partir da Constituição de 1988, que dá “[...] um salto de qualidade ao incluir os índios como cidadãos com direito à alfabetização, à educação e à cultura. Mas é preciso que isto seja realizado na língua deles. É preciso que se formem professores capacitados para esta tarefa” (GOHN, 1994, p. 67).

Atualmente, o debate acerca da educação indígena se faz presente e ainda se constitui um desafio, mesmo com o avanço das políticas para educação indígena a partir da inclusão de

estudantes indígenas na universidade, da criação de universidades indígenas²³, cursos universitários com temáticas indígenas, implantação de escolas indígenas, tornando as instituições de ensino (superior, inclusive) como lugar do conhecimento indígena.

A política de cotas, implantada no Brasil na última década, incentivou o ingresso de estudantes indígenas na Universidade. Aos poucos e com algumas dificuldades, os estudantes indígenas têm ocupado seus espaços na universidade. O primeiro estudante indígena de pós-graduação *stricto sensu* na UFRGS defendeu sua dissertação de mestrado em junho de 2013, na Faced.

Conforme Bergamaschi e Kurroschi (2013), o aumento da presença de estudantes indígenas nas universidades que ocorreu na última década é decorrente da implementação das políticas afirmativas instituídas pelo governo federal, mas, especialmente, pelo movimento dos próprios povos indígenas que reconheceram a universidade como espaço político de afirmação de suas lutas (BERGAMASCHI; KURROSCHI, 2013, p. 1).

Bergamaschi e Kurroschi (2013) apontam, com base no censo escolar, a crescente escolarização na população indígena, o que apresenta em seu horizonte a Educação Superior. Em uma década, o número de estudantes universitários indígenas passou de 1.300, sendo prioritariamente em instituições privadas, para quase 10 mil estudantes em instituições predominantemente públicas em 2013 (BERGAMASCHI; KURROSCHI, 2013, p. 3-4). Essa presença de estudantes indígenas na universidade se constitui em “fato político”:

Igualmente, esses povos avaliam a necessidade de aquisição de conhecimentos acadêmicos, pois como declarou Daniel Capixi, sentem hoje mais do que nunca a necessidade de compreender esse entorno, principalmente a relação com o Estado e com as políticas públicas, das quais se tornam progressivamente seus protagonistas. A universidade é também um lugar de formação de quadros [...], além de propiciar a formação de professores (BERGAMASCHI; KURROSCHI, 2013, p. 5).

O estudo aponta que os cursos mais procurados são da área da Educação, especialmente as licenciaturas interculturais²⁴, e que a busca da educação superior está ligada

²³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20183>. Acesso em 12 set. 2015.

²⁴ Conforme os princípios da Licenciatura Intercultural proposta pela Universidade de Goiás, “O currículo da Licenciatura Intercultural constitui-se da matriz de Formação Básica e das três matrizes de Formação Específica. Estas últimas serão destinadas à especialização dos professores indígenas e lhes oferecerão um leque de opções de estudo.[...] O currículo da Licenciatura Intercultural está fundamentado em uma política de valorização cultural; na busca de articulação entre teoria e prática; em uma visão interdisciplinar que facilite à integração, em diferentes espaços e projetos, de atividades de ensino, pesquisa e extensão; em uma preocupação com a articulação dos chamados conteúdos específicos e conteúdos pedagógicos; na valorização e promoção da pesquisa em ensino e em desenvolvimento de projetos alternativos de melhoria de vida.” Disponível em: <<https://intercultural.letas.ufg.br/p/1281-estrutura-do-curso>>. Acesso em: 05 out. 2015.

ao enfrentamento da marginalização. A universidade é vista como aliada na partilha de crenças e na reafirmação da autoestima dos povos, fortalecendo suas identidades.

A formação de uma *intelligentsia*, ou seja, de intelectuais indígenas, não ocorre somente na academia, pois também convergem para essa formação os saberes e os conhecimentos da tradição oral, que são incorporados por meio dos processos próprios de aprendizagem. O intelectual indígena que chega à universidade, em geral emerge e atua nos movimentos, na organização e na afirmação étnica, na luta pelo reconhecimento social, político e cultural, pelos direitos básicos de viver na terra e ter respeitado suas territorialidades, por saúde e por educação. Portanto, é um intelectual que alia o conhecimento próprio da sua cosmologia, mas que propõe e conduz diálogos interculturais importantes e busca a universidade como uma aliada. (BERGAMASCHI; KURROSCHI, 2013, p. 6).

Na UFRGS, o ingresso de estudantes indígenas se deu a partir de 2007 com a aprovação pelo Consun da Decisão Nº 134/2007, que institui o Programa de Ações Afirmativas na universidade, através do ingresso por reserva de vagas, fruto das lutas destes grupos e de um processo de diálogo da Universidade com as comunidades indígenas, que regulamenta esta política e estabelece, entre outras medidas, a disponibilização de 10 vagas anuais para estudantes indígenas (BERGAMASCHI; KURROSCHI, 2013, p. 8).

Visibilizar as lutas dos povos indígenas é também resgatar suas memórias de resistências e seus desafios na busca de direitos.

4.5 IDENTIDADE E RECONHECIMENTO DAS LUTAS DO MOVIMENTO SOCIAL NA UNIVERSIDADE E NA SOCIEDADE: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS

A participação no movimento social pressupõe, geralmente, um processo de tomada de consciência da identidade do sujeito como membro de um determinado grupo. Ela está ligada à construção de uma identidade – articulada entre o individual e coletivo – que propulsiona novos processos de tomada de consciência social, podendo conduzir aos espaços de organizações, movimentos e lutas sociais. Identidades coletivas construídas e determinadas por seu conteúdo simbólico (CASTELLS, 2008). A participação no MS é momento importante de busca e encontro da identidade, um processo de reconhecimento do outro e autor-reconhecimento, que no coletivo fortalece as pautas de lutas e potencializa o sujeito político. A identidade coletiva se fortalece no processo de autorreconhecimento, no reconhecimento social e com o próprio processo de busca desse reconhecimento. Os sujeitos entrevistados evidenciam em suas falas os avanços no reconhecimento das lutas dos MS nas últimas décadas, bem como as limitações ainda presentes. Destacam o papel que a

universidade pública – como instituição social de referência, desempenhou e desempenha nesse processo.

4.5.1 Identidade: “a dor e a delícia de ser o que se é”

Ao trazer os sujeitos em movimento como os atores da pesquisa, pressupomos uma referência às identidades que os constituem enquanto parte dos sujeitos coletivos MS, considerando suas similitudes nas percepções e concepções de mundo, bem como no reconhecimento de si enquanto diferença. A diversidade de bandeiras não impede, no entanto, o diálogo, a cooperação entre as lutas. Portanto suas conquistas em conjunto resultarão menos de “um ponto de partida comum do que de um comum ponto de chegada. A este feixe de projetos e lutas chamo cosmopolitismo subalterno ou cosmopolitismo dos oprimidos” (SANTOS, 2003, p. 21).

O fortalecimento do cosmopolitismo subalterno como alternativa a globalização neoliberal, pressupõe o fortalecimento de MS, organizações que se organizam nesta perspectiva.

Castells (2008, p. 23), referindo-se aos atores sociais, define identidade, como “[...] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. Ele destaca, ainda, que pode haver identidades múltiplas. Diferente de papéis²⁵, que têm a tarefa de organizar funções, identidades organizam significados:

Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. [...] Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação[...] Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções. Defino *significado* como identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator (CASTELLS, 2008, p. 23).

Castells (2008, p. 23) reconhece na construção das identidades um intenso processo de individuação, em que os sujeitos internalizam significados. A construção de identidade é um processo lento e, afirma o autor, pode se constituir pelas instituições dominantes, se os atores sociais internalizam estas identidades construindo significados a partir disso.

²⁵ Castells (2008, p. 22-23) delimita os papéis como sendo “(por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade”.

Podemos concluir que a identidade é construída, como afirma Castells (2008), e que as questões que a circundam se referem às intenções de sua construção, ou seja, “a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece”. Para o autor,

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedade, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para quê essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem (CASTELLS, 2008, p. 23-24).

Castells (2008) afirma que quem constrói e para quê, determinam o “conteúdo simbólico” da identidade coletiva. Para o autor, “uma vez que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder” (CASTELLS, 2008, p. 24), propõe três distinções na construção das identidades. Apresenta a “identidade legitimadora” (instituições dominantes), a “identidade de resistência” (atores estigmatizados e desvalorizados pela lógica da dominação que buscam formas de resistência) e “identidade de projeto” (atores que constroem uma nova identidade, redefinindo sua posição na sociedade e transformando a estrutura social) (CASTELLS, 2008, p. 24). As identidades apresentadas aqui estão ligadas à “identidade de resistência” e “identidade de projeto”. São construídas em um processo que aspira ao rompimento com as estruturas sociais dominantes, no sentido de reconhecer sujeitos e grupos subalternizados. Identidades coletivas, em cujo “conteúdo simbólico” se revela concepções contra-hegemônicas de sociedade, na medida em que propõem o fim do racismo, a busca da igualdade de direitos, o reconhecimento das diferenças, a justiça social, a luta por direitos negados, como nome social, o acesso à universidade.

Santos (2013) afirma o caráter não rígido das identidades. Elas têm sentidos específicos de acordo com a temporalidade, estando, portanto, sempre em transformação.

Sabemos que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como as de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidade em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso (SANTOS, 2013, p. 167).

Santos (2013) destaca, ainda, o processo de transformação porque passam as práticas e identidades, reconfigurando as inter-relações sociais.

A recontextualização e reparticularização das identidades e das práticas estão a conduzir a uma reformulação das inter-relações entre os diferentes vínculos atrás referidos, nomeadamente entre o vínculo nacional classista, racial, étnico e sexual. Tal reformulação é exigida pela verificação de fenômenos convergentes ocorrendo nos mais díspares lugares do sistema mundial: o novo racismo na Europa; o declínio geral da política de classe, sobretudo evidente nos EUA, onde parece substituída pela política étnica do multiculturalismo ou pela política sexual dos movimentos feministas; os movimentos dos povos indígenas em todo o continente americano, que contestam forma política do Estado pós-colonial; o colapso do Estado-Nação – afinal, multinacionais – e os conflitos étnicos do campo devastado do ex-império soviético; a transnacionalização do fundamentalismo islâmico; a etnicização da força de trabalho em todo o sistema mundial como forma de a desvalorizar; etc. (SANTOS, 2013, p. 180).

Nas entrevistas, os sujeitos articulam a representação que fazem das suas identidades aos sentidos que atribuem a suas ações sociais. Mais do que isso, descrevem os processos pelos quais suas identidades se constituíram e seguem se constituindo.

A primeira questão apresentada aos sujeitos se referia à identidade de cada um com o movimento social. Ao tratar do tema, Brenda Lee lembrou um trecho de música²⁶: “a dor e a delícia de ser o que se é” – e a partir daí definiu sua identificação com o movimento social. Esta frase é carregada de significados. Na vida em sociedade, pode representar a alegria – “delícia” – de ser valorizado entre os pares, de ser parte de um grupo e, em uma luta coletiva, buscar reconhecimento e justiça social. Por outro lado, representa o sofrimento – a “dor” – que esta identificação, por vezes, pode gerar: preconceito, discriminação e invisibilização. Os sujeitos falam sobre as peculiaridades das identidades dos grupos aos quais pertencem.

Para Brenda Lee, assumir a identidade significa suportar preconceitos ainda existentes na sociedade.

Brenda Lee: [...] eu acho que é ser o que nós somos: seres humanos e a partir desse pressuposto de que ser LGBT implica uma série de outros questionamentos acerca dessas questões, de nossas próprias identidades, de nossas próprias vidas e sexualidades, todas essas relações de gênero que se estabelece. Eu acho que acima de tudo, eu sempre gosto de uma frase... até pra iniciar, diz assim que é “a dor e a delícia de ser o que se é”. Porque, como diz a própria canção, porque ser, nós somos. O problema é que às vezes as dores são mais fortes que as delícias porque a gente tem uma série de implicações, de problemas que vivem em torno dessas questões. São essas dificuldades e esses caminhos que a gente tenta e busca pra ser humano, pra ser o que se é. Na verdade, a gente encontra umas pedras no meio do caminho.

Rose define o significado de ser mulher. A identidade, para ela, não é inata: constitui-se ao longo da vida a partir da cultura. Ela pode estar carregada de preconceitos e invisibilidades. Neste caso, pode haver identidades distorcidas, que atendam ao senso comum.

²⁶ A música em questão se chama “Dom de iludir”, composta por Caetano Veloso.

Estar no movimento desconstrói esse tipo de percepções, fortalecendo uma identidade genuína, coerente com as concepções e o processo formativo do sujeito que, pela autorreflexão, projeta suas possibilidades de ser e estar no mundo. Ser mulher, assumir esta identidade é ainda um desafio, considerando a sociedade patriarcal em que vivemos.

Rose: Como diz Simone de Beauvoir²⁷: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Então, nós convivemos em uma sociedade patriarcal. Então nós vamos nos tornando mulher de acordo com a cultura da sociedade. E penso que antes e depois do movimento tem uma diferença nesta identidade de ser mulher. Porque na sociedade, no senso comum, uma mulher é um ser inferior, é um ser submisso, é um ser que precisa obedecer, é um ser que vai receber menos de salário, é um ser vai ter o trabalho menos valorizado – em alguns casos invisibilizado – que é o caso das mulheres camponesas, que é o movimento no qual eu atuo. E aí, com isso, ser mulher, antes de estar no movimento de mulheres camponesas, a gente segue muito desse senso comum, né? Então algumas coisas é visto como normal. Por exemplo, o trabalho doméstico ser feito por uma mulher, então isso pra mim era normal e, a partir do MMC – faz dez anos que eu estou no movimento – então nós vamos aprendendo que esta é uma sociedade historicamente construída, e por ela ser historicamente construída, patriarcal, machista, de uma cultura patriarcal e do poder masculino muito forte, então, se ela é construída, ela pode ser desconstruída. Então, o ser mulher hoje, pra mim, é ser feminista, é buscar a transformação da sociedade e esta transformação da sociedade, ela se dá com a transformação também pessoal. Então, é uma transformação que ela é pessoal e ela é individual e ela é coletiva. E isso vai se dando ao mesmo tempo. Porque pra mim atuar socialmente no movimento de mulheres camponesas, eu também vou me transformando enquanto concepções de mundo, enquanto concepções de ser, e vai mudando a visão de mundo, e vai mudando a forma de estar nesse mundo.

Para Jean, identidade é vista como a centralidade da própria vida, quando o sujeito se percebe e se identifica como "sujeito central da própria militância", portanto vive as violências e desigualdades que são objetos de suas lutas.

Jean: Bom, eu me identifico como sujeito da minha própria militância, mesmo, né? Isso até é uma razão de alguns, de muitos desgastes emocionais e físicos, porque eu vivencio a questão da causa que eu milito 24 horas por dia e isso interfere em todas atuações hoje mesmo, atuação política, lazer, diversão, estudo... [...] E eu vivo isso o tempo inteiro. E é uma militância que tem a ver com equidade de direitos, reconhecimento de direito [...]. E tá muito ligada a violência. Então, eu tô imerso e vivo diariamente todos os processos de violência e de desigualdade que eu luto pra minimizar. Então, eu me identifico como sujeito central da minha militância, que ela passa a ser, já deixou de ser uma coisa só pessoal; ela tem um aspecto maior, social, né, porque eu integro um grupo que tem a questão dos direitos sexuais, dos direitos reprodutivos como foco de militância. E é uma coisa compartilhada, não é uma coisa só minha.

Sepé afirma que o fortalecimento da identidade se dá com o reconhecimento. Portanto, ser reconhecido na universidade como indígena. A identidade é construída na comunidade e ele acredita ser importante preservá-la. Destaca que o mais importante nas Ações afirmativas é manter a identidade indígena, e que suas diferenças sejam respeitadas. Questiona o que a educação vem fazendo, voltada apenas para o mundo do trabalho e a importância da identidade indígena que tem outras concepções de vida e pensamento.

Sepé: [...] antes dos anos 80, muito indígena tinha muita vergonha de ser indígena. Tá, tinha toda uma história, de um passado, não dos indígenas, mas um passado da sociedade não indígena que impusesse que ser indígena

²⁷ “Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir, mais conhecida como Simone de Beauvoir (Paris, 9 de janeiro de 1908 — Paris, 14 de abril de 1986), foi uma escritora, filósofa existencialista e feminista francesa. Escreveu romances, monografias sobre filosofia, política, sociedade, ensaios, biografias e uma autobiografia.” Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Simone_de_Beauvoir>. Acesso em: 28 set. 2015.

era feio, [...] mas a partir do momento em que os movimento indígenas se fortaleceram, a gente – e aí eu me incluo nessas, entre essas pessoas – eu sempre tive, não sei se é facilidade, mas sempre me identifiquei como kaingang, sempre fui kaingang. Eu sou tanto kaingang que até hoje eu moro na comunidade indígena.[...] a construção da identidade da gente tá lá dentro. E se você pensa em construção, né, dentro da comunidade, o fato de você sair fora, ela não altera, não muda. Então muitas vezes eu tenho falado, em alguns lugares que eu converso, que o mais importante do indígena na universidade, quando tem essa discussão das ações afirmativas, não é manter ele na universidade, com bolsa e com essas outras coisas, que é importante. [...] Pra mim o importante é manter ele como indígena na universidade. Com a identidade dele. Para que ele consiga sobreviver lá dentro como indígena. Os cursos que tão hoje nas universidades, e diversos cursos apresentam assim, que eles não dão atenção pra isso. Quer dizer, hoje [...] trabalho num instituto de educação indígena que recebe um formato de educação do Estado. Quer dizer, você já sabe que esse é o pacote. E como é que tu sobrevives dentro desse pacote? Muitas vezes quando um aluno indígena entra dentro desse meio, para sobreviver ele tem que fazer páreo frente a eles, e isso pra mim é identidade. Fortalecer a identidade é você ser reconhecido dentro desse diferente como diferente. Mantendo. E também não é só você respeitar ele como diferente, é você deixar ele dizer qual é a diferença que ele tem, o que ele faz de diferente. Que esse diferente que ele tem seja respeitado e seja não só respeitado, mas que ele tenha também uma importância. [...] O que é que a educação faz? [...] Numa sociedade em que tu pensas que tu só serves quando tu trabalhas, os indígenas que vão pra uma universidade, pra uma escola que só pensa isso, ele vai pensar que ele tem que servir pra isso também. E que o povo dele não tem mais importância, por que o povo dele tem outra concepção de vida, outra concepção de pensamento, então identidade se constrói dessa forma. Eu tive muito isso.

Dandara sempre viveu com as “inquietudes” relativas à identidade do que seria ser “sujeito negro”, que só começaram a se encaminhar com o início de sua participação no movimento negro.

Dandara: Bom, sou oriunda da Lomba do Pinheiro, né? Filha de mãe e pai pobres também, mas que sempre tive essas inquietudes sobre o sujeito: “o que é ser um sujeito negro?”. E me percebi sujeito negro a partir dos dezessete anos, né? Porque até então, você não tem muito essa questão da consciência; você percebe algumas situações de racismos, discriminações, mas as pessoas não têm predisposição pra abordar, pra falar sobre isso. Então eu acredito que eu nasci negra a partir dos dezessete anos, quando comecei a militar no movimento negro.

Angela já se identificava com o movimento negro a partir da militância da família. Ao ingressar na universidade, esta identidade é revigorada no grupo de estudantes cotistas, minoria na universidade. O engajamento nas discussões contribuiu inclusive para a decisão de mudanças de curso, ao perceber maior relação entre a nova área escolhida e suas perspectivas políticas de atuação no MS.

Angela: O meu processo de identificação, ele se deu desde o primeiro semestre que eu tava na universidade. Não num processo de identidade do que é ser negra, né? Porque os meus pais, eles sempre militaram no movimento negro, né? Então, desde sempre, eu já tive esse contato, né? Desde criança, acompanhando as reuniões, acompanhando as manifestações. Também militavam no Partido dos Trabalhadores quando eu era pequena. [...] Então, quando eu entrei aqui na universidade, já conhecendo sobre a questão de cotas, mas mesmo assim... o que acontece com muitos estudantes cotistas – negros, principalmente – aqui na universidade, que é uma dúvida, né, de que se isso é realmente justo, ou não; ou se devemos ou não acessar esse direito; ou, enfim, como a gente vai ser rotulado aqui dentro. Mas, por estarmos dentro da universidade – uma universidade pública – e sermos a minoria aqui, a gente não tem como não se identificar, e principalmente com os nossos iguais. [...] Então, entra primeiro quem é de acesso universal, no primeiro semestre, e os cotistas no segundo semestre. Então, o que é que acontece? A gente fica... não isolados, né, mas a gente, por entrarmos juntos, a gente acaba formando grupos, justamente por a gente se identificar [...]. Em 2012, o Conselho Universitário avaliou o processo de cotas, os cinco anos do processo de cotas aqui na universidade. E eu já me inseri nesse processo. E aí já fui me identificando, não me identificando também com o meu curso, né, com a minha área de atuação. Então: “vou ir pra Ciências Sociais”. Não tive a aprovação do meu pai, nem da minha mãe. A minha

mãe, socióloga, e o meu pai, historiador. [...] Mas, mesmo assim, eu vi que era exatamente o que eu queria até por poder ter mais liberdade de atuar tanto profissionalmente quanto na própria militância na área que eu gostaria, exatamente. Então, lá, agora, eu tô mais encontrada, assim. Não que eu não circule por outros espaços, né? Pelo contrário, eu circulo bastante.

Pagu destaca que a formação da sua identidade como militante feminista se liga a um contexto mais amplo, de conjuntura política nacional. Lembra que, à época de seu engajamento com o MS, a questão política em debate – ser mulher no Brasil – não se limitava às arenas tradicionais dos partidos, mas permeava todas as instâncias associativas da sociedade.

Pagu: Eu já tenho uma militância feminista há bastante tempo. Há quase trinta anos, vamos dizer assim. Então, foi logo que eu me formei aqui na Universidade. [...] Então, eu venho de um momento que tava em alta o movimento de mulheres – enquanto articulação – e não passava apenas pelos partidos políticos. É algo que se constituía dentro dos sindicatos mesmo, associações, moradores, mulheres de periferia, né, as trabalhadoras.

Martin conecta identidade a crença – em sua fala, ela não é um fato absoluto, mas deriva das opções – políticas – subjetivas do indivíduo. Ela se afirma a partir da percepção da diferença na construção da história familiar do indivíduo e de como ela se projeta em sua vida social. Para ele, o sujeito, ao assumir uma identidade não-hegemônica, fica diante de uma armadilha: para o senso comum, ele não pode, a um só tempo, ter acesso àquilo que é particular e peculiar do grupo com o qual se identifica e ao mesmo tempo desfrutar dos elementos que são considerados próprios apenas da identidade hegemônica. A construção da identidade se faz justamente pela “consciência político-racial” desses limites e da necessidade de enfrentá-los coletivamente. Destaca que a consciência não está diretamente ligada à participação no movimento, ela pode existir sem este engajamento. Ressalta, a esse respeito, que ele construiu sua identidade e a transferiu para sua atuação nas organizações, para a luta social.

Martin: Uma coisa é a identidade racial que obrigatoriamente não tá associada com o movimento. É tu ter a crença, assim, da origem étnica tua; tu ter crença daonde tu veio; tu ter crença de se situar na sociedade como esse ser, com essas características, né? E que passa a tu iniciar uma construção sobre uma consciência político-racial que te leva a compreender a desigualdade racial, o racismo, como enfrentá-lo; como criar uma autoestima; como construir subjetivamente uma condição de direito e cidadão, que não lhe é dada. Então é da mesma relação de existência, e é uma relação também de isolamento. E é uma situação de assumir uma diferença imposta. [...] Com essa identidade com a família... a resignação pelos limites que a origem racial te proporcionou, sem que aquilo tenha algum tipo de seqüela do ponto de vista humano mais grave. E depois tu vai construindo teu ser político dentro dessa conjuntura de ser universal, que é um direito que o negro tem, né? Que parece que isso é uma grande cilada assim que o racismo tem: é o impedimento do negro também assumir a sua universalidade. Porque a especificidade às vezes não é uma vitória, pode ser uma derrota. Porque confirma [...] o isolamento, indevido. E isso aí leva, evidentemente a uma adesão ao movimento negro, a uma militância mais organizada, que na verdade tem alguns militantes formais de entidades negras que talvez tenham nível de consciência menor do que alguém que não tá engajado em organizações. E eu construí a minha identidade pessoal e transferi ela, [...] com organizações, com coletivos, com propostas políticas, com projetos, com coletivos de pessoas, que eram isso que nós chamamos de movimento. É o conjunto de iniciativas pessoais ou coletivas do ponto de vista de construção do que Florestan chama de protesto racial. [...] Então nesse ponto de vista, aí eu me construí assim, a maioria dos militantes negros se construíram desse lugar, que todo mundo veio de uma família pobre, duma família discriminada, sem valores, assim, políticos que pudessem te fortalecer. E aí que tem aqueles pilares que as famílias negras têm, que é a questão da solidariedade intrarracial como recurso inevitável de sobrevivência e que também leva a gente a tá cultuando aqueles valores da África, digamos: a religião, por exemplo. Se há um valor universal que une os negros na diáspora é a questão da ancestralidade.

Falar de MS é tratar de identidade subjetiva, ou seja, das percepções e concepções individuais que levam cada um ao movimento, mas é também e, principalmente, tratar de uma identidade coletiva, que os une na luta, nos ideais e na busca da sociedade desejada. É interessante observar que o MS por vezes se constitui em espaço da própria construção da identidade, em outros momentos de potencialização ou revitalização desta. Portanto, a identidade não está diretamente ligada ao movimento, mas à construção de uma consciência, evidenciada em um dos depoimentos.

As falas dos sujeitos, articuladas ao referencial teórico aqui aportado, permite-nos afirmar que a construção da identidade coletiva está vinculada à participação no MS e é permeada pelas questões conjunturais que a circundam. Alguns questionamentos nos remetem a conclusões a partir das falas: a identidade esteve “sempre presente” na vida dos sujeitos? Ela está, agora, “presente o tempo todo”?

As falas evidenciam que a identidade é construída, portanto, nem sempre esteve presente. Ela se constitui em um processo que vai desde sua relação com a formação de uma consciência política que se estabelece na percepção da diferença, e não está diretamente vinculada à participação no MS (Martin), passando pela construção a partir da participação no MS (Dandara), ou como processo de ação e afirmação que se potencializa com a participação no grupo/comunidade (Sepé). Ela se revela, ainda, como a centralidade da vida (Jean), assim como se constitui na participação determinada pela conjuntura política (Pagu). Identidade também se constitui ao longo da vida e a partir da cultura (Rose). A fala de Sepé nos atenta

para a possibilidade de perda ou desconstituição da identidade. Ele deixa transparecer que a identidade necessita de um processo constante de ação e afirmação. Ele conta que a universidade, como instituição hegemônica, apresenta a tentação de abandonar uma identidade subalterna – a indígena – em favor da postura acadêmica – urbana, branca, não-indígena – dominante.

Retomando a concepção de Boaventura de Sousa Santos (2013) quanto ao caráter não rígido das identidades. Entendemos que no processo interculturalização é possível algumas mudanças. No entanto, não podemos naturalizar as perdas de identidades em favor de uma padronização, proposta do modelo econômico vigente.

A construção da identidade é um processo de internalização de significados, um processo individual e que, também se dá em relação a um grupo social, construindo uma identidade coletiva, considerando suas vivências e experiências, conforme afirma Castells (2008). Em um mundo globalizado, massificante e produtivista, é desafiador manter as identidades que fazem o contraponto a este modelo, construindo perspectivas contra-hegemônicas de sociedade, menos produtivistas e mais humanizadas. A maioria dos militantes negros se constituiu em famílias pobres e discriminadas, mas com pilares fortes de “solidariedade intrarracial, como recurso inevitável de sobrevivência”, unidos pelos valores da África, a ancestralidade e a religião, por exemplo, é o que une os negros na “diáspora”, afirma Martin.

A identidade construída no MS se fortalece na universidade quando encontra seus iguais, nas mesmas lutas. Por outro lado, a força desta identidade leva o sujeito para a participação e a atuação nas diferentes instâncias da universidade, fortalecendo as lutas do MS e fazendo acontecer as mudanças necessárias. É o caso da revisão da política de cotas na UFRGS, quando os estudantes ligados ao movimento negro se inseriram fortemente, e a proposta foi ampliada por meio da Decisão Consun nº 268/2012, passando para 50% o total de vagas de ingresso reservadas ao Programa de Ações Afirmativas por um período de 10 anos. A mesma decisão institui a CAF. Estas conquistas da universidade (destacadas pelos sujeitos) representam bem o papel do MS no processo de transformação da academia, no sentido de torná-la mais inclusiva e promover a justiça social.

Nas entrevistas, os sujeitos articulam a representação que fazem das suas identidades aos sentidos que atribuem a suas ações sociais. Mais do que isso, descrevem os processos pelos quais suas identidades se constituíram e seguem se constituindo.

4.5.2 Reconhecimento: presenças e lutas que transformam

Ingressando em um debate que se configura na sociedade contemporânea, qual seja: representação, redistribuição e, em especial, o reconhecimento, faremos aqui referência a esta temática, trazendo em seguida as falas dos sujeitos. Considerando as possibilidades de atuação e intervenção da universidade na sociedade, tornar presentes as representações de grupos até pouco tempo invisibilizados pela academia e pela sociedade é desafiador. As três dimensões são caracterizadas como pilares que configuram uma justiça social. A representação chega como a terceira dimensão da justiça, que trata da dimensão política da luta social, enquanto a redistribuição trata da questão econômica, e o reconhecimento das questões culturais (ABREU, 2011). Ainda que o conceito mais debatido aqui seja o de reconhecimento, é importante uma referência aos conceitos de redistribuição e representação.

Nesse contexto, a universidade passa a instituir políticas de representação, que passam pelo reconhecimento das lutas histórias dos movimentos sociais. Abreu (2011), inspirada em Fraser, define reconhecimento, representação e redistribuição,

Quando se fala em justiça, demandas redistributivas parecem ser as mais intuitivas, pois dizem respeito à organização do atributo mais elementar de uma ação justa: “dar a cada um o que é seu”; portanto, uma concepção ampla de justiça não poderia deixar de englobar aspectos redistributivos. Reconhecimento, de forma diferente, é um tema contemporâneo e surge principalmente a partir da demanda de certos setores sociais, que se consideram não alcançados pelas concepções de justiça universais, de terem as suas especificidades e suas diferenças de trajetórias culturais e sociais levadas em consideração. A luta por reconhecimento, portanto, abrange aspectos culturais para além da dimensão econômica presente nas demandas redistributivas, passando pela ideia de igualdade a partir do respeito de outrem e a partir do próprio autorrespeito. Igualdade vem aqui acompanhada de afirmação da identidade e respeito à diferença. As condições sociais para que respeito e autorrespeito se configurem são o desafio que, de certa forma, ronda as intervenções transcritas neste livro. Como terceira dimensão da justiça, a representação vem complementar as duas primeiras, na medida em que diz respeito à demanda por voz de grupos que não predominam e muitas vezes nem mesmo estão presentes nas estruturas representativas da organização social (ABREU, 2011, p. 9).

Abreu (2011) destaca que, no conceito de representação, Fraser faz a crítica ao economicismo representado pela redistribuição e ao culturalismo, representado pelo reconhecimento. A representação se ocupa da dimensão política, ou seja, “reflete a preocupação com a existência de mecanismos por meio dos quais sejam canalizadas demandas que não têm possibilidade de se manifestar nas estruturas institucionais tradicionais, uma vez que as fontes de injustiça de gênero são transnacionais” (ABREU, 2011, p. 15).

Como instituição social e política responsável pela formação do saber e da cultura, a universidade deve, ao menos, dialogar com atores sociais que buscam fortalecer sua identidade e buscam espaços para suas concepções e conhecimentos. A universidade como bem público precisa se ocupar dessas políticas, pois é parte do tecido social, em especial da representação e reconhecimento, contribuindo, também, com as políticas de redistribuição através da implementação de programas como ações afirmativas, por exemplo, que redistribuem vagas financiadas com recursos públicos captados da população via impostos. Para Fraser (2012),

A solução contra a injustiça econômica passa por mudanças estruturais: distribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, submissão das decisões de investimentos ao controle democrático, transformação fundamental do funcionamento da economia. Esse conjunto, como um todo ou em partes, depende da “redistribuição” (FRASER, 2012, p. 2).

No contexto das mudanças estruturais que garantam uma política de redistribuição, podem incidir políticas públicas de inclusão, de expansão da educação superior, de sua conexão com seu contexto importantes para o desenvolvimento econômico e social de um país.

Reconhecendo as diferentes culturas que compõem as sociedades, percebemos a infinita pluralidade que forma o mosaico dos conhecimentos. Ao serem invisibilizados os grupos sociais, tanto pela sociedade como pela universidade, suas experiências e saberes também o são e, portanto, desperdiçadas em seu potencial transformador. Os movimentos Negro, Indígena, de mulheres e LGBT têm muito a contribuir para as transformações sociais. A universidade pode se constituir em espaço de visibilização e fortalecimento em um processo de reconhecimento destes saberes e lutas, incidindo em uma mudança comportamental social.

Fraser (2012) destaca que para dar conta das injustiças culturais precisamos no ocupar das políticas de reconhecimento. Afirma que:

A solução para a injustiça cultural, por sua vez, está em mudanças culturais ou simbólicas: reavaliação de identidades desprezadas, reconhecimento e valorização da diversidade cultural ou, mais globalmente, alteração geral dos modelos sociais de representação, o que modificaria a percepção que cada um tem de si mesmo e do grupo ao qual pertence. Esse conjunto de fatores depende, pois, do “reconhecimento” (FRASER, 2012, p. 2).

O reconhecimento representa uma preocupação em relação à valorização de identidades. Possibilita tornar presentes novos saberes e percepções até então ignorados. O reconhecimento das diversidades que compõem o mosaico social pode ser articulado à ecologia de saberes, proposta por Santos (2010a), que aponta para um olhar atento aos saberes

subalternizados. A universidade não pode estar voltada apenas para as questões econômicas, considerando que a educação superior tem um papel social que não se reduz às questões de mercado. E este é um debate que deve perpassar não somente as áreas da universidade que se ocupam das ciências humanas ou dos saberes das humanidades, mas todos os cursos, atividades e ações propostas na academia.

Fazer o exercício da tradução e tornar emergentes novos saberes: este é o desafio das universidades públicas. Para Santos (2007),

A tradução é um processo intercultural, intersocial. Utilizamos uma metáfora transgressora da tradução lingüística: é traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar inteligibilidade sem "canibalização", sem homogeneização. Nesse sentido, trata-se de fazer tradução ao revés da tradução lingüística. Tentar saber o que há de comum entre um movimento de mulheres e um movimento indígena, entre um movimento indígena e outro de afrodescendentes [...] (SANTOS, 2007, p. 39).

Para Santos (2007), precisamos pensar na construção de um conhecimento novo, e esse conhecimento precisa ser produzido de modo compartilhado, horizontal, o que exige mudanças em nas estruturas da universidade. As experiências da UPMS podem contribuir com este processo. Tornar emergentes, também, os movimentos sociais que atualmente estão presentes na universidade reconhecendo-os como sujeitos, com olhares e saberes próprios de uma concepção contra-hegemônica de sociedade, assim como reconhecê-los enquanto grupos sociais, sujeitos coletivos, e dessa forma afirmar a legitimidade de suas lutas e reconhecer seus conhecimentos e sua contribuição social são desafios para a nova universidade pública.

O reconhecimento das lutas do MS é percebido pelos sujeitos da pesquisa de diversas formas. Os sujeitos da pesquisa afirmam que o reconhecimento existe – o reconhecimento da presença e do valor do MS, e são destacadas algumas ações decorrentes desta presença. Por outro lado, também são destacadas as ausências e não reconhecimento em determinados espaços e situações.

Segundo Rose, no reconhecimento das lutas do MS se dá pela existência de grupos de pesquisa que trabalham o MS. Dá-se, também, quando um militante do MS está na universidade. As pesquisas sobre o MS representam a importância dada a eles na universidade, portanto, o reconhecimento. Na sociedade, os trabalhadores reconhecem a importância do movimento social pelo desejo de mudança que representa, mas a mídia, que representa o "quarto poder"²⁸. Assim, para Rose, "inibe o reconhecimento", pois desinforma a

²⁸ Mainenti (2014, p. 49, grifos do original) esclarece que a expressão "quarto poder" para designar a imprensa teria surgido em 1828: "Um deputado do parlamento inglês, McCaulay, apontou para a galeria onde estavam sentados os jornalistas e gritou: 'Fourth Estate!' (Quarto Poder). [...] McCaulay fazia menção ao quarto *état*

sociedade quanto aos objetivos do movimento, distorce e manipula as informações gerando desaprovação em relação aos MS e suas manifestações.

Rose: Penso que o fato de existir uma linha de pesquisa que trabalhe os MS é reconhecer a luta dos MS. Então, o fato de uma pessoa que se diz militante do MS entrar na universidade é o reconhecimento dos MS, [...] eu penso que são nesses espaços, os grupos de pesquisa – que um exemplo é o Tramse²⁹ né, mas que existem outros grupos de pesquisa que trabalham diretamente com os movimentos e organizações sociais, sindicatos, enfim... Eu acho que são formas de reconhecimento do MS na universidade [...] e na sociedade. Na sociedade, no geral, eu acho que existe um reconhecimento enquanto trabalhadores e trabalhadoras dos MS, porque os trabalhadores e as trabalhadoras, eles têm o desejo de mudança. Então, os MS, de certa forma, representam o desejo de mudança, mas por outro lado a mídia inibe esse reconhecimento. Então, a mídia, ela faz toda uma propaganda contra. Então, com a distorção do que são os MS – como baderneiros, como que não querem a ordem, como não querem tecnologia, como não querem avançar – então as pessoas ficam com medo [...] No Brasil, se não fossem as lutas – e no mundo – se não fossem as lutas dos MS, nós teríamos 18 horas de trabalho diário, nós teríamos 16 horas. Não teríamos direitos trabalhistas. Só que, como a mídia faz uma propaganda contra, então isso não é reconhecido. Por exemplo, as pessoas, muitas vezes, acham que a aposentadoria foi o governo que deu, mas isso não é uma questão de ser contra os MS, mas sim de falta de informação, e de falta de formação... que aí a mídia tem esse poder [...] – é como a gente fala nos MS, é o quarto poder, né? E que tem uma grande influência na sociedade. Mas na sociedade a gente vê o reconhecimento quando numa mobilização, por exemplo, as pessoas mostram gestos de apoio. Eu acho que quando existem pesquisas desses MS é uma forma de reconhecimento, porque, se o movimento ele é pesquisado, é porque ele está sendo importante, está sendo um ator importante na sociedade.

Para Brenda Lee, o reconhecimento das lutas dos MS também ocorre a partir das conquistas oriundas destas lutas, como é o caso da regulamentação da política do uso do nome social na universidade. Ela afirma que reconhecimento das lutas do MS se dá pelas conquistas do movimento dentro e fora da universidade, como na implantação do nome social e na readequação dos banheiros, permitindo uma equidade de gênero. Trata-se de luta histórica do movimento, que passa a vigorar na universidade a partir da presença destes estudantes em seu seio. Em outros espaços como no Ministério da Educação, com a adequação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que passa a reconhecer o nome social. Por outro lado, o reconhecimento pessoal também é significativo, pelo trabalho desenvolvido, pelo empoderamento que a luta social e a academia proporcionam, constituindo-se o sujeito como referência.

Brenda Lee: Eu acho que é através das conquistas que o movimento vai atrás. [...] Essa questão do nome social, por exemplo. O nome social hoje é uma realidade dentro da universidade, mas o movimento fez toda a discussão que já vem há muito tempo, né? Então a universidade agora tá dando aquele olhar pra essas questões, né? E de que forma também vai incluir essas pessoas. Porque às vezes não adianta tu só respeitar o nome social. Tu tens que ter acesso e garantir uma permanência, né? A própria discussão do banheiro, por exemplo, é uma outra discussão. Que banheiro, [...] homens trans, ou mulheres trans, ou travestis vão usar dentro da universidade, por exemplo? A gente sabe de alguns espaços que o banheiro hoje já é um espaço livre, na própria

(termo francês também usado em referência a poder), tendo como quadro de referência os três *états* da Revolução Francesa: clero, nobreza e *troisième état* – que engloba a burguesia e o povo. No novo enquadramento da democracia, com o princípio de ‘poder controla poder’, a imprensa seria o ‘quarto’ poder em relação aos outros três: executivo, legislativo e judiciário”.

²⁹ Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (Tramse). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/propeq1/pp/areasConhec/shadowbox/folhas/grupo.php?g=677>>. Acesso em: 28 set. 2015.

Universidade, na UFRGS. [...] Então, quer dizer, eu vejo que muitas universidades públicas hoje tão trazendo essas pautas muito presentes. [...] A FURG é uma que reconhece o nome social no diploma do acadêmico. Quer dizer, é um avanço. Mas quem é que fez toda a mobilização? O movimento. [...] O movimento começou a não só invadir as universidades como invadir os ministérios e chamar essas pessoas pra pautar, né? A discussão que teve do Enem: [...] O movimento chamou o Ministério da Educação [...] E aí o Ministério da Educação abriu essa questão do Enem e o nome social veio e tivemos duzentas e poucas pessoas inscritas pra prova do Enem, né? [...] Então, é essa a questão que a gente vê. Que o tempo inteiro, é o movimento, tem que tar provocando esses debates. [...] É o reconhecimento do teu trabalho, também, né? Porque não adianta tu ser só uma trans, ou ser uma lésbica, mas tem que ver também o teu empoderamento e o quanto também pra que isso seja um ponto de referência, né? Porque, ah, não é o ser mais uma ali, ou, ai, ser a primeira, mas até aonde o teu trabalho também tá sendo visto e, de certa forma, que tenha uma consistência também, né? Porque não adianta ser um saco vazio, né? Ou então só um corpinho cheio de silicone, né? Mas é também ter isso como uma questão assim de pauta mesmo pra ti, pro teu aproveitamento, pro teu engrandecimento, né? [...] Porque daí, no processo, eu também alterei meu nome civil e, assim, o reconhecimento do gênero: ah, Mestra em Educação, entendeu? Então, quer dizer, hoje, a equidade de gênero, [...] Então, tu vê que é um reconhecimento também do teu esforço enquanto sujeito.

Para Jean, embora a universidade esteja mais aberta, com a democratização do acesso ocorrida nos últimos anos, ela não assume politicamente uma posição de reconhecimento das lutas do MS. A academia mantém seu "rumo", voltada para si mesma, absorvendo pouco as demandas do MS. Na sociedade, afirma Jean, não há um reconhecimento explícito. Por vezes, os temas são tratados de forma superficial e, outras vezes, até demonizados pela sociedade em geral. A ONG "Somos" é reconhecida, possivelmente pelo tipo de abordagem diferenciado, buscando o diálogo com o governo, com a academia e outros espaços deliberativos.

Jean: Eu acho que tem alguns cursos, algumas áreas que abraçam os movimentos sociais, abrem mais espaço. [...] Eu acho que ainda a universidade não é de todos e de todas. Por mais que a democratização ao acesso seja maior, tenha sido ampliada, como que essas pessoas se mantêm dentro da universidade, né? Que processos acontecem pra que essas minorias, que os movimentos sejam absorvido? Eu acho que não é uma coisa geral, não é um posicionamento político da universidade como um todo, embora haja mais abertura. Mas não são todos os cursos que estão abertos às demandas sociais. Eu acho que na maioria das vezes, ainda, a academia anda pro seu próprio rumo e muitas vezes em torno de si. Então, absorvendo muito pouco, às vezes, as demandas dos movimentos, as lutas. E também, absorvendo e provocando, também, né? Eu acho que ainda existe pouca troca. Eu acho que a academia se distancia muito da vida. Talvez seja por isso que esteja distante de algumas questões de cotidiano, de dia a dia... [...] O reconhecimento dos movimentos sociais por parte da sociedade não é uma coisa assim de louros: "ai, que bom que existe o movimento" e tal. Porque o movimento, ele é ativado dependendo das questões que estão em pauta. Atualmente, as questões relacionadas a direitos sexuais estão sempre em pauta, assim, bastante. Então, tem uma demanda de posicionamento de movimento social que é sempre urgente, sempre urgente. Mas muitas vezes ela é tratada de modo superficial, também. Eu acho que há um distanciamento. A não ser que as comunidades, as populações, elas também sejam sujeitos das questões que afetam, que mobilizam, das próprias lutas dos movimentos.

Dandara destaca que o reconhecimento das lutas do movimento negro se dá pela implantação de políticas públicas, que na universidade pública se efetivaram com a implantação da política de cotas, promovendo mudanças significativas. Afirma que a universidade passou a ter "outra cor" a partir desta política e afirma o papel fundamental do movimento negro neste processo de reconhecimento e redistribuição, dialogando e construindo políticas. Apesar destas conquistas, afirma haver ainda "uma lacuna" entre a universidade pública e o MS, mas a presença de estudantes ligados ao MS vem se ampliando

a partir das novas políticas. Ela afirma sua forte participação na implantação da política de cotas na UFRGS, destacando, também, as resistências enfrentadas e os embates. Registra as diversas audiências promovidas envolvendo a comunidade universitária e a sociedade em geral e órgãos públicos, bem como o apoio recebido de outros movimentos sociais.

Dandara: É, eu acho que o movimento negro traz uma bagagem significativa pra implementação das políticas públicas. Se hoje nós temos cotas, políticas de ações afirmativas, reparações e outras, é porque o movimento negro se colocou à frente dessas questões, vendo o processo de invisibilidade dessas comunidades e também dialogando, construindo políticas. Então, coube à universidade implementar e o movimento negro ser então aquele que vai supervisionar, que vai olhar, que vai contribuir. Apesar de ainda ter uma grande lacuna entre movimento negro e universidade, né? Principalmente a universidade pública. Mas já vimos hoje muito mais ativistas e representantes do movimento negro dentro das universidades – e isso tem a fortalecido a rede – do que antes do processo de cotas, né? Então é um outro tom. A universidade tem uma outra cor a partir da implementação dessas políticas [...] de cotas, né? A partir de 2007, 2008 que foi a chegada dos primeiros alunos cotistas, né? Que aí foi de fato e de direito a aprovação no Consun e a acolhida pra alunos negros, indígenas e oriundos de escola pública, que eu digo que são alunos pobres da nossa periferia. [...] Eu participei junto, né? As reuniões do Consun, eu participei. Nós tínhamos um GT, que foi o primeiro ano que eu cheguei na Universidade – 2006. Esse GT já estava constituído, né? O GT de ações afirmativas. Eu me engajei nesse trabalho e junto com a juventude – principalmente com a juventude –, nós fomos criando propostas e estratégias – que não foram fáceis – pra ajudar na implementação e na aprovação da política de cotas na universidade. O primeiro momento foi muito tenso, foi de embates, foi de embates seríssimos mesmo. A sociedade ficou dividida. A gente chegou a ver nos muros do RU pichado, no caso: “negros, voltem para as senzalas” e por aí vai. Fizemos audiência com o Ministério Público, fizemos audiência dentro da Universidade com outros professores, explicando a importância dessa política. E aí, quando foi pro segundo momento, de aprovação, que não saiu, o pessoal ficou com os conselheiros, ficaram presos lá, no sentido de: “bom, precisamos aprovar e como vai ser?”. E não foi uma luta só do movimento negro. Nesse momento, vieram outros movimentos sociais, né? [...] Então, assim, foi importante essa união coletiva pra que esse processo fosse aprovado. E tivemos que abrir mão, na aprovação, da questão da permanência. Então, pelo acesso, nesse momento, nós tivemos que abrir mão da – não só a palavra, mas a prática – permanência. É onde os alunos cotistas mais sofreram, né? E vêm sofrendo até os dias de hoje.

Para Pagu, houve avanço no processo de reconhecimento das lutas, mas na universidade, por exemplo, ainda é baixa a presença das mulheres em relação aos homens na coordenação de pesquisas, como mostram a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde a década de 1980, as mulheres avançaram, com uma presença mais forte no mercado de trabalho, buscando uma autonomia financeira, realidade que se mostra mais evidente nas classes média e alta. Ao contrário, nas periferias, elas abandonam a escola e engravidam. São perspectivas diferentes do ponto de vista econômico. Destaca, também, a maior participação das mulheres no curso de Direito, provocando uma provável mudança de comportamento no judiciário. Cita que a mulher no Direito, que é muito machista, pode ser ferramenta de reprodução do machismo ou de desconstrução.

Pagu: Houve avanço. Acho que a universidade não tem como estar alheia a essa condição da mulher. Que quando a gente começou também a contabilizar a condição das nossas mulheres brasileiras e do mundo inteiro, fica difícil instituições – até as públicas – darem as costas pra uma realidade. Por exemplo: você olha lá no CNPq, tem uma pesquisa. Das professoras que entram pras universidades, as que vão fazer pesquisa e as que

chegam no topo da pesquisa, conta nos dedos quantas são mulheres. O resto, tudo é homem. Isso, você pode ver na Capes e no CNPq. Então, poucas, ainda, mulheres que conseguem ter uma vida acadêmica igual a um homem na pesquisa ou nas áreas de ponta de conhecimento. [...] Então, essa que é a questão, né? A universidade pode fazer até um discurso abrangente, inclusivo. Mas as práticas internas de você conseguir verbas pra pesquisa, pra você conseguir uma linha de pesquisa, pra você fazer um grupo de pesquisa, pra você... Isso, você vai contar, são os homens, não são as mulheres. As mulheres ainda estão proporcionalmente alijadas de uma fatia bem generosa de recursos – e financeiros também – pra pesquisa dentro das universidades. [...] Bom, as mulheres avançaram bastante, né, de 80 pra cá. A entrada no mercado de trabalho massiva das mulheres ou por necessidade – que faz parte da vida –, mas também por competência.[...] Eu acho que tem já uma geração que querem casar mais tarde. Quem consegue estudar mais, casa mais tarde e tem filhos mais tarde. Isso se contrapõe às meninas que não tiveram condições, ou nas periferias, que engravidaram aos 15, 16 anos, saem da escola e não retornam. Isso não vai acontecer com a classe média e nem com a classe alta. As meninas vão ter um outro destino, né? Então, isso é bastante gritante, assim. As perspectivas. Se fizer corte econômico de renda, tu não consegues ter uma mesma perspectiva pra todas essas jovens, né? E o que nós temos vendo hoje, por exemplo? Cursos de Direito: já quase 50% dos alunos são mulheres. [...]. Então, pra nós, assim, ó: não basta ser mulher, tem que ser uma mulher comprometida. Uma mulher comprometida, ela vai ter que abrir mão de algumas coisas, sim, né? Não dá pra ganhar sempre. Mas o compromisso com a luta das mulheres – de libertação, de autonomia – tu também tens um desafio aí, que perde algumas coisas.

Para Angela, é possível avançar mais no reconhecimento do MS.

Angela: Olha, eu acho que falta um pouco, assim. Falta... A gente poderia avançar um pouco mais, sabe? Reconhecer com mais seriedade... [...] Mas eu acredito que essa questão do movimento da universidade abrir portas e o reconhecimento, também [...].

Sepé acredita que o reconhecimento possa se dar com a abertura de alguns espaços da universidade, como a Faculdade de Educação, por exemplo. Esta abertura tem uma representação política muito grande dentro da estrutura da universidade. Destaca que na maioria das universidades há esta abertura, mas questiona: “como é que a gente ocupa essas aberturas?”. Estas aberturas precisam se reproduzir, afirma Sepé, e não retroceder, ainda que as pessoas que ocupam estes espaços mudem.

Sepé: Talvez ela apareça como algumas aberturas que venham a aparecer dentro das universidades. Por exemplo, hoje em dia, na Faculdade de Educação da UFRGS tem abertura pra isso. Então isso é um reconhecimento. Essa abertura que aparentemente ela seja pequena, mas politicamente ela é muito grande, ela é enorme. Dentro da estrutura, entendeu? Eu acho que isso é muito importante. Assim tem outras. A maioria das universidades tem essas aberturas. Agora, como é que a gente ocupa essas aberturas? Como é que se ocupa esses espaços? É muita coisa, acho que isso é importante. Tem uma abertura muito sólida hoje, nesses espaços que parecem ser pequenos. Mas, por outro lado, precisa reproduzir. Se ela não reproduz e mesmo que as pessoas que sustentam isso saiam desse espaço, a tendência é de apagar. Mas se tem uma coisa que me deixa ainda satisfeito, é que essas estruturas, essas aberturas, elas tão muito... Claro, já tem uma história, começou lá nos anos 70, então ela tem uma história constituída. Então me parece que fortalece [...].

Martin sinaliza que alguns conhecem o racismo, mas nada fazem, temendo que qualquer ação possa “procriar o racismo”. As políticas universalistas pretendem, resolvendo o problema dos pobres, também resolver o dos negros. Muitos reconhecem os direitos, mas não sinalizam com ações para avançar. Existem as novas políticas, públicas, estatais, que Martin chama de políticas de consequência (políticas públicas estatais) e que buscam mudar a realidade social, promovendo inclusão. Ele afirma que as políticas de reconhecimento devem

andar lado a lado com as políticas de consequência, pois estas determinam a agenda das políticas de consequência. Exemplifica com as ações articuladas entre os órgãos da UFRGS: Deds³⁰, CAF³¹, Prae³², Prograd³³ no sentido de desenvolver estas políticas. Sinaliza, no entanto que a ação multidisciplinar e a articulação estratégica devem melhorar, já que há educadores que tomam este debate e mobilizam outros setores aonde as políticas da diversidade ainda não chegaram. Destaca o papel do movimento negro na implantação das novas políticas, que, porém, não teriam acontecido sem enfrentamentos e a ação do Estado.

Martin: [...] são poucos que são os racistas visibilizados.[...] Alguns que conhecem o racismo e o remédio é nada fazer, ou então uma outra vertente que não produz nenhum reconhecimento, nem consequência[...] Tem uma parte que reconhece os direitos, mas não dá um passo à frente nesse reconhecimento. E tem essas novas políticas, que são as políticas estatais, as políticas públicas que eu chamo de consequência. [...] Aí, tu tem um indicador tangível. Essas são políticas de consequência. E eu acho que as políticas de reconhecimento têm que ir andando com as políticas de consequência. Porque se tu não tiver políticas de reconhecimento, tu não consegue ter agenda e pré-condição pras políticas de consequência. E tem que ter essa interação estratégica pra tar dialogando com esses alvos. Por exemplo, a interação estratégica que nós, da Coordenadoria de Ações Afirmativas, fizemos assim, com uma pauta geral, uma pauta nacional, é com ações convergentes. Prograd, a questão do acesso; as ações de desenvolvimento social pra fora do Deds; a ação com a Prae quanto à política de permanência, de materialidade, de assistência. Então, é essa visão multidisciplinar, interdisciplinar, mas orientada num objetivo estratégico que tem que melhorar, mas tem que avançar mais a compreensão que as políticas não dão resultado quando se está sozinho, mas ela ajuda no resultado das outras. [...] Bom, então há como tu fazer essa associação de políticas de reconhecimento, com políticas que eu chamo de consequência. [...] Porque se é o racismo, é o Estado que fez uma estrutura de desigualdade, é ele que tem que desfazer. [...] porque é uma coisa de impacto tão grande, que tu não faz isso assim dum dia pro outro sem correção e mexeu com, desgastou o governo. Tu fez o enfrentamento aqui na universidade, um debate muito forte. Porque um debate negado, quando ele vem, vem assim visceral. Então, não é uma coisa pequena, né... Então, tu tem papel no movimento negro, teve, mas não seria suficiente se não tivesse uma compreensão dos estrategistas do governo de que tu tem que iniciar um novo ciclo do Estado, aliando desenvolvimento social econômico com promoção da igualdade racial.

O reconhecimento das lutas do MS é percebido pelos sujeitos da pesquisa de diversas formas. Afirmam que existe o reconhecimento da presença e do valor do MS, e são destacadas algumas ações decorrentes desta presença. Por outro lado, também são destacadas as ausências e não reconhecimento em determinados espaços e situações. As falas também evidenciam que o reconhecimento se transforma em empoderamento e engrandecimento pessoal dos sujeitos e contribui, também, para a luta por equidade de raça e gênero.

O reconhecimento do MS na sociedade se dá de diferentes formas. Rose afirma que os trabalhadores reconhecem importância do MS pela possibilidade de mudança que representa.

³⁰ Departamento de Educação e Desenvolvimento Social/UFRGS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/deds>>. Acesso em: 28 set. 2015.

³¹ Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas/UFRGS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/coordenadoria>>. Acesso em: 28 set. 2015.

³² Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/UFRGS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/prae/sae/secretaria>>. Acesso em: 28 set. 2015.

³³ A Pró-Reitoria de Graduação/UFRGS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/prograd/>>. Acesso em: 28 set. 2015.

Por outro lado destaca o papel negativo da mídia que desinforma, distorce informações provocando a desaprovação do MS. Utilizando a expressão “quarto poder”, evoca a ideia de que a imprensa apresenta os fatos embebidos em um conteúdo ideológico e se supõe capaz de mediar as relações de poder, selecionando e hierarquizando informações conforme seu interesse (MAINENTI, 2014). Brenda Lee, afirma que o reconhecimento das lutas dos MS ocorre a partir das conquistas sociais, como na regulamentação da política do uso do nome social e adequação do Enem. Para Dandara a implantação de políticas públicas como a política de cotas é uma forma de reconhecimento que promove significativas mudanças. Podemos afirmar, conforme a fala de Pagu, que há um reconhecimento social das lutas das mulheres, lutas históricas, que no Brasil são bem marcadas desde a década de 1980. Ocorre uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho resultando em maior autonomia financeira e, por consequência, mais liberdade e menos dependência. Esta realidade, no entanto não é unânime, se configurando especialmente entre as classes média e alta. Portanto percebemos um recorte de renda nestas questões, apontando que estes avanços não chegam, ou chegam de forma ainda tímida, às classes mais baixas, às periferias, onde as mulheres ainda se submetem a situações complexas de menos escolarização e maternidade precoce. Por outro lado, a presença das mulheres em postos de destaque, na política e na pesquisa, por exemplo, ainda é bem menor do que se espera, afirma Pagu. As políticas de reconhecimento são importantes e as políticas de consequência, como afirma Martin, promovem as ações concretas de inclusão tão necessárias, pois apontam para a mudança de cenário e ocupação de espaços. Portanto, a articulação entre estas duas políticas promove as mudanças necessárias no sentido do respeito à diversidade e construção da igualdade racial, por exemplo. A ação do MS na articulação e no reconhecimento das lutas e possibilidade de conquistas sociais é evidente, no entanto é imprescindível uma articulação com as políticas públicas estatais, em suas diferentes instâncias, para dinamizar e operacionalizar as ações necessárias. Portanto vincular, o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social, como afirma Martin, é característico de estado com perspectivas contra-hegemônicas, na medida em que busca superar a marginalização e exclusão de pessoas e grupos sociais (MORAES, 2010). Sader (2013) reconhece nas políticas de Estado implantadas no Brasil na última década uma preocupação com o desenvolvimento econômico articulado à distribuição de renda, na contramão da perspectiva neoliberal, mercadológica, que propõe o Estado mínimo. Estas políticas são fruto, também, da mobilização e ação dos MS.

Como formas de reconhecimento das lutas do MS na universidade foram citadas: a ampliação do acesso à universidade e a política de cotas (Angela, Martin, Dandara); a

presença de linhas de pesquisa e projetos de pesquisa abordando o tema assim como o reconhecimento da presença de sujeitos do MS na universidade (Rose); o reconhecimento pessoal (tornando-se referência) e a implantação do nome social na universidade (UFRGS) (Brenda Lee); a abertura de alguns espaços da universidade para discussão das temáticas dos MS (Sepé); Martin afirma que há o reconhecimento do papel do MS na mobilização do estado para implantação das políticas de “consequência” como a política de cotas nas universidades, e que reconhecimento e políticas de “consequência” precisam andar lado a lado em ações articuladas entre os diferentes setores da universidade. No entanto, as falas destacam (em especial Jean, Angela e Sepé) que não há um reconhecimento instituído do MS na universidade, ele ocorre em espaços específicos. Jean destaca que a universidade não assume politicamente posição de reconhecimento das lutas do MS. Angela acredita que poderíamos avançar no processo de reconhecimento do MS na universidade. Dandara, afirma que apesar das conquistas, ainda há um distanciamento entre a universidade pública e o MS, mas acredita que a presença de estudantes ligados ao MS vem se ampliando a partir das novas políticas.

A abertura de alguns espaços da universidade às questões do MS é vista como uma forma de reconhecimento de suas lutas. Esse é o caso da Faculdade de Educação da UFRGS. No entanto, é evidente a preocupação em fortalecer estes espaços, institucionalizar políticas, para que elas sejam permanentes, independentes dos novos sujeitos que ocuparem estes espaços. A questão levantada por Sepé é: como estes espaços são ocupados? O que resulta da ocupação destes espaços? É certo que estas aberturas precisam se fortalecer, ampliar para abarcar ainda mais as lutas do MS. A atenção dada à temática indígena pela pesquisa, extensão, bem como pelo ensino, ainda que embrionariamente, representam avanços neste debate. Os espaços abertos na gestão também sinalizam para o avanço nas políticas indigenistas na universidade. Podemos estender esta análise para as questões da negritude, das mulheres e do movimento LGBT, referenciados nesta pesquisa.

As falas denotam (explícita ou implicitamente) que ocorreram avanços, mas também sinalizam a necessidade de fortalecer o reconhecimento do papel social do MS na universidade e na sociedade. Denotam, ainda, a necessidade de potencializar a ocupação destes espaços, assim como de fortalecer e institucionalizar os espaços de diálogo e a necessidade do comprometimento com a luta social. Brenda Lee destaca que o reconhecimento pessoal tem um significativo especial, resultado do trabalho desenvolvido e do empoderamento que a luta social e a academia proporcionam. Angela afirma que a presença do MS na universidade fortalece o reconhecimento. Alguns questionamentos e proposições também foram significativos: como são ocupados os espaços abertos de diálogo

com as temáticas do MS? Assim como a necessidade de ampliar os espaços de diálogo entre a universidade e o MS.

São evidentes, a partir das falas, os aspectos positivos da política de cotas na universidade pública com o ingresso de estudantes negros, indígenas e egressos de escolas públicas. A universidade pública, antes predominantemente ocupada por estudantes de classe média e média alta, passa a ter outros olhares, outras cores e tons. Está claro também que esta mudança não chegou sem resistências e que este processo ainda está inacabado, precisando avançar muito. Foram marcantes, desagradáveis e de certa forma absurdas, no nosso entendimento, as manifestações contrárias à implantação, com forte teor racista, como as que aparecem nos escritos dos muros na época, considerando o respeito e a ética que devem perpassar todos os espaços sejam públicos ou privados, e, especialmente, se levarmos em conta que a universidade é uma instituição pública-estatal da esfera pública, em um país que tem como princípios constitucionais a democracia e o respeito racial, e a universidade deveria ser um espaço da ética e do respeito.

Ainda que com resistências, consideramos esta política um avanço na democratização do acesso à universidade e no reconhecimento destes grupos sociais. Tardiamente, a universidade pública reconhece seu verdadeiro caráter “público”, rompe paradigmas e possibilita que novos olhares e saberes se aproximem deste espaço tão marcadamente regrado. Ainda que com os limites e novos desafios que esta política apresenta, como a necessidade de garantir a permanência e de mudar seus currículos, novos olhares e experiências estão presentes na universidade e os paradigmas modernos, dominantes no espaço acadêmico, passam a ser ainda mais questionados. No entanto, podemos nos questionar: É possível concluir que novos objetivos, novas perspectivas e novos resultados começam a aparecer, abalando as estruturas e anunciando novos paradigmas? A perspectiva de ampliação desta política anuncia uma transformação iminente na universidade pública? O que podemos afirmar é que a universidade pública precisa escolher o melhor caminho para sair da crise em que se encontra, conforme Santos (2010a). Assumir o caminho da democratização e estabelecer novos paradigmas aproximará cada vez mais a universidade de sua função social.

As conquistas dos MS revelam o resultado de suas lutas e também um reconhecimento de suas bandeiras, de seus direitos e necessidades. No entanto, é evidente também que essas lutas precisam avançar muito, assim como o reconhecimento de sua importância social.

5 A UNIVERSIDADE COMO BEM PÚBLICO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

Este capítulo apresenta brevemente elementos das origens históricas e significados da universidade. Resgata, também, a trajetória da universidade brasileira nas últimas décadas, em meio às pressões econômicas internacionais, tratando da crise por que passa a universidade, bem como de as perspectivas e desafios para o século XXI. Apresenta o debate em torno da universidade como bem público e espaço de potencialização do sujeito político. Aborda, ainda, as transformações que ocorreram no cenário universitário nacional, que sinalizam para a constituição de novos paradigmas para a educação superior, destacando o pensamento sobre reforma universitária na proposta de Boaventura de Sousa Santos como possibilidade de um novo paradigma para a educação superior, evidenciando a função social da universidade pública.

Ao final do capítulo apresentamos as falas dos sujeitos acerca das fragilidades e potencialidades da universidade pública, assim como suas percepções sobre a universidade pública como espaço de potencialização do sujeito político.

Este capítulo apresenta, ainda, o espaço da universidade como sendo essencialmente espaço político, de reflexão, construção de identidades com vistas à intervenção social. Destaca, portanto, a importância da formação do sujeito político na universidade como parte de seu papel social.

5.1 CRISE DA UNIVERSIDADE, PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI

Apresentar nesta pesquisa as crises e desafios da universidade, entendemos como oportuno, considerando a necessidade de compreensão dos caminhos possíveis para a universidade pública e de busca de proposições para fortalecimento desse espaço para as experiências de participação, inclusão, democratização, assim como nas interlocuções com os movimentos sociais. Considerando também, a universidade como espaço importante para protagonizar as mudanças possíveis e necessárias para as transformações sociais propostas.

Boaventura de Sousa Santos tem se ocupado da reflexão sobre a universidade, suas crises e perspectivas. Suas obras apontam os elementos da crise e indicam alternativas para a construção de uma educação contra-hegemônica na universidade convencional e fora dela. Em sua obra *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* ([1994] – reeditado em 2013), já apontava as três crises da universidade. A reflexão sobre este tema é também

centralidade da obra *Universidade do Século XXI* (2010a). O autor destaca as crises enfrentadas pela universidade nas últimas décadas – crise de hegemonia, crise de legitimidade e crise institucional.

A crise de hegemonia resulta das contradições entre as atribuições iniciais da universidade, ou seja, produção de alta cultura, pensamento crítico, conhecimentos científicos e humanísticos e, de outro lado, a produção de padrões culturais médios e formação de mão de obra para o desenvolvimento do capitalismo. A dificuldade em exercer estas funções fez com outros atores entrassem em cena na produção de conhecimento. Portanto, a crise de hegemonia está ligada também à incapacidade da universidade de manter seu papel como ator privilegiado na produção e na guarda da cultura (SANTOS, 2010a).

Quanto à crise de legitimidade, Santos afirma que ela ocorre pelo fato da universidade não mais ser considerada uma instituição de consenso diante das contradições entre o saber hierarquizado e especializado, com competências restritas e acesso limitado de um lado e “[...] as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares, por outro” (SANTOS, 2010a, p. 10).

A crise institucional é apontada por Boaventura como o descompasso entre a reivindicação de autonomia da própria universidade na definição de valores e objetivos, por um lado e, por outro, a pressão do mercado por produtividade e eficácia, atendendo aos critérios empresariais (SANTOS, 2010a). Das três crises apresentadas, o autor identifica a crise institucional como a mais problemática, pois atrela a autonomia científica e tecnológica da universidade à dependência financeira do Estado, bem como conduz à descapitalização ocorrida pela perda de prioridade da universidade nas políticas públicas. Para superar a crise, é necessário repensar o papel social da universidade, especialmente da universidade pública.

O conhecimento produzido ao longo do século XX foi caracteristicamente disciplinar e descontextualizado, homogêneo e hierárquico, e é forte a distinção entre conhecimento científico e outros conhecimentos. Cultivou-se um conhecimento sem a preocupação com sua aplicação prática ou comprometimento social em sua produção (SANTOS, 2010a). A modernização conservadora da universidade apenas fortaleceu o modelo capitalista hegemônico e globalizado.

A superação da crise é possível e necessária. O modo de enfrentar a globalização neoliberal seria contrapor-lhe uma globalização alternativa – contra-hegemônica, em que

[...] as reformas nacionais da universidade pública devem refletir um projeto de país centrado em escolhas políticas que qualifiquem a inserção do país em contextos de

produção e de distribuição de conhecimento cada vez mais transnacionalizados e cada vez mais polarizados entre processos contraditórios de transnacionalização, a globalização neoliberal e a globalização contra-hegemônica (SANTOS, 2010a, p. 56).

A globalização contra-hegemonia definida por Santos (2003, p. 20) se constitui através de “grupos sociais, redes, iniciativas, organizações e movimentos de tipo local, nacional e transnacional, que se têm mostrado ativos no esforço de enfrentar a globalização neoliberal e de lhe contrapor alternativas.” Iniciativas que vão além das fronteiras nacionais e se globalizam, conectadas pelas mesmas lutas e desafios. Portanto, apesar de hegemônica, afirma Santos (2008) a globalização neoliberal não se apresenta como a única possibilidade. A centralidade da globalização contra-hegemônica está em combater a exclusão social de pessoas e se estende também à natureza, sendo que “a erradicação do fascismo social constitui, desse modo, o objetivo número um, e daí que a sociedade civil incivil surja como a base social privilegiada dos combates contra-hegemônicos” (SANTOS, 2003, p. 21).

Santos afirma que o projeto de país deve resultar de um amplo contrato político e social em que se reafirma a universidade como bem público e a democratização radical da universidade, do acesso, do conhecimento. As articulações nacionais e globais devem ocorrer baseadas na reciprocidade e no benefício mútuo e não em interesses exclusivos de alguns países e grupos econômicos. A nova transnacionalização alternativa e solidária tem seu suporte na formação de redes nacionais e internacionais e no uso das novas tecnologias, novos compromissos e contratos sociais. Para Santos (2010a),

A universidade é um bem público intimamente ligado ao projeto de país. O sentido político e cultural deste projeto e a sua viabilidade dependem da capacidade nacional para negociar de forma qualificada a inserção da universidade nos contextos de transnacionalização. No caso da universidade e da educação em geral, essa qualificação é a condição necessária para não transformar a negociação em acto de rendição e, com ele, o fim da universidade tal como a conhecemos. Só não haverá rendição se houver condições para uma globalização solidária e cooperativa da universidade. [...] a direção em que for a reforma da universidade é a direção em que está a ir a reforma do Estado. De facto, a disputa é uma só, algo que os universitários e os responsáveis políticos devem ter sempre presente (SANTOS, 2010a, p. 113-114).

Por outro lado, um modelo de país que considere a universidade como bem público buscará seu fortalecimento permanente, assim como promoverá políticas de inclusão, inovação e democratização, identificadas com as políticas de reconhecimento. Ainda, uma reforma universitária na perspectiva de uma globalização contra-hegemônica prevê três protagonistas: a própria universidade pública; o Estado nacional – sempre e quando ele optar pela globalização solidária da universidade; cidadãos individualmente ou coletivamente

organizados: grupos sociais, sindicatos, movimentos sociais e cooperativas. Além destes, nos países semiperiféricos há um quarto grupo: o capital nacional (SANTOS, 2010a).

A reconquista da legitimidade através do acesso, afirma Santos (2010a), significa que a universidade pública deve permanecer gratuita e aos estudantes da classe trabalhadora, para quem devem ser concedidas bolsas que garantam a permanência. Para dar conta das discriminações raciais ou étnicas devem ser propostos programas de ações afirmativas. Neste contexto, o fortalecimento das políticas de reconhecimento vai ao encontro dessa concepção de universidade, em uma perspectiva contra-hegemônica. As políticas de ações afirmativas implantadas nas universidades públicas brasileiras, como a UFRGS, se encaixam nesta perspectiva.

Uma dessas proposições é a pesquisa-ação, como forma de reconquista da legitimidade, representando a definição e execução de projetos de pesquisa envolvendo a comunidade e organizações sociais populares. Através dela, interesses sociais articulam-se com interesses científicos:

A pesquisa-ação consiste na definição e execução participativa de projetos de pesquisa, envolvendo as comunidades e organizações sociais populares a braços com problemas cuja solução pode beneficiar dos resultados da pesquisa. Os interesses sociais são articulados com os interesses científicos dos pesquisadores e a produção do conhecimento científico ocorre assim estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para pôr o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via mercantil (SANTOS, 2010a, p. 74 -75).

A pesquisa que desenvolvemos aqui, assim como tantas outras que envolvem os movimentos sociais, projetos e organizações comunitárias, enfim, que envolvem a comunidade, busca contribuir para a reconquista da legitimidade.

A ecologia de saberes, afirma Santos (2010a), é o aprofundamento da pesquisa-ação, é uma forma de extensão ao contrário, ou seja, de fora para dentro da universidade. É o diálogo entre o saber científico da universidade e os saberes populares, leigos, tradicionais, urbanos, camponeses presentes na sociedade. Evidenciamos com pesquisa que a presença de estudantes ligados a MS, possibilita promoção da ecologia de saberes na medida em trazer suas experiências e vivências para dialogar com os saber acadêmico.

Santos (2010a, p. 94) enfatiza que a reforma proposta tem por princípio fundamental a universidade como bem público e depende da solidariedade e da cooperação: “a reforma com vistas a uma globalização solidária da universidade como bem público tem de partir da solidariedade e da cooperação no interior da rede nacional de universidades”. Para o autor, a construção da rede não se dará por decreto – é preciso construir uma cultura de rede nas

universidades. Para além das associações de universidades, as redes apontariam um compromisso coletivo, de colaboração, superando as disputas (rankings) entre elas. Esta proposição fortaleceria as universidades públicas, que em conjunto discutiriam “[...] os termos da sua inserção na globalização da universidade, a construção da massa crítica é uma condição e essa só é obtível, na maioria dos países se maximiza o quando se põem recursos em conjunto, se buscam sinergias e se maximiza o desempenho funcional [...]” (SANTOS, 2010a, p. 92-93). A constituição da rede, afirma o autor, implica também na proposição de planos de cursos minimamente padronizados, mobilidade de docentes e estudantes e partilha de recursos e equipamentos. Sem rede, a universidade sucumbirá ao mercado e à transnacionalização do comércio da educação superior. O modelo a ser construído propõe diversas transformações nos paradigmas da universidade: substituindo o conhecimento universitário, dominante atualmente, possibilitando a construção de um conhecimento pluriversitário que seja definido pelos interesses do mercado, mas que “[...] seja posto ao serviço do interesse público, da cidadania ativa e da construção de alternativas solidárias e de longo prazo” (SANTOS, 2010a, p. 96-97).

A necessidade de um conhecimento acadêmico que considere as diversidades, e não perceba o todo como a simples soma de partes, mas um complexo articulado e inter-relacionado, um conhecimento que reconheça as demandas dos diferentes grupos sociais, é evidente na atualidade. Para Santos (2001, p. 28): “as pessoas e os grupos sociais têm o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.

A democratização da universidade está ligada à ampliação do acesso e à criação de vínculo entre a universidade e a sociedade. Este apelo é ambíguo, de um lado visando à privatização e os interesses da indústria e, de outro, a forças sociais progressistas que buscam o modelo pluriversitário – fundado na participação dos cidadãos como coprodutores de conhecimento e na contextualização do conhecimento. O segundo aspecto desse apelo visa neutralizar o primeiro, da privatização da universidade (SANTOS, 2010a).

A pressão democrática externa é feita pelo MS, pelos estudantes universitários engajados nos MS, organizações e associações comunitárias ou setores da sociedade para promover o debate interno e para priorizar temas de pesquisa sem interesse comercial, mas de relevância social. A reforma da universidade deve contemplar também a democracia interna, para que esta garanta a democracia externa, não reduzindo-a à relação universidade - setor produtivo. É importante que a democracia interna garanta a participação nos conselhos e órgãos representativos (que no nosso entendimento precisam se democratizar) aos grupos

sociais até agora distantes da universidade, pelo princípio da ação afirmativa (SANTOS, 2010a).

A universidade precisa optar entre as duas concepções contrastantes de universidade. É bom que a opção seja pelo modelo pluriversitário, em que a democracia e a participação sejam fortalecidas e os conhecimentos contextualizados na perspectiva de uma universidade democrática, inclusiva e transformadora.

Leher (2015) destaca o papel dos movimentos sociais articulados aos setores críticos da universidade pública como alternativa para o fortalecimento de sua autonomia e contraponto ao grande apelo do capital para o atendimento de seus interesses. Afirma que

A articulação dos setores críticos da universidade com as lutas dos movimentos contribui para que tais movimentos tenham conhecimentos mais sistemáticos e fundamentados para muitos problemas, fortalecendo as lutas sociais; ao mesmo tempo, a interação dos movimentos com espaços da universidade, exigindo maior atenção aos problemas vividos pelo povo, fortalece os setores críticos no espaço acadêmico comodificado que, assim, têm suas pesquisas legitimadas pelas demandas sociais. Embora minoritárias essas iniciativas são relevantes para fortalecer um processo de luta pela autonomia universitária vis-à-vis aos dispositivos de poder (LEHER, 2015, p. 13).

Portanto, o desafio da universidade contra-hegemônica precisa contar com o apoio do MS em um processo de inter-relação permanente.

Ao estudar os desafios da universidade pública brasileira, Fiúza de Mello, Almeida Filho e Janine Ribeiro (2009) apontam a necessidade de uma formação de qualidade coerente com o desenvolvimento econômico e tecnológico em que vivemos; democratização do acesso para todos os que apresentarem interesse pela educação superior; compromisso da universidade pública com programas que levem à solução de problemas sociais. Os autores apresentam os desafios da universidade pública brasileira de forma clara, indicando ações pontuais como a inclusão nos cursos de graduação de um semestre de “estágio social” para que o estudante possa construir uma “consciência de sua responsabilidade social pela aplicação do conhecimento adquirido” (FIÚZA DE MELLO; ALMEIDA FILHO; JANINE RIBEIRO, 2009, p. 292). Afirmam, ainda, que o compromisso social da universidade pública deve ser pelo fim da pobreza, mas não só isso, ele deve levá-la a uma relação mais forte com a sociedade.

Justamente pela fragilidade da sociedade civil, no Brasil, a universidade tem o dever de ser culturalmente engajada, comprometida com a solução dos problemas da sociedade, com a superação da pobreza crônica, com o fim do analfabetismo, com a geração de alternativas econômicas. Cumprir a universidade parte da tarefa do Estado e da sociedade civil não é uma questão de opção ideológica ou de voluntarismo: é uma imposição de sua própria historicidade. Relevância social, em outros termos, significa igualmente não abdicar, a instituição universitária, de sua

função pública primordial de espaço de preservação e renovação dos valores democráticos e republicanos; de arena do pensamento crítico e inquieto; de centro da vida intelectual que sustenta uma relação reflexiva e ativa com o mundo circundante. Isto porque, ainda que necessite, nos dias atuais, responder à demanda por pesquisas aplicadas ao desenvolvimento de processos e produtos requeridos pelos setores produtivos mais dinâmicos da sociedade, não pode a universidade simplesmente sucumbir à lógica do mercado e silenciar diante das injustiças e desigualdades engendradas pela lógica da acumulação a qualquer preço (FIÚZA DE MELLO; ALMEIDA FILHO; JANINE RIBEIRO, 2009, p. 294).

O debate desta pesquisa gira em torno da necessidade de fazer da universidade pública não um espaço de reprodução das práticas mercadológicas capitalistas - que, sabemos bem, produzem e reproduzem miséria e exclusão social, mas sim, um espaço de resistência, de construção de novos paradigmas, contra-hegemônicos. Entendemos que a abertura e a disposição de dialogar com os movimentos sociais se apresenta como uma alternativa para a universidade pública na busca de superação da crise e reafirmação de seu caráter e função social. Esse posicionamento está de acordo com a ideia de que,

A universidade, por não ser empresa, rejeita o papel de máquina de produtividade econômica e de competitividade. Não pode se engarrar nas ruas do mercado. Pois nada substitui seu potencial crítico; sua autonomia de pensamento; sua capacidade de pronunciamento, em tom argumentativo, para a comunidade mais ampla; seu poder de disseminação da reflexividade; sua vocação de centro de criação, questionamento e crítica do mundo físico e social (e de si mesma). Nesse sentido, o conhecimento acumulado em seus ciclos de estudos, em seus laboratórios e grupos de pesquisa, meio de programas de extensão e outras ações abertas à sociedade, também precisa tornar-se patrimônio de todos, à disposição das comunidades e grupos locais, sobretudo das camadas sociais mais pobres, as quais, de outra forma, jamais teriam acesso a tais recursos (FIÚZA DE MELLO; ALMEIDA FILHO; JANINE RIBEIRO, 2009, p. 295).

Nessa perspectiva, os autores apontam a necessidade de que a formação na universidade pública supere a construção do conhecimento exclusivamente instrumentalista e tecnicista e proponha novos modelos interdisciplinares e abertos, para a formação de sujeitos críticos e conscientes.

Cabe à instituição acadêmica, matriz dessa mudança paradigmática, promover modelos mais abertos, interdisciplinares e engajados de processos educativo, cultural e científico. Além de especialistas competentes, é necessário formar indivíduos criativos, críticos, empreendedores e, sobretudo, excelentes cidadãos. Isto porque, para mudar o mundo, no novo milênio, já não basta formar profissionais competentes e cientistas produtivos (que podem inclusive reproduzir e ampliar, com perversa eficiência, desigualdades e injustiças existentes). É imprescindível formar, além de tudo, homens e mulheres comprometidos com a ética da causa pública, com as conseqüências da própria ação, com interesses republicanos (FIÚZA DE MELLO; ALMEIDA FILHO; JANINE RIBEIRO, 2009, p. 295).

Os autores destacam, ainda, a importância dos projetos pedagógicos dos cursos se voltarem para a função social da universidade pública, destacando as atividades de extensão (FIÚZA DE MELLO; ALMEIDA FILHO; JANINE RIBEIRO, 2009).

A efetivação de paradigmas contra-hegemônicos requer reflexão e ação por parte da universidade, no sentido de propor ações inovadoras, que envolvam ensino, pesquisa e extensão em interlocução com a sociedade e, em especial, com os movimentos sociais.

5.2 A UNIVERSIDADE COMO BEM PÚBLICO: PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO PARA POTENCIALIZAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO

Reconhecer a universidade pública na perspectiva de formação para a transformação, conforme sugere Meszáros (2008), no sentido de construir uma igualdade substantiva, é o grande desafio contemporâneo. Somente a participação democrática, ativa, pode garantir esta transformação. A teoria precisa estar viva, articulada à prática social buscando atender a demandas da sociedade. Isso significa refletir sobre o papel fundamental da educação pública no processo de transformação social aliada à articulação e à participação política como propulsoras das transformações sociais. Esse papel da instituição educativa passa por problematizar e enfrentar o sistema capitalista neoliberal com uma nova proposta de sociedade fundamentada na justiça social e emancipação humana (SANTOS, 2013). Faz parte da função social da universidade propiciar uma formação integral. Em instituições públicas é ainda mais acentuada a responsabilidade com uma educação humanizadora, crítica, ética, aqui identificada como formação política, para a efetiva ocupação do espaço público. Os espaços públicos representam mais que espaços coletivos, pois carregam a dimensão da participação e da intervenção. Conforme Genro,

Compreendemos que a ideia de público não é somente a afirmação do sujeito coletivo universidade, ensinando, produzindo e socializando seus conhecimentos e tecnologias, atendendo demandas sociais, reduzindo as desigualdades e construindo a cidadania, mas também a sociedade intervindo nos rumos da universidade, colocando suas reflexões, suas críticas e suas perspectivas frente ao trabalho produzido na universidade. Esse processo pode requalificar uma nova relação universidade/sociedade (GENRO, 2000, p. 191).

Para que a universidade seja um legítimo espaço público, é preciso que perceba os olhares desafiadores que buscam torná-la mais plural. Que valorize esses olhares e saberes oriundos das lutas cotidianas. Uma luta política que se constitua em ação transformadora. Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos são referenciais básicos para este eixo.

Em Freire, encontramos referenciais acerca do papel da educação como conscientizadora de uma realidade social, engajada na busca de igualdade e superação da condição de exclusão. O autor reconhece o caráter transformador da educação: “transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de

fundamentalmente humano no exercício educativo” (FREIRE, 1996, p. 33). O autor reconhece que a educação por si só não levará a mudança social, mas reafirma seu papel fundamental neste processo de mudança. Freire enfatiza a importância do humano e seu empoderamento enquanto sujeito social e político, com capacidade e possibilidade de ação “[...] porque mudar o mundo é tão difícil quanto possível. É a relação entre a dificuldade e a possibilidade de mudar o mundo que coloca a questão da importância do papel da consciência na história, a questão da decisão, da opção, a questão da ética e da educação e de seus limites” (FREIRE, 2000, p. 39).

Freire (2000) desafia à tomada de consciência de si mesmo e do mundo provocando a transformação. Afirma que “a consciência do mundo, que viabiliza a consciência de mim, inviabiliza a imutabilidade do mundo. A consciência do mundo e a consciência de mim me fazem um ser não apenas no mundo, mas *com* o mundo e *com* os outros. Um ser capaz de intervir no mundo e não só de a ele se adaptar” (FREIRE, 2000, p. 40, grifos do original).

Esta tomada de consciência, para Fiori (1991) é o princípio animador da atividade educativa, uma vez que educação e conscientização se implicam, pois

A conscientização é o 'retomar reflexivo do movimento da constituição da consciência como existência'. Neste movimento, o homem se constitui e se assume, ao produzir-se e reproduzir-se. Neste refazer-se consiste seu fazer e seu refazer. A verdadeira educação é participação ativa neste fazer, em que o homem se faz continuamente. Educar, pois, é conscientizar, e conscientizar equivale a buscar uma plenitude da condição humana (FIORI, 1991, p. 65).

À medida que são expostas as contradições estruturais pela tomada de consciência é possível fazer acontecer a transformação social. Esse entendimento se faz na construção de uma autoconsciência crítica, libertadora do homem (FIORI, 1991). Acreditamos, que ela nos permita reconhecer e produzir uma educação que leve à emancipação, invista contra os preconceitos e valorize a diversidade no sentido de desarticular os sistemas de dominação. Essa opressão se expressa nas formas de trabalhar o conhecimento presentes na universidade, mesmo em tempos de democratização,

E, quando o sistema abre suas comportas para alargar os 'benefícios' da cultura até os últimos grupos marginalizados, uma vez mais, não o faz para libertar. O 'beneficiado' só muda de posição: de marginal passa a servidor do sistema. Este fiel servidor poderá, quem sabe, avançar muito dentro do sistema, mas os condutos abertos devem fechar-se, sempre, antes das fronteiras policiadas da ordem estabelecida. Entre esse ensino “funcional” (escolar, extraescolar) e a educação conscientizadora, há animosidade irreconciliável (FIORI, 1991, p. 80).

Pontes por sobre essa animosidade, porém, estão há algum tempo sendo afirmadas como alternativas. Boaventura de Sousa Santos, com o debate acerca das epistemologias do

sul, propõe questionar a construção do conhecimento, especialmente nas universidades, e os interesses defendidos nessa construção.

As epistemologias do sul são uma tentativa de confrontar o conhecimento hegemônico, científico, com conhecimentos não científicos, produzidos nas práticas e nas lutas sociais, conhecimentos que têm em si um potencial contra-hegemônico, produzidos em grande parte no sul global e a partir de premissas culturais distintas das que subjazem à modernidade ocidental (SANTOS, 2012b, p. 690).

As epistemologias do sul propostas buscam “criar procedimentos de conhecimento e de validação do conhecimento a partir das perspectivas daqueles que sofreram sistematicamente as injustiças do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado” (SANTOS, 2012b, p. 691-692). Esta perspectiva redireciona a construção do conhecimento para além de uma visão moderna, disciplinar e predominantemente eurocêntrica,

Este movimento de aprender com o Sul, significa assumir uma dinâmica educativa que tensiona a formação humana dominante, fortemente arraigada na nossa condição de seres em movimento. O caminho teórico em questão, coloca a perspectiva de relações mais horizontais no cotidiano da educação formal e supõe que diferentes sujeitos, grupos humanos são portadores de saberes, valores e horizontes, enfim, concepções e modos de vida. Essa diversidade humana e cultural possui legitimidade para se manifestar no espaço público em disputas que permitam reinventar formas de convivência em sociedade (CAREGNATO; GENRO, 2015, p. 14).

Esta perspectiva horizontal de construção de conhecimento acena para o processo de democratização do saber, considerando que a luta pela dignidade humana se constitui em princípio fundamental das epistemologias do sul, o que passa pela conquista da justiça cognitiva, que pressupõe a consideração do conhecimento para além da academia.

Porque há muitas linguagens para falar da dignidade humana, para falar de um futuro melhor, de uma sociedade mais justa. Cremos que esse é o princípio fundamental da epistemologia que lhes proponho e que chamo a Epistemologia do Sul, que se baseia nesta idéia central: não há justiça social global sem justiça cognitiva global, ou seja, sem justiça entre os conhecimentos. Portanto é preciso tentar uma maneira nova de relacionar conhecimentos; é por isso que lhes proponho o procedimento da tradução (SANTOS, 2007, p. 40).

Santos propõe um olhar a partir dos povos historicamente dominados. Portanto, o Sul não representa uma divisão geográfica, ainda que grande parte dos dominados estejam no Sul do planeta, mas supõe um olhar sobre todos os espaços de dominação. A ecologia de saberes, para Santos (2010a, p. 77): “[...] são conjuntos de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, só podem enriquecer nesse diálogo”. A ecologia de saberes se constitui como aspecto central das epistemologias do sul. Santos (2012b) acredita que o diálogo entre os saberes fortalece o processo de transformação social.

Esses novos saberes emergentes constituem a essência de um conhecimento construído na perspectiva contra-hegemônica. Santos (2012a) enfatiza a necessidade de formarmos rebeldes competentes. Como princípio da ação democrática, afirma ele, é preciso distinguir a ação conformista da ação rebelde. A ação conformista reduz a realidade ao que existe, enquanto a ação rebelde vai além da relação causa e efeito, questiona a realidade, tem por base a indeterminação. Para Santos,

A ação conformista é a ação que reduz o realismo ao que existe. Ao contrário a ação rebelde é dotada de clinâmen, o quantum que perturba as relações de causa e efeito e investe os movimentos os átomos de criatividade e de indeterminação. O conhecimento emancipação e a ecologia de saberes – ao buscarem ativamente o que no real dado esconde o real suprimido favorecem a ocorrência de ações-com-clinâmen (SANTOS, 2008, p. 338).

Para exercer sua tarefa humanista, a universidade precisa se ocupar da formação dos “rebeldes competentes” (SANTOS, 2012b, p. 686). A universidade, e em especial a universidade pública, tem função social imprescindível e não pode se ater, simplesmente, às questões mercadológicas. A formação humana em sua integralidade requer reflexões acerca do social, do político e do humano. Santos define assim a rebeldia por ele proposta:

Quanto à rebeldia competente, acho que tem igualmente duas dimensões. A primeira é que, com a crescente mercantilização da educação universitária e a conseqüente obsessão com a eficiência e as necessidades do mercado, as nossas universidades, estão hoje, mais do que nunca, a formar conformistas. E conformistas incompetentes, pois que os estudantes, quando formados, encontram uma sociedade que em vez de os acolher, os rejeita, porque afinal o mercado já lá não está ou nunca lá esteve. [...] A segunda ideia é que a alternativa é a formação de rebeldes competentes. Rebeldes, porque a sociedade tal qual está exige inconformismo e vontade de lutar por uma sociedade melhor. Mas rebeldes competentes, porque ao longo do século XX ficou claro que os rebeldes foram ainda mais incompetentes que os conformistas (SANTOS, 2012b, p. 686).

A adequação da universidade às regras do mercado a empobrece e a torna menos significativa. Portanto, existe a necessidade de formação de rebeldes para superar o “conformismo” que acomoda as pessoas às situações, muitas vezes injustas. A qualificação de “competentes” apresenta-se como alternativa e o autor faz uma crítica aos rebeldes do século XX, que foram mais “incompetentes que os conformistas”. O rebelde tem papel fundamental para este processo de mudança, diante da necessidade de “lutar aqui e agora por uma sociedade com mais dignidade, com mais justiça, com mais solidariedade, não só com os outros, como com a própria natureza” (SANTOS, 2012b, p. 687).

O conhecimento produzido na universidade é fruto de uma opção política. Diante da infinidade de saberes possíveis, destacamos o que é conveniente. Mas devemos nos perguntar: conveniente para quem? Se consideramos o conhecimento para além da técnica, então

reconhecemos o seu caráter eminentemente político, ainda que esta tenha, em si mesma, uma dimensão política. Nessa perspectiva, compreendemos que

A formação deve então ser concebida em horizontes mais amplos: a capacidade técnica não deve vir separada da qualificação social. Os valores do mundo da economia, tais como eficiência, produtividade e competência gerencial, devem se integrar aos valores essenciais da humanidade, como democracia, liberdade, solidariedade, respeito à diversidade, reconhecimento da alteridade. A técnica há de ser amplamente desenvolvida, porém articulada e submetida à ética (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 62).

Os paradigmas modernos, fundamentados pelos princípios matemáticos da quantificação, divisão, classificação produziu um conhecimento disciplinar, especializado, que teve sua importância histórica, mas se constituiu voltado para a industrialização e nas últimas décadas ainda mais com o advento da globalização neoliberal. A percepção de que este modelo não dá conta da diversidade dos conhecimentos sociais, determina a crise do paradigma moderno. Novos paradigmas emergem, ainda não plenamente definidos. Boaventura propõe um novo paradigma de "conhecimento prudente para uma vida decente", ou seja, um conhecimento que leve em conta o paradigma científico, que ele define como conhecimento prudente, mas também considere sua relação com o social definido como vida decente (SANTOS, 2010c, p. 60). A construção do conhecimento em uma perspectiva pós-moderna se constitui em uma articulação de conhecimentos que leva à busca, não apenas de uma formação técnica-profissional, mas de um *bem viver*.

Gruginskie e Sfredo Miorando (2014) destacam que

[...] a tarefa contra-hegemônica da universidade põe-se contra duas ordens coloniais: uma interna, da qual é preciso se libertar pondo fim à estruturação das relações humanas segundo uma lógica de dominação e objetificação; outra internacional, na qual a libertação precisa ser feita pela ruptura com a opressão mundial que nega aos países do sul o reconhecimento de seus saberes como válidos e legítimos. (GRUGINSKIE; SFREDO MIORANDO, 2014, p. 340).

A universidade se encontra impelida a dois caminhos: reprodução e a servidão ao sistema capitalista e a produção de um conhecimento emancipação, contra-hegemônico, como contraponto ao colonialismo e ao capitalismo globalizado (SANTOS, 2010a), para que, de fato, cumpra sua função social de produção de conhecimentos, de cidadania em um processo de inclusão e reconhecimento das diversidades. Para solucionar seus dilemas, é imprescindível a reflexão sobre os currículos dos cursos, o conhecimento construído, o perfil do egresso e as políticas institucionais. Genro (2011) reafirma a importância de uma formação humanista na universidade, que vá além do conhecimento técnico, possibilitando a formação de sujeitos políticos e democráticos:

A universidade, como possibilidade de se fortalecer enquanto espaço público é atravessada pela pluralidade humana. Essa compreensão nos permite tencionar os seus processos, suas práticas e o seu pensar no sentido da formação de consenso provisório. A articulação entre cidadania e subjetividade se sustenta nos interesses e desejos capazes de mobilizar projetos sociais e políticos na perspectiva da emancipação humana (GENRO, 2011, p. 146).

Um profissional com excelente conhecimento técnico e ampla formação política terá sua atuação mais qualificada, sua intervenção social será diferenciada, guiada por uma consciência social, ecológica e humana desenvolvida em debates e aprendizagens vivenciadas na universidade. A relação sujeito e conhecimento em uma universidade pública comprometida com a formação humana reconhece que a ciência não é neutra e não isola o sujeito do objeto. Como indicam Leite, Genro e Braga (2011, p. 26) essa universidade reconhece como fator de potencialização pedagógica e epistemológica “a relação ensino-extensão-pensares do senso comum e do cotidiano acolhida na academia”. Faz uso de novas racionalidades que, para as autoras, estão articuladas a uma perspectiva democrática de sociedade e de construção do conhecimento em sala de aula.

As racionalidades das quais falamos, incluem afetos, emoções, sensibilidades, vivências, desejos e saberes não sabidos, próprios das maneiras de ser e viver das pessoas no seu dia a dia, nas suas múltiplas relações. Implicam uma visão de mundo democrático no qual a partilha de poderes em sala de aula seria a instância formadora de um sujeito político (LEITE; GENRO; BRAGA, 2011, p. 26).

Uma universidade na perspectiva contra-hegemônica se constitui em espaço de inclusão e cidadania. Paulo Freire nos apresenta a leitura e compreensão da realidade como fundamental para produzir processos de transformação. Mais do que uma capacitação profissional, pensa a formação integral do sujeito, humanista e política. Na compreensão de freireana, “o operário precisa inventar, a partir do próprio trabalho, a sua cidadania que não se constrói apenas com sua eficácia técnica mas também com sua luta política em favor da recriação da sociedade injusta, a ceder seu lugar a outra menos injusta e mais humana” (FREIRE, 1996, p. 102).

Paulo Freire já apontava a necessidade de compreender a realidade para transformá-la, considerando este como um debate político: “quando um homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio desta realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias” (FREIRE, 1979, p. 30).

Como afirma Severino (2012) em sua vida em sociedade nenhuma profissional será apenas um técnico em sua área “[...] ele será necessariamente um sujeito interpelado pela

história, pela sociedade, pela cultura e pela humanidade, devendo dar-lhes respostas que vão muito além de seu desempenho puramente operacional no âmbito da produção” (SEVERINO, 2012, p. 29).

Uma educação humanística está prevista em nossa Constituição Federal de 1988 no Art. 214, em que aponta a necessidade de um plano nacional de educação visando o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis através de ações do poder público que conduzam, entre outros objetivos, à “promoção humanística, científica e tecnológica do País”.

É certo esperar da formação universitária um aprimoramento do conhecimento técnico-científico e de todos os processos que o envolve para que tenhamos profissionais bem preparados para atuar na sociedade, porém não é esta a única finalidade da universidade, pois “a formação do homem como ser cultural pressupõe ainda o desenvolvimento ao máximo da sensibilidade política, ética e estética das pessoas [...]. Trata-se de sentir a razão de ser da existência e a pulsão da vida” (SEVERINO, 2012, p. 29). Nesse sentido, o autor afirma que

Nenhum profissional será, efetivamente, em sua prática histórica, apenas um técnico; ele será necessariamente um sujeito interpelado pela história, pela sociedade, pela cultura e pela humanidade, devendo dar-lhes respostas que vão muito além de seu desempenho puramente operacional no âmbito da produção [...]. E por profissional deve ser entendida a pessoa que intervém no processo de vida da sociedade mediante a aplicação de seus conhecimentos científicos e de suas habilidades técnicas. A ciência opera diagnósticos sobre a natureza e a sociedade, levando a invenções técnicas que viabilizam meios para a ação interventiva eficaz, apta a manejar o mundo com vistas à condução mais adequada de nossas existências históricas, subsidiando assim as decisões e escolhas políticas por parte dos gestores da sociedade (SEVERINO, 2012, p. 29).

Esta percepção de formação integral deve ser absorvida pela universidade, tornando necessário novo paradigma. Uma educação contra-hegemônica é emancipatória, busca uma reflexão crítica sobre a realidade social, tomando por base a afirmação de que “educadores e educandos precisam começar pela pergunta do porquê dos fatos que o cercam, o porquê da vida que levam, de seu cotidiano social, enfim, das realidades que constituem suas vidas” (ZITKOSKI, 2011, p. 17). Tomando consciência da realidade que o cerca e assumindo uma postura política, as possibilidades de transformação dessa realidade se multiplicam.

Os espaços formais e informais de educação precisam considerar cada indivíduo como sujeito único, capaz de sonhar e construir uma sociedade melhor. Como afirmava Freire (2000), esse não é um privilégio de alguns líderes. Por isso mesmo, “uma das primordiais tarefas da pedagogia crítica radical libertadora é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político de superação da realidade injusta” (FREIRE, 2000, p. 43).

Na perspectiva de construção de uma sociedade melhor, um novo conhecimento precisa se apresentar – o conhecimento-emancipação. O conhecimento-emancipação se contrapõe a o conhecimento-regulação e ambos, afirma Santos (2007), se constituem no caminho entre dois pontos. O conhecimento regulação é o caminho de um ponto A (ignorância, caos) a um ponto B (saber, ordem). O conhecimento-emancipação vai de “um ponto A chamado colonialismo, ou seja, a incapacidade de reconhecer o outro como igual, a objetivação do outro – transformar o outro em objeto –, e o ponto B, que é o que poderíamos chamar autonomia solidária. Aqui o conhecer vai do colonialismo à autonomia solidária” (SANTOS, 2007, p. 53). Ainda que as duas formas estejam presentes na constituição da modernidade ocidental, o conhecimento-regulação predominou e se fortaleceu com o desenvolvimento do capitalismo. Por esta razão, Santos (2007) afirma que o conhecimento-emancipação deve ter por base a ecologia de saberes, ou seja, o conhecimento “não pode ser simplesmente o saber científico moderno que temos: este é importante, necessário, mas tem de estar incluído em uma ecologia de saberes mais ampla. É muito importante fazer essa mudança, de uma epistemologia baseada somente em uma forma de conhecimento – disciplinar, para outra de ecologia de saberes” (SANTOS, 2007, p. 53).

Nesta perspectiva de construção do conhecimento registra formas democráticas de construção e apreensão do saber, resultado de vivências e trocas de experiências significativas que tenham como referência os contextos diversos. Esta proposição

coloca a perspectiva de relações mais horizontais no cotidiano da educação formal e supõe que diferentes sujeitos, grupos humanos são portadores de saberes, valores e horizontes, enfim, concepções e modos de vida. Essa diversidade humana e cultural possui legitimidade para se manifestar no espaço público em disputas que permitam reinventar formas de convivência em sociedade (CAREGNATO; GENRO, 2015, p. 14).

A universidade pública se constitui em um espaço fértil para essa mudança “pelo espaço público privilegiado de discussão aberta e crítica que constitui” (SANTOS, 2010a, p. 111). Com esta compreensão quanto ao papel social da universidade pública, entendemos que as interlocuções com o MS a tornam ainda mais potente, enquanto espaço onde efetivamente os diferentes pontos de vista se defrontam, disputando uma visão de futuro da sociedade.

Nessa disputa, tem-se, de um lado, que a universidade pública é parte do Estado e padece, muitas vezes, com a apatia da comunidade acadêmica. Ao mesmo tempo, é também, um espaço de dinamismo em que se tencionam constantemente anseios de conservação e mudança:

[...] a universidade pública não é monolítica, mas também não é plural. Dentro de

uma leve abertura ou leve disputa, ainda existem grupos de pesquisadores, extensionistas e professores “orgânicos” que tentam renascer das cinzas, apoiando das mais variadas formas as lutas de inúmeros movimentos sociais que surgiram no final do século XX (NOVAES, 2012, p. 238).

Neste contexto multifacetado, encontramos políticas de ampliação e valorização da universidade pública, assim como sujeitos que se articulam às concepções contra-hegemônicas e produzem conhecimento com esta perspectiva, articulados aos movimentos sociais emergentes. Com a ampliação do sistema público de educação superior, as universidades públicas experimentam processos de democratização do acesso, e novos sujeitos estão ingressando, e despertando diferentes reações da academia:

Protointelectuais, militantes independentes e militantes dos movimentos sociais estão entrando nas universidades públicas. Ao mesmo tempo que a universidade pode estar cooptando as lideranças ou deixando esses alunos mais conservadores, ela está sendo transformada por essas novas demandas dos movimentos sociais, ao exigir uma universidade qualitativamente distinta (NOVAES, 2012, p. 239).

A luta pela democratização do conhecimento é uma luta coletiva que se constrói na diversidade de olhares e saberes sobre a universidade. Essa luta se compõe de outras lutas, diversas e convergentes, para a construção de uma consciência social e política e uma sociedade mais justa. Nela, manifestam-se vozes que buscam ser ouvidas, saberes que buscam ser compartilhados, culturas buscando a valorização. Congregar esses diferentes anseios pressupõe uma formação na perspectiva contra-hegemônica.

Como prática contra-hegemônica entendemos a busca de valores e concepções que divergem das estabelecidas e praticadas pelo modelo econômico capitalista, modelo hegemônico que fundamenta a sociedade moderna, onde estão enraizadas as premissas da exclusão e marginalização. A prática contra-hegemônica pressupõe uma formação humanista, articulada com uma formação política na Universidade Pública, por meio de conhecimentos construídos e práticas democráticas e inovadoras que se contraponham ao modelo desigual e excludente. Em Moraes (2010), buscamos o sentido da contra-hegemonia a partir de seus estudos de Gramsci, grande pensador do século XX, que traz uma nova perspectiva ética para contrapor este modelo hegemônico:

Gramsci (1999, p. 314-315³⁴) situa as ações contra-hegemônicas como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política”, cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista. A contra-hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável. Gramsci nos faz ver que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o

³⁴ O autor se refere à obra: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico. Pode ser reelaborada, revertida e modificada, em um longo processo de lutas, contestações e vitórias cumulativas (MORAES, 2010 p.73).

Nesse sentido, o autor aponta ainda que

Um dos desafios centrais para o pensamento contra-hegemônico consiste em alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos que contribuam para a reorganização de repertórios, princípios, e variáveis de identificação e coesão, com vistas à alteração gradual e permanente das relações sociais e de poder (MORAES, 2010 p. 73).

Considerando como desafio do pensamento contra-hegemônico a sua própria difusão, a universidade pública, por sua função social, se constitui em espaço para o fortalecimento desta perspectiva.

O sujeito político pode ser potencializado na universidade, seja na forma de organização e construção do conhecimento em sala de aula, seja nas interlocuções que ele estabelece com redes de participação social e política, em movimentos sociais ou na ocupação dos espaços formais e não formais de decisão.

5.3 FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS

Esta pesquisa buscou identificar algumas fragilidades e potencialidades apontadas pelos sujeitos em relação à universidade pública, que serão destacadas aqui. Compreendo este olhar como importante na tentativa de identificar alguns entraves e visibilizar possibilidades que se apresentam na universidade pública. Articulando as fragilidades destacadas pelos sujeitos com a crise da universidade apontada por Santos (2010a), percebemos que esta, de fato, é evidente, assim como as sinalizações para sair da crise evidenciadas pelos sujeitos se alinham às mudanças na universidade na perspectiva contra-hegemônica que prevê a ação da própria universidade, do Estado nacional, e dos cidadãos organizados (grupos sociais, sindicatos, MS e outros).

Para Brenda Lee, uma das fragilidades é a acomodação de alguns professores que acabam não provocando o debate em torno de determinadas questões. E quando provocam, são rotulados. O currículo na graduação não aponta estas questões. No mestrado e doutorado estes temas aparecem. A fragilidade também se dá pela falta de leis internas (nas Universidades) ou externas que, por exemplo, criminalizem a homofobia. Importante para a superação é desmistificar o preconceito na formação acadêmica. Há a necessidade de

sensibilizar os docentes para a necessidade de debater certas questões. No currículo estas temáticas deveriam estar presentes. Uma possibilidade é ofertando disciplinas eletivas que tratem do tema, e, para além de seminários, propor núcleos de estudo e grupos de trabalho.

Brenda Lee – Eu acho que uma das fragilidades da universidade ainda é a acomodação de alguns professores no sentido de não provocar essas questões, né? [...] Então, acho que ainda a fragilidade é de sensibilizar os nossos docentes para algumas questões. E não só a nossa pauta, mas todas as pautas que hoje são vulneráveis, né? A partir do momento que tu vê, por exemplo, que nós também não temos leis que garantam a questão da criminalização de alguns grupos, por exemplo, a criminalização da homofobia é um, né? [...] Então eu acho que essa fragilidade é nesse sentido, assim, de que talvez faltem leis ou – não sei se lei pra universidade, eu acho que nem é tanto – mas propostas pra que a gente consiga pensar esses grupos a partir de um outro olhar.. [...] E uma necessidade, acho que específica também, é de ter disciplinas relacionadas [...] que trabalhem essas questões – especificamente. [...] Então, acho que isso seria também uma maneira de superação: apontar caminhos dentro da universidade que seriam esses. É abrir não só pra semináriozinho de um dia, de dois dias, mas trazer a pauta como núcleo, como talvez até um grupo de trabalho [...] mas é como se fosse um eixo comum. Dentro do eixo comum das universidades, uma disciplina comum que trabalhasse essas questões. Então, é desmistificar um pouco esse preconceito já dentro, na linha da educação acadêmica... [...] eu não vivenciei isso dentro do meu curso de licenciatura. Nem no pós-graduação, na especialização [...]. Então, eu fui só vivenciar isso no mestrado. Mas nem todo mundo chega no mestrado. Nem todo mundo quer o mestrado e o doutorado.

Rose aponta como fragilidade a questão do acesso ainda restrito à universidade pública mantendo o caráter elitista e excludente. Parte de seus trabalhadores são terceirizados. Constitui-se em uma estrutura compartimentada onde não há diálogo entre o setor administrativo, professores e alunos. O ensino essencialmente técnico e pouco humano e social. Como superação aponta a universalização do acesso à universidade pública, tornando-a verdadeiramente pública e popular.

Rose: Eu acho que essa questão de a universidade ainda ser muito elitista, ainda ser muito excludente, isso ainda é uma dificuldade pra universidade, que eu acho que precisa avançar. A questão de o acesso à universidade pública ser realmente universal. Então, que seja realmente pública e que além de pública eu acho que a universidade deveria ser popular. Então, eu acho que essas são dificuldades, que hoje ela é uma universidade pública, mas que nem sempre ela é tão pública assim. Se a gente for olhar, desde os trabalhadores são terceirizados. Então isso são dificuldades da universidade porque ela não se torna um espaço de diálogo. Ela é muito compartimentada, não tem um diálogo entre os professores, com os trabalhadores administrativos, com os estudantes...[...] a questão do acesso deveria ser universal, assim como nós temos acesso para entrar no ensino médio na escola pública, nós deveríamos ir direto pra universidade pública. Não deveria ter uma seleção que exclui. [...] Então a gente sabe que com as universidades públicas que existem hoje isso não é possível. Então, deveriam existir mais universidades públicas pra superar essa deficiência.[...] Então eu penso que uma das fragilidades da universidade é que ela está muito voltada pro ensino técnico e pro conhecimento técnico e pro fazer técnico. Então a forma de superação seria investir mais no conhecimento humano, social, de humanizar, de socializar, de solidarizar.... que é o que a sociedade hoje precisa.

Jean aponta como fragilidades da Universidade pública as estruturas precárias e uma má distribuição de recursos entre as áreas, enquanto umas recebem muito recurso outras recebem menos e passam por necessidades. Outra fragilidade é a forma de acesso ainda limitada, pouco democrática. A superação é apontada nas mudanças ocorridas recentemente que ampliam o acesso, mas este poderia ser ampliado ainda mais, assim como as provas

deveriam ser diversificadas. Aponta que atualmente temos mais possibilidades de acesso e a universidade está com "outra cara" por conta disso, o que é muito bom, mas precisa ser ainda mais democratizado.

Jean: Eu acho que as estruturas ainda são precárias, ainda carecem de um compartilhamento melhor de recursos, também. A gente vê cursos e espaços que concentram muitos recursos financeiros, mesmo, e outros que são paupérrimos. [...] Talvez uma das fragilidades seja ainda as formas de acesso, né? Que não são completamente democráticas. Ainda é muito difícil o vestibular. [...] Mas a tendência é superar. Eu acho que cada vez mais se criam meios e sistemas pra que uma diversidade maior de pessoas possa acessar ou possa concorrer. Porque, na verdade, o acesso facilita, mas tu continuas concorrendo ao espaço. Eu acho que as provas e as formas de acesso, elas poderiam ser mais diversificadas, também. [...] Sobre superação, eu acho que ano a ano a gente vê ajustes, que as coisas também tão mudando. E mudando [...] com uma velocidade maior do que se tinha antes também [...]. Hoje, a gente tem outras possibilidades de acesso, consegue ter uma equidade, uma diversidade maior de pessoas dentro desses espaços. Não é o ideal ainda, mas a universidade, ela tá mais... ela já tem outra cara [...] Que bom! Mas eu acho que isso ainda precisa ser superado, e ainda mais democratizado. Eu acho que esses meios de acesso, eles também precisam estar mais afinados com a vida, mesmo.

Angela percebe a universidade como uma fortaleza, não identifica fragilidades exatamente, mas alguns "furos" como ela se refere, como a falta de paridade e a pouca participação nas decisões. Também ocorre uma fragmentação nas pautas. Ela aponta que a fragilidade está também "em nós", na dificuldade de articulação e identificação das fragilidades. Como superação, Angela sugere a unificação das pautas de lutas para obter melhor resultado.

Angela: É que eu não penso assim: fragilidades. Eu não sei se seria... Porque eu vejo a universidade como uma fortaleza tão grande, sabe, que eu tenho dificuldade de perceber fragilidades. Eu tenho facilidade de perceber os furos. E aí, nesses furos, a gente entra. Mas eu não acho que sejam fragilidades a ponto de...[.] de paridade. Não só na questão das eleições, né, especificamente. De pensar a universidade junto. De sentar professor, professora, estudante, diretor, diretora dos institutos, servidor, servidora, sabe? E de tar pensando um avanço e que fique bem pra todo mundo, que fique bom pra todo mundo. Claro que isso vai ser um processo bem lento. Mas enfim, eu acho que, se a gente for ver, esses furos, eles estão por toda parte. E aí não só fazendo um recorte racial ou um recorte de gênero, mas fazendo vários recortes. A questão de acessibilidade, por exemplo. [...] Enfim, acho que a universidade [...] tem um potencial muito grande. [...] E nós, estando aqui, e utilizando disso também, sabe? [...] O oportunismo, nesse caso, ele é bem positivo [...]. As nossas fragilidades, os nossos furos, os nossos buracos, enfim, a gente vai pautando e segue na luta. Mas, ao mesmo tempo também fazendo uma crítica e uma autocrítica, eu acho que a gente pode aí sim encontrar as fragilidades e aí ter mais força pra que essa superação chegue, que seria a união, assim, né? Uma unidade entre... – entre todas as pautas, não digo, porque é muita coisa – mas entre as nossas pautas específicas [...]. E a partir do momento em que a gente se junta pra pressionar, daí eu acho que a gente consegue encontrar meios de fazer com que a universidade reveja algumas coisas. Porque enquanto a gente continuar fragmentado, pensando aqui, pensando ali, pensando acolá, a gente não consegue ver um resultado assim tão eficaz [...]. E, na realidade, a fragilidade tá mais em nós [...]. Na dificuldade de articulação, que é pra poder de fato identificar o que tá errado e poder reverter isso.

Dandara aponta fragilidade na formação de professores, em que falta o olhar da diversidade. Como superação é a universidade se pré-dispor a dialogar com o MS e aprender com ele.

Dandara: Eu acho que as fragilidades encontram-se na formação. No espaço da formação de professores, que não acontece, ou se acontece, acontece sob uma lente só, somente um olhar, e aí não representa outras

especificidades. E as perspectivas de superação é a universidade estar pré-disposta a aprender com os movimentos sociais. Porque os movimentos sociais não chegaram hoje na universidade e precisam estar dentro da universidade pra dialogar com essas especificidades. Então, o quê que eu quero dizer com isso, né? Que se a universidade mantém as portas fechadas, o poder de voto do aluno tem menos peso que o do professor, que o orientador, então ela ainda não tá pronta pra falar dessas questões específicas e acho que ela precisa avançar.

Para Pagu, a universidade pública, diferente da privada, possibilita o “livre pensamento”. Por outro lado é preciso que haja condições internas para as mudanças. É preciso, no entanto a constituição de uma “massa crítica” para ter a força necessária e capacidade para provocar mudanças. Portanto são necessárias e importantes as iniciativas de gestão para provocar a mudança.

Pagu: [...] acho que a pública sempre é melhor, a universidade. Você pode pensar e ter o livre pensamento – por incrível que pareça – que uma particular não lhe oferece. Então, mas tu tens que ter as condições internas da universidade pra poder fazer as mudanças também. Eu gosto muito do conceito – a gente usa volta e meia nas mulheres – de massa crítica, que vem da Física. Porque pra você alterar a qualidade interna da substância, você tem que ter 30% de algo diferente pra fazer a mudança. E o movimento de mulheres usou muito esse conceito porque não adianta você ter várias mulheres, você tem que ter capacidade. Dentro do movimento, ter aquele pensamento crítico que faça a alteração da substância, do interior. Senão, não acontece. Então, nós precisávamos ter uma massa crítica de professoras, servidoras, alunas, todos que compõem essa instituição pra fazer a mudança, pra questionar o que está dado e o quê que pode fazer pra alterar [...] Então, você tem que ter uma boa vontade? Não, você tem que ter um reitor que faça um conselho, você tem que ter as pró-reitorias abertas ao diálogo, abertas a mudanças. Ou seja: os concursos [...] cotas de gênero. Mas tem áreas que são mais masculinas, tem áreas que são mais pras mulheres. Então, não sei se pegaria isso. [...] Mas currículos, quando batem, mas os homens tem preferência. Porque têm mais tempo, se oferecem, porque são as mulheres que tão cuidando das crianças em casa. Então, como alterar isso? [...] Não é só um problema institucional, não. É um problema também do sujeito político, social, que faça a mudança. Mas a universidade é uma disputa constante.

Sepé considera que existem fragilidades, mas não temos o poder de corrigi-las, quem tem o poder é o estado. É preciso que o aluno mantenha sua identidade na universidade. Os professores precisam respeitá-los como diferentes e considerar seus saberes. Destaca a experiência positiva de acolhimento no mestrado por parte sua orientadora e reconhece sua a autoridade na temática indígena.

Sepé: O ministro da Educação que devia estar pensando nisso. [...] Porque tem muitas fragilidades que acho que não vai ser nós que vamos corrigir. É, uma coisa que eu sempre tenho falado muito: nosso aluno indígena, que esse indígena seja indígena dentro da universidade. [...] Que ele seja indígena! E que os professores dos cursos respeitem eles como indígenas. Respeitem eles como diferentes, que eles são capazes de coisas novas, coisas a contribuir. [...] Eu tive a felicidade de fazer meu mestrado com a professora Cida. Eu acho que quando ela fala do protagonismo indígena, ela tem muita autoridade nisso, sabe? Porque quando eu fui escrever meu trabalho, eu mantenho um trabalho muito acadêmico, com tudo o que tinha que fazer assim. Sendo que o que ela faz não é “isso que tu tem que fazer”. Então, o fato de ela dizer isso pra mim, o fato de ela me dar autoridade, [...] na condição de conhecimento eu respeito muito.

Martin prefere se referir às impossibilidades da universidade pública, pois nem sempre há uma intencionalidade dos agentes públicos em não realizar as ações, porém ocorrem empecilhos que impossibilitam a ação, e até mesmo motivações dos próprios sujeitos

envolvidos. Uma das “impossibilidades” apontadas por Martin está na carência de docentes que se ocupem com as políticas de diversidade, com sensibilidade e motivação para este debate. Portanto, é preciso ampliar o grupo que se interesse por estas questões, assim como ampliar a participação dos sujeitos a quem a atividade se dirige. Mas Martin é otimista e afirma acreditar que uma nova formação de professores está sendo construída e eles estarão vindo para a universidade com outra consciência, como resultado dessas vivências. Esta nova realidade dependerá dos diálogos e demandas “de fora”, do MS, que determinam também, as ações por dentro da universidade. Se recuar a ação do MS, será menor o protagonismo de suas bandeiras de luta na universidade. Acredita que a construção é lenta, mas se bem feita, cria novos paradigmas e tem sustentabilidade. É preciso um mecanismo de sistematização de casos bem sucedidos. Ainda que vivamos fragilidades ou impossibilidades, afirma, pois elas sempre existirão, precisamos trabalhar com positividade, valorizando as experiências que estão dando certo.

Martin: [...] melhor impossibilidades, porque digamos que não há uma intencionalidade explícita de agentes públicos, nem sempre há uma intencionalidade de não fazer. Então às vezes é a impossibilidade de fazer uma ação que exige pré-requisitos que tu não tem. Por exemplo, uma das impossibilidades é que a massa de agentes públicos docentes pra operar com políticas de diversidade não é tão grande assim. Não temos muitos professores motivados, ou sensíveis a uma captação pra essa finalidade. Isso é geral. [...] Então precisaria tá aumentando o espectro de interessados em fortalecer essas áreas e também que haja um público alvo interessado. Por que nós fizemos, por exemplo, Calouradas Afirmitivas na área das ciências da saúde, pra uma ação integradora do estudante cotista; mandamos e-mail pro conjunto de todos os cotistas, foram vinte. [...] Mas eu acho, eu sou otimista do ponto de vista das perspectivas. A médio prazo, mais professores vão tá vindo pra universidade com outro nível de consciência, né... porque vão sair de uma outra forma de produção [...]. Intensidade e progressividade de ações na universidade tá vinculado com a intensidade de demandas externas, né. Se as demandas externas diminuírem, a pauta interna vai ficar minguada, também.[...] do movimento social. É, se o movimento social recuar, o protagonismo dessas bandeiras na universidade vai ficar menor. [...]. Mas essa construção que é muito lenta, se bem feita, ela cria paradigmas e ela cria sustentabilidade [...] Então, eu acho que o grande gancho é ver os mecanismos de sistematização de casos de sucesso [...]. Os grandes êxitos, via de regra [...] são muito transitórios. Eu sempre aposto que o somatório de pequenos projetos bem sucedidos, eles produzem mais efeito de positivação [...] Nós, com todas as fragilidades, ou impossibilidades, nós temos que estar trabalhando com a positivação. [...] Tem pessoas que têm medo de capturar, de ser capturado pela positivação. [...] O desfazimento do que tá dando certo é um erro político fantástico [...] Mas a gente tem que positivar isso, não poder cair na esparrela de elevar demais o tom da criticidade, do ponto de vista de exercício, de antagonismo. E tu tá desprezando aquilo que tá feito e bem. Não pode ter vergonha de dizer "isso tá bem".

Martin destaca a política de cotas como um avanço e se coloca como protagonista desta mudança na universidade e na sociedade, pois novos estudantes chegam à universidade. No entanto, ainda que haja o reconhecimento do esforço do MS na implantação desta política, não há uma relação direta entre o ingresso via política de cotas e participação no MS. O papel social da política de cotas, afirma, não é a vinculação ao MS, mas a redução das desigualdades. Há um ganho social na medida que se visibiliza o lugar do negro (e do pobre), ocupando um

lugar que não era dele e é preciso positivar esta nova política. A universidade precisa trabalhar a superação do racismo. Por isso é importante estudar estes dois campos (como é proposta colocada nesta pesquisa) e compreender o que MS pode pautar na universidade e como a universidade pode contribuir com o MS. Questionar, também, o papel do estado nesse processo, considerando que a educação não é capaz de dar conta de todas as mudanças sociais necessárias. Portanto, agregar “outros olhares e outras pautas” é importante.

Martin: São de lugares sociais que não estavam contemplados na história das universidades e na educação. Quer dizer tu mudar a estrutura sócio-econômica das universidades por uma ação de Estado. Aí é a questão do bem público, como que tu se intitula bem público se tu não faz nenhuma ação pra incluir mais gente[...] Bem público é um bem pra mais gente. Como que no princípio [...] a universidade convivia com acesso de um digito de pretos e pardos? Como que num país que tem 350 anos de condição escravista tu não dialoga com a história? E ao mesmo tempo, como que o Brasil vai dar um salto de desenvolvimento econômico, mesmo numa perspectiva neoliberal, se tu não dialoga com esses novos agentes que tão engatinhando na relação com o Estado. Isso aí muda, que é naturalizado ainda nas famílias negras que a UFRGS não é o seu lugar. Quer dizer, nós temos que enfrentar a resistência nas famílias negras para adesão do regime de cotas. Inclusive nas políticas de divulgação que nós fizemos dentro das escolas vem dos professores também, que às vezes: "Não, meu alunado aqui, nem vou divulgar as cotas porque aqui eles não se enquadram, aquilo lá não é pra eles". É muito forte isso ainda, que é verdade, é sério. [...] a universidade é seletiva, intrarracialmente. [...] Tudo bem, os indígenas, quer dizer, que tem novas identidades que vão surgir, mas alguns, e há uma expectativa de um setor do movimento que a política de cotas vai irrigar a militância. Supondo que haja um reconhecimento político, até do esforço do movimento negro em pautar o Estado por essa política e que esse pessoal se encaminharia pra compromissos mais efetivos, com a sociedade, com a família, isso tá reproduzindo as vontades da política, o compromisso com elas. Evidências empíricas indicam que não há um pré-requisito pra se inscrever na política de cotas, na modalidade autodeclarado negro no ensino público, que tu participe do movimento e que tu seja um negro com consciência. [...] Se desses 3.000 negros, que entraram, da parte que vai se formar [...] Se 10% deles se engajarem em projetos coletivos com a sua identidade racial e de luta contra o racismo, seria uma grande vitória. Por que a cota não foi feita pra isso, a cota foi feita pra reduzir a desigualdade racial [...]. Mas nós vamos ter ganhos, do ponto de vista de ter essa visibilidade do lugar do negro num lugar que não era dele. [...] Quando tu vê uma diversidade no salão de atos de pessoas que não imaginavam pisar no salão de atos, de famílias brancas pobres e negros pobres. Então vai ter mudança nessa direção, né, já tá tendo. E nós temos que positivar isso. Tem uma parte do movimento negro que não positiva os avanços. Mesmo com as restrições, isso é um erro político. [...] porque os inimigos das cotas eles tão ativos ainda. Se nós não positivarmos a cota como um valor estratégico [...] Ai tu põe a risco de desfazimento da política, não para quem tá fazendo uma crítica reflexiva sobre os erros e limites do programa, mas pra quem é contra o programa. [...] Eu falo assim, na análise da política real. E eu falo na alteração da vida das pessoas a quem o discurso se dirige e não na solução ideológica de quem faz um discurso, né? Então, por isso que nós temos que estar examinando [...] o quê que o movimento social é capaz de pautar na universidade? O quê que a universidade é possível mediar pro revigoramento desses novos fazeres, dessas novas identidades? O quê que a agenda estatal também pode fazer agregando outros produtos?[...] a educação é um bem estratégico, todo mundo sabe, mas ela não é suficientemente capaz de tá promovendo todas as mudanças que precisa. E é por isso que tem que tá incorporando outros olhares e outras pautas.

As fragilidades da universidade pública destacadas pelos sujeitos desta pesquisa são bastante significativas. Para Brenda Lee, uma das fragilidades é a acomodação de alguns professores que acabam não provocando o debate em torno de determinadas questões (polêmicas) e o currículo na graduação não aponta estas questões (temas que aparecem na pós-graduação) e na falta de leis que criminalizem a homofobia. Rose destaca como fragilidade a questão do acesso ainda restrito à universidade pública mantendo o caráter

elitista e excludente, assim como a terceirização de parte dos trabalhadores. Destaca ainda, a estrutura compartimentada e falta de diálogo entre o setor administrativo, professores e alunos. O ensino essencialmente técnico e pouco humano e social. Jean aponta como fragilidades da Universidade pública as estruturas precárias e uma má distribuição de recursos entre as áreas. Assim como Rose, Jean destaca o acesso ainda limitado, pouco democrático. Como Brenda Lee, Dandara aponta fragilidade na formação de professores, em que falta o olhar da diversidade. Angela destaca a falta de paridade e a pouca participação nas decisões, assim como uma fragmentação nas pautas e a dificuldade de articulação e identificação das fragilidades. Sepé considera que existem fragilidades, mas não temos o poder de corrigi-las, quem tem o poder é o estado. A desconstituição da identidade que a universidade muitas vezes provoca. Uma das “impossibilidades” apontadas por Martin está na carência de docentes que se ocupem com as políticas de diversidade, com sensibilidade e motivação para este debate, já referida por Brenda Lee e Dandara. Portanto, é preciso ampliar o grupo que se interesse por estas questões, assim como ampliar a participação dos sujeitos a quem a atividade se dirige.

É evidente que muitas fragilidades da universidade pública, no que se refere à estrutura física, em muitos casos precária, formação docente atrelada a um modelo de desenvolvimento hegemônico, acesso ainda pouco democrático, por exemplo, dependem de um conjunto de ações para superação, muitas delas sob a responsabilidade do estado, que é mantenedor. No entanto ações pontuais, individuais ou coletivas, sujeitos da universidade pública fazem acontecer a diferença e contraponto, tencionam mudanças de paradigmas. O exemplo aqui citado, quando um professor reconhece a diversidade da cultura indígena, seus saberes e contribuições, não tenta desconstituí-la, mas reconhecê-la e valorizá-la. A construção da identidade leva ao MS que se constitui enquanto sujeito político coletivo, no entanto as ações dos sujeitos, ainda que individual, passam a ser marcadas por esta participação, pelo coletivo e suas concepções. O reconhecimento desta presença e potencial de participação e ação é importante nos espaços da universidade, para a potencialização destes sujeitos.

A ausência de uma formação de professores para dar conta das diversidades e olhares do MS é percebida como uma fragilidade da universidade pública. Ainda que inúmeras experiências de docentes abertos ao diálogo, permanece uma visão geral de pouca interlocução com o MS. Romper paradigmas tradicionais que historicamente formataram a educação em todos os níveis, e, em especial a educação superior ainda se apresenta como desafio. Conforme Zitkoski (2011), é preciso tomar consciência da realidade em que vivemos e de para que serve a formação construída na universidade neste contexto. É evidente que o

papel do professor permanece sendo de protagonista, na medida em que exerce certo poder na determinação dos caminhos e sentidos da educação superior, inclusive determinando maior abertura, ou não, ao diálogo com as diversidades.

As fragilidades que foram detectadas a partir da pesquisa podem ser destacadas na acomodação de certos professores e resistência em promover o debate em torno de temas polêmicos, como os relativos às questões de gênero, por exemplo. Os professores que se propõem ao debate acabam sendo vistos com certo preconceito e rotulados. Na falta de normativa interna que possa dar conta de algumas questões, assim como na ausência de legislação externa que possa promover o debate no sentido de estabelecer uma justiça e igualdade, criminalizar a homofobia e incentivar a organização de grupos que debatam e estudem as temáticas, assim como na ausência de proposição de estudantes e demais servidores das universidades públicas, para as mudanças de postura, promoção do debate nas diferentes instâncias da universidade na busca de uma formação política em torno das temáticas sociais atuais.

Reconhecer a importância deste debate, apontar referências que trabalhem com uma consciência social e política podem fazer com que a universidade cumpra papel importante neste debate. Os sujeitos apontam que o currículo da universidade apresentar uma proposição ao debate das temáticas dos MS, por meio de disciplinas eletivas, seminários, constituição de núcleos e grupos de estudos e pesquisas. Esta possibilidade deve ser entendida em todas as áreas e cursos. Pois são temáticas que vão além das questões técnicas e profissionais.

As estruturas precárias em alguns cursos e forma desigual de distribuição de recursos, privilegiando alguns cursos em detrimento de outros, foi apontada como uma fragilidade da universidade pública. A limitação do acesso à universidade é outro fator que descaracteriza a universidade enquanto espaço público, onde o acesso deveria ser universal. Tanto a forma de acesso quanto a possibilidade de formação e avaliação da universidade deveriam ser mais democráticas, diversificadas.

As fragilidades ou impossibilidades, da universidade pública, como afirma Martin, nem sempre decorrem da falta de vontade política dos agentes públicos, muitas vezes resultam da falta de motivação dos sujeitos envolvidos, docentes ou discentes para a realização ou participação de atividades com uma nova perspectiva, da diversidade, da contra-hegemonia. Portanto há a necessidade de ampliar estas políticas para a diversidade com sujeitos motivados tanto para gerir quanto para promover processos de transformação. Assim como Martin, acreditamos que outro nível de consciência individual (FIORI, 1991) e consciência social e política (LEITE, 1990) está sendo construído, em certa medida, nos

espaços de inclusão e debates promovidos, das mais variadas formas, na universidade pública. Reafirmamos, também, como ele, a necessidade de valorizar as experiências de sucesso que resultam em conquistas do MS e da sociedade em todos os espaços, especialmente na universidade, pois resultam de lutas históricas.

É importante compreender que se estas discussões perpassarem a universidade, o debate fora dela também se fortalece. A universidade tem um reconhecimento social, fortalecendo as bandeiras de luta, até mesmo na implementação de políticas por parte do estado. Uma universidade que reconhece o conhecimento como direito e cidadania não se deixa determinar pelas regras do mercado (TÜNNERMAN BERNHEIM; CHAUI, 2008).

Os autores destacam as diferentes formas de expressão da universidade. Uma universidade funcional e operacional ocupa-se apenas com a formação técnica, produzindo mão de obra para o mercado, fortalecendo o sistema capitalista. Por outro lado, uma universidade que pensa o saber como direito e cidadania, valoriza a democracia e os valores éticos e políticos.

Os MS que destacamos aqui fortalecem e ratificam a formação com esta perspectiva, contribuindo para sua construção sempre que se constituem espaços de diálogos e implantação de políticas.

A universidade pública, por sua característica, deve permitir a liberdade de pensamento, ainda que esteja fortemente voltada para as questões do mercado, considerando suas funções específicas e seu caráter de bem público, destacado por Santos (2010a).

Se apropriar dessa possibilidade de livre arbítrio e utilizar “lentes” apropriadas, como afirma Pagu, para perceber qual é de fato o papel da universidade pública e as possibilidades de mudança que ela tem o poder de produzir. Perceber, também, que suas fragilidades e omissões produzem permanências, reforçam desigualdades e injustiças sociais. Acreditamos que as iniciativas de superação devem vir não apenas da gestão, mas da capacidade de articulação dos sujeitos no interior da universidade e, neste caso, o papel do MS é fundamental.

Dentre as potencialidades destacadas, para além das apontadas pelos sujeitos destacamos algumas a Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAF) na UFRGS. Criada em 17 de dezembro de 2012, por meio da Decisão nº 268/2012 do Consun, a CAF busca “promover o acesso, permanência e pleno desenvolvimento acadêmico dos estudantes cotistas, visando contribuir para a redução das desigualdades, a valorização da diversidade étnico-racial e social no ambiente universitário, consolidando a política de ações afirmativas na UFRGS”.

Para tanto a CAF busca articular ações com as demais instâncias da universidade, buscando fortalecer o compromisso com o processo de ações afirmativas a nível institucional.

Outros programas e ações que ocorrem na universidade podem ser considerados avanços e potencialidades em relação à temática aqui abordada, sendo que descreveremos brevemente alguns deles a seguir.

O Relatório CAF/UFRGS 2013/2014 destaca alguns programas que contam com a presença de estudantes cotistas. São destacados programas como:

[...] as bolsas PIBIC-CNPq/Ações Afirmativas (20 cotas, conforme informação da PROPESQ), a constituição dos Grupos do Programa de Educação Tutorial, especialmente aqueles ligados à linha PET-Conexões, cujos editais são especificamente voltados ao atendimento de temas ligados à educação para a diversidade e acolhem estudantes cotistas. Além disso, algumas iniciativas de parte dos órgãos de fomento, em parceria com a SECADI/MEC e outras agências estão sendo iniciadas. Por ocasião da atividade “Calouradas Afirmativas da Saúde” realizada este ano, foram divulgados três editais específicos voltados à saúde da população negra [...] (UFRGS, 2014b, p. 45).

O Relatório também destaca a participação de estudantes cotistas no Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (Deds) da Pró-Reitoria de Extensão. Conforme o site, o “DEDS é o departamento da extensão universitária que direciona os interesses da universidade no que tange ao diálogo com a comunidade, na busca de subsídios que lhe permitam encontrar soluções e intervir na realidade respondendo a anseios da sociedade.” (UFRGS, 2015b).

O Núcleo de Estudos Afrobrasileiros, Indígenas e Africanos (Neab), criado em abril de 2014, constitui em um projeto bastante significativo e busca “o desenvolvimento de ações que envolvem programas e projetos de ensino, extensão e pesquisa” (UFRGS, 2014b, p. 45).

Estes são exemplos de programas articulados às pró-reitorias acadêmicas que, segundo a CAF destacam que,

o evidente valor da diversidade para a produção de conhecimento de excelência seja parte essencial de um programa de ações afirmativas num contexto universitário. A inserção de estudantes cotistas em grupos e programas como esses é uma das linhas com que se trabalha, em articulação com as Pró-Reitorias Acadêmicas respectivas (UFRGS, 2014b, p. 46).

Os estudantes indígenas contam com ações específicas, como é o caso do programa de monitoria, em que

[...] cada estudante indígena da UFRGS tem direito a um monitor exclusivo até que complete 60% dos créditos de seu curso de graduação. Essa iniciativa favorece o envolvimento do docente orientador, que inicialmente era designado pelos cursos para o primeiro ano de curso do estudante indígena, por tempo mais prolongado (UFRGS, 2014b, p. 46).

O Relatório destaca ainda a participação de estudantes indígenas em programas como PET – Conexões Políticas de Juventudes, estágio no Conselho dos Povos Indígenas, além de bolsa de iniciação científica e Programa Mundus Lindo.

Em relação à questão das mulheres, podemos destacar o Núcleo Indisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (Niem), como um espaço importante de debate das questões de gênero na universidade.

Também destacamos como avanço a definição do tema “Tem Mulher na História: História das Mulheres e Feminismo: Gênero em Perspectiva” para a Semana Acadêmica da História³⁵. A atividade, organizada anualmente pelo Centro Acadêmico dos Estudantes de História (Chist) e pela coordenação da Semana Acadêmica da História ocorreu, este ano, de 25 a 29 de maio de 2015.

O II Salão de Ações Afirmativas da UFRGS, promovido em 2015 teve como “objetivo a divulgação das ações pertinentes ao Programa de Ações Afirmativas desta Universidade e a promoção do debate em torno de seus temas”³⁶.

A II Semana da Diversidade Sexual e de Gênero, é “Promovido pelo Diretório Acadêmico da Comunicação (Dacom), tem como objetivo fazer da Faculdade um espaço de troca entre a academia, a realidade e a comunicação”³⁷.

A Semana da África na UFRGS é uma atividade que ocorre anualmente, e se constitui em um “evento acadêmico proposto por estudantes africanos e realizado pelo Deds em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação, Secretaria de Relações Internacionais e Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados desde 2013”³⁸. A sistematização do evento é publicada na Revista da Semana da África na UFRGS.

Importante registrar também a realização do “Curso de Especialização Ética e Educação em Direitos Humanos”, promovido pela Faced/UFRGS e ofertado em duas edições de 2012 a 2014. O curso, coordenado pela professora Célia Caregnato, ocorreu de 2014 a 2014 na Faced/UFRGS e teve como objetivo “desacomodar o estabelecido e de tensionar visões e ações, visando a possibilidade de rupturas de enfrentar práticas preconceituosas e normatizações discriminatórias no ambiente escolar” (CAREGNATO; GENRO, 2015, p. 6).

³⁵ Disponível em: <<https://chistufrgs.wordpress.com/2015/05/16/inscricoes-sah-2015/>>. Acesso em: 15 out. 2015.

³⁶ Conforme Regulamento do II Salão de Ações Afirmativas (2015). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/coordenadoria/salao-de-acoes-afirmativas/regulamento-ii-salao-de-acoes-afirmativas/view>>. Acesso em: 15 out. 2015.

³⁷ Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/fabico/news/ii-semana-da-diversidade-sexual-e-de-genero>>. Acesso em: 16 out. 2015.

³⁸ Disponível em: <<https://plone.ufrgs.br/deds/programas-e-acoes/semana-da-africa-na-ufrgs>>. Acesso em: 19 out. 2015.

Destacamos aqui algumas experiências e iniciativas, salientamos, no entanto, que outras, também importantes, ocorrem na universidade e que não foram citadas aqui, pois estamos apenas apontando possibilidades sem a pretensão de fornecer um levantamento.

Constatamos que a UFRGS vem desenvolvendo diversas atividades e ações importantes que motivam a participação dos estudantes e desenvolvem o diálogo com a comunidade acerca da temática aqui abordada, buscando visibilizar os grupos destacados e suas temáticas (negros, mulheres, indígenas e LGBT). Estas ações potencializam a constituição de um sujeito político à medida que promovem um engajamento dos estudantes com a comunidade acadêmica e com a sociedade, se constituindo em espaços de debates e fortalecimento de suas lutas. Estas interlocuções propõem debates e ações que caminham na perspectiva contra-hegemônica de educação superior.

Como possibilidade de superação das fragilidades apontadas, podemos aferir a partir das falas dos sujeitos a importância da universidade se dispor a dialogar com o MS e aprender com eles. Algumas ações na busca de superações estão em curso, e outras ainda representam um desafio. É importante, afirma Brenda Lee, combater o preconceito na formação acadêmica, desmistificando as questões em torno das quais eles se constroem e sensibilizando os docentes para a necessidade de debater certas questões, assim como tornar presente nos currículos as temáticas da diversidade das mais diferentes formas. Uma possibilidade é ofertando disciplinas eletivas que tratem do tema, e, para além de seminários, propor núcleos de estudo e grupos de trabalho. Rose aponta como superação a universalização do acesso à universidade pública, tornando-a verdadeiramente pública e popular. Assim como Rose, para Jean a superação é apontada nas mudanças ocorridas recentemente que ampliam as possibilidades de acesso, mas esta democratização precisa ser ampliada. Para Pagu, a universidade pública tem a possibilidade da liberdade de pensamento, portanto pode construir consciência social e provocar mudanças. Mas é preciso que haja condições internas para as mudanças, ou seja, que os diferentes sujeitos que compõem a universidade tenham uma percepção crítica da realidade para propor mudanças. Portanto, são necessárias e importantes as iniciativas de gestão para provocar a mudança. Sepé destaca a experiência positiva de acolhimento no mestrado por parte de sua orientadora, reconhecendo sua autoridade na temática indígena. Angela propõe a unificação das pautas de lutas dos diferentes grupos para obter mais força e assim melhor resultado. Martin acredita que os professores que vivenciarem enquanto estudantes as experiências das Ações afirmativas na universidade, retornarão a ela como docentes.

A política de ações afirmativa dá visibilidade aos negros, pobres e indígenas, que passam a ocupar um lugar que até então não lhes pertencia. Esta nova realidade vai provocar uma mudança na estrutura social, e concordamos plenamente com Martin quando afirma que ela precisa ser positivada. Esta participação, no entanto não está diretamente ligada ao fortalecimento da identidade (negro e indígena), pois, como afirma Martin, muitos passam pela universidade sem construir essa consciência ou participar de MS ou outros coletivos identitários. Podemos aferir, então, que ainda que haja possibilidade de maior presença do MS na universidade a partir da política de cotas, não há uma relação direta na ampliação desta presença e se parte deste grupo se engajar nos coletivos identitários será um avanço. É importante destacar que as políticas sociais implantadas, ainda que com o apoio e impulsionadas pelo MS, elas não vêm para atendê-los diretamente, mas para construir uma justiça social. O resultado desta construção possibilitará uma ocupação mais justa dos espaços, que envolva a diversidade, conforme aponta Martin, mas também dará maior visibilização ao MS, representado em seus participantes.

A universidade precisa aprofundar este debate e contribuir na superação de toda forma de discriminação e opressão, que é também bandeira de luta do MS. Portanto o diálogo entre universidade e MS só traz bons frutos. Esta nova realidade pode ser potencializada através dos diálogos entre a universidade e a sociedade, em especial os MS.

5.4 UNIVERSIDADE PÚBLICA E POTENCIALIZAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO

O espaço público político é visto como o espaço de diálogos e da liberdade de poder pensar e agir (ARENDRT, 2013) e do coletivo que se faz *potentia* (DUSSEL, 2007). A dimensão do cuidado com o espaço público, definido como espaço social de interesse coletivo (CHAUÍ, 2001), carrega uma força transformadora, que se projeta na contramão de um modelo de desenvolvimento privatista, onde o privado se afirma em detrimento do espaço público. A universidade pública tem então significado e responsabilidade em ser espaço de construção de conhecimento e “conhecimento é poder”. É espaço de possibilidade de formação de um sujeito político, espaço onde se pode ousar romper paradigmas.

Rose reconhece na universidade pública a potencialização teórica, enquanto encontra no movimento a maior formação política, experiência que é levada para dentro da universidade, uma vez que não consegue, e não parece querer, dissociar a acadêmica da

militante. Para Rose, ao assumir seu papel de universidade pública e popular, esta potencializa o sujeito político por se colocar como parte da sociedade e discuti-la.

Rose: Eu me sinto mais potencializada teoricamente, isso sim, mas que na questão das ações é o movimento que me dá mais potencialidade. Então, eu sempre tenho essa dupla identidade: [...] dentro da universidade, eu sou uma dirigente, eu sou uma militante de um MS, o MMC e eu acho que estar na universidade com essa percepção obriga a gente a se fortalecer enquanto dirigente, enquanto mulher, enquanto feminista, enquanto militante do MS, pelos questionamentos que universidade em si tem. Essa questão de que a universidade, no geral, não compreende pobre estar na universidade, trabalhador e trabalhadora estar na universidade, mas que uma universidade federal ainda é um espaço elitista. Eu acho que teve muitos avanços essa questão das cotas para negros, eu acho que um avanço, indígenas, estudantes de escola pública, a entrada pelo Enem. O Enem eu acho que é um avanço pra tirar o vestibular, que é uma tortura, que é pra pouquíssimos que são os escolhidos, que são mínimos, que é um espaço de exclusão também [...] Então, eu acho que é nesse sentido que eu me sinto mais potencializada porque a universidade me traz esse aprofundamento teórico e também me potencializa enquanto dirigente dentro da universidade porque eu estou num outro espaço e eu não sou simplesmente (*Rose*), eu sou MMC. Então, a gente é marcado dentro da universidade. Então, há um reconhecimento e também há uma rejeição. As duas coisas há e não é sempre explícita, mas está implícita, nas formas de tratamento, nas formas de relação mesmo... eu acho que isso faz a gente se fortalecer, se potencializar enquanto dirigente dentro da universidade. [...] quando a universidade assume seu papel de universidade pública e que, na minha visão, deveria ser popular, [...] a universidade pode potencializar um sujeito político quando ela discute a sociedade e se coloca como dentro dessa sociedade com todas as características dessa sociedade.

Para Brenda Lee, a universidade pública deve se voltar mais para as questões sociais. Seu caráter público lhe confere uma responsabilidade maior em relação à sociedade: um olhar e uma “contrapartida” social, já que é a sociedade que a mantém. Ela também precisa dar conta de diversas situações sociais e “abrir as portas”, promover o diálogo, o respeito à diversidade. Esse é um papel fundamental da universidade pública.

Brenda Lee: A universidade ou a escola pública – já diz a palavra “pública” – é pública. Então, acho que essa relação com a sociedade é de se manter as portas abertas nesse sentido de que ela vai ter que [...] dar conta de uma série de situações, às vezes, até adversas a ela, mas é pensar de que por ser pública e ser nossa, digamos assim, ela tem que ter também uma maneira de dar contrapartida pra sociedade [...] acho que até a própria universidade deve se questionar qual é o papel dela diante dessa sociedade que a gente vive [...] E como é que ela pode potencializar? Eu acho que é isso: a partir do momento em que ela abre as portas pra diálogo, pra manter determinados grupos, ou manter determinadas linhas de pensamento, ela já vai tar de certa forma potencializando esses sujeitos, né? Porque eu lembro, assim, por exemplo, de que, em 2010, eu era um sujeito. Em 2013, quando eu concluí o mestrado, eu era outro sujeito [...] porque me abriram as portas. Então, eu acho que esse abrir as portas é importante. Lógico, e respeitar. Porque acho que o respeito a essas individualidades, ele também faz parte do contexto. Que a gente busca pelo menos o respeito, a gente não quer nem tolerância, tolerância é uma palavra que, pra mim, me incomoda muito [...]. Eu acho que eu sou igual no sentido de direitos, então, eu acho que ter o respeito é fundamental pra essas individualidades, particularidades, enfim. Se hoje a gente tem, por exemplo, um negro, um índio, ou uma trans que se formou na universidade pública, por que é que não poderão ter outros negros, índios e trans e enfim, e inter, e pan [...] Por que é que não podemos ter vários sujeitos? E acho que é isso, porque se tu vais potencializar um sujeito, tu vais querer que ele também dê um retorno lá pra base onde eles vivem [...] É pensar que a universidade é um espaço público, ela tem que estar aberta o tempo inteiro [...] pro diálogo, pras relações, pra potencializar realmente esses sujeitos.

Jean acredita que a universidade é um espaço potente para as discussões sobre a sociedade e a política, mas elas ainda estão distantes. O ensino é voltado mais para a questão técnica, mas a universidade tem o papel de formar não apenas técnicos. A universidade nem

sempre potencializa as trocas e, assim como a escola, se torna um espaço do “tudo igual”. O mestrado e doutorado é um espaço diferenciado, com mais liberdade, porém muitas vezes as pesquisas são voltadas aos interesses dos orientadores. Cita a ação pontual do MS junto a um curso de uma universidade federal no sentido de inserir um debate voltado aos direitos humanos no currículo, considerando posturas homofóbicas apresentadas pelos alunos. É possível conciliar formação técnica e formação política e é necessário pensar no objetivo da formação universitária.

Jean: Ela sendo um espaço [...] potente, mesmo, pra discutir essas questões sobre sociedade e política que na maior parte do tempo estão distantes, mesmo. Eu acho que há pouco incentivo pra esses debates [...] O ensino, ele continua direcionado pra formação técnica, pra questão da aptidão do profissional do que pra questões mais subjetivas, mais da ordem da política e da ordem do social, mesmo. Eu acho que o papel da universidade pública é formar [...] dar elementos não só pra uma formação técnica, operacional, braçal. Acho que esse justamente não deveria ser o espaço pra isso. Claro que pra algumas funções do trabalho, da vida profissional, a gente precisa de formações técnicas bem específicas. Mas se deixa de lado... Nem sempre a universidade eu acho que potencializa todas as trocas possíveis, a multiplicidade de saberes, as diferenças das pessoas – isso não aparece. Continua sendo um lugar de deixar tudo igual, talvez, como a escola. Um pouco diferente quando a gente vai prum mestrado ou doutorado, que a gente pode fazer pesquisas mais singulares, e que nos interessam mais, mas às vezes a gente tem que fazer a pesquisa que o professor quer que a gente faça, que o orientador quer que a gente faça. [...] E daí tu se dá conta de que não é só uma questão daquele sujeito que tem, que desenvolve vários processos de discriminação e de preconceito, mas nem dentro da formação que ele tem, que é pra tratar de gente, pra cuidar de gente, ele não tem nenhum espaço onde ele discuta questões sobre direitos, sobre direitos humanos, sabe? Isso é gravíssimo! E daí nesses pontos de fragilidade, nesses buracos é que a gente vê que: “tá, a universidade tá formando o quê, e pra quê, exatamente” [...] tem umas demandas que não são preenchidas, assim. Tem cursos que estão distantes das pessoas, de gente.

Angela considera que a universidade é espaço de construção de conhecimentos e, também espaço de poder de intervenção. A academia deve estar articulada às demandas sociais, dialogando em defesa dos direitos e não retirando direitos, como ocorre às vezes.

Angela:[...]estamos num espaço de produção do conhecimento – grande produção de conhecimento –, espaço de poder, também, né? De poder de intervenção... Enfim, porque se a gente for parar pra pensar, a universidade tem grande poder de intervenção nas demais estruturas do Estado, né? [...] Então, eu acho que nesse sentido, de tar sendo oportunista desse universo que a universidade propõe, sem deixar que ela te sufoque, né? [...] Eu penso, pelo menos, que a academia não pode tar à frente das demandas que a gente tem fora dela, sabe?[...] Eu penso, pelo menos, que a gente... que a universidade tem esse poder e ela pode pensar mais e melhor, enfim, como tar dialogando com o mundo lá fora, né? E dialogando – em defesa, não – mas em favor, dos direitos da sociedade, direitos básicos, enfim. E não, muitas vezes – que é como acontece – retirando esses direitos, né?

Dandara afirma que a potencialização do sujeito político ocorre quando a universidade propicia a criticidade, está predisposta ao diálogo e valoriza a diversidade, permitindo que sejam debatidas questões sociais fortes de todas as especificidades em destaque aqui (negros, quilombolas, indígenas, mulheres e homossexuais). É preciso, portanto quebrar a hegemonia, superar preconceitos e debates estas questões.

Dandara: Quando ela oportuniza que o aluno seja crítico, quando ela coloca em seu currículo essas diversidades pra trabalhar, pra pesquisar, e quando ela se permite divulgar dados que nem sempre foram divulgados, ou que não condizem com o que vem sendo apresentado, eu acho que ela já tá cumprindo um papel significativo na

sociedade. Então, ela potencializa a constituição do sujeito político no momento que oportuniza essas questões virem à tona, serem estudadas, apresentadas, pesquisadas, mas com o mesmo tom, com o mesmo peso das outras questões. Então, nenhuma especificidade – gays, negros, quilombolas, indígenas, mulheres – deve valer, deve ter um peso menor do que as outras questões, as outras especificidades [...] a gente precisa quebrar essa hegemonia que se encontra aí. E aí, eu falo quebrar mesmo. Superar barreiras, preconceitos, e falar sobre essas questões. Porque no momento em que a universidade se coloca predisposta ao diálogo, pra falar mesmo, pra ver que caminho vai ser feito, aonde vão chegar, eu acho que ela potencializa a constituição de um sujeito político.

Pagu destaca que o processo de desqualificação por que vem passando a escola pública, mas chama a atenção de que ela ainda se constitui em espaço para o pensamento livre. Por isso é preciso lutar pelo fortalecimento da universidade pública, com qualidade, pois ela é que faz a diferença. A criação da UFRGS (há oitenta anos), a primeira universidade federal do Rio Grande do Sul de certa forma mexeu com as estruturas da educação superior da época. Quanto à discussão política, considera importante manter o respeito e lutar pelos nossos direitos. Toda a comunidade universitária precisa demonstrar respeito às diferenças. Atitudes racistas e homofóbicas não podem ser aceitas.

Pagu: Então, a escola pública ainda é o lugar que a gente pode gerar um pensamento crítico, um pensamento avançado. Porque ali tem o espaço pro livre pensar. E só no espaço público! Então, nós temos que lutar pelo fortalecimento da universidade pública, de qualidade, porque é aqui que você pode fazer a diferença [...] Porque ela tem o controle público [...] E nós temos que nos dar conta, enquanto alunos, professores e servidores, que é isso! Nós temos que cuidar dela com muito carinho! [...] Aqui, da área da Educação, então, teve pessoas, teve pensadores, professores que pesquisaram, que fizeram a diferença. E a gente tem que falar sobre isso. E a gente não fala! [...] Então, tem muita gente que passou pela universidade. Eu tenho certeza que prestou a sua colaboração na universidade enquanto local coletivo e saiu daqui com boas ferramentas, assim, instrumentos pra fazer. Tanto no campo da esquerda quanto no campo da direita também (risos). [...] Acho importante a manutenção e o respeito, mas também nós temos que lutar pelos nossos direitos enquanto um sujeito político: “Não, isso não cabe aqui. Isso não cabe”. Um professor não pode ser racista, não pode ter um discurso racista. Um professor não pode ser homofóbico. Um professor tem que ter um discurso de respeito. Um servidor tem que ter um discurso de respeito aos alunos. Os alunos também, em consequência, têm que respeitar. Mas sabe? Essas questões têm que ser faladas. Não dá mais pra deixar passar e naturalizar [...] O professor tem que sair um pouquinho lá de cima e vir mais pra planície [...] pra ajudar a qualidade dos alunos. Ajudar os alunos a aprenderem a estudar também. Tem uns que vão aprender aqui a estudar. E aprender a fazer a diferença. Que eu acho que a gente tá aqui pra fazer a diferença. E transformar esse mundo.

Sepé destaca a importância de pensar a formação de professores. E os professores que pensam diferente precisam enfrentar as barreiras impostas pelo regramento estrutural da universidade. Superar estes regramentos é um desafio.

Sepé: [...] tem que repensar a estrutura dela. Nós temos que pensar a formação do professor, de novo. Acho que quando eu falava isso da professora Cida, numa conversa de, da metade da tarde, num café. Mas ela é, tem uma experiência de tantos anos, mas tem que tem muuuito mais anos de universidade [...] Tem essas atitudes, essa atuação que ela faz, ela também enfrenta várias barreiras, quer dizer, quando se enfrenta essas barreiras, então, muitas vezes, tu repensa tuas posições.

Os sujeitos concordam que a universidade pública se constitui em espaço de potencialização do sujeito político e que é possível e necessário aliar formação técnica com formação política. Brenda Lee destaca que o caráter público da universidade significa que esta

precisa dar conta de algumas situações, estar inserida e se preocupar em dar a contrapartida à sociedade. Ela deve se questionar quanto a seu papel social. Ela pode potencializar o sujeito político abrindo-se ao diálogo e mantendo grupos e linhas de pensamento neste sentido. Rose e Brenda Lee reconhecem a contribuição da universidade pública na potencialização do sujeito político e afirma que além de pública ela deveria ser popular, ou seja, debater as questões sociais se colocando como parte da sociedade. Afirma que a universidade pública pode potencializar o sujeito político à medida que se coloca como parte da sociedade e se propõe à discuti-la. Brenda Lee afirma, ainda, que a universidade pública deve promover o diálogo, o respeito à diversidade. Jean destaca que ela é um espaço potente para a formação política, mas o ensino está voltado mais para a questão técnica. A universidade nem sempre potencializa as possibilidades de trocas de saberes mantendo-se como espaço de permanências. Destaca o mestrado e doutorado é um espaço com mais liberdade, mas nem sempre. Pagu destaca que a comunidade universitária precisa demonstrar respeito às diferenças e nosso papel é de transformar o mundo. Sepé afirma que o papel do professor neste processo é fundamental e daí a necessidade de pensar sua formação.

A contribuição da universidade pública para a potencialização do sujeito político ocorre sempre e quando ela se abre ao diálogo, democratizando os espaços de formação, permitindo que olhares diversos permeiem seu campo de ensino, pesquisa, extensão e gestão, ou seja, que a diversidade seja percebida como elemento constituidor da sociedade e sua presença na academia a torna ainda mais significativa. A potencialização é tomada aqui como ação de “aumentar, reforçar os efeitos sobre algo. Fortalecer, estimular”³⁹. A potencialização do sujeito político acontece quando as concepções hegemônicas que voltam a universidade pública unicamente ao mercado são questionadas e rompidas, abrindo espaço para os saberes e diálogos contra-hegemônicos, que propõem uma sociedade mais justa, solidária e humana (LEITE, 1990). Esta nos parece ser uma das funções da universidade pública, enquanto espaço e bem público, enquanto espaço da política, assim como afirma Genro (2001).

Podemos concluir a partir das falas que o sujeito político é potencializado na universidade pública na medida em que esta assume seu caráter popular passando a discutir questões sociais, assumindo postura democrática e participativa, discutindo temáticas relevantes propondo alternativas e ações concretas de transformação.

³⁹ Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/potencializar/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

6 UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUJEITO POLÍTICO EM MOVIMENTO: OLHARES E EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS

O sexto e último capítulo é dedicado às percepções dos sujeitos quanto aos elementos de articulação entre os três eixos, destacando as experiências em inter-relação dos sujeitos com a universidade pública e o movimento social, assim como as contribuições dos MS que revigoram as experiências da universidade pública e potencializam o sujeito político. Destaca, ainda, as percepções quanto às experiências significativas de formação universitária, assim como no ensino, pesquisa e extensão na constituição do sujeito político. Finalmente o capítulo destaca as interlocuções possíveis entre universidade pública e movimentos sociais.

Reconhecemos, nesta pesquisa, os avanços por que passou a universidade pública na última década. No entanto, resistências ainda persistem, interesses hegemônicos, velhos paradigmas arraigados à cultura acadêmica tradicional, são difíceis de serem rompidos:

Apesar de muitas vezes se recuperarem vozes silenciadas, as formas de pensar e processar estas fontes de conhecimento não romperam, na maior parte dos casos e no fundamental, com os paradigmas dominantes que são perspectivas constitutivas do conhecimento dominante (CUNHA, 2006, p. 11).

O diálogo com formas diversas de construção de conhecimento demonstra seu comprometimento social e político, revelando sua intersubjetividade. Estas inter-relações produzem formas textuais diversas incidindo na dimensão estética do conhecimento (CUNHA, 2006, p. 11-12).

A partir do entendimento de que a consciência social é imprescindível para as transformações sociais no sentido contra-hegemônico, faz-se necessário pensar sua formação, sua constituição. A consciência social permite um olhar para além de nossas questões pessoais específicas e colocam na dimensão do coletivo. Percebe-se que se o fortalecimento da consciência social está diretamente ligado à uma formação política:

Ora, a consciência social nada mais é do que um saber partilhado, um sair de si próprio, mas a partir da consciência de si, para atingir a dimensão do outro na sua circunstância. É um dar-se conta de si, dos outros, de ser um ser social em determinadas circunstâncias, de ser e sentir-se responsável como tal, se necessário, pela modificação destas circunstâncias não apenas no benefício próprio pessoal ou de classe, mas no benefício coletivo da comunidade universal. Isto significa que a politização seria o passo significativo para se ampliar a consciência social na busca de uma sociedade livre, uma sociedade também política cujos governos ajam tanto no interesse de todos quanto sejam por todos controlados (LEITE, 1990, p. 168-169).

Uma consciência social e política é resultado de nossas experiências de vida, dos espaços que ocupamos, das leituras que fazemos, dos diálogos construídos. Uma construção humana, “[...] a consciência não se restringe ao que pensamos, com base nas aparências e representações que formamos, mas, pelo que somos e fazemos, uma vez que é a vida que determina a consciência e não o inverso” (LEITE, 1990, p. 138).

O papel da universidade na potencialização de um sujeito político é evidente, à medida que se constitui enquanto espaço de escolhas, de debates, de diálogos e silenciamentos, à medida que se constitui em espaço coletivo onde a política é inerente. De fato,

As contradições do sistema, vivamente sentidas, mas aprovadas por conhecimento e entendimento racionais, canalizam as aspirações para o vértice da revolução na qual o estudante se coloca potencialmente. A primeira parte do processo de conscientização de dá na própria Universidade, através da discussão e briga com os colegas, depois no assumir a participação política e, ao mesmo tempo no assumir o papel de universitário, dono de um saber técnico, frente à comunidade, “trocando saberes” com ela como alguns referem (LEITE, 1990, p. 160).

Os resultados da pesquisa evidenciam a importância e a necessidade de uma formação política na universidade. As transformações e avanços sociais e econômicos que necessitamos requerem um amplo e eficiente conhecimento técnico em cada área de formação, aliado a uma formação política que possa evidenciar o papel social de cada profissional, a melhor forma de atuação no sentido de fortalecimento da ética e estética, da busca das transformações sociais necessárias e da constituição de espaços profissionais politizados. Aí se vê a necessidade dessa formação:

Se a politização fizesse parte das aprendizagens proporcionadas pela Universidade e, se ela constitui, como julgamos importante elo para a formação ou ampliação da consciência social então, alcançá-la deveria ser imperativo e ser perseguido pelo ensino, tornando-se objetivo intrínseco da cultura universitária, como ocorreu em passado recente, quando o ativismo político estudantil fazia parte da vida acadêmica (LEITE, 1990, p. 167).

A autora afirma a missão da universidade em

[...] transmitir e produzir o conhecimento tecnicamente utilizável, qualificando as novas gerações, assim como deve formar a consciência política dos estudantes. Para ele a universidade é o lugar ideal para a discussão dos temas políticos desde que sob as regras da racionalidade, com clara conexão entre demonstração e argumentação (LEITE, 1990, p. 167).

Percebemos na autora o entendimento da universidade como espaço de exercício da consciência política, seja pela reflexão e produção teórica, seja pela vivência em suas diferentes esferas ou instâncias de decisão como as organizações de estudantes. Leite (1990)

destaca que a universidade, ao formar consciência social, pode levar a uma compreensão política que fortaleça a democracia.

Os sujeitos da pesquisa evidenciaram em suas falas uma compreensão política que vai muito além do senso comum e reconheceram na universidade um espaço de constituição do sujeito político.

Precisamos ponderar, e este estudo evidencia esta premissa, de que a formação do sujeito político e da consciência social não se dão unicamente na universidade. Ela ocorre em diferentes espaços, como nos MS, objeto deste estudo, bem como nos partidos políticos, sindicatos, associações e outros espaços, podendo ser potencializada na universidade, ainda que, em muitos casos, a universidade protagonize esta formação. Assim, produzem-se diferentes resultados em que

[...] a politização não se constitui em resultado decorrente imediato da ação da Universidade e de sua cultura, sobre todos os estudantes. Apenas alguns estudantes formam diferentes valores na Universidade e atingem níveis mais altos de politização, podendo efetivamente produzir-se no processo de aprendizagem uma consciência social (LEITE, 1990, p. 169).

Portanto, reafirmamos nossa tese de que a presença na universidade articulada à participação no MS potencializam o sujeito político.

A construção de uma consciência social, portanto, não se dá em processos e espaços de isolamento, de exacerbação do individualismo, característico do modelo hegemônico. Ela se dá a partir do olhar atento sobre a realidade buscando transformá-la (FREIRE, 2000). Portanto, a consciência social se produz na relação com o outro, no processo de inter-relação com os diferentes sujeitos que compõem o tecido social. A inter-relação entre dois sujeitos políticos potentes, universidade pública e MS, pode produzir interlocuções que levem a mudanças nas dinâmicas de funcionamento de ambos, potencializando o sujeito político a romper paradigmas para a construção de um modelo contra-hegemônico de sociedade.

6.1 UNIVERSIDADE PÚBLICA E MOVIMENTO SOCIAL: EXPERIÊNCIAS EM INTER-RELAÇÃO

Por inter-relação entendemos a capacidade de interagir que existe entre MS e universidade. Inter-relação é definida como: “manter relações com outras pessoas ou objetos. Se inter-relacionar com alguém, interagir”⁴⁰. São destacadas nesta seção as percepções dos

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/inter-rela%C3%A7%C3%A3o/>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

sujeitos acerca da participação no MS e suas influências para as experiências universitárias no sentido de fortalecimento da universidade como bem público. Da mesma forma são apresentadas de que forma as vivências na universidade incidem na participação dos sujeitos no MS.

Para a maioria dos entrevistados, a inserção no MS ocorreu antes de entrar para a universidade. Em alguns casos a participação no MS foi determinante para a motivação ao ingresso na academia.

Para Rose, participação no MS levou-a à universidade. Estar no MS, afirma Rose, agregou à estudante universitária conhecimentos, que levados ao debate dentro da universidade fazem diferença, qualificam e trazem experiências e vivências da luta social. Por outro lado, aponta que a universidade ainda vive um academicismo forte e existem barreiras que devem ser superadas para que a inter-relação ocorra mais intensamente. Por outro lado, segundo Rose, estar na universidade, promove debates e reflexões acerca do próprio MS, pois o fato de colocar-se em distanciamento possibilita perceber fragilidades e potencialidades do MS e para isso a pesquisa teórica é fundamental.

Rose: [...] quando fui fazer a minha graduação, que foi o contato primeiro com a universidade, eu fui através do movimento. Então, o movimento é que me levou pra universidade, que foi uma turma da Pedagogia da Terra. Foi um convenio entre a Uergs e o Iterra⁴¹. Então, foi uma maneira diferente de estar na universidade. Eu não estava fisicamente no espaço... num prédio da Faced, por exemplo. Era diferenciado. Era uma escola de um movimento social. Foi por alternância, um curso por alternância. Foi uma maneira de estar no movimento e de estar na universidade, de forma muito inter-relacionada, que não era uma vivência da universidade, era uma vivência do curso de Pedagogia da Terra, acho que é diferente. Aí, a partir da pedagogia então, eu fui pro mestrado [...]. Estar na universidade também fisicamente. Assim, no prédio da universidade. Então, com certeza, o movimento influenciou muito o estar na universidade, porque entra, eu acho que entra no espaço da universidade uma outra bagagem que é uma bagagem política e que isso se diferencia dos demais colegas [...] que não estão inseridos no movimento social. [...] É isso penso que é interessante no sentido de que traz o debate dos movimentos sociais que muitas vezes não são vistos na universidade. Então, existem algumas experiências desta inter-relação universidade-movimentos sociais, mas no geral da universidade ainda existe um academicismo muito forte. Então, acho que tem muitas barreiras ainda pra serem enfrentadas, pra que consiga estar com essa inter-relação mais efetiva [...]. E eu estar na universidade, a minha contribuição... [...] eu acho que a gente entra com mais qualidade, que tem uma experiência de vida, uma experiência política que contribui, inclusive, pra discussão da universidade. É colocar o movimento social pra dentro da universidade, é colocar uma outra forma de educação pra dentro da universidade, que não é a sala de aula e que é a educação. E eu estar na universidade, pra dentro do movimento, também tem uma diferença, dá um olhar diferente, porque eu pesquiso o movimento. Então, na minha dissertação, eu pesquiso o movimento. Hoje, na minha pesquisa de tese, também é o movimento. [...] tenho um outro olhar do movimento, porque, por essa questão de pesquisar, de pesquisador-observador, pesquisador participante, uma pesquisadora participante, a gente consegue ver outros elementos do movimento e de certa forma consegue contribuir na forma de que a gente vê, está dentro mas também se coloca fora pra fazer a pesquisa. Então, isso contribui também na discussão do movimento[...] E eu acho que o que mais contribui pro movimento é a teoria mesmo. [...] por exemplo, eu consigo estar estudando mais o feminismo que eu estou estudando, escrevendo sobre, pesquisando sobre... [...] .vai também ajudando pro movimento porque o movimento também é uma relação de teoria e prática, né? Então, é estando na universidade, tendo esse tempo, esse momento de estudo, aprofundar algumas teorias, algumas concepções.

⁴¹ Conforme Marlene Ribeiro (2008), o curso de graduação Pedagogia da Terra resultou de um convênio entre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) e o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), resultado de uma interlocução entre MS e universidade pública. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/20665>

Então, também eu passo a contribuir mais com o movimento, sendo dirigente do movimento contribuir pra dentro com essa teoria da universidade. Então eu acho que há uma inter-relação, há uma troca de... e que eu sou as duas... eu não tenho como me separar – “agora eu sou só estudante”; “agora eu sou dirigente”. Então, existe essa troca que o movimento traz pra dentro da universidade e a universidade leva pra o movimento.

Brenda Lee afirma que a inserção no movimento ocorreu antes de entrar na universidade. A academia se fazia presente no movimento apenas para buscar dados para pesquisas e não havia retorno. Após estar na universidade passa a ser referência no movimento a partir das pesquisas. Reconhece a parceria MS e universidade. Destaca, ainda, que as discussões de gênero são novas na universidade, ainda que especificamente na UFRGS elas já ocorram há aproximadamente vinte anos. Ela destaca como avanço o debate e aprovação do nome social, o que é uma conquista significativa para o movimento e consequentemente para os estudantes.

Brenda Lee: Então, eu iniciei no movimento antes de estar na universidade [...] e, de certa forma, como professora, também com a discussão dentro de um outro espaço-escola. Então, quando eu entrei pra universidade, eu já tinha aquele outro olhar do movimento e [...] já estava dentro desse espaço-movimento, já tinha a pauta LGBT e a nossa luta, [...] E aí, quando eu entro na universidade, eu me deparo com um outro, uma outra realidade e é a própria situação de ser, entre aspas, aquele ser diferente que está ali dentro, e por ser a única, a primeira transexual a estar fazendo o curso de mestrado na universidade, eu me deparei com uma série de questionamentos de que, às vezes, o movimento não tem esse olhar acadêmico; não tem essa pesquisa [...]. Mas tem essa vivência do dia a dia, dos aprendizados, das lutas, de, como dizem as meninas, de chutar a porta e entrar, lutar pelos direitos, mas de outra forma. E eu vejo que a universidade hoje tá muito mais aberta e ela procura, ela busca essa discussão lá no movimento. Porque muitos, inclusive muitos acadêmicos [...] vêm buscar o movimento social como subsídio pra poder, enfim, desenvolver suas pesquisas e, de certa forma, ver o outro lado. [...] a gente vê que tem essa necessidade também de não ser só o ratinho do laboratório dentro do movimento [...]. Então, eu acho que é isso, é pensar de que forma o movimento pode contribuir – e contribui muito – pra universidade, e de que forma a universidade pode dar um retorno, seja através de políticas públicas, seja através de instigar pra que a gente consiga discutir. Mas eu percebo que hoje é muito melhor do que era em 2008, 2009. Hoje a gente já tem um campo muito mais amplo e essa parceria, a gente vê que acontece muito mais com frequência do que era antes. [...] Há pouco tempo! Tudo é muito novo! E até pra ti parar pra pensar, por exemplo, as discussões de gênero são muito novas, né? [...] A UFRGS já tem uma caminhada de vinte anos, porque o George⁴² já era um grupo instituído. Mas assim, se tu parar pra pensar, nem sei se de uma década pra cá, né? É... pode ser daí, que foi com os movimentos, né? Foi esse grande movimento que surgiu do governo popular que apareceu, 2003-2004, naquele movimento ali quando o PT assumiu... Então, quer dizer, teve toda uma reviravolta e dentro do nosso cenário, digamos, ativista, também teve essa mudança, [...] Mas acho que a gente tá andando e o que eu acho que foi positivo também a partir da minha inserção na universidade foi a discussão de que sujeito, o nome desse sujeito. O nome social desse sujeito. Hoje, a universidade já discute o nome social, quer dizer, foi aprovado [...] Quer dizer, essa inserção, ela começa a romper com alguns tabus.

Angela afirma que a universidade abre portas, caminhos, para a participação do MS. Afirma que existem diversos coletivos, que ainda não se percebem enquanto MS, ainda invisibilizados na Universidade, que estão presentes em diversas instâncias, que constituem ações e grupos nem sempre tão articulados ao MS externo. Percebe a relação do MS com a

⁴² O Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero “constitui-se em um grupo de docentes e estudantes ligados ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio-Grande do Sul que se dedica a atividades de investigação e ensino. Gênero, sexualidade, etnia, classe, religião, nacionalidade, geração, em articulação com a Educação constituem-se no foco de atuação do grupo”. Disponível em: <<http://george.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

universidade de forma bastante positiva. A inter-relação se dá mais claramente por meio da extensão e pesquisa, pois estas conseguem transpor os muros da universidade.

Angela: A universidade, ela abre caminhos, abre muitas portas [...] eu acredito que essa questão do movimento da universidade abrir portas e o reconhecimento, também... [...] Mas eu entendo que a relação do movimento com a universidade – pra mim, pelo menos –, ela é bem positiva. Justamente por o coletivo que eu faço parte, que é um coletivo de estudantes negros, que ele se formou em 2012, [...] a gente consegue ter pautas aqui dentro, pautar também a universidade, bem como pautar as questões externas. E justamente por estarmos aqui e nos reunirmos na universidade, tudo mais, não tem como a gente fugir. [...] Porque aqui, a gente consegue ter [...] a questão das portas, né? Das redes, também, né? Por mais que existam... Tem muito movimento que se referencia aqui na universidade, que reúne aqui na universidade, que... Enfim, pra além do movimento estudantil, muitos movimentos que existem aqui dentro, que eles ainda são invisíveis, mas que eles existem e a gente consegue circular entre todos eles [...] A maioria deles [...]. Acredito que a questão do tripé, ensino, pesquisa, extensão, né? Principalmente a extensão, eu acho que eu já pude ter uma experiência com pesquisa e com extensão. E eu consigo perceber assim a extensão mais ativa [...]. No sentido transformador, sabe? Chegando até lá, transcendendo o muro da universidade.

Para Dandara, a participação no MS motivou-a a ingressar na universidade. Se percebe enquanto referência para o MS e motivação para que outros ingressem na universidade.

Dandara: A partir da minha iniciação e participação no movimento negro que foi me levando então a caminhar sobre essas perspectivas do que é ser negro, o sujeito negro, movimento negro e as discriminações presentes na sociedade. Então, eu vejo que estar no movimento negro foi o que me proporciona hoje estar dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, né? Por essa caminhada, por essa experiência, mas principalmente pra troca e fortalecimento dos diálogos. [...] O nosso movimento negro, ele não é um, né? São mais de cem entidades, instituições. E o estar aqui dialogando com o movimento negro é também uma referência pra que outros sujeitos possam vir, possam dialogar, possam se fazer presentes dentro da universidade pública federal gratuita.

Jean busca qualificar ainda mais a militância dentro da universidade. A universidade tem espaços para levar as questões do MS, permitindo uma aproximação. Em alguns cursos as questões sociais e do MS encontram mais espaço. O que ocorre, por exemplo, na Faced que tem maior aproximação com o MS e com a vida do que outros. A postura assumida no dia-a-dia da academia revela um compromisso com as questões políticas e sociais e com suas lutas no MS.

Jean: Então, eu começo a ver pontos de contato e pontos de aproximação entre vida e formação, também, que as coisas não são tão desconectadas. Tudo tá mais conectado do que a gente imagina, na vida. Então, eu me formei em 2007. Em 2012, sim, daí eu fiz uma especialização que aconteceu aqui na UFRGS, que é especialização em Ética, Educação e Direitos Humanos; foi a primeira turma. E foi uma opção de formação bem baseada na experiência da militância, mesmo – que de 2007 até 2012, a maior parte do meu envolvimento profissional, de trabalho, de formação estava cada vez mais conectado às demandas do movimento social. E daí eu percebi que eu poderia me qualificar melhor, eu poderia estudar porque, dentro do Somos, a gente faz essa opção de tar sempre próximo, tar sempre estudando e tar sempre próximo da academia e das pesquisas e aproximações mesmo. Então [...] me dei conta de que “ah, eu posso qualificar ainda mais a minha militância buscando essa referência dentro da universidade mesmo”[...]. Então, foi um momento oportuno que eu consegui ver que a universidade tem um espaço pra eu levar essas questões que são próprias do meu trabalho dentro do movimento social. [...] eu consegui fazer uma aproximação bem grande.[...] Eu acho que isso é uma coisa bem característica da Faced, também. Talvez mais da Faced, de se aproximar dos movimentos sociais e da vida do que de outros cursos. [...] Então, questões políticas de acesso, políticas culturais, funcionamento do próprio programa de pós-graduação, algumas hierarquizações e arranjos de poder – tem coisas que eu percebo, que eu me dou conta que eu percebo e que colegas meus não se dão conta porque estão tão imersos dentro da

academia e de seus processos – que alguns são bem perversos – que não se dão conta dessas redes que acolhem, mas que excluem muita gente, deixam muita gente de fora. Não é todo mundo, e não são todos cursos que têm percepções de questões sociais [...]. E provocações. Por exemplo, num debate, numa escrita, hoje eu faço questão em fazer a flexão de gênero, sabe? Quando eu apresento algumas coisas pros meus colegas; quando eu me apresento em uma aula, eu vou apresentar um trabalho, eu sempre cumprimento “bom dia a todos e a todas”. Isso é um jeito de minar com: “ah, que estranho que ele falou ‘a todos e a todas’, mas a língua portuguesa diz que o gênero masculino dá conta...”. Não, a língua portuguesa é uma coisa, na vida, a gente tem que dar visibilidade pra quem... Quando a gente deixa de dizer alguma coisa, quando a gente diz isso a gente tá deixando de dizer tantas outras coisas [...]. E o meu trabalho hoje, meu projeto de graduação, ele tem a ver com questões políticas, de ocupação da cidade, intervenção urbana [...]. São questões relacionadas à política, macropolítica e micropolíticas, também, não relacionadas diretamente às questões com as quais eu trabalho no Somos, mas têm um posicionamento político. Eu sei que eu tenho que deixar uma marca e que eu tenho que produzir algo relevante. Não me interessa eu fazer uma dissertação de mestrado ou defender uma tese que só vai funcionar pra manter a própria academia, pra ser engolida pela própria academia. Eu acho importante que também eu sirva, e que as produções da academia tenham um diálogo com o mundo exterior [...]

Pagu considera a participação no movimento estudantil, como importante espaço de formação. No entanto, afirma que a questão da mulher era pouco discutida na época, período da ditadura militar no Brasil. A militância no movimento de mulheres fez com que ela percebesse o quanto a graduação (Direito) esteve de “costas” para as questões das mulheres. Esta participação fez com que sentisse a necessidade de retornar à universidade, de buscar a teoria. Reconhece a importância da leitura e reflexão acadêmica, assim como do movimento social, afirmando que andam juntos.

Pagu: Na minha graduação – que é Direito, aqui na UFRGS –, o movimento que eu fiz, estudantil, me deu muita experiência. Me dá a noção de que eu aprendi mais fora da sala do que dentro da sala de aula. Aquele Direito daquela época, que era da ditadura militar. [...] Então, na graduação, eu tive muita vivência interna na universidade. Das mulheres, muito pouco. [...] Depois que eu me formo, aí, sim. Na militância com o movimento de mulheres que eu vou ver o Direito, como ele tá de costas para as mulheres [...]. E aí, quando começo a trabalhar com a violência contra a mulher, que a gente vai discutir o posto policial, a delegacia da mulher, as leis, a gente vai dizer: “Meu Deus do céu! Como o Direito cria, produz e reproduz gênero!”. [...] E eu disse assim: “Gente, eu vou parar de militar porque eu tenho que pensar e refletir”. Então, eu volto a fazer o mestrado. Pois agora eu falo, porque eu acho: o feminismo, ele nasceu [...] do pensamento da teoria política. Ele é uma teoria crítica. Existe o movimento social, existe o movimento de mulheres, mas também eles têm que dialogar com as reflexões teóricas, também, que pautam também as agendas políticas. [...] O movimento feminista, ele é um movimento político, e tende a ser também bastante intelectualizado – porque ele não surge do nada. Ele surge das mulheres que se dão conta que estão sendo discriminadas. Aí, tem várias que dizem: “Não pode existir no mundo uma mulher que diga que nunca foi discriminada se é um fenômeno social que abarca sociedades tão distintas. Então, nós temos que ser solidárias porque em algum momento ela sofreu alguma discriminação e não se deu conta”. Essa que é a pegada! [...] Então, o movimento de mulheres, ele entra, mas também a leitura acadêmica e a reflexão também tá junto e uma coisa não acontece sem a outra. Eu não sei se nos outros movimentos acontece isso. No movimento de mulheres, é assim.

Sepé acredita que o MS em si não fortalece ou muda a universidade, mas a presença de cada sujeito, identificado com o MS e suas lutas e as articulações que estes fazem dentro da universidade com outros sujeitos podem provocar mudanças na universidade. Porém não conseguem provocar mudanças nas estruturas da universidade, que é antiga, sólida, difícil de mudar. Acredita que estes são movimentos de mudança que tem identidade e devem ser respeitados. O que os indígenas trazem para a universidade é importante.

Sepé: Eu acredito que o movimento popular não fortalece a universidade. Quem fortalece a universidade é o outro movimento, não o movimento popular. O movimento social não fortalece a universidade. [...] eu falo especificamente dos indígenas. Eu acho assim, que a estrutura dentro de uma universidade não se mudar nunca, ela é muito antiga, muito sólida [...]. Mas eu acredito muito que tem pessoas dentro da universidade que são capazes de fazer com que as coisas mudem. Mas são pessoas. Mas não a universidade como estrutura. Então isso é importante! [...] Mas tem pessoas que eu sei que dentro das universidades brasileiras, ou fora do Brasil, que criam estruturas dentro da universidade que sobrevivem, elas sobrevivem a muita custa, tentando desenvolver. Essa gente, essas pessoas, esses movimentos, têm uma identidade que nós temos que respeitar, nisso eu acredito. Mas mudar a estrutura por causa disso, claro que não. Essas coisas [...] não é que eu trago, mas que os indígenas trazem, que o movimento popular são pessoas, grupos que se identificam dentro da universidade. Esses sim, esses são capazes de mudar. São importantes. E são esses grupos também que conseguem também fazer uma reflexão a respeito disso. [...] essas pessoas que eu falo, que tão dentro da universidade, nos anos 80, final dos anos 70, não tinham mudado o olhar sobre os indígenas. Mas a universidade em si não mudou. Mas as pessoas que mudaram...

Quando entrou na universidade, Martin já tinha uma consciência racial construída no movimento negro, na linha de natureza política. Não buscava construir na universidade a identidade racial, como acredita que até hoje não acontece. Este não é o papel da universidade, é papel do movimento. Na universidade buscou o conhecimento científico. Para Martin, o movimento negro e outros movimentos sociais sempre dialogaram com a universidade, em alguns momentos com mais dificuldade. A política de cotas, afirma, não se esgota na questão do "combate contra o racismo". A universidade, e todos os organismos públicos, não podem ficar omissos às "práticas racistas", sem mecanismos de regulação. Remover as práticas discriminatórias deve ser um compromisso do estado e das universidades brasileiras, o que vai muito além de combater o preconceito. É preciso construir uma ação política para ter resultados, a teoria não alcança. A questão é como irão reagir os agentes públicos da educação diante dos novos atores que chegam à universidade.

Martin: Eu desenvolvi ao longo do tempo e sempre as mesmas reflexões, [...] da relação entre o movimento negro e as relações com o status. E no qual eu incluo a universidade. Então a minha experiência com a universidade, que eu entrei em 76, nós éramos meia dúzia de negros, que cada qual eu sabia o RG de cada um [...] É, na UFRGS. Mas eu [...] já tinha uma construção de consciência racial. Eu já vinha das discussões do movimento negro, do protesto negro [...] que abriram caminho pra construção do inconformismo negro na época, e que era de natureza política. Porque coincidia também com no âmbito da ditadura, né? Só que não tive nem uma ilusão e não tenho até hoje [...] que a universidade pudesse me construir identidade racial. Universidade não foi feita pra isso, eu não tenho crença que faça isso. Então o movimento negro faz melhor isso. Então eu tenho dito que é um risco nós transferirmos pra universidade as coisas que nós sabemos fazer melhor. Então a universidade pouco influenciou na construção do movimento negro e eu acho que pouco vai influenciar pras gerações de agora. O que a universidade me deu foi o conhecimento científico. [...] Que a universidade foi feita pra isso. [...] E do conhecimento que pode te levar pra um lado, ou que pode te levar pra um outro. Que muitos dizem que a universidade é conservadora é elitista e tal. Mas [...] a universidade criou uma geração de intelectuais de esquerda brilhante e formados no quadro de ditadura. [...] O movimento negro ao longo do tempo e outros setores do movimento social sempre dialogaram com a universidade, em [...] situação de desigualdade, com dificuldades mais aqui, mais ali. Mas a universidade quer queira, quer não, ela tem canais de intercâmbio com a sociedade. Bom, os setores hegemônicos da sociedade têm uma relação mais privilegiada. [...] A relação do movimento social negro com a universidade, e não apenas com a universidade, com o setor público era muito distante. Tava uma fase muito larval desse ciclo, da relação do movimento social negro com o poder público e não sabemos ainda quais são as competências, quais são as tarefas e responsabilidades do Estado brasileiro, perante a promoção da igualdade racial e quais são as responsabilidades

do movimento negro perante a condição da identidade racial, digamos. [...] eu não creio que as universidades possam se metamorfosear, sensíveis a todo discurso do movimento social e grupos sociais. Isso aí ocorre dentro da realidade da universidade, da capacidade, da porosidade que algumas áreas têm, da capacidade que alguns discursos têm, da capacidade que algumas ações têm. [...] Agora, isso aí não desobriga a universidade das suas responsabilidades de bem público. [...] Então, tem debate um pouco enviesado na minha visão, sobre a questão do racismo institucional. [...]. Porque o racismo institucional seria um conjunto de normas, condutas, práticas, regulamentos e leis que impedem a igualização de direitos e de acesso pela origem racial. Só o fato das universidades brasileiras aderirem à política de cotas nesse plano, os isentaria da acusação de praticar racismo institucional. Agora, o que as universidades não podem ficar, e todos os organismos públicos, que todo ambiente público, toda zona pública, não pode ser omissa à manutenção de práticas racistas na instituição, sem que possam ter mecanismos de regulação [...]. Bom, então, eu acho que as universidades públicas, os ambientes públicos do Estado brasileiro tem obrigação de construir ações e compromissos, e desafios para que afastem, que removam das suas instituições práticas discriminatórias. [...] Então eu acho que os entes públicos, eles se constituíram à revelia de qualquer proposta de igualdade racial, de justiça social, e se fecharam nessa lógica. Não tem como tu dar o tiro mortal nessa lógica porque a genética da universidade, por exemplo, ela tem essa característica, ela não foi feita pra negros e pobres e índios. Ela não foi concebida assim. E é uma ilusão supor que ela vai mudar as suas estruturas, que os procedimentos metodológicos da aula de biologia vai mudar porque tem negros agora. Que procedimentos educativos na área da pedagogia vai mudar por que tem negros e índios. O que tem que mudar é como que esses agentes públicos em educação vão reagir diante de atores novos.

Martin problematiza algumas questões da universidade, como ausências de estudos sobre a presença do negro em determinadas áreas. Afirma que é preciso cuidado em, ao defender a diversidade, não reafirmar a subalternização. Considerando a universalidade da ciência, o negro precisa ocupar todos os espaços, em todas as áreas. A ocupação de todas as áreas e na gestão pelos negros, resultado da política de cotas, vai provocar mudanças nas relações de trabalho e como subproduto teremos a melhora da diversidade, a redução do racismo e outras políticas pautadas pelo estado. As mudanças provocadas pela ação do MS nem sempre são imediatas, em muitos casos elas são lentas e os resultados serão percebidos pelas futuras gerações.

Martin: Eu tô na universidade como servidor concursado há 30 anos, tenho convivido com a universidade desde 76, portanto há 39 anos, e milito no movimento há 42 anos. [...] Aí, eu não construí uma identidade depois de ir pra universidade, ou então, eu não me formei e depois fui pro movimento, assim, por influência da universidade. Porque a rigor a universidade não influencia ninguém pra ir pro movimento. Mas tu tem essa possibilidade [...]. Tem poucos estudos sobre as relações raciais no trabalho, tem poucos estudos sobre essa dimensão do negro no desenvolvimento nacional. Qual é o papel do negro no macrodesenvolvimento. Há pouco estudo. E é pouca pauta do movimento negro. [...] Essa hegemonia da formação acadêmica dos negros somente pra área de humanas, esse estilo que a universidade, alguns setores da universidade, que os negros façam estudo na área de ação afirmativa, de racismo na educação, é uma guetização intelectual, é uma cilada. É o termo que eu uso, pra interditar o negro dos espaços hegemônicos pela branquitude. O acesso à universalidade me parece que seria a subversão da lógica do racismo, cria algumas ciladas muito sutis, que o negro tem caído nela. Há alguns sinais agora na universidade, os negros tão indo pras exatas. A maior parte das vagas dos cursos, que tão com ocupação total no nosso programa de cotas, são das áreas competitivas. [...] Então rompe-se uma espécie de determinismo [...] O destino da ciência, as intenções, a intencionalidades, são de natureza política. Mas a ciência é universal. [...] Faltou então essas mediações, que necessariamente devem ser feitas entre saber acadêmico e os saberes de vida, da cultura popular e o senso comum [...]. O papel está subalternizado em nome da defesa da diversidade. Então tem caminhos que são ciladas, as vezes, e que a gente percebe isso depois de velho. [...] Que eu não tinha, nem material empírico, nem maturidade pra ta interpretando como sociólogo. [...] A academia me proporcionou isso, de gestor, isso é um bem fantástico. [...] Então tem como, eu acho, tu criar uma agenda de introduzir essa defesa... de temas do ideário, vinculado com a tua matriz étnica, com a tua matriz ideológica, dentro da universidade. Agora, tem que compreender que é uma disputa, que a universidade não foi feita pra tá absorvendo esses conflitos, mas isso vai ser sempre, porque a

universidade sempre tem conflito. [...] Eu não sei se ela vai se modificar por ação das cotas, né? Ela vai se modificar pelo ingresso de estudantes negros, que vão querer se formar. Mas a cota em si, do ponto de vista conceitual, a luta contra o racismo, isso aí vai provocar mudanças culturais e comportamentais, mas sem desestruturar a lógica da universidade que é de pesquisa, ciência e extensão. [...] Bom, então, isso faz com que eu não tenha muita ilusão assim com a capacidade das universidades, e todas, não apenas a UFRGS [...] de darem um salto nesse campo. O que eu tenho crença é que a política de inclusão: negros e pobres na universidade, nessa perspectiva de política estatal de redução da desigualdade racial pode ter efeito, já tá tendo efeito, tímidos. [...] Por exemplo, na UFRGS entraram de 2008 a 2015 cerca de 3.000 estudantes auto-declarados negros. Bom, teve 62 cursos com ocupação total de vagas; com predomínio dos cursos de densidade média e alta. A Faculdade de Direito tá preenchendo todas as 53 vagas. Esses alunos vão se formar e vão querer ser procurador, juiz de direito, desembargador, defensor público, daqui há 10, 15 anos poderá mudar um pouco o padrão de relações no trabalho, que vai mexer um pouco com aquilo que eu falei antes, da naturalização da hegemonia: “Quem tem que fazer ciência, quem tem que pensar o mundo da universidade são os brancos”. [...] Paralelamente tem sub produtos: melhora a diversidade, tu pautas o Estado brasileiro pra criar mecanismos de redução do racismo na instituição, programas efetivos que monitore a interdição de desenvolvimento funcional de servidores, tendo como base a origem racial. [...] Eu tenho dito que a base informacional resultante da política de cotas, ela é muito pobre, ela não permite ainda, digamos, que ela é grande a partir do patamar que não tinha nada, mas ela não promoveu tecnologias ainda. Ah, nós temos lá na CAF ensaiado uma proposta inédita de se fazer um curso de especialização de gestão de ações afirmativas. Para construir uma geração de gestores, brancos e negros, para operar essa política. [...] Minha participação aqui na política de cotas, como vice-presidente da comissão especial lá de 2007... então eu acompanho a gênese desde lá. E eu não pensei que eu ia chegar nisso. Porque via de regra, quando se é militante jovem, tu quer ser protagonista das mudanças, então tu peca por acelerar indevidamente os processos, mas é natural, é humano isso. E eu fazia isso, lá no começo, depois “Não, o negócio não é bem assim; eu vou me resignar que é os meus filhos que vão ver, os meus netos”. Mas eu tive o prazer de ver algumas coisas que eu não ia imaginar.

Constatamos que seis dos oito entrevistados participaram do MS antes de ingressar na universidade. Para quatro dos entrevistados (Jean, Pagu, Rose e Dandara), a participação no MS motivou-os a ingressar na universidade. Pagu afirma que estar no movimento fez perceber o quanto a universidade (à época da ditadura militar) esteve de “costas” para a questão das mulheres. Podemos afirmar que esteve de costas para outras questões e demandas sociais, considerando que o acesso era bastante restrito. O ingresso na universidade levou Brenda Lee Dandara e Rose a se sentirem referência para o MS e motivação para outros integrantes do movimento ingressarem na academia. Para Rose, estar na universidade representa carregar uma bagagem política, experiências de vida de percepções de mundo, mas a universidade ainda apresenta resistências, um academicismo forte. Enfrentar estas resistências é importante para efetivar uma inter-relação. Por outro lado estar na universidade permite um novo olhar sobre o movimento, de pesquisador participante, leva outros olhares ao movimento contribuindo significativamente com os debates. Brenda Lee destaca que a academia se fazia presente no movimento apenas para buscar dados para pesquisas, não havia retorno e seu ingresso na universidade a torna referência no movimento a partir de suas pesquisas, realidade que começa a mudar. A universidade passa a romper “tabus”. Jean busca qualificar ainda mais a militância dentro da universidade e afirma que a universidade tem espaços para levar as questões do MS, permitindo uma aproximação, especialmente em alguns espaços da universidade, como a Faced e cita o “Curso de Especialização Ética e Educação em Direitos

Humanos”. Pagu afirma que foi no movimento social que ela teve a dimensão do quanto a formação acadêmica pode reproduzir gênero. Reconhece a importância da leitura e reflexão acadêmica, assim como do movimento social, afirmando que andam juntos neste processo. Sepé acredita que a presença de cada sujeito, identificado com o MS e suas lutas e as articulações que estes fazem dentro da universidade com outros sujeitos podem provocar mudanças na universidade, mas não conseguem provocar mudanças nas estruturas da universidade, arraigada e difícil de mudar. No entanto, existem pessoas e grupos na universidade capazes de provocar mudanças, criando novas estruturas. Angela afirma que a universidade abre portas, caminhos, para a participação do MS. Afirma que existem diversos coletivos, que ainda não se percebem enquanto MS, ainda invisibilizados na universidade. Percebe a relação do MS com a universidade de forma bastante positiva. A inter-relação se dá mais claramente por meio da extensão e pesquisa, pois estas conseguem transpor os muros da universidade. No ensino esta relação está "defasada". Para Martin, o movimento negro e outros movimentos sociais sempre dialogaram com a universidade, em alguns momentos com mais dificuldade. Não acredita que a universidade possa se transformar completamente, mas pode estar sensível aos discursos do MS, o que já ocorre dentro na universidade, em algumas áreas, assim como em alguns discursos e ações. A política de cotas, afirma, não se esgota na questão do combate ao racismo. Remover as práticas discriminatórias deve ser um compromisso do estado e das universidades brasileiras. É preciso construir uma ação política para ter resultados, a teoria não alcança. A questão é como irão reagir os agentes públicos da educação diante dos novos atores que chegam à universidade?

O MS está presente na universidade, não oficialmente, enquanto instituição, mas está presente pelos sujeitos do movimento que carregam as vozes, olhares, lutas, desafios e perspectivas do movimento por onde andam. Sujeitos que ousam fazer o debate, articulações, propor alternativas e fazer acontecer transformações necessárias e urgentes na universidade. Estes olhares são fundamentais para a construção de uma universidade pública na perspectiva contra-hegômica.

A universidade se apresenta como importante espaço de fundamentação teórica, que aliada à ação do movimento se constitui em potencialização do sujeito político. Estas experiências em inter-relação fortalecem as lutas e o debate em torno de questões sociais importantes, pautadas pelo MS, mas que se constitui em demanda social. A universidade é percebida como espaço de qualificação do militante social. Nela há espaços significativos de aproximação com as questões do MS, ainda que se revele mais efetiva em determinados cursos e unidades. Os posicionamentos e atitudes cotidianas na universidade revelam uma

postura diferenciada, trazendo as questões do MS e suas lutas, trazendo a política para a academia ao pautar suas percepções e questões específicas do MS e, ao mesmo tempo, comprometer-se com as questões sociais. Podemos afirmar que a inter-relação universidade e MS potencializa o sujeito estudante, assim como o sujeito engajado no MS. Inúmeras ações ocorrem a partir desta relação tanto na universidade quanto no MS. Elas ocorrem de forma mais clara na pesquisa e extensão. No ensino ainda se constitui um desafio.

Verificamos que a participação no MS é importante motivador para o ingresso na universidade, nela os sujeitos buscam conhecimentos teóricos, mas também estabelecer diálogos e trocar experiências. Os sujeitos se percebem enquanto referência pelo acúmulo de experiências e abrem caminhos para mais participações. Na universidade buscam novos conhecimentos que possam potencializar a ação do sujeito no MS. Brenda Lee e Rose destacaram a necessidade que surge da participação, fazendo com o sujeito se sinta motivado e ao mesmo tempo impelido a buscar mais conhecimentos e a cobrar de si mesmo uma atuação mais qualificada no MS, com a possibilidade de melhor argumentação e indicação de outras referências, encontradas na universidade.

Estar na universidade representa carregar uma bagagem política, experiências de vida de percepções de mundo, mas a universidade ainda apresenta resistências, um academicismo forte, como afirma Rose. Enfrentar estas resistências é importante para efetivar uma inter-relação. Por outro lado estar na universidade permite um novo olhar sobre o movimento, de pesquisador participante leva outros olhares ao movimento contribuindo significativamente com os debates. O ingresso de estudantes ligados ao MS na universidade se dá em uma perspectiva diferenciada, afirma Rose, não aquela de buscar estabilidade econômica ajustando-se às determinações do mercado, mas na perspectiva de se potencializar a partir das teorias e dos debates estabelecidos na academia, no sentido de contribuir de forma ainda mais significativa com o MS e com a sociedade. Por outro lado, Martin afirma ter buscado na universidade melhorar de vida, estabilidade econômica, e que a universidade tem este papel de qualificar profissionalmente.

Destacamos aqui, nas falas dos sujeitos a importância do conhecimento teórico para a participação social. O conhecimento empodera o sujeito, dá-lhe segurança, firmeza e argumentos. Daí a relevância do saber construído na universidade, de pensar no que se estuda, para quê e para quem (ZITKOSKI, 2011). Conforme os depoimentos há uma inter-relação ou uma “troca” entre MS e universidade. O sujeito traz à universidade um saber específico da prática, das relações vividas no movimento, e leva da universidade uma síntese, um conhecimento importante para o MS. Nessa troca,

Os movimentos sociais trazem para a pedagogia algo mais do que conselhos moralizantes tão do uso das relações entre mestres e alunos. Recolocam a ética na dimensões mais radicais da convivência humana, no destino da riqueza, socialmente produzida, na função social da terra, na denúncia da imoralidade das condições inumanas, na miséria, na exploração, nos assassinatos impunes, no desrespeito à vida, às mulheres, aos negros, na exploração até da infância, no desenraizamento, na pobreza e injustiça... Aí nessas radicalidades da experiência humana os movimentos sociais repõem a ética e a moralidade tão ausentes no pensamento político e social. E pedagógico também (ARROYO, 2003, p. 42).

A importância estratégica da inter-relação entre universidade e MS pode também ser pontuada em termos de visão de futuro:

Por ásperos, fragmentados e incipientes que sejam os conflitos entre os movimentos sociais e por mais débeis que sejam os laços dos setores acadêmicos com as lutas sociais, é certo que o futuro da universidade pública latino-americana dependerá, fortemente, do avanço desses nexos virtuosos entre a universidade e as lutas anti-imperialistas e anticapitalistas (LEHER, 2015, p. 14).

Concordamos com esta afirmação e as entrevistadas ratificam a necessidade desta articulação para que a universidade pública cumpra seu papel na luta contra-hegemônica. O MS sempre esteve presente na universidade, na representação de seus sujeitos. No entanto, as políticas recentes, com ampliação do acesso, também fizeram intensificar a presença destes estudantes na universidade e a consequente aproximação com o MS. A Universidade pública, com sua constituição rígida, se apresenta como um espaço difícil de ser transformado em sua estrutura e não foi constituída para atender a sociedade, estar aberta à diversidade. No entanto, ela pode e precisa estar aberta aos temas e lutas do MS, aqui representados por seus sujeitos; o que já vem acontecendo em alguns setores, espaços e experiências já mencionadas aqui. É importante destacar que, a implantação de uma política, por si só não elimina os problemas e as discriminações, como foi destacado na entrevista de Martin. Por exemplo, política de cotas, não elimina por si só o racismo é preciso que ele seja combatido permanentemente, ou seja, todas as práticas discriminatórias precisam ser combatidas cotidianamente, pois a institucionalização não dá conta. A universidade precisa fazer acontecer a mudança anunciada com a entrada de novos sujeitos a partir da política de cotas, rever conceitos, metodologias, práticas e estruturas administrativas e, assim, contribuir com seu papel de bem público.

As problematizações pautadas por alguns sujeitos da pesquisa são bastante significativas. Martin, por exemplo, questiona o determinismo que levou os estudantes negros a ocuparem determinadas áreas em detrimento de outras. Uma subalternização velada. É imprescindível a ocupação de todos os espaços tanto por negros quanto por indígenas, mulheres e LGBT, só assim a democratização e o respeito as diferenças pode se concretizar, especialmente áreas até pouco tempo dominadas pelos brancos e em muitos casos do sexo

masculino. A política de cotas provocou mudanças na ocupação de vagas da universidade pública, mas por si só não rompe com as estruturas tradicionais e historicamente construídas. É preciso que a ação de cada sujeito, no caso sujeitos do movimento identificados como potentes, possa se efetivar no sentido de democratizar os espaços e as práticas universitárias em todos os níveis. É importante ocupar os espaços de gestão. As transformações são lentas e precisamos mover nossas ações pensando, também, nas futuras gerações, em que mundo vamos deixar para nossos filhos.

6.2 MOVIMENTO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES QUE REVIGORAM AS EXPERIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E POTENCIALIZAM O SUJEITO POLÍTICO

A partir dos estudos aqui realizados, segundo os sujeitos da pesquisa, podemos afirmar que o MS contribui significativamente no processo de formação do sujeito político a partir da construção de uma consciência social. Esta construção possibilita o reconhecimento de suas lutas e os espaços de conquistas possíveis de serem abertos, uma vez que

A consciência gerada no processo de participação num movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas de população, no presente e no passado. Os encontros e seminários contribuem para a formação desta visão que historiciza os problemas. Este conhecimento leva à identificação de uma dimensão importante no cotidiano das pessoas, a do ambiente construído, do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana (GOHN, 1994, p. 20).

Por outro lado a formação acadêmica pode também contribuir com esta tomada de consciência e com as lutas empreendidas pelo MS, historicizando o processo, como afirma Gohn (1994, p. 21), para quem “esta dimensão possibilita uma grande articulação entre o chamado saber popular e o saber científico, técnico, codificado”.

Em Arroyo (2003) encontramos a afirmação de que os MS problematizam e nos afastam do academicismo burocratizado, aproximando o conhecimento da realidade, com novas lógicas e valores que levam à intervenção social.

Destaco aqui as contribuições trazidas pelo MS que revigoram as experiências da universidade pública e potencializam o sujeito político. O significado da presença e olhares dos sujeitos em movimento no protagonismo e fortalecimento de experiências e diálogos contra-hegemônicos, assim como os limites e desafios encontrados na universidade pública.

Para Rose, o MS contribui significativamente para a universidade com a presença ativa dos sujeitos, com sua luta por uma educação pública de qualidade, a implantação da educação do campo pode ser considerada resultado das lutas do MS, transformada em

política. Também contribuí participando das experiências de extensão, assim como na pesquisa sobre o sujeito político.

Rose: Eu penso que essa questão do movimento entrar na universidade, que se nós formos olhar não é há tanto tempo assim que a universidade tem uma abertura, digamos, pra pobre estar na universidade cursando pós-graduação, com bolsa de estudo... [...] Por exemplo, eu até pensava em estudar pro doutorado, mas isso era um sonho muito longe e que se concretizou, mas quando eu me formei no ensino médio, quando eu concluí o ensino médio, eu não tinha essa perspectiva de entrar direto porque não tinha tantas possibilidades. Hoje, na mesma cidade, que continua com os mesmos 3.200 habitantes, no interior, as pessoas concluem o ensino médio e já têm uma perspectiva de ir pra universidade. Então, eu acho que nas últimas décadas no Brasil, últimas duas décadas, talvez uma e pouco, é que se tem essa possibilidade dos pobres, dos trabalhadores e trabalhadoras entrar na universidade, e, com isso, também militantes do MS [...]. Eu acho que essa entrada do movimento na universidade é uma contribuição que o movimento pode dar pra revigorar as experiências da universidade. [...] no momento da pesquisa, que a universidade está fazendo seu papel, de pesquisar o sujeito político, eu acho que também é uma contribuição que os movimentos podem dar [...]. Então, algumas experiências da extensão com os movimentos sociais também é uma forma que a universidade contribui com o MS, mas há uma troca [...]. Assim como as lutas dos MS, a luta por educação pública de qualidade, eu acho que a própria educação do campo, que foi uma luta muito grande dos MS, se tornou uma política, mas que continua sendo uma luta pela qualidade, pelas concepções de educação do campo. Então, eu penso que sejam formas que os MS contribuem pra universidade.

O MS, afirma Brenda Lee, está dialogando permanentemente com a universidade, buscando aporte político, intelectual e cultural. O MS abre espaço para a universidade se fazer presente. Trazem para a universidade temas para o debate.

Brenda Lee: É dialogando o tempo inteiro com a universidade. Porque o movimento precisa também de outras fontes. Porque senão o movimento se esvazia, não só politicamente como intelectualmente, culturalmente. Porque tu vê hoje toda fala que a universidade também traz nas pesquisas são importantes pro movimento. Então, eu acho que é uma troca, né? E esses momentos de troca, eles têm que acontecer o tempo inteiro. Porque daí nós vamos poder subsidiar o movimento, de certa forma, enriquecer. [...] Antigamente, se falava em hermafroditas, que era o termo. Hoje, a gente entende que é intersexo, ou seja, intersexualidade. Quer dizer, são essas questões e essas pesquisas e esses aprofundamentos que estão dentro da universidade e que ele também tem que abrir. E eu acho que então, quando eu vejo, assim, num evento do movimento social, por exemplo, do movimento LGBT, ter, na mesa, ou nos debates, pesquisadores ou professores ou pessoas que já têm uma caminhada, eu vejo que isso que é a troca. Quer dizer, é o retorno e a importância disso pra poder subsidiar os dois grupos.

Para Dandara, o MS em especial o movimento negro, contribuem significativamente, sempre que a universidade dialoga, abre suas portas revigora as experiências e potencializa o sujeito político. Como resultado deste processo o sujeito passa a orgulhar-se de sua identidade e de poder contribuir na academia a partir de suas experiências no MS.

Dandara: Eu acho que o movimento social, principalmente o movimento negro, tem muito a contribuir. No momento em que a universidade flexibiliza suas barreiras, dialoga com os sujeitos que não são seus espaços de senso comum, que não trazem essa bagagem, essas diferenças, essas culturas e essa diversidade presente dentro do espaço acadêmico, com certeza, ele vai revigorar as experiências de universidade pública e vai também potencializar o sujeito político. Esse aluno vai passar a ter orgulho de ser negro, de ser indígena, de ser gay e vai passar a contribuir a partir do seu espaço. O lugar de onde ele fala é a sua luta, é a sua vida. Então, isso tem muito a contribuir dentro da experiência da universidade, desde que ela esteja aberta à redemocratização. Desde que ela queira fazer esses diálogos.

Para Jean, a democratização do acesso possibilita maior equidade, assim como a descentralização da universidade, a interiorização, possibilitam que ela esteja em espaços novos e mais próximas das pessoas possibilitando a aproximação com as demandas sociais e dos MS. Questiona a homogeneização e formatação produzida pela universidade e até que ponto as experiências de um travesti, por exemplo, que chega à universidade, é considerada neste contexto, até que ponto ela poderá trocar suas experiências na universidade.

Jean: Eu acho que estando mais atento a essas experiências da vida, mesmo, porque aqui se estudam os sujeitos; lá fora, são os sujeitos, vivendo e tal. E eu acho que esses sujeitos que são objetos nas pesquisas, na maior parte das vezes, eles pouco acessam, eles nem conhecem esse espaço de pesquisa, esse espaço que os pensa, que pensa sobre as suas vidas, que fala sobre eles. Eu acho que é importante ter mais espaço de protagonismo, mesmo, pra esses sujeitos ligados a qualquer movimento social. Mais espaço de fala, mais abertura, mais programas de equidade, de acesso mesmo, né? A gente precisa de mais negros dentro da universidade, como a gente precisa de mais pobres, como a gente precisa de mais indígenas, como a gente precisa de mais travestis, como a gente precisa de, enfim, todo mundo tem que tar aqui. [...] Não é nem uma expectativa de que “ah, vai dar visibilidade pra organização, pro que eu penso”, mas em que medida isso eu posso trocar e trazer pro meu cotidiano, também, né? [...] Mas talvez também as questões, os temas, os assuntos, as áreas de concentração – será que elas ainda nos interessam do jeito como elas são trabalhadas ou abordadas ainda? Será que têm a ver com a vida lá fora? [...] Os grandes doutores, as grandes doutoras se formando dentro desses espaços, mas que não têm articulação real nenhuma com a vida, com os sujeitos, as coisas que são pesquisadas. E ao mesmo tempo existe uma pressão pra academia de produção, que distancia ainda muito mais da vida porque tu passas a produzir incessantemente e incansavelmente pra dar conta dessa máquina... Das exigências, porque tem que pontuar [...]. Mas são poucos espaços ainda dentro da universidade que abrem espaços pros movimentos sociais.[...] Pois é, eu acho que a democratização de acesso, eu acho que é um acerto que vem. É uma medida que vem sendo acertada dentro da universidade pública, cada vez mais, possibilitando a equidade, a ocupação de vagas. Eu acho que descentralizar mais as universidades – quanto mais elas estiverem fora dos grandes centros e mais pra outras áreas; interiorizar a universidade, mesmo, que essas demandas estejam mais próximas, estejam mais disseminadas, eu acho que isso é um aspecto positivo de aproximação com a vida, com a demanda dos movimentos. Talvez alguma coisa relacionada à diversidade de linguagens, também, sabe? Por que que todo mundo tem que escrever do mesmo jeito, né? Isso baliza realmente uma pesquisa, uma formação, uma forma de pensar? Os saberes são tão diversos, né? Será que uma defesa oral não... a cultura oral, ela... Tem significado, tem menos valor que um compêndio de mil páginas, uma tese? [...] Os saberes são tão diferentes. Eu acho que a universidade às vezes não dá conta de saber o que fazer. Ela acaba homogeneizando, também, na verdade, os saberes, os lugares. Não interessa muito de onde tu veio. Tu, o método vai te deixar meio que todo igual. É, será que a experiência de uma travesti que consegue entrar na universidade... Primeiro, ela vai ter bastante trabalho pra se manter, mas quando ela sair daqui, de que jeito que ela vai sair? Será que ela vai sair tão formatada? Será que a experiência dela de vida em algum momento vai borrar, vai poder trocar com esse lugar da universidade? Com esses discursos?

Para Pagu, as portas da universidade devem estar abertas ao MS e ter disposição ao diálogo. Por outro lado, nem todos os MS se propõem a dialogar com a universidade. Acredita que a universidade faça o movimento de dialogar e se abrir para o MS. Reconhece que a universidade vem abrindo espaços para o MS e que ambos ganham com este diálogo.

Pagu: Os movimentos sociais têm que encontrar a universidade com as portas abertas, certo? E também têm que ter uma disponibilidade de fazer o diálogo. Nem todos os movimentos sociais querem dialogar com a universidade. Porque acham que é o lugar da elite pensante. Então, tem movimentos que estão à margem nesse processo e não querem fazer esse diálogo. Mas acredito que a universidade faça o caminho – ela faça o movimento de abertura. Eu fui convidada pra participar de uma extensão do Deds [...]. Formação de lideranças negras. [...] Eu digo: “Eu não posso falar por uma mulher negra. Mas eu posso ser uma pessoa que reconheço que eu, quando entro numa sala que só tem homens, eu sei o que os homens não sabem, que é o tu entrar numa aula onde só tenha homens. Mas eu posso imaginar o que é entrar uma mulher negra num lugar onde só tenha

peças brancas. E ser uma aliada dela nessa luta. Mas falar por ela, dificilmente eu vou conseguir falar. Porque eu não sei o que é ser uma mulher negra num espaço onde só tem brancos”. É óbvio que é diferente. [...] Não é tirar a nossa branquitude, mas ter a humildade de reconhecer: “Eu não consigo falar”. Esse é o choque hoje entre as mulheres brancas e as mulheres negras dentro do Brasil. Que as negras vêm: “Vocês não falam por nós”. As indígenas ainda não chegaram nesse patamar “Vocês não falam por nós”, mas tão chegando lá, eu acredito. Tá mais difícil porque elas estão mais à margem ainda do processo de inclusão. [...] Então, é uma disputa importante da visibilidade de você falar por quem? Você representa quem? Então, eu posso falar enquanto uma mulher branca, mas que também não sou a mulher ocidental. Eu não sou europeia. Eu sou da América Latina! Eu sou uma colonizada! Como é que é esse processo? Bastante interessante. [...] Então, é essa abertura, ou seja, tem alguns locais na universidade que tão abrindo algumas portas pra esses diálogos com a comunidade, com os cursos de extensão. [...] Ganham a universidade e ganham também os movimentos que vêm pra universidade.

Sepé acredita que o MS teve sua força e grande contribuição antes do governo Lula. Após este período perdeu força. Acredita que a presença de estudantes ligados aos MS na universidade possa revigorá-los. Afirma que a política de cotas é muito boa, mas a universidade não está preparada para receber os estudantes indígenas. Destaca, também, que estes estudantes que chegam via ações afirmativas acabam não dando retorno ao MS, mas o retorno se dá ao projeto de estado.

Sepé: [...] os movimentos sociais – isso é uma opinião minha – já tiveram seu momento, antes do governo Lula. Esse foi um momento importante pro movimento social, que puderam contribuir de todas as formas. Pós governo Lula, não se contribuiu mais. [...] acho que dentro do movimento, de novo, são pessoas tentando sustentar pessoas dentro da universidade. São pessoas, não é o movimento. O movimento morreu. [...] Ele deu uma encolhida muito grande. Talvez as pessoas que saiam desses movimentos, que vão pra universidade, possam revigorar o movimento. [...] Aí nós, que somos do movimento e vamos pra universidade, eu acho que nós temos – não sei é obrigação ou não – mas nós precisamos dar... o movimento não contribuí mais. Contribuí. Mas então, quando eu falo dos indígenas, quando os indígenas vão pra universidade, ela não tá preparada pra receber esses alunos. Acho que assim, ótimo essa política de cotas. [...] O problema é que essas pessoas que vêm via política, elas não correspondem mais àquela necessidade do movimento, elas não voltam pro movimento, elas não têm retorno pro movimento. Elas têm o retorno de outra forma, mas não pro movimento. Ela vai dar retorno para um projeto do governo, um projeto do Estado, não para um projeto do movimento mais. Então eu acho que tem muitos alunos que conseguiram ingressar na universidade. Isso é bom, por que traz outras formas de pensamento. É muito bom, mas ele vem tentar dar conta de uma política do governo, não do movimento mais. Então, sabe, são coisas que se tem que pensar.

Martin afirma que o movimento negro está dando sua contribuição para revigorar as experiências que potencializam o sujeito político na universidade pública. O movimento negro se constitui em um conjunto de entidades. Ele faz referência aos negros em movimento, sendo que cada um é parte e carrega as expressões do movimento, fazendo pressão dentro da universidade. As pautas ainda se voltam apenas para as políticas de reconhecimento, voltadas às questões simbólicas. Sem menosprezar estas pautas, ele afirma que é preciso avançar na luta por pautas políticas e econômicas para que o negro possa ocupar todos os espaços, estar em todos os lugares.

Martin: [...] o movimento negro institucional é um conjunto de entidades. O movimento negro diz que são os negros em movimento, então cada negro que vem aqui, ele é uma parte das angústias do movimento, e ele traz o seu modo. Os coletivos negros, eles trazem seu modo. Cada qual tem um perfil ideológico, tem uma relação de pauta [...]. Dentro das diferenças, nós não temos uma estratégia unificada porque a pauta do movimento negro, devido a essa vulnerabilidade histórica, ela é muito ampla. [...] Eu comparo com o MST, o movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, que é um movimento historicamente bem mais tímido do que o

movimento negro [...]. Porque a terra, ela envolve um debate de proprietários e não proprietários, que é a centralidade da desigualdade, né? [...] as razões estruturais da desigualdade dos negros vêm antes da abolição, foi lá iniciada em 1850 que criou as leis de proprietários e não proprietários. [...] Então, as nossas pautas ainda tão associadas às políticas de reconhecimento, essas políticas de reconhecimento. As nossas pautas são hegemonicamente político-culturais e memoriais, quilombolas..., a defesa da cultura negra. Elas não ainda evoluíram – sem desprezo dessas pautas – pra uma pauta da política econômica, uma pauta do teu lugar no andar de cima, pautas que desafiam muito mais a estrutura de poder da branquitude.

Para oito dos nove entrevistados o MS contribui para a universidade com a presença dos sujeitos, trazendo para a universidade suas lutas e temas para o debate. Rose destaca a luta por uma educação pública de qualidade, a implantação da educação do campo pode ser considerada resultado das lutas do MS, transformada em política. Também contribui participando das experiências de extensão, assim como na pesquisa sobre o sujeito político. O MS, afirma Brenda Lee, está dialogando permanentemente com a universidade, buscando aporte político, intelectual e cultural. O MS abre espaço para a universidade se fazer presente. Para Dandara, o MS em especial o movimento negro, contribuem significativamente, sempre que a universidade dialoga, abre suas portas revigora as experiências e potencializa o sujeito político. Como resultado deste processo o sujeito passa a orgulhar-se de sua identidade e de poder contribuir na academia a partir de suas experiências no MS. Para Jean, a democratização do acesso possibilita maior equidade, assim como a descentralização da universidade, a interiorização possibilitam que ela esteja em espaços novos e mais próximas das pessoas, possibilitando a aproximação com as demandas sociais e dos MS. Questiona a homogeneização e formatação produzida pela universidade. Para Pagu, as portas da universidade devem estar abertas ao MS e ter disposição ao diálogo. Por outro lado, nem todos os MS de propõem a dialogar com a universidade. Acredita que a universidade faça o movimento de dialogar e se abrir para o MS. Reconhece que a universidade vem abrindo espaços para o MS e que ambos ganham com este diálogo. Sepé destaca que os MS enfraqueceu e acredita que a presença de estudantes ligados ao MS na universidade possa revigorá-los. Afirma que a política de cotas é muito boa, mas a universidade não está preparada para receber os estudantes indígenas e o retorno dado é mais ao projeto de Estado do que ao MS. Martin afirma que o movimento negro está dando sua contribuição para revigorar as experiências que potencializam o sujeito político na universidade pública. Ele faz referência aos negros em movimento, sendo que cada um é parte e carrega as expressões do movimento, fazendo pressão dentro da universidade. Afirma a necessidade de combater as razões estruturais da desigualdade racial, destacando que é preciso avançar na luta por pautas

políticas e econômicas que rompam com as estruturas de poder dominadas pela “branquitude”, para que o negro possa ocupar todos os espaços.

O processo de transformação vivido pela universidade pública a partir das novas políticas implantadas na última década iniciaram um processo de democratização do acesso e maior descentralização da universidade pública. Conseqüentemente ocorreu maior aproximação da universidade às demandas sociais e dos MS, como afirmam Jean, Pagu e Sepé. Por outro lado a universidade ainda mantém uma formatação ou homogeneização, fazendo com que as experiências diferentes nem sempre sejam reconhecidas ou valorizadas, em especial aquelas trazidas pelos grupos invisibilizados como LGBT, negros, indígenas, como destacam Jean e Sepé. A abertura da universidade pública ao MS é reconhecida como importante no processo de diálogo entre ambos. Ocorre uma troca de experiências e saberes entre o MS e a universidade, como destacam Jean, Dandara, Rose, Martin e Brenda Lee. Esta abertura, no entanto, não acontece em todos os setores. A extensão é apontada como o espaço de maior diálogo. É preciso que a iniciativa de aproximação seja do MS e também da universidade. Os ganhos decorrentes desta troca de experiências são evidentes, já comprovam as experiências ocorridas. A academia é percebida como espaço significativo para o MS, para seu empoderamento político, cultural e intelectual. A pesquisa também é destacada como experiência importante. Martin destaca a necessidade de avançar na luta pela mudança das estruturas de poder.

O movimento negro, como afirma Martin, está contribuindo para revigorar as experiências que potencializam o sujeito político na universidade. São diferentes organizações que se fazem presentes através de seus representantes na academia. Internamente ocorrem articulações que visibilizam o movimento, como a organização de coletivos, no caso da UFRGS o Coletivo Negração, por exemplo. Eles também ocupam espaços e pressionam para a realização das pautas do movimento. As afirmações de Martin são bastante significativas, e nos remetem a reflexões acerca da visibilização das lutas do MS e do lugar do negro na sociedade. Romper com as questões estruturais que geraram as desigualdades sociais e raciais é um desafio. Ainda que as políticas de reconhecimento sejam bastante significativas é preciso avançar, também, nas políticas de redistribuição, para garantir uma justiça social. A universidade e o MS, articulados podem afirmar estas questões e contribuir para a construção de uma consciência política e potencialização dos sujeitos para as lutas.

O MS está na universidade por meio da presença de estudantes engajados e que, por sua experiência política, reconhecem na universidade um espaço de luta social e a possibilidade de aprofundamento teórico e contribuem de forma significativa para que a

educação pública cumpra sua função social. Experiências na extensão são destacadas, assim como na pesquisa e no ensino. Também podem ser destacadas políticas que democratizam a educação superior (como as políticas de acesso) e implantação de novos cursos. Algumas mudanças nas ações da universidade como aponta Novaes (2012), demonstram uma maior abertura ao diálogo com o MS.

Os MS tiveram grande força e presença no final do século XX, considerando o contexto da época, de grande desigualdade social e luta pela democracia. Atualmente o MS não tem a mesma representatividade, é o que afirma Sepé. Sem contestá-lo e concordando, de certa forma com suas afirmações, pondero que o contexto social também sofreu mudanças fortes desde o início do século XXI e algumas lutas tiveram êxito, como é o caso das ações afirmativas. Streck e Adams (2012) fazem uma reflexão acerca do novo contexto histórico vivido pelos movimentos sociais no início deste século, destacando as parcerias entre o MS e organizações com os governos democráticos e voltados para as questões sociais em alguns países como o Brasil.

Podemos afirmar que inúmeras demandas dos movimentos sociais no Brasil foram alcançadas nos últimos anos, porém sem diminuir a importância estratégica do MS para a efetivação das mudanças que ainda precisam acontecer no sentido de provocar as transformações sociais esperadas.

6.3 FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO

Destacamos em nosso estudo o papel social da universidade, que, para além da formação técnica, precisa se ocupar da formação do sujeito político para uma consciência social. Os autores referenciados apontam para esta formação, que identificamos aqui como contra-hegemônica. As falas dos sujeitos ratificam este posicionamento. Apresentamos aqui as percepções dos sujeitos acerca da formação recebida na universidade.

Para Rose, o aprofundamento teórico é importante para uma melhor contribuição dos sujeitos no MS, para dar conta das demandas internas que muitas vezes as assessorias externas não conseguem por não conhecerem o MS, suas dificuldades e potencialidades.

Rose: [...] essa questão de ter esse aprofundamento teórico que pode contribuir com o movimento. Eu enquanto dirigente, tendo um aprofundamento teórico na universidade, posso contribuir nas discussões do movimento. Numa reunião, eu posso trazer algum elemento, eu posso contribuir também como assessoria do próprio movimento, que muitas vezes uma assessoria externa que não conhece o movimento não contribui tanto como alguém que está dentro, que conhece o movimento, as potencialidades, as dificuldades, os desafios...e que tem também esse aprofundamento teórico que pode contribuir com o movimento. E eu acho que até pra se pensar

enquanto dirigente, acho que a universidade, como é um outro espaço, por ela ser um espaço também de muitas contradições, então também vai fazendo a gente se pensar enquanto dirigente, como estou sendo dirigente hoje.

Brenda Lee destaca que a formação universitária foi excelente, possibilitando trocas entre universidade e MS, com um aprofundamento teórico que possibilitou um empoderamento e motivaram ações importantes como a implantação do nome social na universidade.

Brenda Lee: Era um tensionamento porque era uma angústia minha de estar ali e as pessoas todas olhando e todo mundo... Porque parece que tu ficas sob uma, digamos, uma atenção natural [...] algumas brigas com alguns professores, em geral, mas, de certa forma, foi tranquilo dentro desse processo, porque isso é natural, também [...]. Com alguns atravessamentos [...] eu acho que foi excelente porque eu acho que a nossa universidade pública, ela tem crescido muito, sempre teve, né, uma avaliação e uma questão muito forte em termos de conhecimento. Eu acho que, por exemplo, foi [...] a minha troca com a universidade, e de que forma a gente pôde aprender junto. Até o próprio Fernando, por exemplo, quando ele diz assim, ó: “eu aprendi muito no universo, coisas que eu não sabia do universo trans”, entendeu? “Aprendi muito, e convivi muito mais com coisas que eu estava acostumado a só conviver com, digamos, pessoas heterossexuais, no caso, e com gays e lésbicas”. Eu lembro que ele foi num evento conosco onde eram só trans [...]. Foram três dias de... acho que de êxtase, porque ele nunca riu tanto, e nunca viu tanto, e nunca viu tanta diversidade dentro de uma identidade só e dentro de que forma. Então, essa troca, eu acho que foi muito importante, e do empoderamento de, por exemplo, de leituras, de aprofundamento mesmo de questões muito pertinentes ao tema do gênero e da sexualidade, das identidades, da educação como um todo. [...] e a própria questão do nome [...]. Quando eu entrei, o Fernando falou: “não, nós vamos entrar com a discussão do nome na universidade por conta de que tu estás aqui”. Daí ele ainda perguntou: “tu já trocou de nome?”. Eu disse “não”, na época eu disse: “olha, eu quero trocar de nome”; “não, então tu espera, porque a gente vai fazer uma discussão ainda do nome social aqui dentro antes dessa...”. Mas acabou acontecendo depois, mas foi uma referência de que hoje a universidade entende essa questão.

Para Jean, a formação foi bem importante e positiva, ainda que no início do século XXI as condições físicas da universidade eram de “quase sucateamento” e, ao mesmo tempo, de “retomada do ensino superior”, no sentido de revigorá-lo e qualificá-lo. A formação universitária permitiu a afirmação de sua escolha profissional, assim como a construção de “redes afetivas” e profissionais.

Jean : Eu peguei um período de sucateamento, quase, da universidade pública [...] 2002 a 2007. Eu acho que tava começando a reestruturar. Eu lembro que tinha pouquíssimos professores no quadro. Eram muitos professores substitutos. [...] Mas foi uma formação bem importante. [...] condições físicas mesmo, deixou muito a desejar. Mas as trocas e o acesso ao conhecimento foi muito importante, muito importante! Mas dava pra perceber que era um momento de quase sucateamento. Ou de uma retomada do ensino superior, com qualidade, com revigoração, revigorante, revigorado, também. Mas foi uma formação positiva, também. E eu me encontrei enquanto artista. Percebi que esse era um ofício que eu queria seguir. A universidade, ela também te possibilita estabelecer redes de contato e redes afetivas, também. Então, eu acho que isso é uma das coisas principais também desse espaço. Tu conheces gente que tem os interesses em comum, produz, cria redes, estabelece referências com outras pessoas. Eu acho que esse é um aspecto bem importante da formação, também.

Dandara destaca que a formação ainda precisa avançar bastante no sentido de dialogar com as diversidades. O professor tem papel fundamental para o avanço dos alunos que chegam com sua bagagem.

Dandara: Olha, acho que ainda precisa avançar muito. A universidade precisa se redemocratizar, e são exceções que não representam o todo que vêm se destacando e isso pra nós é ruim, porque enquanto tem uma pessoa de referência no mestrado ou doutorado negra, nós temos muito mais pessoas fora desse processo, né? [...] eu acho que a formação, ela precisa ser contínua e os professores, principalmente de outros cursos que também não são da área das Humanas, eles precisam estar mais dispostos – ou predispostos – a dialogar com essas diversidades. [...] eles não sabem como se reportar a essas políticas. E eu acho que o professor, ele é fundamental pro avanço ou não avanço desse aluno que chega na universidade trazendo a sua bagagem.

Pagu considera a formação universitária positiva, afirmando que há espaços para o diálogo na universidade. Ainda que os recursos materiais sejam precários, os recursos humanos têm grande potencial e o acesso à informação e à universidade atualmente está mais facilitado.

Pagu: Olha, é positiva a formação. A universidade conta com bons professores, professores com bastante competência. Acho que sim. Tem gente boa pra fazer o diálogo, pra fazer uma discussão. Depende a área, ainda é pobre em recursos, mas os recursos humanos, o potencial, tem potencial a universidade, né? Tem acesso e claro que também a internet, as bibliotecas... Então, tu tens mais acesso à informação. A universidade hoje tá muito mais disponível pro aluno que quer estudar. Ela tá mais disponível pro aluno que busca o conhecimento. Tem uns que não querem nada com nada. Tá, mas esse aluno sempre vai existir nas particulares e nas públicas. [...] Por isso, eu digo assim: “Nós fizemos trinta anos de movimento de mulheres. Eu achei que vinha uma geração de mulheres mais respeitadas. Mas tô vendo que não é bem assim”. Aí, eu devolvo pras meninas mais jovens. Como é que as meninas ainda sofrem violências, não sei se piores? Por exemplo, eu digo que nós, a gente só apanhava depois que casava.

Para Angela, a formação eurocêntrica ainda é bastante presente na universidade e as poucas disciplinas que tratam da questão racial na UFRGS principalmente eletivas, e estas com a maioria das referências em escritores brancos europeus. Mesmo com a aprovação da lei da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas há dez anos, internamente ainda não mudamos o paradigma. Afirma que o movimento negro busca debater estas questões. Destaca que educação é qualificada, mas bem específica.

Angela: Olha, o que a gente debate é o que a gente vive todo dia, né? E a gente debate de uma forma bem crítica a questão da formação eurocêntrica. Eurocêntrica – isso, creio eu que não seja só na UFRGS, deve existir na maioria das universidades. Mas mesmo assim, existem outras universidades que tão tentando mudar e melhorar isso. Dentro do curso de Ciências Sociais, por exemplo, eu acho bem complicado que a gente tenha pouquíssimas – de um universo de oitenta, cem disciplinas – a gente ter, sei lá, oito, ou cinco disciplinas, com esse recorte racial, por exemplo, mais específico. E mesmo assim, tem um recorte racial específico, mas a bibliografia na maioria das vezes é basicamente composta por obras de homens brancos europeus. Então, isso é bem problemático. A gente não consegue dialogar com as demais culturas [...]. a gente tem convênio com países da África que a gente recebe estudantes africanos aqui na universidade, mas ao mesmo tempo, como é que é esse acolhimento? E como é que esse acolhimento, como é que, partindo desse acolhimento, como é que eles se veem aqui dentro? Eles não se veem. Eu penso, pelo menos, que eles não se vejam aqui dentro. Então, qual é o nosso movimento? Nosso movimento é de tar procurando, de procurar pessoas-chaves, procurar espaços-chaves pra tar reunindo, pra tar pensando e pra tar... Mas, ao mesmo tempo, é bem complicado. Até pouco tempo, por exemplo, no curso de História, a disciplina de História da África era uma disciplina eletiva, não era uma disciplina obrigatória. [...] Como é que esses profissionais – principalmente da área das Humanas, principalmente das licenciaturas –, como é que essa galera vai tar saindo [...]? Existe uma lei que é obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Já tem dez anos essa lei, sabe? Mais de dez anos, aí tamos entrando no décimo segundo ano, já, sabe? E aí, aqui dentro, a gente não faz esse movimento de mudar esses paradigmas. [...] Então, eu penso que a formação é qualificada e tudo mais, mas ela é bem específica, ela não tá conseguindo... E não só a questão de África, mas América Latina, que a gente tem muita

produção interessantíssima e é onde a gente tá situado, é o nosso território. E a gente tá olhando lá pra Europa sempre, usando o padrão eurocêntrico sempre, e não buscando outras coisas.

Sepé destaca que aprendeu muito fora da universidade. O conhecimento não é exclusivo da universidade.

Sepé: Teve umas coisas que eu aprendi e não foi aqui na universidade. O meu pai diz assim: “Você quer conhecer o teu inimigo, tu se aproxima dele”.

Martin destaca que sua formação intelectual iniciou na universidade. Não buscava na academia um diálogo com suas lutas do MS, portanto não teve frustrações com a academia. Afirma que a aplicabilidade do conhecimento científico não é neutra. Cabe ao sujeito ajustar os conhecimentos científicos à sua agenda, sendo esta a postura que tomou. É possível fazer o diálogo com a sociedade com os conhecimentos que a ciência oferece. Particularmente pode vivenciar a experiência de se relacionar com a educação nos diferentes aspectos, como estudante, gestor, ativista e pesquisador.

Martin: E eu não vim pra universidade pra me formar um intelectual negro, um sociólogo negro, mas um negro sociólogo. Por que a universidade, ela não vai formar um médico indígena, um médico negro; ela vai formar um negro médico, percebe? E é isso que a academia pode nos proporcionar, né? Então eu não fazia uma disputa com a academia de ela tentar dar uma formação minha que dialogasse com a minha expectativa de ativista do movimento negro. Então eu não tive nenhum tipo de contradição, de frustração com uma universidade branca, com um mundo branco, mas que não me era hostil nessa perspectiva do conhecimento. Então, o conhecimento científico ele não deve ser racializado. A aplicabilidade do conhecimento científico nem sempre é neutro, ou nunca é neutro. Então tu usa os aplicativos da ciência pra finalidades mais ajustadas com a tua agenda. E foi isso que eu fiz. Aí, a pós-graduação, que eu entrei no mestrado acadêmico de Sociologia Rural lá em 80 e poucos e eu já tinha uma experiência assim de ambiente de mestrado e, um item que eu sempre procurei me aperfeiçoar foi na metodologia, então isso aí me abriu campo e na escrita. Eu sempre procurei escrever, tenho uma relativa facilidade pra escrever [...] mas isso aí eu adquiri na universidade. [...] Bom, e aí a sociologia rural foi interessante que me abriu um diálogo pra compreender a questão fundiária [...] de como é que seleção de proprietários e não proprietários de um Brasil rural – o Brasil de até 1960 era um Brasil rural – sedimentou a desigualdade. [...] então se tem como tu tá fazendo esse diálogo pra fora, com as ferramentas científicas da tua formação, e é isso que eu fiz. E depois, houve outra coincidência que em 86 – sou servidor da universidade desde 85 – eu comecei a ver o Estado por dentro na área da educação. Isso também me deu um degrauzinho a mais de como eu tô dialogando com o político, com o institucional, com o ativismo, com a ciência.

A formação universitária é vista como positiva pelos sujeitos da pesquisa, em especial Jean, Brenda Lee, Rose e Pagu. Os espaços de diálogos são valorizados, destaca Pagu, assim como o fácil acesso à informação e o grande potencial dos recursos humanos é reconhecido. Jean destaca a crise do ensino superior público no final do século XX e a revigoração na última década, assim como o papel importante na afirmação profissional. Para Brenda Lee, a formação universitária possibilitou trocas entre universidade e MS, o aprofundamento teórico levou a um empoderamento e motivou ações importantes como a implantação do nome social na universidade. Rose destaca que ser acadêmica a potencializa enquanto dirigente do

movimento social. Portanto percebe-se uma inter-relação e potencialização do sujeito a presença no espaço acadêmico e do movimento. Por outro lado, para Dandara, a formação universitária ainda precisa avançar no diálogo com a diversidade. Sepé também reconhece que aprendeu muito fora da universidade, o que nos faz refletir acerca da necessidade de ecologizar saberes (SANTOS, 2008). Ainda que considere a formação universitária bastante qualificada, Angela questiona o paradigma eurocêntrico ainda muito presente na universidade e o atraso nas mudanças dos currículos para atendimento ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Romper os paradigmas eurocêntricos, ainda fortemente presentes na universidade, como destaca Angela, é um desafio. A presença do MS contribui com este debate e na proposição de mudanças. Martin destaca que o caráter científico da formação universitária segue sendo um aspecto importante e que a aplicabilidade do conhecimento não é neutra, cabendo ao indivíduo ajustar estes conhecimentos à suas agendas, levando em conta que o conhecimento não é neutro.

Quanto à formação recebida na universidade os sujeitos a percebem como positiva, reconhecendo sua importância enquanto construção e difusão do conhecimento científico, potencializando-os enquanto sujeitos, porém destacam que essa formação ainda está marcada por um paradigma eurocêntrico. Romper estes paradigmas e ampliar o diálogo com a diversidade se apresentam como desafios.

Podemos afirmar que a formação universitária é fundamental para potencializar a contribuição do sujeito ao MS, possibilitando um aprofundamento teórico que permite ao sujeito tornar-se referência no MS por conhecer profundamente o MS e tendo as bases teóricas necessárias para a reflexão possibilita detectar mais facilmente as potencialidades e desafios do MS. Estas presenças instigam, desafiam a universidade a reposicionar-se. São presenças que contribuem significativamente no processo de formação na universidade, construindo novos sentidos e desafios, impulsionando novas dinâmicas e fazendo acontecer mudanças na perspectiva contra-hegemônica.

Streck e Adams (2012) trazem a necessidade de superar o contexto de colonialidade eurocêntrica em que historicamente fomos submetidos, deixando reflexos em todos os aspectos, sejam econômicos, sociais e também educacionais.

Por fim, a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade implica uma pesquisa comprometida com a transformação social de superação do paradigma de colonialidade eurocêntrica. Trata-se de uma pesquisa mediadora de processos educativos emancipadores por meio do envolvimento de todos os sujeitos participantes, juntamente com a reflexão coletiva e a consequente incidência sobre a prática. Desse modo, os movimentos sociais poderão ser valorizados como espaços estimuladores de metodologias participativas de educação e pesquisa, ao mesmo

tempo em que estas contribuem efetivamente na disputa por uma interpretação crítica das realidades sociais e fortalecem os movimentos sociais populares de caráter transformador (STRECK; ADAMS, 2012, p. 9).

A formação universitária precisa avançar muito no sentido de acolher as diversidades que chegam com a democratização do acesso. Todas as áreas da universidade precisam se preparar para receber a diversidade e dialogar com ela, construindo um conhecimento de fato significativo e de impacto social positivo. O acolhimento a esta diversidade se deve muito ao espaço de diálogo promovido pelo professor. Portanto, o papel do professor é fundamental no processo de formação humanista, e política, dialógica e transformadora, de valorização da diversidade. A formação universitária é de extrema importância, também, na afirmação profissional, assim como na potencialização do sujeito político. É tarefa da pedagogia na perspectiva contra-hegemônica buscar a transformação da realidade injusta (FREIRE, 2000).

A aplicabilidade do conhecimento nunca é neutra, ela atende às concepções de mundo que o sujeito carrega. Daí a importância de uma formação política que, articulada aos conhecimentos técnicos, garanta uma ação e atuação positiva na sociedade. É, portanto, imprescindível que a universidade se ocupe também da formação política, fazendo a articulação teoria, prática e construção de consciência social.

Os saberes perpassam espaços diversos. E esses saberes precisam de alguma forma chegar à universidade e ser reconhecidos. Uma forma de superar a crise de hegemonia (SANTOS, 2010a) pode ser reconhecendo estes saberes que circulam e ecologizá-los com os saberes acadêmicos, fazendo acontecer a contra-hegemonia necessária.

6.4 EXPERIÊNCIAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: ELEMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA A FORMAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO

As experiências universitárias contribuem para a formação enquanto sujeito político. Foram citados alguns exemplos como a extensão, ao trabalhar as temáticas e indicar referenciais teóricos que contribuem com o debate no sentido de construir alternativas de transformação social. Na pesquisa as experiências que contribuem são as que trazem as questões sociais como pano de fundo. No ensino quando o professor tem consciência e comprometimento com as lutas sociais e assume uma perspectiva contra-hegemônica na construção do conhecimento, contribui em suas ações, falas e escritas.

Para Rose, as experiências que podem ser destacadas são a pesquisa, quando trata do MS, assim como quando um dirigente é entrevistado, são exemplo de ações que levam o MS a

se repensar e avaliar e pode provocar transformações internas. Também as atividades de extensão levam a contribuição teórica para tratar de temas específicos do MS, como a agroecologia, por exemplo. O comprometimento dos docentes com a concepção materialista histórica de construção de conhecimento pode contribuir com o MS ao dar palestras ou escrever um livro.

Rose: Eu acho que, quando tem uma pesquisa, o movimento ele se pensa. Por exemplo, eu acho que, desde uma entrevista com uma dirigente de um movimento ou um dirigente, falando nos movimentos no geral, no responder a entrevista também vai se pensando enquanto dirigentes, enquanto movimento, e que algumas perguntas também podem fazer pensar...[...] também ter essa transformação interna da dialética, do que vai acontecendo... [...] Por exemplo, um curso de extensão que vai trabalhar agroecologia com o MMC vai trazer muitas concepções da agroecologia, muita teoria de agroecologia que vai contribuir na prática do movimento. Então, eu acho que é essa a forma de contribuição que pode se ter da universidade com o movimento. Desde algum professor comprometido que trabalha, por exemplo, a concepção materialista histórica, que vai dar um seminário pro movimento, que tem essa relação ou que escreve um livro sobre, isso também é uma contribuição que os movimentos têm.

Brenda Lee destaca a importância de todas as experiências vividas, sejam elas positivas ou negativas. Destaca ainda, a importância de formação na pesquisa, o contato com autores que trabalham a mesma temática. Salienta que os resultados obtidos na pesquisa podem ser utilizados na vida, no trabalho e, no seu caso, contribuir para superar preconceitos.

Brenda Lee: Então, tu trazer elementos que tu vivenciou dentro do mundo acadêmico para levar a pauta adiante, eu acho que esse é o mote. É pensar que tu acaba não sendo só o adulto de referência – o adulto, não, mas a pessoa de referência – mas tu ser também aquele adulto, aquela pessoa de referência que tem como ter um enfrentamento a algumas questões que o próprio conservadorismo quer que fique assim, ou fique assado. [...] no campo da pesquisa, a provocação, por exemplo, dos professores, de tu ir, voltar para determinados grupos e ver como é que as coisas funcionam dentro desses espaços [...]. Então, e aí, ver que a educação realmente tem esse problema e que o professor é fruto desse preconceito. Que o professor está nessa sociedade que é preconceituosa. [...] tu provocar a partir de leituras e de aprofundamentos, tu voltar lá naqueles grupos e ver se realmente isso é consensual [...]. É interessante tu pensar: de que forma o teu trabalho pode também apontar outros elementos [...]. Pela pesquisa, pelo respaldo. Saber que outros autores também pesquisaram e constataram isso. Porque daí não sou só eu que tô dizendo, né? Eu me baseei em outros autores, autores até dentro da própria universidade.

As experiências de ensino pesquisa e extensão em diálogo com o MS são fundamentais, afirma Dandara. A abertura da universidade permitiu novos diálogos com o MS, o que significa grande responsabilidade do sujeito ligado ao MS.

Dandara: Eu tenho uma caminhada, como eu já disse, e eu acho que essas experiências, elas foram fundamentais. Se eu consegui, por exemplo, sair pra fora do Brasil pra falar de políticas públicas, pra falar de negros, de quilombolas, da Lei 10.639, foi também devido à flexibilização um pouco mais da universidade, né? Então, acho que é importante esses diálogos com os movimentos sociais, mas também ter autorização e ser legítima pra representar uma causa. Porque é muita responsabilidade. Cada um tem a sua opinião, mas no momento em que eu falo ou que eu me reporto a alguma luta, não tem como não ser do movimento negro e, em especial, das mulheres negras.

Pagu afirma que na graduação realizada na universidade na década de 1980 não havia preocupação com esta formação. Destaca as experiências atuais, no doutorado, como bastante

significativas. Destaca a extensão e pesquisa como espaços importantes de diálogo na universidade e com outras instituições. Há espaço para a reflexão e avanços na universidade no sentido de potencializar o sujeito.

Pagu: Agora, então, no doutorado, tá? Porque na época da graduação, não havia isso no Direito, tá? Era bastante fraco. Acho que contribuem bastante na minha formação. Me dão elementos melhor pra olhar a realidade e fazer a reflexão, e dar uma devolução pro movimento, pras mulheres. Porque tem mulheres que me ligam. Pessoas que me conheceram e que tão em situação de violência [...]. Então, a pesquisa, a extensão, o pouco que eu tive nesses anos agora do doutorado abriram bastante portas prum debate mais transversal, um diálogo entre universidades, entre instituições. É bastante interessante, muito interessante. Agora mesmo, em dezembro, nós fizemos um minicurso com uma professora de Direito da Universidade de Rosário da Argentina. E chamamos o movimento de mulheres e o movimento de mulheres foi. [...] Sobre a questão da violência contra a mulher. Então, ela conta casos lá da lei argentina e faz trabalho com a gente aqui, como é que a lei funciona aqui. [...] Então, existe lugar, sabe? Nós temos que mexer essas alavancas, entendeu? Nós temos que fazer a reflexão, né? Acho que não existe lugar pra conservadorismos. Não sei se os outros cursos, né? Mas pelo menos o lugar onde eu estou posicionada na universidade é um lugar bastante arejado, né? [...] Logo que eu entro no doutorado, a Jussara então me aproxima – a professora Jussara Prá – e a Wânia Pasinato, que é muito conhecida, uma socióloga, doutora pela USP, Unicamp... Ela trabalha muito a violência; o Observatório da Lei Maria da Penha, da UFBA, mas ela que coordenou toda pesquisa: os primeiros anos de observação da implantação da lei. Então, em 2012, elas queriam fazer uma ONG Cepia do Rio de Janeiro, que é dirigida pela Jacqueline Pitanguy e pela Leila Linhares. Então, a Jacqueline Pitanguy foi a primeira presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher na década de 80, né? E eu fiz a pesquisa aqui pro Rio Grande do Sul. [...] Então, isso foi muito bom. Esse trabalho, feito com Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Salvador ajudou bastante. [...] E isso me potencializou e ajudou bastante a refletir sobre o meu projeto de pesquisa. [...] Ou tu olhar melhor o contexto e melhorar até a tua capacidade da tua pesquisa.

Para Angela, as experiências contribuem muito, especialmente a extensão e pesquisa. As inquietações e lutas do movimento são trazidas para a pesquisa. Por outro lado as resistências de algumas pessoas em aceitar o diálogo MS e universidade, insistindo em manter a separação. Destaca também que seu envolvimento no MS e suas lutas a tornam referência, abrindo espaços de atuação social.

Angela: [...] a extensão é carro-chefe [...] dessa formação para o sujeito político.[...] Mas pesquisa também [...] Que é uma coisa que a gente critica bastante também, né? Principalmente por estar na universidade, estar no movimento e, às vezes, entra um conflito. Eu, pelo menos, já entrei em muitos conflitos. Por exemplo, de tar na minha pesquisa identificando algumas coisas que são discussões do movimento, que não são discussões dentro da academia e de eu me sentir de mãos atadas e pensar como que a minha produção dentro da pesquisa, como que aquele pensamento, aquela visão que eu tive, enfim, vai influenciar na minha pesquisa, na minha produção dentro da pesquisa, do meu grupo de pesquisa. [...] Mas ao mesmo tempo, tu tens que cuidar pra não confundir as coisas. Porque a gente tá lá fazendo uma pesquisa acadêmica, enfim, vamos tar levando o nome da Universidade e tudo mais. Mas ao mesmo tempo, não tem como não enxergar as coisas e não ter aquela vontade de: “Ah, meu Deus, eu preciso intervir de alguma forma, preciso fazer alguma coisa aqui porque...”. [...] Acho que a universidade é bem importante, sim, né? Até justamente pra esse estabelecimento das redes [...] Hoje, por exemplo, que eu tô estagiando na Defensoria Pública da União, lá tem um GT que... como é atribuição da Defensoria defender as comunidades tradicionais, né? Quilombos e comunidades indígenas, enfim. Eu garanti o meu espaço ali na Defensoria justamente por essa trajetória anterior de tar trabalhando com os quilombos e tar pesquisando os quilombos. Então, já por ter um acúmulo com relação a isso, aí agora eu tô me sentindo um pouco mais satisfeita porque eu tô podendo atuar.

Sepé afirma ter vivido muitas experiências dentro da universidade, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), onde fez a graduação e na

Faced/UFRGS onde fez a pós-graduação. Essas experiências mostraram caminhos e reflexões e este é o papel da universidade. Destaca que são raros os professores que apontam caminhos. Alguns professores, afirma, pensavam de outra forma, mas no geral as experiências são positivas.

Sepé: [...] a Unijuí me ensinou muito, sabe? Eu tive professores muito bons na Unijuí, aqui na Faced tive algumas. Mas, na Unijuí foi muito bom porque me ensinaram a pensar. Acho que isso é importante. Que me ensinaram a pensar e me mostraram outros caminhos. E acho que isso é uma função da universidade, apontar caminhos. Só que são raros os professores que existem que fazem apontar caminhos. Muitos lugares que eu já frequentei, eles te dizem o caminho que tu tem que andar e essa é a política, dizer que pra onde seguir. Mas eu tive muito, acho que muitos dos professores que eu posso tá me referindo me fizeram muito isso. Na Faced tive um professor que disse assim pra mim: “Olha, pensar em educação é uma coisa muito complexa, então não brinca de pensar educação”. Isso pra mim foi o maior aprendizado que eu tive aqui. [...] Então a partir dali eu comecei a pensar. Então, eu não tive aula com o professor, mas ele disse isso. Então eu acho que a universidade também faz isso [...] me fez pensar, me fez refletir e que eu tenho tentado fazer isso com outras pessoas, essas experiências [...] me fez ser muito humano, nesse sentido. Tive algum professor também que pensava de outras formas. Mas no conjunto da obra toda, acho que são coisas boas, positivas [...] Hoje eu faço aula com a Professora Magali, eu acho que a disciplina que ela oferece, pra nós, no curso, possibilita fazer uma outra reflexão, pensar outras coisas que existem, que é capaz de você fazer uma reflexão.

Jean vê nas experiências da extensão uma grande possibilidade de diálogo da universidade com a sociedade, porém lhe parece que poderiam ser mais potentes, agregadoras envolvendo mais a comunidade acadêmica e a sociedade. Ainda há certa restrição ao público, ou seja, poucas pessoas têm acesso. Destaca que na graduação a formação era muito voltada para uma formação técnica. Depende muito da proposta de formação apresentada pelo professor, que está ligada ao seu perfil. Acredita que alguns cursos possam trazer o debate político mais forte. Na pesquisa, também é possível fazer este debate, considerando o tema específico de cada pesquisador. Na faculdade de educação, afirma ter vivido a melhor experiência de ensino com destaque para a formação do sujeito político.

Jean: A extensão, que é o eixo da universidade que é voltado pra comunidade, pro diálogo mais aberto, eu não sei se essas experiências são sempre exitosas. Talvez por essa dificuldade justamente da universidade dialogar com a vida, com as pessoas. [...] me parece que algumas experiências de extensão que poderiam ser superpotentes, elas acabam agregando e dialogando pouco, ou algumas mal conseguem envolver a própria comunidade acadêmica dos cursos. E, nisso, eu acho que muita oportunidade se perde, também, de discussão, de trabalho, de troca de conhecimento. Me parece que ainda falta uma ponte entre o que a universidade propõe e pra qual público, pra quem exatamente. Eu acho que na maioria das vezes não fica claro. E eu acho que é político também que às vezes nem fique claro mesmo. Porque tem a ver com uma manutenção disso tudo. Porque por mais que democratize, não é pra todo mudo. São poucos ainda que conseguem usufruir, chegar, ocupar esses espaços com máxima qualidade, tirarem o maior proveito. [...] Dentro da formação da graduação, ela era muito mais dirigida pra coisa técnica, também, e teórica. Então, eu acho que as questões políticas, muito *en passant*. Depende muito do perfil do professor trazer essas questões não só como temas, mas como estruturantes nas discussões. Da pesquisa, eu acho que, como singulariza alguns temas, a gente consegue – quando a gente é o pesquisador, também – introduzir ou trazer pro nosso lado algumas questões ou discutir o que a gente quer. Na especialização, eu pude fazer isso claramente. Eu tava discutindo manifestações de arte enquanto formas de resistência e tinha a ver com direitos culturais, que é o direito de ser o que se é, das individualidades. [...] Mas era num curso de Ética e Educação em Direitos Humanos, dentro de uma Faculdade de Educação. [...] Eu não sei se essa experiência seria bem-sucedida nas Artes, por exemplo. Não sei se outros espaços querem falar disso. Talvez seja uma especificidade – e que bom! – de um curso, do espaço da Educação, né? Eu acho que tem uma sensibilidade maior aqui, mesmo, pra ouvir e dar espaço pra essas

questões... É, a minha maior e melhor experiência foi a da especialização, mesmo. Mas ela era muito específica pra essas questões. Era um espaço pra discutir o sujeito político, questões políticas, sociais. Então, foi uma experiência bem-sucedida. [...] Mal se estimula a participação dos alunos em centros acadêmicos e nesses conselhos que as universidades têm, que os cursos têm, onde às vezes as vagas dos alunos nem são preenchidas.

Durante a graduação, Martin afirma não ter participado de atividades de extensão e que na época não havia bolsas para isso. Portanto sua atenção se voltou para o ensino e a pesquisa. Acredita que hoje as atividades de extensão são indispensáveis para a qualificação da trajetória acadêmicas dos estudantes. Destaca que a política de cotas gera uma “vanguarda intelectual negra” e este grupo precisa valorizar as atividades de pesquisa e extensão. Cita o exemplo da CAF, que motiva a participação dos estudantes em atividades de extensão, criando mecanismos para divulgação e ofertando bolsas. Considera importante o envolvimento dos estudantes cotistas em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Martin: [...] E não é que eu tenha nada contra professor e nada contra os esquemas formais assim de ensino, pesquisa e extensão, mas eu não tive essa prática na minha graduação, nem de extensão e nem de pesquisa, mesmo porque essas práticas eram muito recentes na universidade. Então não tinha as bolsas de extensão e pesquisa que tem agora... [...] não havia na formação nossa, naquela época pesquisa e extensão, principalmente na área de Humanas. Eu acho que são indispensáveis. Nós, CAF, temos uma interação muito forte com a extensão. E temos uma, ah, induzimos os estudantes cotistas negros e brancos, a eles se inserirem em pesquisa e extensão. Isso é fundamental pra eles abrirem perspectivas melhores de trajetória acadêmica e profissional, porque nós precisamos criar. E eu tenho dito que essa geração é a cereja do bolo, quer dizer que a vanguarda intelectual negra vai sair das cotas, daqui há 10, 15 anos. Então, esse pessoal tem que estar dando valor pra pesquisa e pra extensão. [...] nós estamos selecionando 10 bolsistas para atividade de ações afirmativas, então, isso aí vai ser um laboratório de formação desses bolsistas pra diversidade e pro acompanhamento. E o critério de seleção é esse: tem que ser cotista, ou de ensino público, ou negro. Então eu acho que agora, inevitavelmente esses estudantes cotistas, têm que estar inseridos com ensino, pesquisa e extensão.

Rose, Brenda Lee e Jean destacam as experiências na pesquisa como importantes. Dandara, Pagu, Jean e Angela apontam as experiências significativas da pesquisa e extensão. Para Angela, a pesquisa se constitui em espaço onde afloram as inquietações e lutas do MS. No entanto, percebe algumas resistências na universidade em aceitar este diálogo, buscando manter distância entre universidade e MS. Para Pagu, há espaço na universidade para a formação no sentido de potencializar o sujeito. Para Rose, as pesquisas que têm como tema o MS, trazendo a fala dos dirigentes são bastante significativas para a universidade e para o MS. Jean, afirma que na pesquisa também é possível fazer o debate político, considerando o tema específico de cada pesquisador. Brenda Lee destaca a formação na pesquisa, o diálogo com autores e a utilização social dos resultados para superação de preconceitos. Dandara destaca a democratização do acesso como fator importante, possibilitando novos diálogos com o MS e as experiências de ensino, pesquisa e extensão fundamentais neste debate. Sepé considera significativas as experiências vividas na universidade, mas são poucos os professores que indicam novos caminhos.

No ensino, docentes que pensam a construção do conhecimento na perspectiva materialista histórica contribuem significativamente com o MS, afirma Rose. Por outro lado, Jean mostra o ensino de graduação voltado mais para uma formação técnica, mas destaca que alguns cursos podem apresentar um debate mais político, como uma experiência significativa de formação política vivenciada na Faced.

Para Rose as atividades de extensão proporcionam uma contribuição teórica em relação a temas específicos do MS. Jean percebe na extensão uma possibilidade de diálogo da universidade com a sociedade e afirma que estas poderiam ser mais potentes, com maior envolvimento social. A motivação para a participação do estudante em atividades de extensão tem se intensificado. Martin destaca a importância da participação dos estudantes cotistas nestas atividades. A extensão é reconhecida como uma possibilidade de diálogo da universidade com a sociedade, porém suas ações são percebidas como limitadas ainda, como afirma Jean. Há possibilidade e necessidade de ampliação e intensificação destas ações. A graduação ainda se volta essencialmente para uma formação técnica, mas a abertura para outras discussões ainda depende do perfil dos docentes. As experiências de ensino, pesquisa e extensão, quando voltadas para uma perspectiva contra-hegemônica de formação acadêmica, possibilitam a constituição de novas percepções acerca da realidade social e novas formas de intervenção da academia na sociedade.

As experiências vividas na universidade são positivas, enquanto espaço de construção de conhecimento e reflexão política. O fato de que estas percepções não ocorram em todos os espaços da universidade e ainda menos em todas as pessoas que a constituem é evidente, e motivo de reflexão. Por outro lado experiências bastante significativas demarcam uma forte tendência em fazer acontecer a reflexão política na universidade. As experiências de pesquisa e extensão são apontadas em destaque na formação do sujeito político. Experiências significativas vêm acontecendo que apontam para uma perspectiva contra hegemônica de formação. É importante destacar que, se não há barreiras institucionais que limitem (e se houvessem teríamos que superá-las), as possibilidades de fazer acontecer uma formação política é determinada pela ação dos sujeitos que nela circulam. Foram destacadas aqui diversas experiências em pesquisa e extensão. No entanto, as experiências de ensino foram pouco destacadas, ao contrário, diversas referências foram feitas pelos sujeitos de que o ensino ainda se apresenta como bastante técnico. Será este o desafio para o próximo período?

A abertura da universidade às temáticas do MS, que ocorreu em certa medida com a democratização do acesso, permite ampliar o debate e, ao mesmo tempo reveste de grande responsabilidade o sujeito do MS, que na sua trajetória acadêmica assume a luta como

referência. As experiências vivenciadas na universidade possibilitam apontar caminhos, desafios para a vida e ação política no MS e na sociedade. Permitem detectar aspectos de mudança e permanência em determinados grupos e situações sociais.

Todos os espaços da universidade podem ser permeados pelo diálogo com o MS e contribuir para o fortalecimento de suas lutas. Em destaque estão a extensão e a pesquisa, mas é, também, no ensino que este debate precisa estar forte. Insistências em manter a separação entre a academia e o MS ainda existem e resistências a estes posicionamentos se fazem necessárias. Articular estes espaços de formação significa potencializar a formação de um sujeito político.

6.5 UNIVERSIDADE PÚBLICA E MOVIMENTO SOCIAL: INTERLOCUÇÕES POSSÍVEIS

Trazemos aqui os diálogos possíveis entre a Universidade e o MS, os avanços que tem produzido e as limitações ainda presentes. Por interlocução entendemos a “Conversação entre duas ou mais pessoas; diálogo”⁴³. Destacamos aqui, por onde ocorrem ou poderiam ocorrer estes diálogos. As interlocuções existentes, e as necessárias, entre universidade pública e MS foram destacadas nas falas dos sujeitos.

Para Brenda Lee, a interlocução entre universidade e MS ainda é insipiente e há pouco tempo começa a se delinear. O diálogo pode avançar no ensino, pesquisa e extensão.

Brenda Lee: a universidade começou a abrir agora um espaço pro movimento. Eu vejo isso agora. Não era tanto. [...] tinha um ranço, parece, entre a universidade tá aqui e o movimento tá aqui. Então, eu acho que foi também a partir dessas demandas todas de movimentos, de povo na rua [...]. Acho que a universidade começou a se dar conta de que poderia aproveitar também elementos desse movimento. Mas eu ainda acho que falta muito. Eu acho que a universidade tem que ampliar mais e até o acesso. Acesso, como eu digo, e a garantia de grupos que até estão fora da escola. [...] Mas o que eu vejo muito forte é que dentro das universidades se criaram núcleos diferentes, entendeu? Por exemplo, os núcleos de pesquisa têm aprofundado essas discussões dentro dos pequenos grupos. Por exemplo, eu hoje vejo que quase todas as universidades federais têm algum grupo que pauta a nossa pauta e que são pessoas ligadas ao movimento social. Por exemplo, em Rio Grande, na FURG, tem [...] O Camaleão! O Camaleão é um grupo que tem pessoas ligadas ao movimento social e acadêmicos da universidade. [...] Assim como a gente tem o Geerge na UFRGS que tem vinte anos, vinte e poucos anos. Mas a gente vê que outros grupos estão se articulando dentro das universidades. Por exemplo, na Universidade Federal de Minas, na UFMG, nós temos o NU, que é o Núcleo de Universitários, que discute a pauta LGBT e direitos humanos. Então, tu vêes que esses grupos, de certa forma, eles estão se inserindo dentro desses espaços. Ou chutando a porta, ou sendo convidados. Mas tão entrando. Então, são nesses pequenos grupos que as coisas estão acontecendo. Então, os centros acadêmicos, os diretórios acadêmicos... Então, tu vêes que muitas vezes a pauta é puxada pelos alunos e não pelos professores. Porque os professores às vezes também não querem ter muito trabalho. A gente sabe, que tem professores e professores. Então, tem muitos que “não, não vamos trazer essa pauta que vai dar muita bagunça, então vamos deixar assim”. Então, os alunos trazem. E muitos alunos são aqueles – o quê? – são aqueles LGBTs que estão ali. [...] eu vejo isso muito forte, assim, nos últimos anos, né? – que essa busca do “bom, já que Maomé não vai à montanha, a montanha vai a

⁴³ Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/interlocucao/>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

Maomé”. E aí, então, o movimento também tá, tá invadindo. E eu acho que isso é positivo nesse sentido.

Para Rose, o diálogo entre universidade e MS é limitado e insuficiente. Ela destaca que este diálogo se dá pela pesquisa e pela extensão. Este diálogo ocorre mais da universidade para o movimento e menos do movimento para a universidade. Ela sugere maior interação e presença do MS na universidade, trazendo suas experiências e suas contribuições na formação dos estudantes, no ensino, na constituição dos currículos, metodologia, participação... São conhecimentos diferenciados, mas importantes e um diálogo entre ambos em um processo de aprender/ensinar seria positivo para ambos. Ela desafia a universidade a se abrir para o diálogo com o MS o que traria ganhos e crescimento à universidade.

Rose: Eu eu acho que a universidade dialoga pouco, que ainda são alguns espaços da universidade que dialogam, são algumas pesquisas, são algumas pessoas, são algumas experiências, mas que ainda está na pesquisa e na extensão. Da universidade para o movimento e eu acho que há mais essa questão, que a universidade faz um projeto de extensão, enfim, e vai até o movimento ensinar, levar o que a universidade sabe. Isso é uma forma que acontece. Outra é a pesquisa, é a universidade ir até o movimento, que geralmente é através de um pesquisador, ou de um projeto de pesquisa vai até o movimento e faz uma leitura sobre o movimento, mas que eu acho que ainda há pouco do movimento vir para a universidade. Por exemplo, por que não os dirigentes dos MS poder dar aulas? Por que não ter aulas intercaladas entre professor e dirigente do MS? Por exemplo, como funciona a sociedade, questão de sociologia, de história... Os movimentos têm muita contribuição que pode pôr na universidade e que ainda vem menos do que a universidade vai [...] há mais da universidade levar, como a detentora do saber e não reconhecendo que há um saber – existe na universidade, existe esse aprofundamento, mas que também há um saber que ele é diferenciado e que é da vida e que é da experiência e que é milenar e é popular, que existe nos MS. E que também há um saber acumulado e que também vem de teoria e de prática. [...] Porque hoje o MS está, eu acho que ainda de forma muito individualizada. Por exemplo, eu, militante do MS fiz uma seleção individual, passei e entrei e contribui em algumas, algumas discussões enquanto movimento, mas enquanto sujeito político mesmo, os movimentos eles não estão dentro da universidade. Acho que em pouquíssimos casos, tem algumas trocas, algumas experiências, mas que com muita dificuldade, que nem sempre o MS é aceito dentro da universidade. Mas que seria possível, essa questão de estar em espaços diferentes, que a universidade é um espaço e que o MS é outro espaço, mas que ambos têm saberes, ambos têm conhecimentos e ambos podem aprender e ensinar.[...] isso seria possível, nas aulas, nas extensões, na questão de que não só a extensão ir fazer um curso, ir fazer alguma coisa, mas também como o MS vir pra dentro da universidade, como o MS também poder pesquisar a universidade. Os MS têm uma visão sobre a universidade, têm uma concepção sobre a universidade, mas que a universidade não se abre pra ouvir. [...] Eu acho que a questão da metodologia a universidade poderia aprender muito com os MS, nessa questão da metodologia mais popular, mais participativa, uma metodologia freireana poderíamos dizer assim... E que os MS têm e a universidade ainda está: muito professor sabe e aluno recebe e que alguns fazem uma experiência diferente, mas que ainda o modelo é esse... O poder quem tem é o professor e não os alunos, porque nas representações de conselhos tem um aluno pra cada seis professores. [...] acho que seria uma grande vantagem pra universidade, acho que a universidade cresceria muito se abrisse mais.

Angela reconhece que o diálogo com o MS poderia ser "mais ousado", pois os movimentos trazem pautas importantes, como a opressão e as identidades, questões sociais históricas e, ao mesmo tempo, pensar a universidade. Participar e provocar discussões em sala de aula, trazer novos autores. A pesquisa pode ser uma forma de troca com a comunidade. Então o MS fortalece (ou pode fortalecer) a universidade e se fortalecer nela. Ela reconhece

que a partir da política de cotas a universidade se abre a novos sujeitos, mas aponta limitação no acolhimento destes novos estudantes.

Angela: Eu acho que esse diálogo, ele poderia ser mais ousado, sabe? A gente poderia tar entrando mais aqui e pautando mais as discussões na universidade. Pautando e pensando a universidade também [...] E lá fora, também, que às vezes nem tá pensando aqui, mas que tem condições, muitas condições de trazer. De buscar e trazer e dialogar de uma forma institucional, utilizar a instituição pra tar fortalecendo esses movimentos, também. [...] qualquer instituição-universidade, o logotipo, ele é muito forte, marcante. [...] Tem muita gente que diz assim – tem alguns colegas nas Ciências Sociais assim, mais especificamente, alguns colegas negros, também –, eles dizem: “Ah, não! Aqui não tem condições. A universidade não dá, só suga conhecimento. Não troca...” e tal. Eu acho isso equivocados. Porque ele diz: “Ah, porque a universidade o que mais quer fazer, o que mais faz é ir lá na minha vila, os antropólogos e tal, e etnografar a minha vila, escrever uma tese linda, maravilhosa, e aí depois não dá retorno nenhum”. [...] Existe, é claro que existe. Mas eu penso, pelo menos, que eu e esses meus outros colegas, a gente é responsável por fazer essa troca, sabe? Porque – e é o que eu digo pra eles: “Ó, vocês tão aqui dentro, vocês tão tendo acesso a muitas coisas que quem mora na comunidade não tem. Qual é o nosso papel? É chegar aqui e guardar pra nós esse conhecimento que a gente tá tendo? Não. É tu tar de alguma forma levando de volta”. “Ah, não, mas não tem como, não existe essa troca”. Existe essa troca, assim como existe a troca das nossas intervenções em sala de aula [...] falando, problematizando, enfim: “Ó, eu não consigo, eu tenho dificuldade com esse texto aqui porque ele não fala sobre a minha realidade. Ele fala bem pouco sobre a nossa realidade. Eu sinto dificuldade, eu não me sinto referenciada nesse autor ou, enfim, porque não tenho referência nele. Tenho referência lá na Conceição Evaristo, que é uma poetisa, negra, e tal”. [...] Então, isso aí também a gente tá trocando, a gente também tá trazendo de fora. E isso que eu acho que poderia ser fortalecido, sabe? Ah, é outra visão! Não é mais a mesma coisa, sabe? Desde o início dos anos 2000, estamos entrando. Tanto estudantes negros, quanto estudantes pobres, quanto estudantes... enfim [...]. A gente não sente um acolhimento por parte da universidade justamente por entender que o que a gente tá falando não é válido porque a gente não teve o conhecimento lá, aquele que é exigido em sala de aula pra gente.

Jean não vê a universidade assumindo a frente política como linha de atuação ou tomando força na universidade, ainda que esta questão se apresente como intenção. Destaca que, em algumas áreas, mais técnicas, o diálogo com os MS "passa longe". As experiências positivas de diálogo com as demandas do MS acontecem pela democratização do acesso, o sistema de cotas, a ampliação de vagas e o Enem. Acredita que o diálogo existe em certa medida, mas pode ser ampliado cada vez mais acolhendo os saberes do MS.

Jean: É, eu não consigo ver a universidade como um todo tomando essa frente, ou tomando essa linha de atuação. Essa frente política. De “essa é uma universidade aberta”. Por mais que seja uma intenção macro, que dá uma nova visão pro ensino superior, pras universidades públicas, eu não sei o quanto, eu não vejo ela se enraizando ou se capilarizando mesmo pra todos os segmentos. Eu acho que tem áreas que são muito mais técnicas e que o diálogo com os movimentos sociais passa longe mesmo, nem interessa! Às vezes, nem interessa. Talvez seja algo mais ligado às Humanidades, às Humanas. Quando acontece a democratização de acesso, eu acho que é uma experiência positiva de diálogo, seja sistema de cotas, seja ampliação de vagas, seja [...] Enem. Enfim, possibilidades diferentes de acesso e formas de acesso que cumpram com funções de equidade de gênero, racial, étnica... Eu acho que isso é uma experiência interessante de diálogo com as demandas dos movimentos sociais, porque tudo isso são provocações dos movimentos sociais [...]. Eu acho que o diálogo com os movimentos sociais pode ampliar cada vez mais e tem sido acolhendo essas demandas que são provocadas pelos movimentos. Porque nos movimentos tem os sujeitos das questões, das causas, [...] os reais doutores daquelas questões é quem vive a situação mesmo, quem tem legitimidade pra falar de si. Quanto mais espaço a universidade der pra, e acolher esses saberes que não tão formatados, ou que têm outras formatações, melhor.

Para Dandara, as interlocuções entre universidade e MS ainda estão tímidas e precisam avançar bastante, pois o MS tem muito a contribuir. A universidade ainda não está pronta para

o diálogo pleno com a diversidade, o que acaba provocando certo distanciamento. Ficam, então, alguns sujeitos buscando representar o todo do MS. Reconhece que estamos avançando nestas interlocuções e dialogando mais com os MS, mas precisa avançar mais, trabalhando a formação de professores e a diversidade das temáticas dos MS.

Dandara: É, eu acho que é um diálogo muito tímido. Porque tem muito pra avançar, o movimento negro tem muito pra contribuir, mas a universidade ainda não tá pronta pra abrir as suas portas pra trabalhar, pra dialogar com essas diversidades. Então, [...] ficam as exceções querendo representar o todo e um grande distanciamento da universidade com os movimentos sociais. Mas eu acho que a gente tá avançando. Cada dia, eu sinto um pouco mais a intenção para os diálogos, o que eu acho que é fundamental pra que as coisas venham se efetivar de maneira mais objetiva. Mas ainda há muito por fazer. Eu acho que a universidade, ela precisa crescer, ela precisa ter formação com seus professores que têm muita dificuldade de trabalhar com negros, com indígenas, com quilombolas, com gays. E eles vivem dessas questões, dessas causas, dessas lutas. Então, eles precisam também se flexibilizar um pouco mais. Precisam tar atentos pra essas diversidades e precisam aprofundar um pouco mais a sua formação e respeitar essa caminhada – pra que não fique só de figuração. A gente não quer uma caminhada de figuração. Que é uma caminhada prática, de direito, teoria e prática.

Para Pagu, a universidade deveria ter mais ferramentas e espaços de discussão. Mais estudos deveriam ser feitos acerca da representação da mulher na universidade; ocupação de cargos de chefia, buscar a equidade de gênero, na mesma direção da política governamental, deve ser a preocupação da universidade. Trazer as questões da mulher na universidade para o debate e buscar alternativas para melhorar a vida de muitas mulheres. Destaca que as mulheres na universidade estão se organizando, nos centros acadêmicos, por exemplo. Mas questiona as ações da universidade na busca da equidade.

Pagu: Eu acho que do ponto de vista das mulheres, ou de uma agenda pró-alunas, servidoras, professoras, acredito que a universidade deveria ter mais ferramentas, elementos, ter mais espaços pra que essa discussão ocorresse. Acho que não ocorre ainda. Cada um por si. A questão, por exemplo, dos cargos de chefia, que eu não sei se existe aqui o estudo de quantas mulheres ocupam, quantas recebem mais por... Quantas, às vezes, têm a mesma qualificação, mas é o homem que é chamado e não a mulher. A UFRGS não pode ser diferente do resto. Se as pesquisas tão apontando que as mulheres com a mesma qualificação estão em postos menos qualificados, mesmo tendo a mesma qualificação que os homens, nós tínhamos que ter uma política de gênero. [...] Então, colocar, ter uma lente... [...] Ali diz que o feminismo é uma lente pela qual você vê o mundo. Se você não tiver essa lente, você não vai ver o mundo de forma diferente. Você vai achar que tudo é natural. Então, a universidade precisaria trazer mais, vir à tona as condições ainda das servidoras, das professoras, e o quê que a universidade pode fazer pra melhorar a condição dessas mulheres. [...] Acho que é possível. E as alunas, elas tão se organizando. Acho que as alunas têm os centros acadêmicos, elas fazem suas articulações. Têm os DCE. Mas acredito assim: intramuros, assim, a própria instituição-universidade – o quê que faz pró-equidade? O quê que faz pra que as mulheres realmente consigam seus espaços? Que lhes pertencem.

Sepé questiona o caráter público da universidade. Por outro lado, afirma que as ações afirmativas se colocam contra esta estrutura, pois muitas pessoas não teriam condições financeiras para competir. Percebe interlocuções da universidade com o MS na Faced (diálogo com o movimento indígena) e desconhece outros espaços que façam este diálogo. Reconhece esta interlocução como importante e que precisa ser fortalecida. É importante, afirma Sepé, institucionalizar este grupo dentro da universidade para que o debate seja permanente.

Sepé: Ela tem o nome e na prática não é pública. Se fosse pública tava aqui, tava um monte de outras pessoas aqui dentro pra adicionar outras coisas aqui dentro. Ela não é pública, então. Ela é pública porque a manutenção é feita com recurso público. Que eu pago meus impostos, acabo aparecendo por aqui também. [...] É, esse debate eu tô fazendo também. Como é que a gente constrói isso. Então nós podemos pegar, por exemplo, as cotas. As ações afirmativas, elas vão contra isso, contra esse interesse. [...] Para um aluno que não entra pelas cotas, ou pelas ações afirmativas, não tem chance nenhuma. Então ela não é pública. Ela é uma universidade duma classe média alta. Então ela não é tão pública como a gente pensa. As ações afirmativas, as cotas, mexem essas estruturas. Então acho que isso é importante. É você começar a mexer com isso. E aí o movimento que acontece, colegas, alunos como eu, que vão dizer que as cotas é pra isso, que vai baixar a qualidade. [...] Então o público precisa ser discutido. Primeiro, eu não conheço a estrutura da universidade que faz debate com aluno com os movimentos sociais. [...] O que eu posso dizer como profissional é: na Faced, saberes indígenas. Isso, sim, consegue dialogar com o movimento indígena. Com professores indígenas, com as escolas indígenas. Isso sim eu posso falar, isso é importante. É um espaço importante que a universidade dentro da sua estrutura, dentro da Faculdade de Educação, dá pra esse diálogo. [...] Agora, ela não pode também cair num esquecimento. Ela tem que ser fortalecida, ter constituído um grupo maior. Um grupo que seja institucionalizado dentro da universidade, que faça esse debate o tempo todo. Então isso é importante, isso deve ser feito. [...] Que ela seja fortalecida, com ações, com outras formas. [...] com o passar do tempo, a universidade também vai dando espaço pra essas vozes e por mais que sejam grupos pontuais, elas vão tendo vozes pra dizer: "Olha, tem coisas novas. Tem coisas que podem acontecer, são coisas que são possíveis acontecer. Tem novos olhares que podem estar surgindo". Então acho que os saberes indígenas que hoje a Faced tem aqui na... Isso é uma possibilidade que é muito presente, ela é viva. Tá viva, tá latejando aqui.

Para Martin a universidade em geral tem restrições para trabalhar com MS. As ações por dentro da universidade têm um caráter voluntarista dos docentes de algumas áreas como as ciências sociais e humanas. Ações movidas mais pelos sujeitos do que pelas estruturas da universidade, mas quando um sujeito com estas percepções ocupa o centro da estrutura, promove ações e diálogos a partir de dentro. Martin reconhece a extensão como o instrumento de maior diálogo da universidade com a sociedade. No ensino parece ser mais difícil, afirma, no entanto há esta possibilidade, e algumas universidades fazem este diálogo com a sociedade e com o MS, e aqui algumas disciplinas dialogam. Reafirma as diversas possibilidades de ação da academia para romper as resistências e propor o diálogo do ensino e pesquisa. Acredita que essa função da universidade se intensificará com o fortalecimento da política de cotas, que chega para combater o racismo e a desigualdade racial. O sujeito precisa estar preparado para o diálogo social, sem interdições.

Martin: eu acho que as universidades, como um todo, têm uma restrição de natureza genética, pra estar trabalhando com o movimento social. E isso aí é muito mais do voluntarismo de áreas, via de regra das ciências sociais aplicadas e ciências humanas, cuja formação do professor gera uma possibilidade do voluntarismo do professor induzir ações dentro da universidade. Via de regra, essas ações são muito mais induzidas pelos sujeitos do que pelas estruturas. Claro que quando o sujeito tá na centralidade da estrutura, por exemplo, tu pega um pró-reitor de Extensão que tem experiência em extensão desde a sua formação da graduação e depois é evidente que essa pró-reitoria vai ser muito mais indutora de ações de diálogo pra fora. Bom, então, tem que ter esses pré-requisitos que parece que fazem com que uma dada universidade pode estar dialogando mais com movimento social, com a sociedade. [...] Porque parece que tem uma crença que a pesquisa, e a crítica que fazem, dialoga com o setor produtivo e a extensão dialoga com andares de baixo, mas a extensão também pode dialogar com outros setores que não seja os andares de baixo e a pesquisa pode dialogar com outros setores que não sejam dos andares de cima. [...] Então, eu acho que o instrumento de diálogo com a sociedade é muito mais dada pela extensão. O ensino me parece que é muito mais difícil [...]. Bom, então, no campo do ensino há experiências que eu sei de outras universidades, e aqui, de disciplinas que dialogam com a sociedade, e com o movimento social. Pode? Pode. Uma disciplina que fale de gênero, uma disciplina que fale de juventude, uma

disciplina que fale de relações inter-raciais. Pode? Pode. Ah, depende da porosidade que determinadas áreas do conhecimento têm com essa temática ou não. Eu me lembro que lá na Agronomia, tem uma experiência muito interessante de pesquisa do arroz quilombola.

Os sujeitos da pesquisa definiram as interlocuções entre MS e universidade como tímidas, insipientes, limitadas e insuficientes. Por outro lado afirmam que existe um diálogo, mas poderia e deveria avançar. Brenda Lee destaca que o diálogo pode avançar no ensino, pesquisa e extensão, concordando com Rose que afirma que ele se dá pela pesquisa e extensão e, especialmente, da universidade para o movimento. Rose propõe maior interação e presença do MS na universidade, pois o diálogo e troca de experiências seriam positivos para ambos. Angela reconhece que o diálogo da universidade com o MS poderia avançar, considerando as pautas importantes do MS para as transformações sociais, representando um processo de fortalecimento de ambos. Reconhece a política de cotas como espaço de abertura da universidade aos novos sujeitos, apontando, no entanto, limitações no acolhimento destes novos estudantes. Jean não visualiza a formação política tomando força na universidade, ainda que esta se apresente como intenção e destaca que nas áreas mais técnicas, este diálogo está distante. Destaca a política de cotas, a ampliação do acesso e o Enem como experiências positivas de diálogo com o MS. Portanto, existe um diálogo, mas precisa ser ampliado em um movimento de acolhimento de saberes do MS. Para Dandara ainda são tímidas as interlocuções entre universidade e MS e precisam avançar bastante, pois o MS tem muito a contribuir e a universidade ainda não está pronta para dialogar com a diversidade. É preciso pensar esta questão na formação de professores e a diversidade das temáticas dos MS. Para Pagu, a universidade deveria ampliar os espaços de discussão sobre as questões de gênero, buscando a equidade conforme as políticas governamentais. Destaca as organizações das mulheres existentes e afirma a necessidade de busca da equidade de gênero. Sepé afirma que a universidade não é pública, pois muitos ainda estão de fora. Destaca, no entanto, que as Ações Afirmativas se opõem a esta estrutura. Reconhece o diálogo entre MS e universidade acontecendo na Faced, e afirma que estas interlocuções são importantes e que o grupo que está realizando este debate precisa ser institucionalizado para que permaneça e se fortaleça. Martin destaca as restrições para trabalhar com MS presente na universidade. As ações, quando ocorrem, são de caráter voluntarista e acontecem em algumas áreas como as ciências sociais e humanas. As ações nas estruturas só ocorrem quando o sujeito engajado ocupa lugar de destaque. Reconhece maior diálogo com a sociedade e os MS pela pesquisa e extensão, no ensino ainda é restrito, mas é possível e já vem ocorrendo em algumas universidades,

apontando as diferentes possibilidades em que isso possa ocorrer, citando uma experiência da UFRGS. Destaca ainda a necessidade de não racialização do conhecimento.

O caráter público da universidade é questionado, com razão por Sepé, pois este caráter nunca se efetivou. Historicamente ela se constituiu para atender as elites do país e assim se fortaleceu e construiu suas bases teóricas. A abertura recente da universidade operada pela política de cotas faz um contraponto a este modelo, tem sua importância histórica, mas ainda ocorre de forma tímida. Alguns espaços de interlocução da universidade com os MS são identificados, em especial a Faced/UFRGS.

As falas dos sujeitos evidenciam que a universidade, por sua constituição formal, fechada em uma concepção rígida de conhecimento, está pouco aberta ao diálogo com o MS. As ações existentes resultam de diálogos pontuais de alguns sujeitos ou setores, sem uma relação com as estruturas da universidade, salvo quando este sujeito é parte da gestão. A extensão é reconhecida como espaço de maior interlocução com a sociedade. No entanto, é possível e necessário que as três grandes áreas da universidade dialoguem com a sociedade e com o MS, trabalhando suas temáticas, por exemplo, com a oferta de disciplinas e pesquisas que trabalhem a temática do MS. A política de cotas pode contribuir com este debate ao mesmo tempo em que busca, também, combater o racismo.

A universidade pública não toma a formação do sujeito político como linha básica de formação e atuação. O foco se dá na formação técnica, especialmente em áreas mais técnicas. Nestas, o diálogo com os MS não encontra espaço. Por outro lado, há uma intenção e um debate em torno da necessidade de pensar a universidade nesta perspectiva humanista e política. Grandes teóricos como Boaventura, Dussel, Leite e Genro, destacam esta necessidade e possibilidades de diálogo. Algumas experiências sinalizam nesta direção como no atendimento a demandas históricas do MS, nos investimentos feitos nas universidades públicas e políticas de inclusão como as cotas, ampliação de vagas, abertura de novos cursos para atender demandas específicas. As interlocuções com o MS podem e devem ser ampliadas. Não apenas no atendimento às demandas históricas do MS, mas também acolhendo seus saberes e experiências.

A universidade é um espaço potente de discussão e proposição de mudanças. Neste sentido, ela poderia e deveria ter uma política de equidade de gênero. Questões importantes devem nos inquietar, como: Quais os espaços de debate sobre o tema? De que forma o currículo trabalha a questão de gênero? Enfim, são questões para pesquisa. As interlocuções entre universidade e MS tem avançado e se percebe a intenção, ainda que não unânime, de que elas cresçam ainda mais. As interlocuções possíveis e necessárias prescindem de um

processo de formação e diálogo para isso, o que deve ocorrer em todas as dimensões do mundo acadêmico. Considerando o papel social da universidade pública, esperar dela um diálogo efetivo com o MS parece ser óbvio, pois as lutas e causas do MS são provocadoras de mudanças estruturais na sociedade, às quais a academia não pode ficar indiferente.

É importante o movimento reconhecer o espaço da universidade como significativo para as lutas do MS. A presença do MS, fortalecida com a inclusão de novos sujeitos a partir da política de cotas, traz novos olhares, novas abordagens, concepções (contra-hegemônicas), referenciais teóricos que contribuem para romper paradigmas hegemônicos e construir novos paradigmas, novas leituras de mundo e novas intervenções sociais (SANTOS, 2008). Por outro lado a universidade ainda não sabe bem como acolher este novo que chega, sem sufocá-lo ou querer imprimir seu padrão, sua marca histórica, formatar. Ainda não reconhece suficientemente a importância destes novos olhares e o que fazer com eles, ou o quanto podem contribuir.

As falas dos sujeitos ratificam o exposto no referencial teórico. Santos (2007, 2010a) destaca a importância da inter-relação universidade e MS, quando apresenta a ecologia de saberes como possível e necessária. A certeza na possibilidade de diálogo entre universidade e MS se traduz na criação da UPMS e vai além dela, na possibilidade de estabelecer este diálogo entre as universidades públicas (em especial) e o MS. Pensar em uma universidade para todos os que quiserem ter acesso a ela deve ser a meta em termos de educação superior no Brasil. Que todos os olhares possam perpassar este espaço e sejam nele reconhecidos. A interlocução com o MS é imprescindível neste processo. Destaco aqui os movimentos referidos nesta dissertação pela importância histórica e social, suas lutas, olhares e percepções de mundo.

6.6 ENTRE “ALQUIMIAS” E ESPERANÇAS: CONSIDERAÇÕES DOS SUJEITOS SOBRE A PESQUISA

Ao final da entrevista alguns sujeitos fizeram algumas considerações, que considerei importante trazer aqui. As falas os sujeitos destacaram questões e observações acerca da temática da pesquisa. Muitas falas evidenciaram a relevância da pesquisa.

Rose destacou a necessidade de a universidade abrir as portas para o MS, inclusive o movimento estudantil, reconhecendo sua importância e potencialidade.

Rose: Eu acho que essa questão assim da importância e necessidade da universidade se abrir para os MS. De os MS estarem de fato dentro da universidade. Não só numa seleção individual, mas como dos MS estarem

também discutindo a universidade, discutindo a sociedade, de forma igualitária e não colocando como a universidade detentora do conhecimento e o MS só participativo, só participa, só ouve, só recebe... [...] Desde o movimento estudantil se a gente olhar, a própria UFRGS, há pouco tempo teve toda uma movimentação, uma ocupação de um espaço pelos estudantes, toda uma reivindicação dos estudantes pra ficar com este espaço pros estudantes que era apenas um espaço da universidade, mas que esse espaço não foi dado, foi dado a metade. Então assim, dessa falta de a universidade reconhecer a importância, a potencialidade dos MS, que inclusive essa própria mobilização dos estudantes poderia dar um outro rumo pra universidade, poderia ajudar a universidade a se discutir, mas que a universidade ela não se abre... e que muitas vezes quem entra pra a universidade, quem assume alguns postos de coordenação de direção acaba internalizando essa questão da hierarquia... e se coloca como num espaço fechado também, e o diálogo vai até certo ponto: “ah, é aberto um espaço pros alunos falar, então tá dialogando”; “ah é feito um seminário ou uma audiência pros alunos falar, mesmo que depois a decisão vai ser de alguém, de uma pessoa que não tem a decisão com o mesmo peso dos estudantes e dos professores” [...] Então eu acho que tem essas questões dentro da universidade – precisa abrir as portas. Eu acho que isso é necessário.

Para Brenda Lee a temática proposta é muito “rica” e interessante. Fazendo referência à expressão “olhar” em destaque no título e com referência em Analice Pillar, destaca que nossos olhares sobre a realidade estão sempre se modificando. Na educação, afirma, seremos eternos aprendizes, alquimistas, buscando e experimentando para encontrar o novo.

Brenda Lee: Sobre toda essa temática que eu acho, assim, que é muito rica, assim. É como tu mesma disse: os olhares dos estudantes engajados. Quer dizer, são vários olhares. Porque nós temos o ver e o olhar. [...] A Analice Pillar fala um pouco sobre isso, de às vezes eu passo despercebida e vi, mas o olhar de me aprofundar diante de uma obra, ou de uma tela [...]: é pensar de que esses nossos olhares, eles estão o tempo inteiro também se modificando, e se redefinindo, se reconstruindo. Então, eu acho que é muito interessante. E é uma pauta que é a nossa do dia a dia, dos nossos direitos, enfim, dos direitos mais que humanos, porque é pensar de que forma há esse atravessamento entre a universidade e o movimento social, de que forma a gente pode também trazer os dois pro mesmo ponto. [...] Teu trabalho é interessante. Eu quero ver depois o resultado [...]. E acho assim: na educação, a gente vai ser um eterno aprendiz. Nós vamos ser os eternos alquimistas, a gente vai tar sempre em combustão e fazendo, tentando, misturar isso com isso pra ver o que vai dar, ou, enfim. Porque são laboratórios de vida. [...] E o movimento social é a briga constante, é chutar a porta, é botar o dedo na cara. Porque acho que a partir do momento que tu vives e que tu tens obrigação enquanto cidadão, que tu paga teu imposto, que, enfim, que tu votas, que tu vives, eu acho que tu tens esses direitos como muitas vezes negados, então tu acabas indo além. Tu vais, tu chutas, tu brigas, tu bates o pé, né, tu gritas mais alto, né? [...] Porque às vezes é isso, tu vais ter que romper com muitos tabus, vai ter que romper com muitas questões, e às vezes não é ouvido, ou, enfim, não é dito, então... [...] É interessante pensar na universidade pública e o sujeito político. Muito interessante.

Dandara reconhece a importância da pesquisa aqui proposta, destacando que estes sujeitos aqui indicados e seus movimentos esperam oportunidades para trazerem seus conhecimentos e enriquecer o espaço universitário. Considera o tema relevante e se sente representada por ele.

Dandara: É, eu acho que quando a gente for falar a questão negra, ela tem que vir junto, nesse bojo, as outras questões. Os indígenas, LGBT, os quilombolas, as mulheres, o MST... Quer dizer, essa diversidade que tá, fora, esperando um lugar de oportunidade, esperando o momento de entrar, de trazer o seu conhecimento prático pra essa teoria, só tem a enriquecer. Então eu acho que os dois ganham. O sujeito, enquanto sujeito político de direito, e principalmente a universidade. Nossa! A universidade pública e o sujeito político, eu acho que é um tema que me representa. Eu acho que eu me senti bem agraciada com esse tema, até porque eu também não me via enquanto sujeito político. Me via enquanto agente social de movimento e eu acho que nós todos que somos oriundos, ou militamos, ou estamos presentes dentro de um movimento, dentro de um segmento, nós somos

sujeitos políticos. Então, acho que você tá de parabéns! Eu adorei.

Para Pagu a temática é “superinteressante”, pois esta pesquisa se coloca “no lugar das margens”, apresentando os grupos que buscam historicamente se constituir enquanto sujeitos coletivos. Destaca a longa luta das mulheres por seu espaço na sociedade.

Pagu: Ai, não, achei superinteressante. A tua pesquisa entra no lugar das margens. Você fala das margens, que não é um sujeito político. Todos esses que estão elencados aqui, eles tentam há bastante tempo se constituírem enquanto sujeitos políticos. Então, o indígena tá bastante à margem. O negro tem mais espaço, os quilombolas. LGBT é um sujeito mais novo que tá aparecendo. E o sujeito-mulher, eu digo que foi o primeiro deles todos. Eu digo: quando as mulheres foram pra rua nas décadas de 70 e 80, depois de 68 – maio de 68 – e é o movimento feminista no mundo inteiro; eu digo assim: ela abre a porta da casa e sai a casa inteira. Mas saem os outros movimentos. Sai o movimento das crianças, dos adolescentes. Ele surge com a saída da mulher. Não só pra trabalhar, mas como pra discutir. A questão do negro também, só vai aparecer, das negras, depois. Então, acho que o das mulheres – como se diz, né, algumas feministas, teóricas –, que o feminismo é o guardião da democracia. Porque ele é o filho não querido do Iluminismo. Porque quando Jean-Jacques Rousseau do Contrato Social, que todo mundo adora, que vai na verdade pautar muito do republicanismo e da democracia que vai existir depois da Revolução Francesa e tudo mais, ele isola a mulher dentro de casa. Ele constitui ela no espaço privado. [...] Muito interessante, a gente tem que ler! O livro V do Emílio. Sofia vai ficar... Ela vai criar um cidadão. Ela é responsável em criar o cidadão público pro espaço público. Então, o feminismo vem aos trancos e barrancos desde depois da Revolução Francesa; vem com as inglesas – Mary Wollstonecraft; as americanas, com a independência dos Estados Unidos, depois com o movimento escravagista, que elas lideram ou vão pra luta abolicionista e quando vem a cidadania, vem para os homens negros, mas não vem pras mulheres brancas nos Estados Unidos. Então, por isso que eu disse assim: o feminismo é o filho não querido do Iluminismo. As ideias que iluminaram nosso mundo deixaram as mulheres afora desse processo. Nós temos que trazer. Então, nós temos, sim, que repor as promessas do mundo democrático, do mundo da igualdade e da liberdade e da fraternidade. Somos nós que temos que trazer! Negras, indígenas, brancas... Tá com a gente essa bandeira. Eu carrego ela, sou disso!

Martin considera esta pesquisa importante e acredita que ela proponha um outro debate acerca do papel da universidade considerando o que dizem os protagonistas do movimento social. Reafirma o importante papel social do MS e da universidade na sua especificidade.

Martin: [...] E eu só gostaria de registrar a relevância que a tua dissertação [...] contribuir assim pra um outro debate no campo do papel da universidade. [...] Porque tu escolheu, a partir das falas dos protagonistas do movimento e o conjunto de perguntas, ela abre a perspectiva que tu não fique no juízo simplificado: tá bom; tá ruim. E eu me guiei, assim, pela naturalidade que esse roteiro criou para que eu pudesse ver os limites, as possibilidades e as convicções minhas daquilo que eu acho que não vai dar certo, daquilo que eu acho que a universidade não vai fazer. Então, e eu acho, como síntese de todo esse encadeamento do papel da universidade, essa crença que eu tenho em definitivo, que a universidade é geneticamente incapaz de contribuir pra gerar expectativas positivas de demandas sociais com a intensidade que o protagonismo do movimento social requer. E que eu acho, também, que é temeroso o movimento social trazer pra universidade toda a essência do que eles por si só criam. Como os mestres Griôs, das tradições de ancestralidade e africana fazem. Eles não dizem tudo, nem pros mais jovens. Então, nós não devemos dizer tudo pra universidade. E eu acho que o movimento negro, a ancestralidade, as questões nossas, são muito caras, e construídas por nós. Então, tu transferir isso pra universidade, eu acho que é precipitado, e temeroso. Porque ela não vai operar bem, vai se apropriar indevidamente e operar mal. Isso não desresponsabiliza os órgãos públicos, dentre eles as universidades a cumprir o seu papel institucional de promoção da igualdade racial e eliminação do racismo, isso é uma outra coisa.

A fala final de Brenda Lee me levou à leitura de Analice Pillar, e algumas reflexões acerca desta alquimia que nos move enquanto sujeitos que pensam e fazem a educação neste país, acerca dos olhares e motivações que produzem mudanças ou permanências. Pillar destaca que o vemos representa o que interpretamos considerando os significados que atribuímos.

O olhar de cada um está impregnado com experiências anteriores, associações, lembranças, fantasias, interpretações, etc. O que se vê não é o dado real, mas aquilo que se consegue captar e interpretar acerca do visto, o que nos é significativo. Desse modo, podemos lançar deferentes olhares e fazer uma pluralidade de leituras do mundo (PILLAR, 2014, p. 10).

Ainda que seu texto faça referência ao olhar do artista, podemos fazer uma analogia a esta pesquisa e ao que ela propõe. Pretendemos “convocar” o olhar dos sujeitos engajados em movimentos sociais sobre a universidade pública, na perspectiva da formação de um sujeito político que possa ver a realidade para além das aparências e com todos os sentidos perceber as possíveis interlocuções e ações que provocam as transformações necessárias.

As considerações feitas aqui foram recebidas com satisfação e, ao mesmo tempo, com certa apreensão diante do desafio de bem apresentar os resultados da pesquisa, o que esperamos ter conseguido.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade capitalista globalizada, regida pelos valores do mercado e marcada pelo individualismo e pela segregação, faz-se necessária uma luta contra-hegemônica no sentido de fortalecer os valores da democracia, da participação e da justiça social, construídos a partir de uma consciência social e política. As crises inerentes ao capitalismo reproduzem de forma cíclica manifestações que fortalecem o fascismo social (SANTOS, 2012a), carregando condutas e apelos reacionários que os setores progressistas da sociedade se esforçam por superar, como é o caso do machismo, do racismo, da homofobia. Neste contexto, realizar a função social da universidade pública passa por formar uma consciência social e política democrática e participativa. Esta reflexão buscou contribuir para um entendimento de formação universitária voltada à potencialização de sujeitos políticos. Nessa tentativa tomamos como referência os olhares dos estudantes engajados em movimentos sociais, considerando seus saberes e experiências.

Uma universidade que queremos verdadeiramente pública e que efetivamente possa ser considerada patrimônio do povo precisa se vestir com as cores da diversidade, da liberdade, da democracia, e, assumindo uma postura contra-hegemônica possa construir uma educação que conduza a sociedade desejada, mais justa e igualitária.

Desta forma buscamos reafirmar o papel social da universidade, considerando a complexidade da realidade moderna e a tendência em transformar a universidade em espaço de reprodução de conhecimento voltada aos interesses do mercado. Afirmar a importância de uma formação política como parte fundamental do processo formativo traz a concepção de uma universidade embebida no contexto social, sendo ela mesma movimento e possibilidade de transformação. Coloca também o desafio de fortalecer e instituir dinâmicas que a tornem mais democrática, participativa e humanista. Os NMS, aqui destacados, têm sido atores presentes na cena política da universidade pública, provocando rupturas e trazendo demandas e reflexões muitas vezes invisibilizadas.

Os olhares de universidade pública, aqui apresentados, mostram o desejo de tê-la verdadeiramente pública e ocupada pela diversidade. Apresenta uma universidade que vem abrindo suas portas para novos estudantes, diversificando suas políticas no sentido de inclusão social, como a política de cotas, implantação do nome social, novas instâncias institucionais com a abertura para debates e temáticas da diversidade e interculturalidade. Porém, são mudanças ainda tímidas e insuficientes diante da necessidade que se apresenta, considerando

uma estrutura elitista, de exclusão e produção de um conhecimento-regulação, voltado aos interesses do mercado.

A pesquisa evidencia que os olhares de universidade pública que emergem na perspectiva dos estudantes universitários engajados em movimentos sociais ratificam o importante papel da universidade pública para a potencialização do sujeito político e formação de consciência social. Esta potencialização ocorre quando se abrem espaços e canais de participação, comunicação e democratização, assim como quando a formação acadêmica oferece um substrato teórico que qualifica a reflexão e a ação políticas.

Podemos aferir, portanto, que a universidade tem um importante papel na formação de sujeitos políticos, porém essa tarefa não cabe a ela unicamente. Outros espaços de participação aliados aos espaços universitários produzem um efeito significativo na formação destes sujeitos. Reconhecemos, também, que, ecologizar saberes (SANTOS, 2008), ou seja, aliar saberes e experiências do MS aos conhecimentos acadêmicos potencializa ainda mais o sujeito político e a contextualização da formação universitária na realidade social.

Independentemente da área de formação, os sujeitos são responsáveis pela constituição da sociedade. Se queremos uma sociedade politizada, com uma consciência social fortalecida, uma democracia consolidada, é imprescindível que estes temas sejam discutidos na universidade e que seja ela própria um espaço de experiência desses valores. Mais ainda, essa orientação deve perpassar a universidade pública, espaço onde o debate e a deliberação coletiva característicos do espaço público são fortalecidos pelas presenças de estudantes que exercem identidades que fogem à prescrição hegemônica, demandam reconhecimento, questionam as estruturas, e propõem alternativas.

Romper com paradigmas dominantes requer mais que dar voz aos silenciamentos. Requer uma reflexão acerca do papel político do conhecimento, considerando as diferenças e hibridismos ao estabelecer as trocas. As novas perspectivas em relação ao conhecimento surgem a partir da incorporação de outros saberes, culturas – constituindo novas subjetividades. As experiências vivenciadas na universidade a partir da presença de estudantes engajados em MS abrem uma nova perspectiva em relação à universidade, seu papel social e a construção do conhecimento consciente e comprometido com as transformações sociais. Estes sujeitos potentes chegam com força e representatividade pelo significado social do MS.

Contra a força centralizadora e uniformizadora da institucionalidade, os movimentos sociais representam as forças da sociedade em movimento, que se caracterizam pela permanente tensão entre dispersão e organização, indo na contramão da força unificadora proposta tanto pelo Estado, quanto pela academia e pelos partidos (STRECK; ADAMS, 2012, p. 10).

Buscamos aqui, não a vitimização de grupos sociais aqui destacados, mas a afirmação de suas lutas, legitimando as conquistas e propondo novos desafios e possibilidades na inter-relação MS e universidade pública a partir de seus olhares. Podemos afirmar que no processo de inter-relação entre universidade e MS ocorrem algumas interlocuções, e espera-se que esta dissertação aponte elementos que ratifiquem a importância de fortalecer este processo, considerando a experiência política destes grupos e o importante papel da universidade pública na construção de um conhecimento de relevância social.

As entrevistas suscitaram uma nova revisão teórica. Novas referências foram inseridas, algumas sugeridas pelos entrevistados. Enriqueceram a base teórica desta pesquisa e reafirmaram a ideia inicial de que, a presença destes estudantes promove e propõe novos desafios e perspectivas, a partir do olhar político e das experiências vividas nos movimentos sociais.

A evidência de que outros olhares, aqueles historicamente invisibilizados, ganharam um destaque nos espaços universitários nas últimas décadas é ratificada pelos sujeitos ao apontarem a política de cotas como uma possibilidade para ampliação do acesso aos estudantes na universidade pública há muito negado ou limitado aos estudantes negros, indígenas e de baixa renda pelas condições objetivas de acesso. Estes olhares trouxeram novos saberes à universidade na medida em que novos textos, autores, experiências, falas e saberes passam a circular por um espaço até então bastante restrito aos conhecimentos acadêmicos, cientificamente reconhecidos. Estes novos olhares precisam ser fortalecidos, ampliados e reconhecidos. Este processo que experimenta a democratização do acesso, em especial na universidade pública é um marco nas políticas de inclusão social, pois entendemos que por meio da educação a inclusão e justiça social se mostram mais eficientes. Estas políticas estão ligadas a um conjunto de outras políticas que provocaram transformações no contexto social brasileiro neste período. Estas mudanças, ainda que insuficientes e necessitando de ajustes e ampliação, se colocam na contramão do modelo neoliberal hegemônico caracterizado pelo estado mínimo e exclusão social. Os NMS tiveram forte participação no processo de implantação das novas políticas. Faz-se necessário, no entanto, construir formas de articular novos processos de formação acadêmica para que a universidade pública possa contribuir de uma forma mais efetiva nos processos de transformação social.

A leitura feita pelos estudantes quanto ao papel social da universidade pública ratifica a ideia de construção de conhecimento para além da técnica. Os olhares trazidos pelos estudantes ligados aos movimentos sociais apontam novos saberes e possibilidades para a

universidade e indicam a necessidade de produzir um conhecimento que leve em conta a realidade que se tem e a que se quer construir (ZITKOSKI, 2011).

Na universidade pública a formação política é aspecto fundamental, pois o sujeito político tem um olhar diferenciado sobre a realidade. Uma consciência social que permite olhar o mundo e saber fazer a leitura dele para além do que está visível aos olhos, interpretá-lo, o que não é tarefa simples, exigindo um certo exercício e aprendizado, assim como o posicionar-se diante de determinadas situações. A potencialização deste sujeito é necessária uma vez que cabe especialmente a este definir os destinos e propor os desafios à humanidade, por sua consciência e envolvimento social, com a certeza de que as mudanças são possíveis (FREIRE, 2000).

Os olhares dos sujeitos evidenciaram que a universidade pública ainda não se apresenta, de fato, como espaço público, aberto a todos os que nela gostariam de estar. Este é ainda um caminho de luta e se apresenta como um desafio. Ela também precisa, além de pública, ser popular, como afirma Rose, para que os filhos de trabalhadores, os negros, as mulheres, os indígenas se sintam identificados e reconhecidos, e se colocando como parte desta sociedade. Como exemplo de democracia e participação, seus espaços devem estar plenamente abertos e, equitativamente, os sujeitos representados nos espaços de decisão, como destaca Angela. Ela precisa bem acolher seus estudantes que chegam trazendo suas experiências e vivências. Precisa reconhecer-se enquanto bem público como um importante espaço público-político para fomentar ideias transformadoras (SANTOS, 2010a).

As falas dos sujeitos ganharam amplo destaque nesta dissertação por se constituírem na centralidade da pesquisa, e, também, pela consistência, memórias e histórias que carregam. Os resultados obtidos em cada eixo a partir das falas dos sujeitos serão apresentados em maneira breve nestas considerações, seguindo a organização apresentada nos capítulos.

No capítulo *A sociedade contemporânea e universidade: pensando o sujeito político*, destacamos como conclusões a definição de sujeito político como alguém impregnado pela consciência social e política, que o identifica como parte do tecido social e dele cobra um envolvimento efetivo. Tem a capacidade de pensar e agir em conjunto, constituir sujeitos coletivos, buscando a transformação social. A participação social nos espaços como a universidade e o MS decorre do desejo de buscar novas formas de organização e luta social, articuladas com o processo de politização que se dá nas vivências nos espaços diversos, como a família e comunidade ao longo da vida. A academia representa também um espaço de profissionalização para a busca de reconhecimento social que pode ser dar através do ensino, pesquisa e extensão. A formação do sujeito político é um processo vinculado às experiências

vividas e aos espaços de formação que lhe são proporcionados. Logo a universidade representa um espaço privilegiado de debates e experiências de participação, de democracia, de construção da cidadania, assim como de construção de conhecimento que busque a emancipação humana, no entanto a universidade nem sempre dá conta desta função, se voltando essencialmente para um conhecimento técnico. Por outro lado, as experiências de participação em MS se constituem, também, em espaço de formação política. A formação política articulada entre MS e universidade potencializa os sujeitos para ações que busquem a transformação nestes e em outros espaços da sociedade.

Os resultados destacados no capítulo *Movimentos sociais e universidade: construindo identidades e reconhecimento*, evidenciam que os sujeitos da pesquisa definem identidade como sentir-se parte do movimento, contribuindo para a constituição do “sujeito coletivo”. A identidade construída no MS se fortalece na universidade no encontro com seus pares e nas práticas de emancipação. Por outro lado, a força desta identidade leva o sujeito para a participação e a atuação nas diferentes instâncias da universidade, em um processo de fortalecimento das lutas do MS e fazendo acontecer as mudanças necessárias, assim como pode ser desconstituída na prevalência de uma visão homogeneizadora e de padronização social. O reconhecimento apontado por Fraser (2012) como uma forma de dar conta das injustiças sociais, assim como das invisibilidades a que foram submetidos alguns grupos, encontra nas impressões dos sujeitos suas formas de efetivação. Na universidade o reconhecimento é percebido quando se destaca a presença dos militantes sociais, assim como pela existência de grupos de pesquisa sobre os movimentos sociais, e de pesquisas que abordam temáticas relativas aos MS. O reconhecimento também se dá pelas conquistas do MS a partir de suas lutas dentro e fora da universidade. No entanto, esta pesquisa aponta que a academia ainda não assume com unanimidade uma posição de reconhecimento ao MS, restringindo esta a alguns cursos e espaços acadêmicos. E na sociedade os temas de lutas dos movimentos são invisibilizados ou pouco reconhecidos e até mesmo são tratados com hostilidade. O reconhecimento, a busca dele, assim como o autorreconhecimento, fortalecem a identidade coletiva de grupos sociais.

No capítulo *A universidade como bem público: perspectivas e desafios da universidade pública contemporânea*, os resultados evidenciaram que a universidade pública precisa dar conta de algumas questões sociais, estar inserida, buscando contribuir com a sociedade como parte de sua função social. Ela pode contribuir significativamente na potencialização do sujeito político ao dialogar com a sociedade através do ensino, pesquisa e extensão e mantendo grupos e linhas de pensamento que busquem promovê-lo. Por outro lado

as falas evidenciam que a universidade pública ainda se constitui em espaço onde a estrutura está arraigada, reproduzindo padrões, valores e modelos pré-definidos, muitas vezes resistentes às mudanças. O ensino ainda se apresenta voltado mais para as questões técnicas, constituindo-se em espaço de permanências, não potencializando as possibilidades de trocas de saberes e as transformações possíveis.

A universidade pública se constitui em um espaço de potencialização do sujeito político, na medida em que as questões sociais perpassam seus espaços de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Conciliar formação técnica com formação política é tão possível quanto necessário. Há que se pensar nos sentidos e caminhos da formação universitária, como afirma Zitkoski (2011). A potencialização do sujeito político é possível e necessária na universidade, para que ela possa dar conta de sua função social (GENRO, 2011). A ação política do MS provoca mudança na forma de perceber questões específicas, experiências de organização, de democratização, de diálogos que desafiam a universidade a romper paradigmas. O desafio é construir uma perspectiva contra-hegemônica de universidade, ainda que se tenha que enfrentar resistências e desafios. O MS tem importante papel neste processo, tensionando, questionando e propondo alternativas e políticas no sentido de fazer acontecer o novo paradigma e tornar a universidade mais que pública, popular, democrática, multicultural e promotora de um conhecimento pluriversitário.

Como desafios, também se concentram na necessidade de superar fragilidades. Os sujeitos destacaram as fragilidades da universidade pública evidenciadas pelo desejo de manutenção de *status quo*, bem como a adequação da universidade ao modelo de desenvolvimento capitalista globalizado, buscando atender suas demandas; uma formação pouco política e essencialmente técnica muitas vezes presente, limitando o debate e a constituição de um sujeito potente, consciente e politicamente preparado para intervir na realidade na perspectiva de transformá-la; alguns professores acomodados que não promovem a reflexão de questões polêmicas, ou ainda pouco preparados ou motivados para se ocupar dos debates da diversidade; currículos que não apontam estas temáticas e não abrem espaço para a formação política; o acesso ainda restrito; a estrutura compartimentada; pouco diálogo entre os segmentos e a infraestrutura precária de alguns espaços da universidade.

As potencialidades da universidade pública se apresentam a partir de ações pontuais de alguns sujeitos (docentes, estudantes e técnicos) e grupos dentro da universidade que questionam e buscam romper paradigmas, constroem ações e diálogos que propõem mudanças. Apresentam-se, ainda, nas políticas de estado e decisões política internas que sinalizam a democratização do acesso e promovem a diversidade na universidade. O professor

exerce importante papel como protagonista neste processo, na proposição e condução de reflexões e ações. Ficou evidente a necessidade de valorizar ações importantes que se instituem na perspectiva de mudança de paradigmas, que já vem acontecendo na universidade e se apresentam como potencialidade. Podemos citar como exemplo, considerando na UFRGS (alguns destes citados pelos sujeitos), a política de Ações Afirmativas, a instituição do Nome Social, a criação da CAF, do Coletivo Negração, do Niem, a participação dos estudantes no Deds, a criação do Neab. Assim como inúmeras atividades que vem sendo desenvolvidas que valorizam a diversidade, promovem o debate contra-hegemônico e dialogam com a comunidade acerca desta temática.

A criação da UFRGS (lôcus da pesquisa), há 80 anos, marcou a educação superior no Rio Grande do Sul e no Brasil na época. Precisamos reconhecê-la como espaço importante de formação que vem deixando marcas fortes e inúmeras lideranças despontam de seus espaços e experiências. Ela é, portanto, espaço de formação de referência. E, como referência, suas experiências são mostradas e multiplicadas. Por isso não podemos tolerar qualquer atitude de desrespeito à vida, ao espaço público e às diversidades e reconhecer este como espaço que faz a diferença, como espaço de transformação. Para isso o debate e a formação do sujeito político são fundamentais, assim como o diálogo e o reconhecimento de grupos que lutam e fazem a diferença na sociedade, como é o caso do MS.

Os desafios e possibilidades se apresentaram, também, através do rompimento das velhas estruturas e abertura aos novos saberes que formam uma consciência social nos estudantes da universidade pública. Novos conhecimentos podem circular, novos autores, novas leituras e o saber técnico-científico positivista e fragmentado pode não ser maximizado na universidade, mas apenas ter seu espaço, necessário e suficiente. Os novos olhares de/na universidade pública podem levar a rupturas possíveis que possibilitem a construção de novos saberes para uma sociedade que valorize a justiça e inclusão social, os direitos humanos, a democracia participativa, desenvolvimento sustentável, e um novo modelo de desenvolvimento fundamentado na humanidade e não mais no capital. Ampliar o diálogo da universidade com o MS para além da pesquisa e extensão é um desafio, assim como levar para o ensino estes debates, promovendo uma formação de sujeitos com consciência social e política. Com estas proposições a universidade estará se constituindo efetivamente como espaço e bem público.

Finalizamos a dissertação, apresentando o capítulo *Universidade pública e sujeito político em movimento: olhares e experiências dos sujeitos*. Os resultados evidenciam que o MS contribui muito para a construção de uma consciência política e potencialização do sujeito

político. Ainda que tenha sido sinalizado o enfraquecimento do MS nos últimos tempos. As lutas e temáticas do MS permeiam os debates na universidade, muitas se transformando em políticas como: a política de cotas, a criação da CAF, a criação de novos cursos (como a licenciatura em Educação do Campo), a implantação do nome social. É evidente a troca de experiências e saberes entre MS e universidade. A extensão foi apontada como espaço onde ocorrem as maiores interações entre MS e universidade, e a pesquisa e ensino como espaços importantes. Por outro lado, ficou evidente, também, a necessidade de ampliar estes diálogos e fortalecer as lutas por reformas estruturais que promovam a igualdade e valorizem as diversidades. A presença de estudantes engajados no MS provoca tensões e questionamentos no sentido de que a universidade pública cumpra sua função social. A consciência social e política acumulada por estes estudantes a partir de suas experiências no MS e na universidade potencializam suas ações para a transformação social.

Os avanços identificados pelos sujeitos a partir da inter-relação universidade e MS demonstram a importância em aprofundar este processo e fortalecer os laços e diálogos. É preciso que as interlocuções entre o MS e a universidade se intensifiquem. Estes diálogos têm produzido efeitos benéficos para ambos: autorreflexões, implantação de novas políticas, valorização da diversidade, problematizações e ações como os convênios universidade e MS, como foi o caso do Iterra, possibilitando o acesso de estudantes à universidade, assim como a implantação do nome social na Universidade e a implantação das ações afirmativas e criação da CAF. Por outro lado, os sujeitos definem as interlocuções entre MS e universidade como tímidas e insuficientes e destacam a necessidade e possibilidade de avançar.

Os sujeitos evidenciaram a importância e necessidade de ocupação de todos os espaços da universidade pelos sujeitos em movimento para que efetivamente se possa estabelecer o direito às diferenças. A implantação de políticas na universidade como resultado das lutas do MS e seus representantes presentes na universidade representam avanços importantes e devem ser celebrados, porém ainda há muito pra ser feito no sentido de democratizar os espaços e garantir uma formação política, humanista e contra-hegemônica.

Os olhares dos sujeitos sobre a formação universitária a percebem como possibilidade de empoderamento pessoal e coletivo, pelo conhecimento teórico as vivências significativas possíveis de serem proporcionadas nos espaços acadêmicos. Por outro lado, afirmam que a formação ainda está marcada pelos paradigmas eurocêtricos. Apontam como desafio o rompimento com esses paradigmas e a necessidade de ampliar os diálogos com a diversidade. Destacam, ainda, a importância e necessidade de se trabalhar na formação de professores para novas práticas, que reafirmem o papel social da universidade e do ensino no processo de

transformação social. O diálogo com os sujeitos em movimento, com seus saberes, novos conhecimentos, suas práticas e experiências para além dos conteúdos tradicionalmente apresentados, são colocados como importantes.

Criar um espaço efetivo de interlocução entre universidade e MS, abrindo a eles formalmente a possibilidade de participação na gestão das políticas educacionais e nos currículos dos cursos parece ser uma ação que contribuiria tanto para a universidade quanto para o MS na perspectiva de uma formação política, inserção e intervenção social. Promovendo o debate político, a universidade estará cumprindo sua função social, sendo promotora de transformação social. O conhecimento pluriversitário construído com base na ecologia de saberes traz a multiculturalidade para dentro da universidade (SANTOS, 2010a).

No diálogo com os autores e os sujeitos da pesquisa encontramos muitos aspectos convergentes quanto à função social da universidade pública, destacando-a como espaço comprometido com a construção do conhecimento, mas que muito se ocupa da formação técnica. A ela é dada também uma função que diz respeito ao caráter público, de atendimento às demandas sociais, de ter um olhar voltado para as questões de que o capital, por sua natureza, jamais se ocupará, ou seja, das questões mais caras à humanidade: as relações sociais, e um mundo mais justo e solidário, onde se busque, nas palavras de Santos (2001), a igualdade sempre que a diferença inferiorize, e se garanta a diferença sempre que a igualdade descaracterize. A universidade dialogando com o MS pode fazer acontecer políticas educacionais (ações afirmativas), práticas pedagógicas (formação política) e interlocuções que potencializam os sujeitos individuais e coletivos.

Os desafios da universidade no século XXI vão muito além de uma formação técnica e tecnológica para a manutenção e ampliação do sistema capitalista, ao contrário buscamos uma educação que supere este modelo. Três grandes pensadores da educação no Brasil mostram com clareza a necessidade de novos caminhos para a educação superior,

Cabe à instituição acadêmica, matriz dessa mudança paradigmática, promover modelos mais abertos, interdisciplinares e engajados de processos educativo, cultural e científico. Além de especialistas competentes, é necessário formar indivíduos criativos, críticos, empreendedores e, sobretudo, excelentes cidadãos. Isto porque, para mudar o mundo, no novo milênio, já não basta formar profissionais competentes e cientistas produtivos (que podem inclusive reproduzir e ampliar, com perversa eficiência, desigualdades e injustiças existentes). É imprescindível formar, além de tudo, homens e mulheres comprometidos com a ética da causa pública, com as conseqüências da própria ação, com interesses republicanos (FIÚZA DE MELLO; ALMEIDA FILHO; JANINE RIBEIRO, 2009, p. 295).

A preocupação com uma formação de sujeitos competentes, mas também conscientes de seu papel social e político, caracteriza a universidade que não reafirme e reproduza a

desigualdade, mas que se proponha ao debate político para superação desta condição social. Portanto, como afirmam os autores, na universidade que buscamos construir “se a responsabilidade dos alunos pela sociedade em que vivem e que os criou não estiver bastante clara, a sua formação terá sido, sem dúvida, deficiente. Não queremos, enfim, profissionais autistas, mas sim sujeitos responsáveis pelo mundo em que vivem e que vão, cada vez mais, ajudar a construir” (FIÚZA DE MELLO; ALMEIDA FILHO; JANINE RIBEIRO, 2009, p. 296). Este debate passa pelo diálogo permanente com a construção de novos modelos de desenvolvimento.

Os olhares dos sujeitos trouxeram importantes reflexões, indicaram perspectivas, mas também propuseram questionamentos e indicaram desafios que não poderíamos deixar de trazer nesta pesquisa: até que ponto a falta de motivação dos sujeitos envolvidos impede a realização de determinadas ações e ou políticas? A fala de Angela nos faz refletir acerca dos processos de democratização da universidade: como romper com as estruturas tradicionais que ainda formam a base da universidade, quais sejam o acesso limitado, a estrutura hierárquica e falta de paridade nos processos de decisão? Angela questiona, ainda, a forma de acolhimento dos estudantes estrangeiros. Brenda Lee questiona a homogeneização e formatação produzida pela universidade e até que ponto as experiências de um travesti, por exemplo, que chega à universidade é considerada neste contexto? A fala de Martin nos remete à seguinte questão: de que forma tratamos os “determinismos” que colocam os sujeitos em alguns espaços e os afastam de outros? Martin ainda questiona: o que o movimento social pode pautar na universidade? O que a universidade pode produzir e mediar para revigorar os novos fazeres e identidades? E, finalmente, o que o estado pode fazer com estes novos sujeitos e agendas? Sepé questiona de que forma os sujeitos ocupam os espaços abertos para o diálogo, para a diversidade, propondo enfrentamentos e busca de alternativas e proposições de mudanças e avanços. A fala de Sepé evidenciou, ainda, questionamentos e proposições; é importante destacar que a universidade precisa se atentar à identidade indígena e não pode querer formatar os estudantes que chegam à sua estrutura e concepções. Este ainda é um desafio para a universidade. E questiona o caráter público da universidade: que “público” é este onde só alguns tem acesso? Ainda que a universidade tenha políticas de ampliação do acesso, como a política de cotas, ela ainda é seletiva, um espaço restrito e elitista e se constitui em uma estrutura hierárquica e concepções modernas e hegemônicas.

Muitos questionamentos ainda surgiram a partir destes diálogos: é possível concluir que os novos objetivos, novas perspectivas e novos resultados que começam a aparecer são capazes de abalar as estruturas e anunciar novos paradigmas? A perspectiva de ampliação das

políticas de inclusão anuncia uma transformação iminente na universidade pública? A quem atende uma universidade pública voltada essencialmente ao saber técnico? Por que o debate político, reivindicado por muitos, ainda enfrenta resistências? Como articular cada vez mais o conhecimento acadêmico a vida social, encontrando formas de interferir na implantação de uma agenda positiva, de inclusão, respeito à diversidade, justiça social e cidadania?

A partir das declarações de Martin, quanto à necessidade de avaliação do processo de ações afirmativas, nos questionamos quanto aos processos avaliativos institucionais e de cursos. Entendemos que precisamos de processos avaliativos coerentes com o que buscamos para universidade pública, com sua função social. Se buscamos construir uma universidade pública na perspectiva contra-hegemônica temos que considerar relevantes os processos que a constituem. A avaliação permanente destes processos permite percebermos as mudanças provocadas, assim como seus limites. Permite-nos, também, visibilizar os resultados de novas políticas e ações na universidade que tem por fundamento esta perspectiva.

É neste contexto que situamos esta pesquisa ao reconhecer estes estudantes enquanto sujeitos políticos que, a partir de sua inserção na universidade potencializam suas ações e lutas, uma vez que muitos já atuam em movimentos sociais e, portanto, exercem uma atuação política fora da universidade, tendo percepções e compreensões específicas por conta destas experiências. Por outro lado, sua presença na universidade nos aponta olhares potentes e cheios de significado acerca do papel social da universidade pública, ao mesmo tempo em que tencionam para a politização da formação universitária, como sendo este, também, para além de uma formação técnica, um importante papel da universidade pública. Uma universidade que busque dar conta de um novo debate, e na perspectiva contra-hegemônica busque novas epistemologias, as Epistemologias do Sul (SANTOS, 2008) precisa se ocupar da formação de consciência social nos estudantes (LEITE, 1990) e da constituição de um sujeito político potente (GENRO, 2011), crítico, engajado e atuante na construção da democracia participativa, da cidadania e de uma sociedade mais justa e humana. Que o sentido da construção do conhecimento seja permanentemente problematizado na perspectiva de construção de um novo paradigma, considerando a necessidade de, mais que buscar conhecimentos técnicos-profissionais, a humanidade possa se dedicar a busca de um *bem-viver* (SANTOS, 2010c). Entendemos que é nesta relação conhecimento técnico-científico-social que se constrói um conhecimento significativo. Coloco-me nesta pesquisa no lugar de *intelectual da retaguarda* (SANTOS, 2012b), ou seja, de quem lança um olhar atento sobre o tema e busca contribuir com debate.

Seguir pensando a universidade, sempre em uma perspectiva contra-hegemônica, buscando outros olhares e percepções, formas de atuação, experiências, diálogos e práticas no sentido de reafirmá-la enquanto espaço e bem público, comprometida com a formação humanista, inclusiva, democrática, é o que nos motiva para novas pesquisas.

Novos olhares e novos saberes circulam na universidade fomentando a participação e a cidadania, basta que tenhamos olhos para vê-los e sensibilidade para percebê-los. Os olhares, participações, percepções e trajetórias de luta acompanham os sujeitos em movimento nos espaços ocupados na universidade; no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão, no movimento estudantil, fazendo a diferença em sua ação e atuação.

Podemos concluir afirmando que o MS não cumprirá o papel da universidade e vice-versa. Cada um tem uma função social importante e o que pretendemos aqui foi promover este debate, reconhecendo em ambos, sujeitos políticos imprescindíveis na sociedade, que fazem mover as estruturas sociais, provocar mudanças e transformações. As possíveis articulações e interlocuções entre ambos promovem a constituição de um sujeito político potente, por suas características e possibilidades de intervenção social.

Esta pesquisa nos leva a pensar possibilidade para que a universidade pública cumpra cada vez mais e melhor sua função social. A universidade pública precisa fortalecer e ampliar seus espaços democráticos, onde todos os sujeitos que a compõe tenham participação efetiva e com equidade em todos os espaços e instâncias de decisão e articulação política. É preciso avançar nos processos de avaliação para que eles contemplem a perspectiva de uma universidade como bem público, formadora de sujeitos com consciência social e política. A articulação das universidades públicas, constituindo-se em redes de colaboração e trocas de experiências que possam fortalecê-las, sejam nacionais ou internacionais. A democratização plena do acesso se constitui em desafio para que ela seja verdadeiramente pública e popular. A ampliação do acesso é um desafio posto no PNE e fortemente destacado pelos sujeitos da pesquisa, em especial para setor público. No entanto, avaliamos como ainda tímidas e insuficientes as proposições do PNE, se considerarmos a necessidade de universalização do acesso à educação superior. Uma política de investimento público e de valorização de seus profissionais, docentes e técnicos, assim como de seus estudantes, se constitui em premissa para o fortalecimento da universidade pública. A implantação de cursos inovadores, interdisciplinares, que rompam com a estrutura disciplinar do ensino, assim como de projetos pedagógicos de cursos que apontem para uma formação integral dos estudantes, que levem em conta a diversidade e que se direcionem para além de uma perspectiva eurocêntrica de construção de conhecimento, voltando seu olhar para as questões regionais e latino-

americanas. A institucionalização de práticas, políticas e projetos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e humana. O fortalecimento das interlocuções entre a universidade pública e o MS e que estes possam se sentir reconhecidos e representados na universidade, possibilitando ações conjuntas em todos os níveis. Estamos vivenciando o processo de elaboração do novo PDI na UFRGS e espera-se que o novo texto evidencie ainda mais a função da universidade como bem público, constituindo-se cada vez mais em espaço democrático e de inclusão social, que busque um conhecimento para transformação da sociedade.

Estas são algumas das inúmeras ações possíveis para que a universidade pública se fortaleça enquanto espaço e bem público de potencialização do sujeito político e formação de consciência política e social.

A universidade pública pode e deve romper preconceitos, ela tem papel de humanizar: mais que perfeitos burocratas precisamos de imperfeitas (ou perfeitas) humanidades. Pois, como afirmou Charles Chaplin (THE GREAT DICTATOR, 1940) “Não sois máquinas! Homens é que sois! E com o amor da humanidade em vossas almas [...]” é possível construir um mundo melhor. É importante fortalecer o caráter público da universidade, ratificando o Manifesto dos Pioneiros de 1932, de acesso universal e com objetivos que busquem além de uma formação técnica profissional, uma formação política com consciência social.

Que possamos ter uma universidade onde não mais se verão escritos em seus muros “Negro, volta para a senzala!” ou “Negro, só se for na cozinha do RU!”, porque na universidade pública se formarão sujeitos abertos ao diálogo, e sobretudo ao respeito à diversidade em todas as suas manifestações. Que o colorido da universidade possa contribuir para a construção de um conhecimento mais que profissional, um conhecimento humanista, ético, solidário e consciente de que os espaços profissionais e sociais devem ser ocupados sem distinção de raça, sexo ou classe social. Que as utopias possíveis aconteçam através da presença cada vez mais intensa de sujeitos com consciência social e política, promovendo a cidadania democrática.

8 REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Aparecida. Introdução. In: _____ (Org.). **Redistribuição, reconhecimento e representação : diálogos sobre igualdade de gênero**. Brasília: Ipea, 2011. p. 9-15.

ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

_____. **O que é política?** Fragmentos das obras póstumas. 11. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.

AZEVEDO, Fernando de et al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; KURROSCHI, Andreia Rosa da Silva. Estudantes indígenas no ensino superior: o programa de acesso e permanência na UFRGS. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 1-20, jan.-jun. 2013.

BERTOLLETI, Vanessa Alves. Anísio Teixeira e o projeto de universidade brasileira: UDF e UnB. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL", 9., 2012, João Pessoa. **Anais Eletrônicos**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2012. p. 551-569.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. Educação, ética e direitos humanos. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luiz Carlos (Orgs.). **Diversidade Cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação**. Erechim: Novello & Carbonelli, 2013. p. 5-12.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 08 de nov. de 2015.
2004

_____. **Lei Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 30 ago. 2014.

_____. **Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 30 ago. de 2014.

_____. **Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 30 ago. 2014.

_____. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 25 jan. 2014.

_____. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 25 jan. 2015.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

CAREGNATO, Célia Elizabete. **Caráter público e identidade acadêmica na educação superior:** uma análise da diversificação institucional por meio do estudo de centros universitários. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____; GENRO, Maria Elly Herz. **Interação entre conhecimentos e saberes na formação continuada de professores da Educação Básica no sul do Brasil.** Trabalho não publicado: apresentado no 49. Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos, San Juan, 27-30 mai. 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, set./dez. 2003.

CARVALHO, José Jorge de. Propostas E Recomendações do Coletivo de Professores dos Neabs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros). In: RAMOS, Marise Nogueira; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento Barros (Coords.). **Diversidade na educação:** reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p. 161-170.

CASELAS, José Maria Santana. A utopia possível de Enrique Dussel: a arquitetônica da Ética da Libertação. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, n. 15, p. 63-84, jul./dez. 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2)

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COLETIVO NEGRAÇÃO. **Quem Somos.** [201-?]. (Site do Coletivo Negração). Disponível em: <<http://coletivonegracao.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. de 2014.

CUNHA, Teresa. Justiça Cognitiva, Identidades e Diásporas. **O Cabo dos Trabalhos**: revista electrónica dos programas de mestrado e doutoramento do CES/FEUC/FLUC, Coimbra, n. 1, p. 1-42, 2006.

DIAS SOBRINHO, José Dias. Educação e avaliação: técnica e ética. In: _____; RISTOFF, Dilvo (Orgs.). **Avaliação Democrática: para uma Universidade Cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002. p. 37-68.

_____. Educação Superior, globalização e democratização: qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 164-173, jan.-abr. 2005.

DUSSEL, Enrique. **20 Teses sobre política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Política da Libertação**: história mundial e crítica. Passo Fundo: IFIBE, 2014.

ECHAÍZ, Bárbara. Agonismo de Chantal Mouffe. **Diseño y Agonismo**: Grupo de investigación dentro del People and Media Lab del DDD-FAU de la Universidad de Chile. 14 jul. 2013. Disponível em: <<http://disenoyagonismo.uchilefau.cl/agonismo-de-chantal-mouffe/>>. Acesso em: 06 set. 2014.

FACCHINI, Regina. **Histórico da luta de LGBT no Brasil**. Portal do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.asp>. Acesso em: 05 fev. 2015.

FIORI, Ernani Maria. **Textos escolhidos**: educação e política. Porto Alegre. L&PM, 1991. v. 2.

FIÚZA DE MELLO, Alex; ALMEIDA FILHO, Naomar de; JANINE RIBEIRO, Renato. Por uma universidade socialmente relevante. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 4, n. 3, p. 292-302, set./dez. 2009.

FÓRUM DE AÇÕES AFIRMATIVAS UFRGS. **Conheça o Fórum**. [2011]. Disponível em: <<http://acoesafirmativasufrgs.blogspot.com.br/p/conheca-o-forum.html>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

FRASER, Nancy. Igualdade, identidades e justiça social. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 01 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1199>>. Acesso em: 01 set. 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FURRE, Maristela Antunes. **Hábitos de lazer e entretenimento dos negros universitários em Porto Alegre: um estudo exploratório.** 2006. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/24377/000592509.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 08 jul. 2005.

GARGALLO CELENTANI, Francesca. **¿Es posible estudiar los feminismos de las mujeres indígenas sin censuras occidentales?** Un acercamiento a los feminismos de Abya Yala. 2013. Conferência organizada pelo Centro de Estudios Teorías Críticas y Prácticas Emergentes en América Latina da Universidad de Cuyo. Disponível em: <<https://francescagargallo.wordpress.com/ensayos/feminismo/no-occidental/es-posible-estudiar-los-feminismos-de-las-mujeres-indigenas/>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

GENRO, Maria Elly Herz. **Movimentos Sociais e Universidade: rupturas e inovações na construção da cidadania.** 2000. 230 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

_____. Educação do sujeito político na universidade. In: LEITE, Denise; GENRO, Maria Elly Herz; BRAGA, Ana Maria e Souza. **Inovação e pedagogia universitária.** Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 139-152.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Questões da Nossa Época; v. 5)

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais.** 4. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** 7 Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

_____; BRINGEL, Breno M. (Orgs). **Movimentos sociais na era global.** Petrópolis: Vozes 2012.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 79-108.

_____; SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza; MALAQUIAS, Juaci Vitória; SILVA, Cláudio Felipe Ribeiro da. Organização, processamento, análise e interpretação de dados; o desafio da triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 185-221.

GRUGINSKIE, Claudete Lampert; SFREDO MIORANDO, Bernardo Sfredo. Desafios contra-hegemônicos da universidade pública: um diálogo com os documentos institucionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO, 2., 2012, Porto

Alegre. **Filosofia da Libertação**: historicidade e sentidos da libertação hoje – anais. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2014. p. 337-343.

GUSFIELD, Joseph; LARAÑA RODRÍGUEZ-CABELLO, Enrique (Coords.). **Los Nuevos Movimientos Sociales**: de la ideología a la identidad. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.

GUSTAFSON, Jessica. Transexualidade e educação convivem no mesmo espaço. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 23 ago. 2013. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=132591>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

IGUALDADE RS – ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO RIO GRANDE DO SUL. **A Igualdade RS**. [2012]. Portal Igualdade RS. Disponível em: <<http://www.aigualdaders.org/p/igualdade-rs.html>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação. 5. Ed. Rev. Amp. Brasília: Inep, 2009.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LARROSA BONDÍA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 19. p. 20-28, jan./abr. 2002.

LEHER, Roberto. **Movimentos Sociais, padrão de acumulação e crise da universidade**. Trabalho encomendado apresentado no GT11 – Políticas de Educação Superior na 37. Reunião Nacional da ANPED, Florianópolis 04-08 out. 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-de-Roberto-Leher-para-o-GT11.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

LEITE, Denise Balarine Cavalheiro. **Aprendizagem e consciência social na universidade**. 190 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

_____; GENRO, Maria Elly; BRAGA, Ana Maria. Inovações pedagógicas e demandas ao docente na universidade. In: _____; _____; _____. **Inovação e Pedagogia Universitária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 19-48.

_____; GENRO, Maria Elly Herz. Quo vadis? Avaliação e Internacionalização da Educação Superior na América Latina. In: _____ et al. **Políticas de evaluación universitaria en América Latina**: perspectivas críticas. Buenos Aires: CLACSO; Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2012. p. 15-98.

LOPES, Danielle Bastos. O direito dos índios no Brasil: a trajetória dos grupos indígenas nas constituições do país. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 83-108, jan./jun. 2014.

MAINENTI, Geraldo Márcio Peres. O jornalismo como quarto poder: a liberdade de imprensa e a proteção aos direitos da personalidade. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 14, n.28, p. 47-61, jan./jun. 2014.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARTINS, Luísa. Estudo aponta que 87% dos alunos da UFRGS têm algum preconceito de gênero ou contra diversidade sexual. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18 mai. 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2015/05/estudo-aponta-que-87-dos-alunos-da-ufrgs-tem-algum-preconceito-de-genero-ou-contra-diversidade-sexual-4762850.html>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. Ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1998.

_____. O desafio da pesquisa social. In: _____; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 9-29.

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas. Quem somos. **Portal do Movimento de Mulheres Camponesas**. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/43>>. Acesso em: 11 jul. 2015

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010.

MORAES, Kelly da Silva. **Política Cultural: uma análise sobre a cultura política do movimento negro em Porto Alegre**. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOUFFE, Chantal. Globalização e cidadania democrática. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 36, p. 17-25, 2001.

MUJICA, Pepe. Pepe Mujica: "Nós, socialistas, temos que formar nossa gente". **Carta Maior**, São Paulo, 01 nov. 2013. Entrevista concedida à redação. <<http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEducacao%2FPepe-Mujica-Nos-socialistas-temos-que-formar-nossa-gente-%2F13%2F29415>>. Acesso em: 07 abril de 2015.

NERY, Aroldo. Movimento LGBT: um passeio pela história da homossexualidade. **Portal Identidade G**, 16 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.identidadeg.com.br/2011/02/movimento-lgbt-brasileiro-um-passeio.html>>. Acesso em: 12 de set. de 2015.

NIEM – Núcleo Indisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero. **Quem Somos**. [20--?]. (Site do NIEM/UFRGS). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nucleomulher/quemsomos.php#foco>>. Acesso em: 14 jun. de 2014.

NOVAES, Henrique T. **Reatando um fio interrompido**: a relação universidade-movimentos sociais na América latina. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PAIM, Antônio. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982. p. 17-96. Versão eletrônica disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/paim_rio.htm>. Acesso em: 08 nov. 2015.

PILLAR, Analice Dutra (Org). **A educação do olhar no ensino das artes**. 8 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

PINHEIRO, Ailton. MNU - As Lutas e bandeiras ainda são as mesmas de 1978. **Portal do Geledés – Instituto da Mulher Negra**, 13 jul. 2011. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/afrobrasileiros-e-suas-lutas/10269-mnu-as-lutas-e-bandeiras-ainda-sao-as-mesmas-de-1978>>. Acesso em: 12 set. de 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

_____. Nota sobre a controvérsia Fraser–Honneth informada pelo cenário brasileiro. *Lua Nova*, São Paulo, n. 74, p. 35-58, 2008.

_____. Movimentos Sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In: GOHN, Maria da Gloria; BRINGEL, Breno M. (Orgs). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 129-145.

REDE ANGOLA. Número de negros em universidades brasileiras cresceu 230% na última década. **Portal Fórum**. Porto Alegre, 23 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/11/numero-de-negros-em-universidades-brasileiras-cresceu-230-na-ultima-decada/>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

PRÁ, Jussara Reis; SANTOS, Teresa Cristina Bruel dos. Feminismo, lutas, conquistas e reivindicações. In: GUARESCHI, Pedrinho; HERNANDEZ; Aline; CÁRDENAS, Manuel (Orgs.). **Representações Sociais em Movimento**: psicologia do ativismo político. Porto Alegre: EDIPURS, 2010. p. 111-125.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto**: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, Matilde. Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1996-2010). Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos. Atribuições [da Coordenadoria de Diversidade Sexual]. **Portal da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.sjdh.rs.gov.br/index.php?model=conteudo&menu=43>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

ROSA, Gabriel. Estudantes transexuais conquistam espaço no ensino superior e brigam pelo uso do nome social em SC. **Zero Hora**. Porto Alegre, 05 jul. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/07/estudantes-transexuais-conquistam-espaco-no-ensino-superior-e-brigam-pelo-uso-do-nome-social-em-sc-4544298.html>>. Acesso em: 12 set. 2014.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: séculos de história**. 2. Ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

SÁ, Deborah. Quem é o “analfabeto político”? **Portal do Geledés – Instituto da Mulher Negra**, 07 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/quem-e-o-analfabeto-politico/>>. Acesso em: 07 abr. de 2015.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: _____ (Org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013. p. 135-144.

SALGADO, Rodrigo; PIMENTA JR, Denilson. História do Movimento LGBT. **Portal Agentes da Cidadania LGBT**. Disponível em: <http://www.cepac.org.br/agentesdacidadania/?page_id=185>. Acesso em: 05 fev. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma concepção multicultural dos direitos humanos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 7-34, jan./jun. 2001.

_____. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica das Ciências Sociais**, Coimbra, n. 65, p. 3-76, mai. 2003.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. (Org.). **Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 7 Ed. São Paulo: Cortez, 2010c.

_____. **Diversidade e desigualdade:** desafios para a democracia. Porto Alegre, 6 nov. 2012a. (Conferência de inauguração do Espaço de Memória da UPMS no Memorial do Rio Grande do Sul).

_____. O intelectual de retaguarda. **Análise Social**, Lisboa, v. 47, n. 204, p. 685-711, out./dez. 2012b. Entrevista concedida a Helena Mateus Jerónimo e José Neves.

_____. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 14. Ed. rev. amp. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 22. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A filosofia na formação universitária. **Revista Páginas de Filosofia**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 31-45, jan/jun 2010.

_____. Integrar cultura e humanismo: desafio pedagógico da Filosofia no Ensino Superior. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 46, p. 21-35, out./dez. 2012.

SEVERINO, Francisca Eleodora Santos (Org.). **Ética e formação de professores:** política, responsabilidade e autoridade em questão. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Wilson H. da. Os dados do censo e a luta pela construção de uma consciência racial. **Portal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado**. São Paulo, 13 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/16358>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

SOMOS – COMUNICAÇÃO, SAÚDE E SEXUALIDADE. Quem Somos. **Portal do Grupo Somos**). Disponível em: <<http://somos.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

SOUZA, Eliane de Almeida. **A lei 10.639/03 na formação de professores e o pertencimento étnico-racial em escolas públicas de Porto Alegre**. 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

STRECK, Danilo Romeu; ADAMS, Telmo. Pesquisa em educação: os movimentos sociais e a reconstrução epistemológica num contexto de colonialidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 243-258, jan./mar. 2012.

TAKEGUCHI, Luiza Yoko. **Relatório técnico contendo estudo sobre a atual relação oferta/demanda de cursos de graduação no Brasil, como subsídio ao Conselho Nacional de Educação para a formulação de políticas públicas que possibilitem a melhor distribuição da oferta de vagas no ensino superior de graduação**. Brasília, 2013. (Relatório do Projeto CNE/UNESCO 914BRZ1136.3: Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade)

TEODORO, Antônio. **A educação em tempos de globalização neoliberal:** os novos modos de regulação das políticas educacionais. Brasília: Liber Livro, 2011.

THE GREAT DICTATOR. Direção de Charles Chaplin. Produção de Charles Chaplin. Los Angeles: United Artists, 1940. (124 min.), son., P&B.

TINOCO, Dandara. Descrita como heroína, Dandara, mulher de Zumbi, tem biografia cercada de incertezas. **O Globo**. Rio de Janeiro, 16 nov. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/historia/descrita-como-heroina-dandara-mulher-de-zumbi-tem-biografia-cercada-de-incertezas-14567996#ixzz3XaOCgzuA>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

TÜNNERMANN BERNHEIM, Carlos; CHAÚÍ, Marilena. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008.

UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. (2010). Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pdi/links-e-arquivos>. Acesso em: 07 de novembro de 2015.

_____. **Relatório REUNI UFRGS/2012**. Porto Alegre: UFRGS, 2012a. Disponível em: <<http://www.yumpu.com/pt/document/view/12735183/relatorio-reuni-ufrgs-marco-2012-ampliacao-da-oferta-de->>. Acesso em: 26 jan. 2014.

_____. Conselho Universitário. **Decisão N° 268/2012**. (Institui o Programa de Ações Afirmativas). Porto Alegre: UFRGS, 2012b. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/decisao-no-268-2012-consolidada/view>>. Acesso em: 01 set. 2014.

_____. Histórico. **Portal da UFRGS**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>>. Acesso em: Acesso em: 04 jul. 2014a.

_____. Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas. **Relatório Anual do Programa de Ações Afirmativas**. Apresentado ao Conselho Universitário em 27 de outubro de 2014b. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acoesaafirmativas/relatorio/relatorio-final/view>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

_____. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de Autoavaliação Institucional UFRGS 2014**. Porto Alegre: UFRGS, 2015a. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cpa/publicacoes/RAAI2014.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

_____. Pró-Reitoria de Extensão. Departamento de Educação e Desenvolvimento Social. **Portal do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/deds>>. Acesso em: 02 abr. de 2015b.

WOITOWICZ, Karina Janz. Páginas que resistem: imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 6., 2008, Niterói. **200 anos de mídia no Brasil: historiografia e tendências**. Porto Alegre: Alcar, 2008. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/> >. Acesso em: 12 set. 2015.

ZITKOSKI, Jaime José. Educação popular e movimentos sociais na América Latina: perspectivas no atual contexto. In: _____; MORIGI, Valter. **Educação popular e práticas emancipatórias**: desafios contemporâneos. Porto Alegre: Corag, 2011. p. 11-23.

_____; HAMMES, Lúcio Jorge. Juventude, educação e cidadania: os desafios da participação social e política. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 119-139, mai.-ago. 2014.

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Informado

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA
Área de Conhecimento: Educação
Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Curso: Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado)
Objetivo: Obtenção de dados primários para construção de dissertação
Título da Pesquisa: UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUJEITO POLÍTICO: olhares dos estudantes engajados em movimentos sociais
Pesquisador: Claudete Lampert Gruginskie
E-mail: clau.gruginskie@gmail.com
Telefone: (51) 9830-2960
Orientadora: Prof ^ª . Dr ^ª . Maria Elly Herz Genro
E-mail: mariaellyh8@gmail.com
Telefone: (51) 3308-4137
Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Educação Avenida Paulo Gama, 110 – Prédio 12.201 – Sala 700-01 Bairro Farroupilha – Porto Alegre (RS) CEP 90046-900

Eu, _____, autorizo o registro eletrônico da entrevista fornecida por mim e sua transcrição, com utilização destes dados para fins de elaboração da dissertação da pesquisadora, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, na Linha de Pesquisa Universidade: Teoria e Prática.

Por ocasião da entrevista, fui informada(o) pela pesquisadora de que:

1. O objetivo principal da pesquisa é explicitar as interlocações entre universidade e movimentos sociais para a potencialização do sujeito político na universidade pública no sentido de dar conta de sua função social.
2. O procedimento de coleta de dados será por entrevistas individuais semiestruturadas, realizadas com diferentes sujeitos da comunidade acadêmica da UFRGS, a partir de questões-guia;
3. O objetivo desta entrevista é a obtenção de informações e o registro de representações que proverão como dados primários para o desenvolvimento deste trabalho;
4. Os benefícios esperados com esta pesquisa consistem na conscientização sobre o tema da pesquisa, no registro de processos institucionais da UFRGS e na reflexão com vistas à evolução institucional daí resultante;
5. Ao fornecer informações sobre o tema pesquisado, minha participação neste projeto permitirá a sistematização de meus conhecimentos e experiências, e poderei me utilizar dos resultados da pesquisa.

Ao participar desta pesquisa, declaro que:

6. Concordo em colaborar com o referido trabalho na condição de entrevistado, deixando registrado que terei liberdade para retirar esse consentimento e autorização a qualquer momento sem que isso me traga qualquer prejuízo ou constrangimento;
7. Permito que minhas declarações sejam utilizadas nesta pesquisa científica, com respeito ao meu anonimato;
8. Entendo que poderei consultar o pesquisador sempre que entender necessário obter informações ou conhecimentos sobre o projeto de pesquisa e minha participação no mesmo;
9. Sei que poderei entrar em contato com o pesquisador para tomar conhecimento pessoalmente dos resultados parciais desta pesquisa;
10. Obtive todas as informações necessárias e esclarecimentos quanto a dúvidas por mim apresentadas e, por estar de acordo, assino o presente documento em duas vias de igual forma e teor, ficando uma em minha posse.

Porto Alegre, _____ de 2014.

(Assinatura do Entrevistado)

() Desejo receber uma cópia digital da dissertação resultante da pesquisa.

APÊNDICE B

Roteiro básico de questões para entrevista

Eixo 1: Movimento social e Universidade	Categorias/conceitos
1 - O que é ser indígena; negro; LGBT; mulher?	Identidade – movimento social
2 - Como você percebe suas experiências na universidade e no movimento social em inter-relação?	Inter-relação Universidade e MS
3 - De que forma percebes o reconhecimento das lutas do movimento na universidade e na sociedade?	Reconhecimento
4 - De que forma o movimento social pode contribuir para revigorar as experiências da universidade pública para a potencialização do sujeito político?	Experiências universitárias e sujeito político
Eixo 2: Sujeito político	
5 - Qual a importância da formação política na sua trajetória no movimento social e na universidade?	Formação política
6 - O que caracteriza, em tua opinião, um sujeito político?	Sujeito político
7 - Quais as motivações que te levaram a ingressar na universidade e no movimento social?	Participação social
8 - Como você avalia a formação recebida universidade?	Formação universitária
9 - As experiências de ensino, pesquisa e extensão apontam elementos que contribuem para tua formação como sujeito político? Em que sentido?	Experiências de ensino, pesquisa e extensão
Eixo 3: Universidade Pública	
10 - Você vê a universidade dialogando com os movimentos sociais? Como? Quais as interlocuções possíveis?	Universidade x movimento social – interlocuções possíveis
11 - Quais as fragilidade que você identifica na universidade pública? E quais as suas perspectivas de superação?	Fragilidades da universidade pública e perspectivas de superação/potencialidades
12 - Qual é o papel da universidade pública na sua relação com a sociedade? Em que sentido ela pode potencializar a constituição de um sujeito político?	Universidade pública x potencialização do sujeito político